



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

MAX AURÉLIO MENDES LIRA

**MEMÓRIA E IDENTIDADE:
A NARRATIVA HISTÓRICA DO CEMITÉRIO DA GLÓRIA.**

JUIZ DE FORA

2023

MAX AURÉLIO MENDES LIRA

**MEMÓRIA E IDENTIDADE: A NARRATIVA HISTÓRICA
DO CEMITÉRIO DA GLÓRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Olender

JUIZ DE FORA

2023

MAX AURÉLIO MENDES LIRA

**MEMÓRIA E IDENTIDADE: A NARRATIVA HISTÓRICA
DO CEMITÉRIO DA GLÓRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Olender.
Universidade Federal de Juiz de Fora.

1º Examinador: Prof. Dr. Raul Amaro de Oliveira Lanari
Universidade Federal de Goiás.

2º Examinador: Prof. Dr. Rodrigo Christofolletti
Universidade Federal de Juiz de Fora.

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF,

com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Mendes Lira, Max Aurélio.

Memória e Identidade: A Narrativa Histórica do Cemitério da Glória / Max Aurélio Mendes Lira. -- 2023.

214 f. : il.

Orientador: Marcos Olender

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2023.

1. Memória. 2. Identidade. 3. Imigração Alemã. 4. Imigração Tirolesa. 5. Cemitério. I. Olender, Marcos, orient. II. Título.

DEDICATÓRIA

- À minha mãe Mariléia Mendes Coelho, maior incentivadora da minha formação.
- À minha avó Amélia Debussi Coelho (*in memoriam*) a quem devo tudo o que sou.
- Aos meus antepassados, aqueles que me precederam na história e na vida. Se sou hoje, é porque eles foram um dia.

AGRADECIMENTOS

O meu louvor primeiro à Deus, por permitir que a minha vida tenha frutificado este trabalho. À Nossa Senhora da Glória e São José, aos quais muitas vezes recorri a intercessão para perseverar em meio aos tantos desafios.

Gratidão à minha avó Amélia Debussi Coelho (in memoriam), base de tudo que sou, minha mãe Mariléia Mendes Coelho sustentáculo de todos os meus projetos de vida e à minha “tia Cida” (Maria Aparecida Mendes Coelho – in memoriam) que tanto fez para que eu me tornasse um homem de respeito e estável na vida profissional.

Aos meus amigos que de alguma forma contribuíram para que a história tomasse as páginas desta pesquisa, seja encaminhando ou doando as fontes, imprescindíveis para o trabalho do historiador. Aqui faço menção aos nobres amigos Isaías Lawall que me amparou nas dificuldades, Vicente de Paulo Clemente, “o Pedro Nava” da Colônia Dom Pedro II, Sálcio Del Duca, amigo de Heimatland e Roberto Dilly, precursor de toda essa busca.

Agradeço às instituições que gentilmente se abriram às minhas pesquisas: Comunidade Luterana de Juiz de Fora, Arquivo Arquidiocesano de Juiz de Fora, Arquivo Histórico da UFJF, ao Instituto Teuto-Brasileiro William Dilly e ao IHG-JF.

À minha memória agradecida, os Redentoristas da Província do Rio, por nutrir a amizade fraterna desde muito tempo, acolhendo-me também como um filho de Santo Afonso na Confraria Leiga. Aqui menciono o saudoso amigo Pe. Flávio Leonardo, C.Ss.R. (in memoriam) por ter me incentivado desde o início e com quem compartilhava bons momentos de conversa sobre nossa história em comum. E ao Pe. Lúcio Bento, C.Ss.R., por acreditar na minha pesquisa e na minha sincera amizade desde os tempos de Juventude Redentorista, quando me recebia no Seminário São Clemente em prazerosas tardes de futebol, filme ou orações com os seminaristas.

Não poderia deixar de estender o meu agradecimento ao Professor Dr. Marcos Olender, por ter me acolhido como professor, orientador e amigo. Seus paternais conselhos foram fundamentais para o meu amadurecimento enquanto historiador, agente da cultura, e ser humano. Ao Professor Dr. Rodrigo Christofolletti, que acompanhou com carinhosa atenção essa trajetória desde a entrevista da seleção. Jamais me esquecerei de todo o apoio dispensado a este historiador que aqui escreve. E também à caríssima Professora Dra. Úrsula Prutsch, conterrânea de outros tempos, que prontamente atendeu ao meu convite e honrosamente dignou avaliar e contribuir com a minha pesquisa. Herzlichen Dank!

Por fim, agradeço àqueles que me precederam na história e na vida – meus antepassados, que um dia foram para que hoje eu seja. Àqueles valentes imigrantes alemães e tirolezes de 1858, que este trabalho seja um tributo à memorável saga que empreenderam no passado ao cruzar o oceano nos cinco veleiros e aqui chegar, sofrendo todo e qualquer tipo de percalços. Assim finalizo este tributo com as palavras contidas nas Sagradas Escrituras:

“Vamos fazer o elogio dos homens famosos, nossos antepassados através das gerações. Estes, são homens de misericórdia; seus gestos de bondade não serão esquecidos. Eles permanecem com seus descendentes; seus próprios netos são sua melhor herança. A descendência deles mantém-se fiel às alianças, e, graças à eles, também filhos. Sua descendência permanece para sempre, e sua glória jamais se apagará. Seus corpos serão sepultados na paz e os seus nomes durarão através das gerações. Os povos proclamarão a sua sabedoria, e a assembleia vai celebrar o seu louvor.” (Eclo 44, 1.10-15).

RESUMO

MEMÓRIA E IDENTIDADE: A NARRATIVA HISTÓRICA DO CEMITÉRIO DA GLÓRIA.

O Cemitério da Glória carrega a importância de ter sido o primeiro cemitério surgido na então antiga Vila de Santo Antônio do Paraibuna, instalado paralelamente ao desenvolvimento da mesma, quando atingindo o posto de cidade em 1856. Este foi o ano de delimitação do terreno para o Cemitério da Companhia União e Indústria, denunciado pelo marco centenário de pedra cônica em ponta oval na entrada do espaço. Mariano Procópio Ferreira Lage, havia três anos antes, fundado a Companhia União e Indústria para fomentar os seus projetos de desenvolvimento em benefício da dita Vila. A firma objetivava ligar Juiz de Fora à Petrópolis, escoando os produtos agrícolas por uma estrada de rodagem que por ela viria a ser construída. Além disso, a empresa também pretendia formar uma colônia de imigrantes, para impulsionar a produção agrícola local e fluir o comércio da região. A fim de trabalhar nas oficinas, Mariano Procópio decide contratar um grupo de vinte artesãos em Hamburgo. Esses artesãos eram especialistas nos ofícios de ferreiro, serralheiro, carpinteiro, marceneiro, correeiro e pintor. Sendo esses operários de origem germânica e professos da crença luterana, o comendador antevê os problemas que enfrentaria com a Igreja local e instala nas propriedades da empresa, um vasto terreno para servir de cemitério e sepultar os seus subordinados. Isso, visto que, o campo santo de enterramentos intramuros não suportava a utilização por indivíduos que não fossem de religião católica. A chegada dos artesãos, foi o prelúdio da imigração em massa ocorrida dois anos depois, em 1858. Agora, mais do que nunca, haveria o Cemitério da Companhia União e Indústria exercer fundamental valor prático. Naquele ano embarcaram em Hamburgo os imigrantes dispostos em cinco barcas: Tell, Rhein, Gundela, Gessner e Osnabrück. Eles eram oriundos do Ducado de Schleswig (antigo feudo danês), do Condado de Holstein, do Reino da Prússia, do Grão-Ducado de Hessen, do Grão-Ducado de Baden e do Condado do Tirol na Áustria. Destes, os tirolezes são os que somavam o maior grupo, com 26% do total de colonos. Portanto, se formos analisar, o número de tirolezes é maior entre os demais grupos vindos em 1858, podendo ser identificado o processo migratório, como uma Imigração Tirolesa, e neste caso, a primeira a acontecer no Brasil. Sendo também maior o número de imigrantes católicos, o culto à Deus pela devoção de Nossa Senhora da Glória foi trazido por eles. Em Juiz de Fora, essa devoção garantia a manutenção das identidades regionais e católica dos colonos que ali se instalaram. Sua primeira manifestação se deu na consagração do Cemitério da Companhia União e Indústria como Cemitério Nossa Senhora da Glória. Tão logo foram surgindo capelas em sua honra e todo o povoado da Estação floresceu a partir da fixação de parte daqueles imigrantes no entorno do Cemitério. O Cemitério que comumente é considerado um lugar de relação íntima com a morte, passou a exercer uma relação contrária: a de dar vida à comunidade que vinha surgindo, mantendo viva a fé dos imigrantes, e acesa a chama das tradições católicas e luteranas. É no Cemitério da Glória que as manifestações da presença germânica na cidade são mais expressivas. Suas identidades religiosa e linguística, bem como sua relação com a morte são linhas que intercalam a história do Cemitério da Glória e da Imigração Alemã e Tirolesa de 1858 em Juiz de Fora.

Palavras-chave: Memória; Identidade; Cemitério; Imigração Germânica; Católicos; Luteranos.

ABSTRACT

MEMORY AND IDENTITY: THE HISTORICAL NARRATIVE OF THE CEMITÉRIO DA GLÓRIA.

The Cemitério da Glória carries the importance of having been the first cemetery to appear in the then old Vila de Santo Antônio do Paraibuna, installed in parallel with its development, when it reached the rank of city in 1856. This was the year of delimitation of the land for the Cemetery of Companhia União e Indústria, denounced by the centenary mark of conical stone in oval point at the entrance of the space. Mariano Procópio Ferreira Lage, three years before, founded the Companhia União e Indústria to promote his development projects for the benefit of the said Village. The firm aimed to connect Juiz de Fora to Petrópolis, transporting agricultural products through a highway that would be built by it. In addition, the company also intended to form a colony of immigrants, to boost local agricultural production and flow trade in the region. In order to work in the workshops, Mariano Procópio decides to hire a group of twenty craftsmen in Hamburg. These craftsmen were specialists in the crafts of blacksmith, locksmith, carpenter, cabinetmaker, saddle maker and painter. Since these workers are of Germanic origin and professed Lutheran beliefs, the businessperson foresees the problems he would face with the local Church and installs on the company's properties, a vast land to serve as a cemetery and to bury his subordinates. This, since the holy field of intramural burials did not support the use by individuals who were not of Catholic religion. The arrival of the craftsmen was the prelude to the mass immigration that took place two years later, in 1858. Now, more than ever, the Cemitério da Companhia União e Indústria would have a fundamental practical value. In that year, the immigrants arranged in five boats embarked in Hamburg: Tell, Rhein, Gundela, Gessner and Osnabrück. They came from the Duchy of Schleswig (ancient Danish fief), the County of Holstein, the Kingdom of Prussia, the Grand Duchy of Hessen, the Grand Duchy of Baden and the County of Tyrol in Austria. Of these, the Tyroleans were the largest group, with 26% of the total settlers. Therefore, if we analyze, the number of Tyroleans is higher among the other groups that came in 1858, and the migratory process can be identified as a Tyrolean Immigration, and in this case, the first to take place in Brazil. As the number of Catholic immigrants was also greater, the cult of God through the devotion of Nossa Senhora da Glória was brought by them. In Juiz de Fora, this devotion guaranteed the maintenance of the regional and Catholic identities of the settlers who settled there. Its first manifestation took place at the consecration of the Companhia União e Indústria Cemetery as Nossa Senhora da Glória Cemetery. As soon as chapels appeared in her honor and the entire village of Estação flourished from the settlement of part of those immigrants in the surroundings of the Cemetery. The Cemetery, which is commonly considered a place of intimate relationship with death, began to exercise an opposite relationship: that of giving life to the community that was emerging, keeping the faith of immigrants alive, and keep the flame lit of Catholic and Lutheran traditions. It is in the Cemitério da Glória that the manifestations of the Germanic presence in the city are most expressive. Their religious and linguistic identities, as well as their relationship with death, are lines that intersperse the history of the Cemitério da Glória and the German and Tyrolean Immigration of 1858 in Juiz de Fora.

Keywords: Memory; Identity; Cemetery; Germanic Immigration; Catholics; Lutherans.

SUMÁRIO

Introdução	10
I – das Vorgesang- O Prelúdio	24
I.I – A Companhia União e Indústria e o Surgimento Efetivo da Vila de Santo Antônio do Paraybuna	27
I.II – Os Primeiros Passos do Comendador – O início da construção da Estrada União e Indústria	34
I.III – Os Artífices	44
I.IV – O Cemitério da Companhia União e Indústria	46
II – A Imigração Germânica de 1858	59
II.I – O Contrato e a Importação dos Colonos.....	62
II.II – Ade!	64
II.III – Wer sind wir und woher kamen wir? – Quem somos nós e de onde viemos?.....	82
II.IV – Contabilizando Perdas	85
II.V – As Mortes se Multiplicam	91
II.VI – Os Primeiros Obstáculos.....	97
III – Da Gratidão à Senhora da Glória	101
III.I – A Dormição e Assunção de Maria.....	103
III.II – Maria Himmelfahrt: Uma Devoção Tipicamente Germânica	105
III.III – As Capelas da Companhia União e Indústria	110
III.III.I – A Capela Provisória da Estação.....	111
III.III.II – A Capela da Villagen.....	115
III.III.III – A Primeira Capela de Nossa Senhora da Glória	117
III.IV – Identidade em Questão: Paridades e Disparidades	119
III.V – A Segunda Capela de Nossa Senhora da Glória	127
IV – O Cemitério da Glória	137
IV.I – A Ala da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana	140
IV.II – A Ala da Comunidade Católica de Nossa Senhora da Glória	162
IV.III – A Guarda e a Detenção dos Espaços	180
IV.IV – “Mijn metgezel zei dat hij niet in het Duits zou prediken” – Chegam os Missionários Redentoristas Holandeses.....	181

IV.V – Missão Holandesa em Juiz de Fora	184
IV.VI – O Cemitério da Glória: Espaço de Conflitos.....	186
IV.VII – Dinamismo Missionário	192
V – Considerações Finais	199
Bibliografia.....	205

Introdução

O Cemitério Nossa Senhora da Glória, ou apenas Cemitério da Glória, como é popularmente conhecido, está localizado no início da Rua Quintino Bocaiúva, bairro Jardim Glória na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais. Entre os Cemitérios locais,¹ se destaca por ter sido o primeiro espaço específico de enterramentos surgidos na cidade e por apresentar aspectos culturais e simbólicos que caracterizam a identidade dos antigos imigrantes germânicos que ali jazem. Possui aspecto singular não apenas por tais motivos, mas também por ser dividido em duas alas e conseqüentemente ser gerenciado por duas administrações. Essas características, o distingue dos demais no âmbito municipal com exceção do Cemitério São Pedro, igualmente dividido em duas alas com administrações distintas.² Sobre este cemitério especificamente e sua relação histórica com o Cemitério da Glória, abordaremos no decorrer da pesquisa. O transparecer desses quesitos são frutos de eventos históricos ocorridos ao longo do século XIX e início do século XX.

Juiz de Fora se caracteriza historicamente por seu passado precocemente industrial. Seu potencial econômico, embrionariamente agrário, foi amplamente explorado, quer seja pelos grandes fazendeiros locais, seja pelo próprio Governo Imperial, que injetou uma série de investimentos visando o progresso da região. O maior deles, desencadeou o processo de desenvolvimento de forma acentuada da então recém fundada cidade, por meio da Estrada União e Indústria construída em 1861. Esta obteve papel preponderante nesse processo, uma vez que se fazia necessário escoar os produtos agrícolas como o café, para o Rio de Janeiro com maior facilidade e em menor escala de tempo. Além disso, a Companhia União e Indústria, responsável pela construção da Estrada de mesmo nome, fomentou a produção e o comércio local, além do mercado de importação, com a instalação da Colônia Agrícola Dom Pedro II.

¹ Cemitério São Pedro, Cemitério Nossa Senhora Aparecida (Cemitério Municipal), Cemitério Nossa Senhora das Dores (bairro Gramma), Cemitério São Sebastião (Barreira do Triunfo), Cemitério Parque da Saudade.

² O Cemitério São Pedro está localizado no atual bairro São Pedro, uma das regiões que compunha junto ao atual bairro Borboleta, a Colônia Dom Pedro II. Por manter uma concentração muito grande de famílias de colonos, foi delimitada uma área por doação do colono Leopoldo Schäfer, para servir de enterramentos daquelas famílias. Ainda que de forma menos expressiva que o Cemitério da Glória, ele também possui marcas daqueles imigrantes que chegaram em 1858 em Juiz de Fora e está dividido em duas alas, administradas pela Comunidade Evangélica de Confissão Luterana e pela Paróquia de São Pedro.

O desenvolvimento da cultura cafeeira, bem como do seu comércio e de outros produtos fortaleceram economicamente o município, tornando-o palco de significativos investimentos em sua infra-estrutura urbana, bem como, da implantação e consolidação da industrialização, tornando-o, ainda na segunda metade do século XIX, o principal pólo econômico da Zona da Mata mineira. (MIRANDA, Apud: OLENDER, 2014, p.1).

A partir de então, o boom desenvolvimentista de Juiz de Fora foi marcado por diversos pioneirismos de caráter social, cultural e econômico. Alguns desses pioneirismos podem ser traduzidos como a primeira imigração tirolesa (austríaca) para o Brasil – constituída na imigração germânica de 1858,³ e a primeira vinda de padres redentoristas para o Brasil vindos da Holanda. A cidade também foi palco de investimentos pioneiros na produção de energia hidrelétrica com a instalação da Usina de Marmelos, a primeira usina hidrelétrica da América Latina e a instalação do primeiro curtume industrial do Brasil, pelo alemão Detlef Krambeck.

Por esse motivo, foram surgindo pesquisadores que se colocaram à disposição de analisar fontes documentais e escrever sobre a história local⁴. No entanto, muito do que foi produzido, atualmente, é cabível de controversas e o que ainda se produz, na maioria das vezes se deve às leituras de pesquisas cujos autores são cabíveis de reavaliação historiográfica, embora suas obras sejam de vital importância para a conservação da memória da cidade. Um exemplo claro desses equívocos históricos os quais me refiro, se faz presente na obra de Luiz José Stehling: “A Companhia União e Indústria e os Alemães”, publicado em 1979 e considerado bibliografia clássica para quem pesquisa a temática local. Nela o autor escreve:

Desde que os colonos alemães chegaram aqui, sempre reclamaram da Companhia União e Indústria um terreno para instalar um cemitério nele. Sem

³ O segundo grupo de imigrantes austríacos a migrar para o Brasil foi destinado ao Estado do Espírito Santo e lá fundaram em 1859 a Colônia Tirol, no município de Santa Leopoldina. A partir de então, outras migrações e colonizações protagonizada por austríacos advindos do Tirol aconteceram em todo o Brasil, como em Santa Teresa e Alto Pongal, também no Espírito Santo em 1874 e 1875; a fundação dos bairros Santa Olímpia e Santana em Piracicaba-SP, a partir de 1892 e 1893; a presença de tiroleses na Colônia Assunguy, no Paraná, a partir de 1874 e 1879 e a fundação da Colônia Santa Maria do Novo Tyrol em Piraquara, Paraná, em 1878. Também tivemos uma maciça presença dos tiroleses em diversas regiões de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, como respectivamente a fundação de Nova Trento em 1875, a ocupação do Vale do Itajaí a partir daquele ano e na Colônias gaúchas Conde D’Eu e Província Rio Grande do Sul em 1872 e 1869. A mais conhecida atualmente, Treze Tílias em Santa Catarina, carrega a alcunha de “Tirol Brasileiro” é a mais recente e foi fundada em 1933. Informações contidas no artigo “Somos Tiroleses”, do Pesquisador Dr. Everton Altmayer. Disponível em: <http://tiroleses.com.br>. Acessado em: 08 de Março de 2022.

⁴ Ver: STEHLING, Luiz José. A Companhia União e Indústria e os Alemães. Juiz de Fora: Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, 1979. CLEMENTE, Vicente de Paulo. Os Alemães e a Borboleta. Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2008. STEPHAN, Luiz Antônio Caixeiro. Chucrute, Danças, Chope e Determinação. Juiz de Fora: Copyright Luiz Antônio Caixeiro Stephan, 2011. KAPPEL, Oscar. Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Juiz de Fora – 140 anos de História. Editar, Juiz de Fora, 2002.

o devido respeito, os mortos estavam sendo sepultados em qualquer lugar na Colônia. Eles alegavam a grande distância existente entre o cemitério da matriz de Santo Antônio e a Colônia, os evangélicos enfrentavam ainda o padre Tiago com a sua intolerância que não permitia o sepultamento deles em cemitério católico. Por isto, muitos colonos de ambos os sexos e credo foram sepultados junto da Lagoa Gratidão, na área da enfermaria, (Kranckenhoff) e nos próprios prazos.⁵⁶

Portanto, a presente pesquisa elaborada junto ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, se justifica por proporcionar uma reavaliação historiográfica do passado local,⁷ e visa analisar e traçar uma narrativa documentada do Cemitério da Glória, desde sua instalação como Cemitério da Companhia União e Indústria em 1856 até 1910, a fim de dar voz à esses processos históricos e compreendê-los de forma tal, como foram manifestados no espaço fúnebre. Tais acontecimentos foram de extrema relevância para o desenvolvimento da cidade e na configuração étnica, cultural e religiosa da sociedade juiz-forana nas primeiras décadas de sua existência.

O recorte espacial proposto à análise da presente pesquisa abrange um território de fundamental importância para o desenvolvimento da antiga Vila de Santo Antônio do Parahybuna, surgida em meados do século XIX e posteriormente da Cidade do Paraibuna em 02 de maio de 1856. Trata-se mais especificamente das terras adquiridas por compra pelo Comendador Mariano Procópio Ferreira Lage junto à Cassiano Dias Tostes, filho e herdeiro do então falecido Capitão Antônio Dias Tostes com sua primeira esposa, também falecida, dona Ana Maria do Sacramento em 8 de janeiro de 1856. Tais terras serviram para a fundação da chamada Colônia Alemã D. Pedro II em nome da Companhia União e Indústria, empreendida pelo comendador em 1853. A área abrange atualmente desde o bairro Fábrica até o Morro da Glória (Avenida dos Andradas), conhecidos na época como Vilagen da Colônia, o atual bairro São Pedro (Cidade Alta) antes também conhecido na época, em parte, por Vale Tirolês e o atual bairro Borboleta. Particularmente, abordaremos em maior escala a

⁵ STEHLING, Luiz José. A Companhia União e Indústria e os Alemães. Juiz de Fora: Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, 1979. Página: 244.

⁶ Ao analisarmos esta informação trazida por Stehling, veremos que a mesma não encontra fundamentos junto às fontes de pesquisa, a fim de desqualificar a ação da Companhia no acolhimento dos imigrantes.

⁷ Tal reavaliação, especificamente desta obra, acontecerá de forma a questionar as especulações criadas sem o aparato documental. Ao mesmo tempo, aproveitaremos as informações solidamente fundamentadas do autor para a elaboração desta narrativa.

primeira localização citada, a qual se encontra o antigo Cemitério da Companhia e atualmente Cemitério da Glória, objeto central de nosso estudo.

A começar pela fundação da Vila de Santo Antônio do Parahybuna ocorrida em 1850 e seu funcionamento público três anos após. Paulino de Oliveira assim faz referência a este marco zero em sua obra “História de Juiz de Fora”, editado em 1966: “Criado como ficou dito, a 31 de Maio de 1850, o novo Município não se instalou senão em 1853, quando a 7 de Abril se realizou a primeira reunião da Câmara Municipal a fim de que os vereadores eleitos prestassem o juramento legal.”⁸ Recém emancipada de Barbacena, a Vila de Santo Antônio do Parahybuna viu surgir em 1853 a Companhia União e Indústria. Seu fundador, o comendador Mariano Procópio Ferreira Lage pretendia com ela empreender uma estrada de rodagem que ligaria as Províncias de Minas Gerais e Rio de Janeiro, a fim de escoar em menos tempo e percalços os produtos comercializados pela Colônia Agrícola que também haveria de ser instalada. Para tal, a empresa também objetivava promover a imigração de colonos germânicos. Com o progresso dos seus ideais, Mariano Procópio foi gradualmente provendo as estruturas necessárias para o novo núcleo industrial e habitacional que estava se formando nas imediações da atual Avenida dos Andradas. A partir de 1854, o comendador adquire uma grande extensão de terras para a delimitação e distribuição dos prazos aos colonos que chegariam dois anos depois. Também foi neste período que se iniciaram efetivamente os trabalhos para a construção da Estrada. Especificamente, em 1856, é comprado em nome da Companhia um lote onde foi instalado o nosso objeto de estudo, isto é, o Cemitério da Glória, com o título primeiro de Cemitério da Companhia União e Indústria e a antiga Vila de Santo Antônio do Parahybuna é elevada ao posto de cidade do Parahybuna.⁹ Em síntese, estes serão os eixos temáticos que nortearão o nosso primeiro capítulo. Para documentar o surgimento do Cemitério da Glória, será adotado um método quantitativo da história, baseando-se em análises dos registros *in loco* e dos dados de sepultamentos do Arquivo Histórico Arquidiocesano de Juiz de Fora. A contabilização e análise desses registros nos permitirão também revelar o período em que o Cemitério da Companhia União e Indústria foi inaugurado. Na reconstrução histórica desta etapa, faremos uso basicamente das fontes primárias como os relatórios da

⁸ OLIVEIRA, Paulino de. História de Juiz de Fora. Juiz de Fora: 2ª Edição. Gráfica Comércio e Indústria Ltda, 1966. Página: 27.

⁹ STEHLING, op. cit., 113.

Companhia União e Indústria, jornais da época (Correio Mercantil e Jornal do Comércio) bem como fotos e registros cartográficos da Biblioteca Nacional, além das informações documentadas dos autores locais, tais como Luiz José Stehling, Paulino de Oliveira e Wilson de Lima Bastos.

O Segundo Capítulo será dedicado à narrativa da importação dos colonos germânicos e da viagem propriamente dita. Também objetivaremos identificá-los e contextualizar suas diferentes origens, uma vez que, a historiografia local, tem equivocadamente os classificados como um único povo. Sabemos, pois, através dos documentos que aqui serão apresentados, que as famílias foram contratadas pela Companhia União e Indústria eram advindas do Reino da Prússia, do Condado de Holstein, do Grão Ducado de Hessen, do Grão Ducado de Baden, do Tirol na Áustria e de outras localidades que não chegavam a somar um contingente significativo de 10 famílias.¹⁰ A fim de alcançar este êxito, nos serviremos do vasto acervo histórico do Instituto Teuto-Brasileiro William Dilly como o livro contendo dados específicos de todas as famílias contratadas pela Companhia União e Indústria – a bibliografia composta por Stehling e duas obras da jornalista Rita Couto: “São Pedro, o Coração da Colônia Alemã de Juiz de Fora” e seu primeiro livro intitulado “Santana, uma Capela Tirolesa na Colônia Alemã de Juiz de Fora.”

Por isso, pretendemos identificar as marcas identitárias desses povos no Cemitério da Glória, compreendendo suas experiências com o passado, vividas por eles de forma distinta e similar em suas respectivas Heimatland.¹¹ Apesar de apresentarem uma grande identificação política e regional entre si, haviam aspectos culturais que os aproximava, como a matriz linguística e a religião. Os colonos católicos trouxeram consigo uma faceta típica do catolicismo dos séculos XVIII e XIX: o devocionismo.¹² Desta forma, devoções pouco comuns do catolicismo colonial

¹⁰ A saber: Mecklenburg Schwerin, Condado de Schleswig (antigo feudo danês), Hannover, Lauenburg, Braunschweig, Saxônia, Württemberg, Frankfurt, Baviera, Nassau e Weimer.

¹¹ Terminologia da língua alemã para se referir à “pátria”, ou mais especificamente, determinado local de origem.

¹² Entende-se por devocionismo o elemento principal do catolicismo tradicional em que o culto à uma personalidade do cristianismo toma papel central na vida religiosa da comunidade (PEREIRA, Mabel Salgado. Festas do catolicismo juiz-forano: expressões de liberdade social e controle eclesiástico. In: Festa e religião: imaginário e sociedade em Minas Gerais / Mabel Salgado Pereira, Marcelo Ayres Camurça, Organizadores. - Juiz de Fora: Templo Editora, 2003. Página: 70). O catolicismo tradicional das Minas Gerais era caracterizado pelo “*precário controle da estrutura eclesiástica.*” (BRION, Ioneide Piffano. Ação Reformadora e Romanizadora na Igreja Católica de Juiz de Fora, 1890-1924. Juiz de Fora: DI Gráfica e Editora LTDA, 2008. Página: 25.). A religiosidade era predominante nas fazendas,

português que pairava na recém fundada cidade, passaram a emergir no cenário local. A fé em São José (al. Heilige Joseph) era externada nas muitas crianças que de geração em geração recebiam o seu nome por meio do batismo.¹³ De forma particular, o carpinteiro de Nazaré é venerado em todo o Tirol e considerado padroeiro da Áustria.¹⁴ Semelhante a fé em Santa Anna, avó de Jesus, própria dos tirolezes, deu origem à Capela construída em sua honra pela família Larcher.¹⁵ Assim, tomaremos em particular a devoção à Assunção de Maria, trazida por aqueles imigrantes e que por consequência, originou a consagração e o título do espaço fúnebre como Cemitério Nossa Senhora da Glória. Ratificaremos que a partir do Cemitério a religião desenvolveu-se ao passo do progresso da Colônia Dom Pedro II. Este será o objetivo do terceiro capítulo.

Buscaremos desenvolver neste quarto e último capítulo as principais características identitárias do Cemitério da Glória, a saber: a divisão das alas (católica e luterana) e como cada uma delas transparece o contexto da povoação inaugurada a partir de 1858. Também trataremos o processo de guarda e detenção dos espaços

mais especificamente no ambiente doméstico, sendo a hierarquia familiar os ministros responsáveis por guiar os cultos. Esse sistema precedeu o surgimento das capelas, que gradativamente foram surgindo ao longo dos séculos. A devoção ao santo, segundo Riolando Azzi era marcada pelas promessas. *“Através delas estabelecia-se uma ponte entre o céu e a terra, entre o poder divino e a fraqueza humana. Assim sendo, o cumprimento das promessas feitas tornava-se uma dívida sagrada, a ser paga a qualquer custo e cuja obrigação passava por vezes de pai para filho.”* (AZZI, Riolando. Sob o Báculo Episcopal: A Igreja Católica em Juiz de Fora, 1850-1950. Juiz de Fora: Centro da Memória da Igreja de Juiz de Fora, 2000. Página: 25.)

¹³ **Josepha Schaefer**, filha de Francisco Schaefer e Tecla Franck. Nascida em 31 de outubro de 1869 e batizada em 28 de novembro de 1869, na Colônia. Catholica. (Livro de Batismos da Paróquia Nossa Senhora da Glória 1858-1939. Arquivo Arquidiocesano de Juiz de Fora). **Joseph Heider**, filho de Georg Heider e Anna Stiegert. Nascido em 03 de julho de 1901 e batizado em 26 de julho de 1901. (Livro de Batismos da Paróquia Nossa Senhora da Glória 1858-1939. Arquivo Arquidiocesano de Juiz de Fora).

¹⁴ A adoção de personalidades místicas como fundadoras de Estados, assim sendo Santo Estevão (al. Skt. Stephan) da Hungria e São Wenceslau da Boêmia (al. Skt. Wenzel), fez surgir figuras importantes na afirmação da identidade nacional dos emergentes Estados europeus. Desde o período medieval, os reis sacros assumiram este papel como Carlos Magno, Henrique II e Luís IX e contribuíram para legitimidade dos interesses dinásticos. No caso dos Habsburgo, na carência de um antecessor venerado pela Igreja, empenharam constantes esforços para a canonização de Leopoldo VI durante o século XV. Com o insucesso, adotou-se no século XVII São Koloman (al. Heilige Koloman) como patrono do ducado austríaco. Ao mesmo tempo, a figura de São José tornou-se patrono Universal da Casa e do Império Habsburgo. Sobre isso, ver: NACHBAUR, Ulrich. *Der Vorarlberger Landespatron. Ein Beitrag zur Verehrung des heiligen Josef und zu den Landesfeiertagen in Österreich*. In: *Montfort. Vierteljahresschrift für Geschichte und Gegenwart Vorarlbergs*. 56. Jahrgang, Heft 1/2, 2004. Página: 75. Disponível em: <http://apps.vorarlberg.at/vorarlberg/pdf/m041-2nachbaurlandespatro.pdf>. Acessado em: 04 de janeiro de 2021.

¹⁵ A Capela de Santa Anna está localizada na atual rua Hermam Toledo, número 85, bairro São Pedro. Ela foi construída pelo imigrante tirolês David Larcher, natural de Heiming. O pequeno templo foi terminado por seus filhos em 1864, ano de sua inauguração e seguinte do início de sua construção, uma vez que o patriarca faleceu em setembro de 1863. Sobre isso, ver: COUTO, Rita. Santana: uma capela tirolesa na colônia alemã de Juiz de Fora. Juiz De Fora: Edição do Autor, 2016. Página: 60.

pelas duas comunidades no ato de liquidação da Companhia União e Indústria. Para os católicos, esse marco seria alterado significativamente após a chegada dos missionários holandeses em Juiz de Fora. Por isso, abordaremos aqui, de igual forma, a vinda dos padres redentoristas, destacando a indisposição de pregarem em alemão e manter o significativo traço identitário linguístico daqueles imigrantes, ocasionando em um conflito que ficou conhecido como "A Questão Alemã", transformando o Cemitério da Glória, um espaço de disputa entre ambos os grupos. Concluiremos este capítulo mostrando que apesar dos lamentáveis conflitos do passado, envolvendo as duas comunidades, leiga e religiosa, o convívio pacífico se deu mediante a uma política de distensão adotada pelos padres que frutificou em amizade fraterna e concreta, dando origem à outras comunidades no âmbito eclesial.

Por fim, teceremos as considerações finais reafirmando o Cemitério da Glória como um lugar de memória por excelência ressaltando os elementos, destacadamente ritualísticos que assim o caracteriza. Esta síntese também irá transparecer que a narrativa histórica que traçamos do Cemitério da Glória, também se trata da narrativa histórica da Cidade de Juiz de Fora, sobretudo da Imigração germânica ocorrida em 1858. O espaço espelhava as transformações que ocorriam na sociedade, sobretudo na repercussão das mortes envolvendo os imigrantes que habitavam a Colônia Dom Pedro II (bairros São Pedro e Borboleta), a Villagen da Colônia (Rua Bernardo Mascarenhas) e o Povoado da Estação (atual morro da Glória e Mariano Procópio).

A estrutura textual desta pesquisa será pautada na narrativa histórica, considerando as contribuições do historiador Carlo Ginzburg, que propõe tratar de três elementos contidos na narrativa e que também devem auxiliar no exercício de compreensão e aceitação de tal recurso numa metodologia historiográfica específica. São eles: a história, a retórica e a prova. As preocupações de Ginzburg, então, se voltam para uma ponderação e um questionamento sobre o papel dos documentos e dos discursos no fazer do historiador. Ele recorda em *Relações de Força*, que a relação entre história e retórica na atualidade, esvaiu a necessidade da prova. Tal ocorrência se deu, pois, a retórica assumiu aparentemente uma autonomia como campo de construção semântica. Portanto, Ginzburg propõe a problematização da visão da retórica separada da prova, uma vez que no passado, a primeira necessitava da segunda, do contrário, ela se rebaixaria a um discurso meramente enganador. Para

ele, a soberania da retórica sobre a prova ameaça levar a discussão histórica para um relativismo absoluto, no qual a dimensão narrativa se sobressai. Desta forma, essa não é uma questão apenas de teoria e metodologia, defende Ginzburg. Ela diz respeito ao modo de como nós nos posicionamos frente ao outro. Tomando para este estudo as advertências do historiador italiano, faremos com que a dimensão narrativa sobressaída e ancorada na retórica – sendo esta considerada, não como um dado em si, mas, transformada como outrora em objeto e instrumento da história, sejam, porém, somadas às provas documentais acerca do Cemitério da Glória, a fim de que o relativismo absoluto não prevaleça. Essa forma de se conceber a história, para Ginzburg, coloca em questão os documentos novamente em evidência no trabalho do historiador. Segundo o autor, a ausência das fontes esvazia os objetos e instrumentos da História.

A fim de ratificar e caracterizar o nosso método historiográfico, faz-se importante aqui evocar a contribuição do historiador alemão Jörn Rüsen, que por sua vez, propõe teorizar em sua obra chamada *“Objetividade e Narratividade nas Ciências Históricas”* a crítica da crítica à narrativa histórica com ambos os conceitos que nomeiam seu trabalho. Ela é de grande relevância, pois nos permitirá compreender os eventos históricos envolvendo a comunidade local e seus desdobramentos manifestados no espaço fúnebre. Em outras palavras, lograremos assim, desenvolver nossos estudos de forma simultânea, isto é, pautando-nos na objetividade e na narratividade proposta por Rüsen.

Para o autor, a relação com a experiência do passado e a racionalidade do tratamento cognitivo dessa experiência, são as bases para a validação geral do conhecimento histórico.¹⁶ Segundo Rüsen, os estudos históricos se caracterizam por uma relação um tanto convergente. Se por um lado a limitação meta-histórica como princípio do pensamento histórico torna difícil a objetividade científica na representação do passado, do outro, visando obedecer de forma imediata à racionalidade metódica, aparecem as atitudes e procedimentos acadêmicos consolidados dos historiadores profissionais que permitem realizar o trabalho historiográfico e de pesquisa. A objetividade, portanto, pressupõe um limite de interpretação histórica. Ela se apresenta como um parâmetro de validade que faz da

¹⁶ RÜSEN, Jörn. “Objetividade e narratividade nas ciências históricas”. *Textos de História*, v. 4, n. 1, 1996. Página: 76.

historiografia e do pensamento histórico, plausíveis. Em outras palavras, trata-se de um determinado modo de objetivar a verdade fortemente ligada à racionalização do pensamento histórico em acréscimo de seu caráter acadêmico.¹⁷

Ao fazermos uso da relação constitutiva do pensamento histórico para com a experiência, isto é, abarcando também a validade interna subjetiva de uma interpretação histórica junto às fontes, abordaremos em conjunto a relação constitutiva do pensamento histórico para com as práticas culturais da memória e das identidades coletivas. A essa relação que entendemos ser complementar, Jörn Rüsen chama de narratividade. Complementar, pois, graças aos processos mentais criativos da narratividade histórica, apresenta-se a característica de estrutura narrativa e submete a espontaneidade racional ao controle da evidência empírica, da lógica coerente e da explanação vigorosa na dinâmica da produção histórica de sentido. A credibilidade da narrativa histórica se traduz em tal coerência prática, que garante plausibilidade em relação à função prática que ela possui na direção cultural da vida concreta.¹⁸

Esta pesquisa ainda tem como objetivos específicos contribuir para a produção de redes de pesquisas no que tange à memória e identidade no âmbito interdisciplinar, prezando por historicizar a presença germânica no Cemitério da Glória e os diferentes processos históricos que o caracterizou ao longo do nosso recorte temporal. Por se tratar de uma memória comunitária, evocamos a esfera social da memória, que é abordada na escola sociológica francesa por Maurice Halbwachs. O historiador considera o caráter coletivo da Memória pressuposto pelas relações sociais dos indivíduos, já que a coletividade seria fator causa de transmissão das lembranças. Em outras palavras, para Halbwachs, a Memória Coletiva é composta pelas lembranças vividas pelo indivíduo ou que lhe foram repassadas, mas que não lhe pertencem somente, e são compreendidas como propriedade de uma comunidade, um grupo na qual foram construídas. Além disso, a memória coletiva fundamenta a própria identidade do grupo ou comunidade, mas normalmente tende a apegar-se a um acontecimento considerado fundador, simplificando todo o restante do passado. No caso deste trabalho, o marco de fundação desse passado é o monumento de pedra de instalação do Cemitério da Glória, outrora Cemitério da Companhia União e Indústria que trataremos a seguir. Por conseguinte, há segundo Halbwachs, uma

¹⁷ RÜSEN, op. cit., 78-79.

¹⁸ Idem, p. 96-97.

distinção entre memória e história, pois a história se atenta à lacuna causada no tempo e busca a interpretação dos fatos, dos registros de acontecimentos sistemáticos colocados para e pela sociedade, enquanto para a memória, o preponderante se revela na reação que o fato causa no indivíduo, ou seja, no silêncio, ou numa atitude explosiva diante de um fato emergido do passado. Ela recupera o que está submerso, seja do indivíduo ou do grupo. A memória age sobre o que foi vivido.¹⁹ Em outras palavras, trata-se do fato ainda presente no tempo. Esta compreensão da memória coletiva será o fio condutor metodológico dos capítulos, especialmente no terceiro, onde evidenciaremos as identidades ressaltadas por ela na experiência histórica, transparecendo a trajetória do nosso objeto.

Quando nos referimos à memória, consideramos com Christine Azzi, que essa memória nos é sentida, sobretudo através dos monumentos históricos. Ela se apresenta como *um dado antropológico intimamente ligado às formações culturais e o lugar dela em determinada cultura envolve fatores rituais, míticos, históricos, políticos e psicológicos*.²⁰ Trata-se, portanto, de uma categoria, antes de tudo psíquica e antropológica, que permite ao historiador realizar a leitura de identidades e também de uma época. Com isso, compreende-se o processo de escrita da memória, por assim dizer, como uma ferramenta de exercício revelador e transformador de uma determinada visão de mundo somada às suas relações históricas e culturais.

Para o historiador francês Jacques Le Goff, a memória é *a propriedade de se conservar certas informações*²¹ e seu aspecto social um dos meios mais importantes de se abordar a problemática temporal da História.²² Desta forma é importante ressaltar que as categorias de memória e autobiografia são consideradas por ele, de caráter uniforme, uma vez que a formação da identidade e da personalidade do sujeito serão sempre permeadas pela vivência cotidiana, dados os seus fatores externos. O ato de rememorar explicita então a busca deste sujeito por algo que lhe permita exercer uma reflexão de si próprio, ou seja, o sentido da própria existência imersa no

¹⁹ SILVA, Kalina Vanderlei et al., Dicionário de Conceitos Históricos. 2.ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2009. Página: 276.

²⁰ ALBANO, Adriana Helena de O. Rastros de memória. Juiz de Fora: Funalfa edições, 2008. Página: 17.

²¹ LE GOFF, Jacques. História e Memória. Tradução de Bernardo Leitão. 5ª ed. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003. Página: 419. Disponível em: <http://ftp.editora.ufrn.br>. Acessado em: 04 de janeiro de 2021.

²² SILVA, et al., op. cit., 275.

passado, presente e futuro e da sociedade a qual ele está inserido, traduzindo-se no gênero literal, o aspecto coletivo da memória pensado por Halbwachs. Tal aspecto coletivo da memória é pressuposto de uma consciência coletiva, instrumentalizada pelo esforço de recuperação do passado.²³

Pelas expressões memorialísticas que caracterizam o Cemitério da Glória representarem uma parcela considerável do patrimônio ainda existente da antiga Colônia alemã Dom Pedro II, a pesquisa visa proporcionar a identificação desses elementos resultando num mecanismo facilitador de sua preservação efetiva. Para tal, nos valem da contribuição de Pierre Nora, que nos remete a um conceito definido por “Lugar de Memória”, que se apresenta como peça-chave do quebra-cabeças envolvendo o Cemitério da Glória. Mas podemos ir ainda mais além, e defini-lo não apenas como uma peça-chave, mas como todo o plano de fundo que reveste e fornece sustentação ao verso desse quebra-cabeças. Os lugares de memória, segundo Nora, correspondem a três valores semânticos de forma simultânea. São eles: o sentido material, simbólico e funcional de determinado objeto. Em seu discurso, o historiador francês explana que, mesmo um depósito de arquivos que pode parecer apenas um lugar físico, portanto, material, e cumprir o seu papel enquanto tal, caracterizando-o dentro da esfera funcional, pode ser considerado um lugar de memória se a imaginação o confere aura simbólica. E continua exemplificando que objetos puramente materiais e funcionais como um manual de aula, um testamento e uma associação de antigos combatentes, ingressam na categoria proposta quando são emanados por ritos, tornando-os também instrumentos simbólicos da memória. Tomemos, pois, para este aspecto, o dia de finados, tradicionalmente vividos pelos imigrantes germânicos instalados em Juiz de Fora.

²³ ALMEIDA, Fabiana Aparecida de. Narrativas preservacionistas na cidade: a trajetória da defesa do patrimônio de Juiz de Fora contada através de manifestações populares. Funalfa, Juiz de Fora – 2015. p. 18.

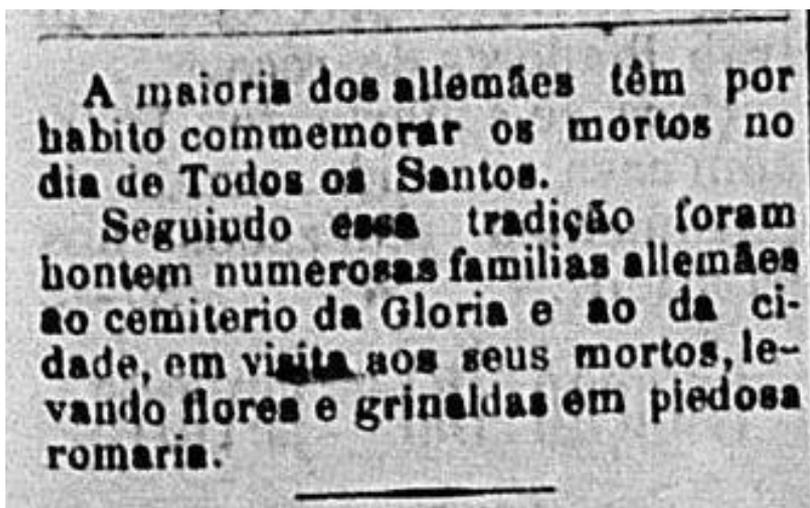


Figura 1: Nota do Jornal O Pharol. Finados, 1901.²⁴

Ainda que pareçam relativistas, essas caracterizações, elas se enquadram nos quesitos propostos por Nora. Assim acontece com o costume de homenagear algo ou alguém, produzindo 1 minuto de silêncio. Temos então a evocação da lembrança a que tal gesto serve (funcional), o ato significativo, portanto, simbólico, e o material caracterizado pelo espaço de tempo gerado. No entanto, apesar da coexistência desses três quesitos, para que seja considerado um lugar de memória, é necessário que haja “vontade de memória”, ou seja, que determinado lugar, objeto ou rito exista graças a uma ação voluntária da sociedade que a produziu. Caso contrário, tais referências se apresentam, senão, como lugares de “história.”

Com ciência desse plano de fundo teórico, podemos aplicá-lo ao Cemitério da Glória. Este por sua vez, nos fornece dados para identifica-lo como um lugar de memória. Primeiramente veremos ao longo de nossa pesquisa, mais precisamente no capítulo primeiro deste trabalho, que o Comendador Mariano Procópio Ferreira Lage decide por delimitar uma parte do terreno adquirido em nome da Companhia União e Indústria para servir como uma área particular de enterramentos. Isto se deu em 1856, ou seja, dois anos antes do empresário empreender a imigração em massa de colonos germânicos, antecipando os problemas que haveria de ter com a Igreja, que não permitia o sepultamento de protestantes ou qualquer outra denominação religiosa no campo santo destinado aos católicos. Com isso, já temos presentes além da vontade de memória, também o que na metafísica chamamos de causa material e causa final e que para Nora são definidas pela esfera material e funcional de nosso objeto: desde

²⁴ Jornal O Pharol, terça-feira, 02 de novembro de 1901. Ano XXXVI – Ed. 100. p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br> – acessado em 23 de março de 2022.

sua gênese, de o Cemitério da Glória ter sido delimitado com a finalidade de preservar a memória dos falecidos – mais precisamente, dos colonos germânicos contratados por Mariano Procópio. O valor simbólico pode ser atribuído à própria designação do espaço como Cemitério da Companhia União e Indústria e posteriormente à sua consagração como Cemitério Nossa Senhora da Glória somado à divisão das alas.



Figura 2: Lápide no Túmulo do Pastor Johannes Caspar Schmierer.

O Cemitério da Glória, portanto, trata-se de um lugar de memória por excelência. É o lugar de memória dos lugares de memória. Os elementos que o constitui possibilitam todas as distribuições possíveis e classificações necessárias, sendo eles próprios, oferentes de uma experiência concreta para com a memória. Encontramos na Ala Evangélica de Confissão Luterana uma dessas fontes capazes de fornecer os dados que precisamos para a nossa análise. Trata-se do túmulo do Pastor Johannes Caspar Schmierer, que traz em sua lápide (Figura 2) em alemão, as seguintes expressões: *“Mutter, Sohn und Schweigertocheter – harren hier vereint der grossen tags der Auferstehung”* que significa *“Mãe, filho e nora aguardam aqui juntos o grande dia da ressurreição.”* Outra expressão em alemão encontramos no túmulo da família Schröder que diz: *“Die in Tränen säen werden mit Freuden ernten”*, que remete ao versículo quinto do Salmo bíblico 126: *“Os que semeiam em lágrimas, colherão com alegria.”* Para Nora, *“o lugar de memória é um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade e recolhido sobre seu nome,*

mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações.”²⁵Logo, estes assim como vários outros exemplares que traremos no capítulo quarto dessa pesquisa, são por si só, também um lugar de memória. Assim são, pois, além de remeter àqueles que ali se fazem presentes pela ausência, transparece a identidade religiosa, regional e linguística daqueles povos que chegaram à Juiz de Fora em 1858. O Cemitério da Glória cumpre o seu papel como lugar de memória ao “parar o tempo; bloquear o trabalho do esquecimento; fixar um estado de coisa; immortalizar a morte; materializar o imaterial; e prender o máximo de sentido num mínimo de sinais.”²⁶

²⁵ NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10. Dezembro de 1993. Página: 27.

²⁶ Idem, p. 22.

Cap. I - das Vorgesang- O Prelúdio.

*A História é como um moinho.
Um moinho de gente. Talvez um Mühle,
como diria minha avó. Um Mühle?
Eu explico...²⁷*



**Figura 3: Pedra União e Indústria 1856. Cemitério da Glória, 02 de novembro de 2018.
Foto tirada pelo autor.**

Há um elemento literalmente fundamental na construção de moinhos de vento: a pedra. A pedra é utilizada desde a sua base e a sua estrutura de torre, bem como as partes de suas engrenagens internas, o chamado “pinhão” ou “disco de pedra” (*ronsel/ steenschijfloop*) e a “banheira de pedra” (*steenkuip*). “Com um moinho de farinha, a base do moinho é geralmente feita de pedra, embora também sejam encontrados suportes de madeira.”²⁸

Dessa forma, torna-se inexecuível a edificação de muitas construções sem antes fundamentá-las sobre a pedra. Referências de sociedades antiquíssimas que usavam esse conhecimento em seus empreendimentos podem ser encontradas nos textos bíblicos. Por exemplo, o texto retirado do livro dos Salmos que diz: “A pedra que os

²⁷ Metáfora utilizada na produção do documentário “Petrópolis Alemã”, tendo sido alterada por mim e licenciada gentilmente para publicação pelo seu produtor Sérgio Kapps.

²⁸ Disponível em: <https://www.bdpopen.nl/techniek.html>. Acessado em 10 de abril de 2019.

pedreiros rejeitaram, foi posta como pedra angular”,²⁹ é atribuído a Davi, Rei de Judá e Israel, que governou entre os anos 1010 a.C. e 970 a.C. Nele, o autor usa da linguagem metafórica para se referir ao seu povo, indicando para a pedra que eles rejeitaram na construção do templo, que se tornou base para fundamentar todo o povo de Israel. A pedra em questão, é Deus, exegeticamente considerando. Em outra passagem bíblica, porém tirada do evangelho de Mateus, a pedra também aparece como elemento fundamental na construção. Na ocasião, o evangelista Mateus faz alusão de Pedro à rocha, sobre a qual Jesus confiaria a comunidade que o seguia e que por tradição, continuaria com o primado dos papas.³⁰

E Simão, respondendo, disse: Tu és o Cristo, o Filho do Deus vivo. E Jesus, respondendo, disse-lhe: Bem-aventurado és tu, Simão, filho de Jonas. Porque não foi alguém de carne e sangue quem lhe revelou isso, e sim o meu Pai que está nos céus. Eu também lhe digo: tu és Pedro e sobre esta pedra construirei a minha Igreja. E as portas do inferno não prevalecerão sobre ela. (Mateus 16, 16-18)

Assim o moinho dessa história começou a ser construído, a mais de 160 anos atrás, com a instalação de uma pedra. Tal pedra foi instalada no local onde serviria de Cemitério o qual atualmente conhecemos como Cemitério da Glória. Ela fora esculpida em formato cônico, porém com a extremidade oval. Em sua frente estão grafadas as iniciais U.I., seguidas abaixo do número 1856. As iniciais referem-se à Companhia União e Indústria, empresa fundada pelo comendador Mariano Procópio Ferreira Lage e o numeral, ao ano de sua instalação. Mais que um marco de fundação do espaço fúnebre, a pedra “U.I. 1856” marca o início do desenvolvimento urbano de toda uma extensa área da Vila de Santo Antônio do Paraibuna,³¹ que vai desde o Largo do Riachuelo, estendendo-se da Avenida dos Andradas ao atual bairro Mariano Procópio; o bairro Fábrica no que diz respeito à atual Rua Bernardo Mascarenhas; o bairro Santa Terezinha em parte e os bairros São Pedro e Borboleta.

²⁹ Salmo 118, versículo 22. Bíblia Sagrada, Edição Pastoral. Sociedade Bíblica Católica Internacional e Paulus, 1990. Rua Francisco Cruz, 229 – São Paulo. Página: 802.

³⁰ Segundo o catecismo da Igreja Católica YouCat, pág: 86: o primado dos Papas refere-se à Sucessão Apostólica (lat. *successio*=sucessão, sequência); “*série ininterrupta dos bispos desde os Apóstolos e a sua sucessão no ministério episcopal. Tal como Jesus deu aos Apóstolos os seus plenos poderes, também estes são transmitidos, desde o início, de bispo para bispo, pela imposição das mãos, até que o Senhor regresse.*”

³¹ A então Vila de Santo Antônio do Parahybuna ascendeu-se ao posto de cidade do Parahybuna apenas alguns meses depois, com a Lei nº 750 de 02 de maio de 1856. Sobre isso, ver: STEHLING, op. cit., p. 113.

Partindo da análise do historiador francês Jacques Le Goff, podemos destacar o conceito de “Documento/Monumento” atribuído também ao filósofo Michel Foucault,³² para conferir à essa pesquisa, um exercício científico de sistematização dos dados. O documento/monumento é fruto do *“esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – de maneira voluntária ou involuntária, certa imagem de si próprias.”*³³ Aqui temos o intuito claro de transparecer todas as transformações juiz-foranas supracitadas como um tempo de progresso regado pela indústria e a união das forças de seus agentes históricos. Mas a Pedra U.I.1856 é significativa para nós também em outro sentido, uma vez que, fruto do desbotar do tempo, não existe, ou pelo menos não encontramos até a redação desta pesquisa, documentos que atestam a gênese do Cemitério. Cumpre-se através dela, então, o legado do monumento à memória coletiva, sob a característica de preencher as lacunas deixadas pelas circunstâncias em que apenas uma parcela mínima são testemunhos escritos. De tal modo, ela não só pode como deve ser considerada um monumento enquanto concebida e instalada visando preservar a memória de algo, no caso, da Companhia União e Indústria e que na práxis imediata, delimitou as terras adquiridas por Mariano Procópio para a instalação do Cemitério da empresa. Ao mesmo tempo, a Pedra também é documento, pois possibilita esse exercício de leitura das memórias coletivas e produzir informações históricas com base nos dados coletados. Esta é a exigência do Documento/Monumento: que os documentos se transformem em monumentos e facilite o trabalho crítico do historiador no que tange à *“análise minuciosa de seus elementos, o cruzamento de informações tornando-as pertinentes, isolando-as e reagrupando-as.”*³⁴

Por outro lado, ela adquire ao longo do tempo um caráter histórico, uma vez que incita o passado fazendo-o sentir como se fosse presente. Enquanto monumento histórico, amplia sua carga à memória de outros eventos ocorridos a posteriori – como a ascensão política e econômica da cidade e a imigração germânica de 1858, e exerce

³² Para Foucault, o ser humano não representa a concretude de ideias manifestadas em suas ações ou nos eventos que sucedem no tempo e espaço, mas sim, apresenta-se como um ser em construção que se dá por meio dos discursos. Neste sentido, tanto o discurso como os documentos que deles podem derivar “são tomados enquanto monumentos”, o que “significa dizer que serão ambos passíveis de serem desmontados, buscando unidades coerentes menores que possam, estas sim, nos facultar possibilidades finitas de construções mentais referentes ao período sobre o qual nos debruçamos.” (LOPES 2004, Apud: COSTA e NASCIMENTO, p. 12).

³³ LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: História e Memória. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1994. Página: 103.

³⁴ Idem, p. 102.

o objetivo de manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa.³⁵ Afinal, nas palavras de Jacques Le Goff, monumento é isto: existe para “*designar tudo aquilo que pode evocar o passado e perpetuar a recordação.*”³⁶ O termo monumento, derivado do latim monumentum, que por sua vez tem sua raiz na palavra monere que significa lembrar, associou-se ao conceito de Patrimônio Cultural. Esse último é caracterizado em sua semântica pela esfera institucional e teórica, incorporando diversos outros adjetivos como material, imaterial, imóvel, móvel etc. Além disso, no que diz respeito aos pareceres técnicos de registro e tombamento, pode ser designado como centro histórico e diferentes formas de expressão identitária.³⁷

Antes mesmo de adentrarmos ao tema principal desta pesquisa, isto é, o Cemitério da Glória, cabe-nos tratar dos eventos históricos que o antecederam e se apresentam com elevado grau de importância para compreendermos o contexto histórico (social, econômico e político) do qual nos propomos abarcar nesta pesquisa. Os Eventos que iremos tratar, indispensáveis ao surgimento do Cemitério da Glória são: A criação da Vila de Santo Antônio do Parahybuna, a fundação da Companhia União e Indústria, a construção da Estrada de mesmo nome e a elevação da dita Vila ao posto de Cidade do Parahybuna. Ao deslocarmos a ênfase do texto para o contexto, pelo menos num primeiro momento, não pretendemos introduzir uma concepção reducionista das ideias, mas compreendermos das conjunturas históricas que decorreram antes, durante e após o surgimento do Cemitério da Glória. Em outras palavras, reconstruindo o passado em sua historicidade, da maneira pela qual ele foi concebido.

I. I – A Companhia União e Indústria e o Surgimento Efetivo da Vila de Santo Antônio do Parahybuna.

O expoente agrícola que sinalizava boas oportunidades de negócio demandava não só maiores esforços de investimento dos fazendeiros locais como de empresários de fora da então antiga Vila de Santo Antônio do Parahybuna. E um dos, se não o principal nome que emerge neste cenário é o do Comendador Mariano Procópio

³⁵ AZZI, Christine Ferreira (2011). O patrimônio histórico e a cultura material no Renascimento. Periódicos. Universidade Federal de Santa Maria: Instituto Brasileiro de Museus. Consultado em 16 de abril de 2019.

³⁶ LE GOFF, op. cit., p. 97.

³⁷ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1028> – acessado em 16 de agosto de 2019.

Ferreira Lage. Nascido em Barbacena no dia 23 de junho de 1821, na antiga “Chácara do Matinho”, era filho de Mariano José Ferreira Armonde com Dona Maria José Sant’Ana, que em 1861 recebera o título de Baronesa de Sant’Ana pelo Imperador Dom Pedro II.



Figura 4: Comendador Mariano Procópio Ferreira Lage. Disponível em: <https://alemparaibahistoria.blogspot.com>. Acessado em 15 de janeiro de 2021.

Ao completar os primeiros estudos em Barbacena, aos quinze anos, Mariano matriculou-se no Colégio de Congonhas do Campo, gerenciado pelos Padres do Caraça. Terminando o curso em Congonhas, viajou para o Rio de Janeiro para se dedicar ao comércio, onde conhece Maria Amália, com quem se casou na cidade do Rio de Janeiro, no dia 14 de agosto de 1851. Logo após as núpcias, o casal se muda para Barbacena, cidade natal da família de Ferreira Lage. Dos filhos do comendador Lage e dona Maria Amália, contam-se quatro até a presente pesquisa. Duas meninas: Eugênia e Elisa; e dois rapazes: Mariano e Alfredo. Porém, apenas Frederico e Alfredo chegam à idade adulta. Os demais falecem precocemente, inclusive sendo sepultados no Cemitério que Mariano Procópio haveria de fundar, como veremos oportunamente mais adiante.

Como mencionado anteriormente, o Comendador desponta como um dos principais nomes no contexto social, político e econômico da recém fundada Vila de Santo Antônio do Paraibuna. No exercício de sua cidadania, foi fundador e diretor da Companhia União e Indústria e fundador da Sociedade Promotora dos Melhoramentos Materiais da Vila de Santo Antônio do Paraibuna e seu Município a qual mencionaremos mais adiante para ilustrar o contexto de suas ações.³⁸ Segundo Wilson de Lima Bastos, o Capitão Mariano José Ferreira Armonde, pai de Mariano Procópio, havia manifestado a intenção de ligar a Côrte com a sede da Província de Minas Gerais, por meio de uma estrada de rodagem. Porém, o capitão falece sem antes cumprir com o seu objetivo.³⁹ Disposto a continuar o intuito do pai, Mariano Procópio apresenta ao governo imperial um relatório completo de suas pretensões, esperando obter do Imperador, a concessão para executá-las. Entendendo ser um empreendimento benéfico para o recém-criado município, o Ministério do Império faz saber o decreto número 1031 no dia 07 de agosto de 1852. Tal decreto concedia a Mariano Procópio, o privilégio exclusivo pelo tempo de 50 anos, a incorporação de uma companhia para construir, melhorar e conservar duas linhas de estradas na Província de Minas Gerais.

Atendendo ao que me apresentou Mariano Procópio Ferreira Lage [...], desejando promover quanto for possível o benefício da agricultura e do comércio das indicadas localidades, facilitando as comunicações entre aqueles pontos e as relações entre as duas províncias, do Rio de Janeiro e Minas Gerais [...] Hei por bem, conceder-lhe o privilégio exclusivo, pelo tempo de 50 anos, para incorporar uma companhia para o dito fim sob as condições que este baixam assinadas por Francisco Gonçalves Martins, do meu conselho, senador do império, ministro e secretário de estado dos negócios do império, ficando, porém, este contrato dependendo da aprovação da "ASSEMBLÉIA GERAL LEGISLATIVA". Palácio do Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1852, trigésimo primeiro da independência e do império. - Com a rubrica de S.M. O Imperador.

1ª O empresário Mariano Procópio Ferreira Lage se obriga a incorporar dentro de um ano uma companhia com a denominação de - União e Indústria -, a qual terá por objetivo: 1º construir, melhorar e conservar a sua própria custa duas linhas de estrada que, começando nos pontos mais apropriados à margem do Rio Parahyba, desde a vila deste nome até o Porto Novo do Cunha, se dirijam, uma até a barra do Rio das Velhas, passando por Barbacena e com um ramal desta cidade para a de São João d'El Rei, e outra pelo município de Mar de Espanha, com direção à cidade de Ouro Preto;

³⁸ Das inúmeras atribuições conferidas ao Comendador, as que mais interessam para o nosso estudo, são as citadas no corpo desta pesquisa. No entanto, Mariano Procópio ainda ocupou diversos cargos públicos de relevância no Império, tais como diretor das Docas da Alfândega e diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil.

³⁹ BASTOS, Wilson de Lima. *Mariano Procópio Ferreira Lage - Sua Vida, Sua Obra, Descendência, Genealogia*. 1991. *Página*: 117.

devido ambas oferecer em qualquer estação do ano cômodo e seguro trânsito para carros de quatro rodas, carruagens e diligência.⁴⁰

Além da construção, melhoramento e conservação da estrada de rodagem para o escoamento de produtos agrícolas entre as Províncias de Minas Gerais e a Corte no Rio de Janeiro, a Companhia também tinha como objetivo a formação de uma colônia de imigrantes, acostumados com o trabalho na terra. Assim indica a 22ª cláusula da mesma concessão:

O governo concederá aos colonos introduzidos no país para o serviço da Companhia, terrenos devolutos na Província de Minas Gerais, onde os houver, com preferência nas margens do Rio São Francisco ou de seus afluentes, proporcionadamente ao número dos mesmos colonos, sendo a despesa da demarcação e divisão feita à custa da Companhia.⁴¹

Dotado de grande prestígio entre a sociedade, o comendador também contava com o grande motivo de júbilo, haja vista a confiança do Imperador em sua pessoa. Concedido o parecer favorável aos seus empreendimentos, convocou os mais ilustres nomes da política local e ofereceu-lhes um jantar comemorativo, no domingo, dia 15 de agosto daquele ano. Assim noticiou o *Jornal do Commercio* do dia seguinte: *JANTAR. – O Sr. Mariano Procópio Ferreira Lage deu ontem um grande jantar no ministério, conselho de estado, presidente da província de Minas, deputação mineira e outras pessoas distintas.*⁴²

A aprovação pela Assembleia Geral Legislativa do decreto imperial nº 1031 veio a ser noticiada na mesma edição do periódico:

A câmara dos deputados aprovou hoje sem debate em primeira discussão a resolução da comissão de comércio e indústria e artes que aprova os privilégios concedidos aos Srs. Mornay pelo tempo de noventa anos para a construção de um caminho de ferro na província de Pernambuco e ao Sr. Mariano Procópio Ferreira Lage, pelo tempo de cinquenta anos, a fim de incorporar uma companhia para construir, melhorar e conservar duas linhas de estradas na Província de Minas.⁴³

Passados quase quatro meses da concessão imperial e de sua aprovação da Câmara dos deputados, Mariano Procópio alertou aos acionistas para a prestação de contas da primeira parcela de suas ações: *O diretor presidente da Companhia União e Indústria, em conformidade do art. 2º dos respectivos estatutos, avisa aos Srs.*

⁴⁰ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, Quinta-feira, 12 de agosto de 1852 anno XXVII. Ed. 222; p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br> – acessado em 10 de agosto de 2019.

⁴¹ Idem.

⁴² *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, Segunda-feira, 16 de agosto de 1852 anno XXVII. Ed. 226. Disponível em: <http://memoria.bn.br> – acessado em 11 de agosto de 2019.

⁴³ Idem.

*Acionistas que a primeira entrada de suas ações, na razão de 50\$ por cada uma, tem de ser realizada até o dia 31 de Dezembro corrente, nos termos prescritos pelos mesmos estatutos. Rio de Janeiro, 1º de dezembro de 1852. – Mariano Procópio Ferreira Lage*⁴⁴. O comendador também anunciou através do mesmo periódico local, a fundação da Companhia União e Indústria, a qual seria instalada em janeiro do ano que viria.⁴⁵

Através do retrospecto anual de 1852, publicado no Jornal do Comércio do dia 13 de janeiro de 1853, fora constatado que mesmo às vésperas da inauguração da empresa, os estatutos ainda não tinham sido sancionados, o que impedia, portanto, o início de suas operações. Existia, porém, um estatuto provisório desde o ano anterior, no qual dentre vários artigos, previa a convocação anual da assembleia geral dos acionistas para prestar contas não só do andamento e estado dos trabalhos, mas também de toda a sua renda e despesa. Suas contas, por sua vez, passavam por uma comissão examinadora, formada por três acionistas nomeados pela mesma assembleia geral. A estes eram fornecidos todos os livros, documentos e esclarecimentos da Companhia que desejassem consultar. A fim de fazer valer o presente artigo, o empresário convocou os acionistas para apresentação do estatuto provisório e para o anúncio dos procedimentos estatutários. A reunião ocorreu pela primeira vez no dia 28 de janeiro de 1854, ou seja, passado um ano e quatro dias após o surgimento da firma.⁴⁶

⁴⁴ Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, Quarta-feira, 1 de dezembro de 1852 anno XXVII. Ed. 331. Disponível em: <http://memoria.bn.br> – acessado em 11 de agosto de 2019.

⁴⁵ Idem

⁴⁶ Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, Quinta-feira, 15 de janeiro de 1853 anno XXVIII. Ed. 13. Disponível em: <http://memoria.bn.br> – acessado em 16 de agosto de 2019.

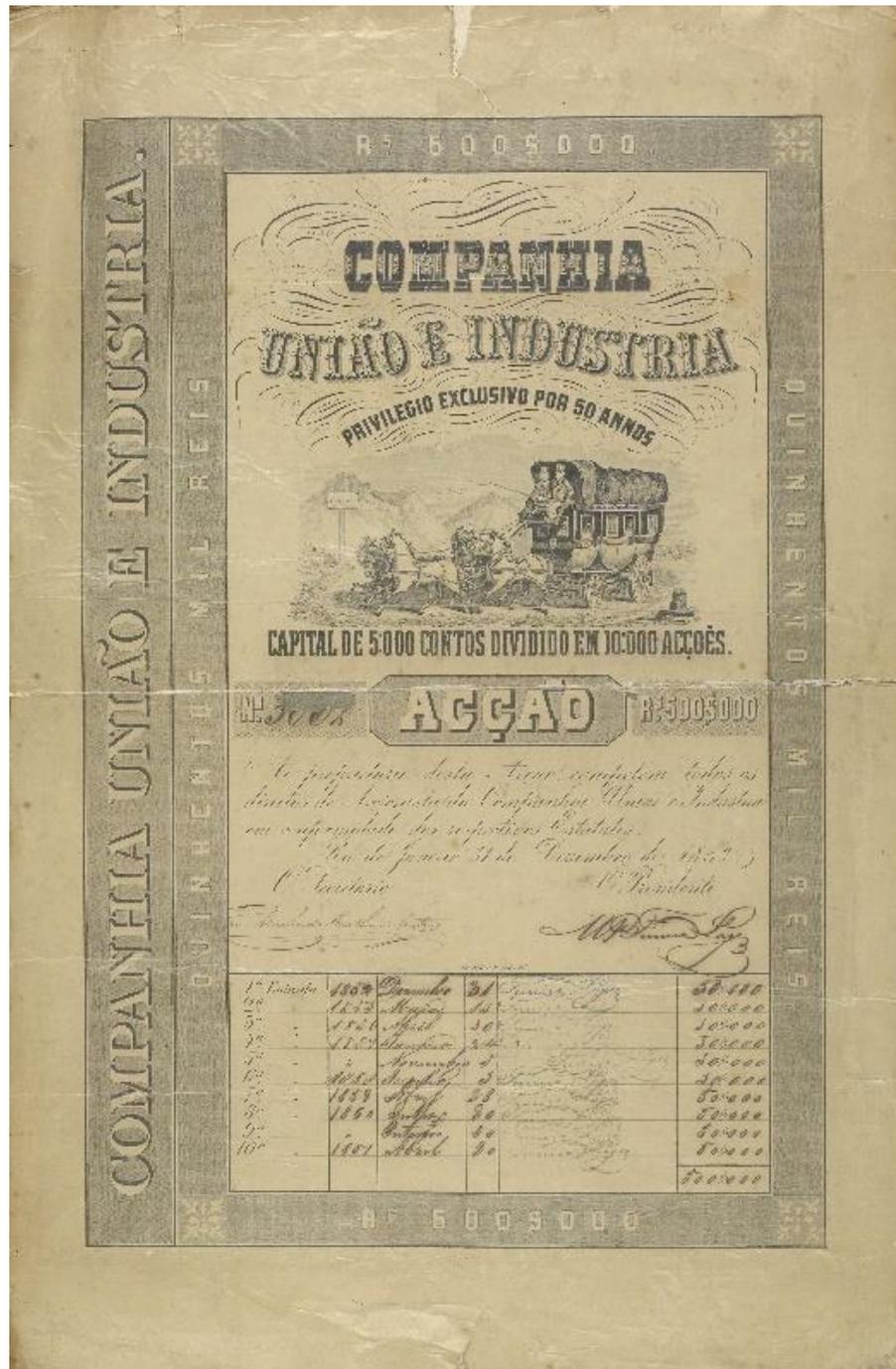


Figura 5: Ação da Companhia União e Indústria no valor de 500\$000 réis.⁴⁷

A sessão de instalação da referida Companhia, pois, assim sucedeu, no dia 24 de janeiro de 1853, às 11 horas da manhã. O evento contou com a presença dos acionistas, na Casa do Banco do Brasil, no Rio de Janeiro, para aquele que muitos considerariam um marco em seus investimentos e também no desenvolvimento

⁴⁷ **Transcrição:** Ao Proprietário desta Acção, competem todos os direitos de Accionista da Companhia União e Indústria em conformidade com dos respectivos estatutos. Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1852. O Secretário: José Machado Coelho de Castro e o Presidente: M. P. Ferreira Lage.

econômico da região.⁴⁸ Mariano Procópio se mostrara todo momento entusiasmado com seu empreendimento, o que o levou à Europa ainda no ano de inauguração da empresa para contratar os engenheiros que dirigiriam os trabalhos na Companhia. Eram eles os franceses Jules Vigouroux e Théodore Flajolot,⁴⁹ com os quais o acompanhou na escolha e aquisição dos materiais e ferramentas no Velho Mundo.

O ano de 1853 foi então marcado não só pela fundação da Companhia União e Indústria, como também pelo funcionamento prático dos órgãos públicos municipais. Apesar de o município ter sido criado em maio de 1850, somente dois anos, onze meses e vinte e quatro dias depois, fora instalada a Câmara Municipal. O surgimento da então Vila de Santo Antônio do Paraibuna se deu graças ao Dr. Alexandre Joaquim de Siqueira, presidente da Província de Minas Gerais, que sancionou junto à Assembleia Legislativa Provincial, no dia 31 de maio a lei nº 472.⁵⁰ Foi então que o embrião de Juiz de Fora começou a se desenvolver, com a primeira reunião da Câmara Municipal. Realizada no dia 19 de abril de 1853, presidiu a sessão ordinária o Sr. José Ribeiro de Rezende com a presença dos vereadores: o comendador José Antônio da Silva Pinto, Francisco de Paula Lima, Joaquim de Paula e Souza, Antônio Dias Tostes, José Anastácio da Costa Lima e Domiciano Alves Garcia.⁵¹ Diante desses acontecimentos, podemos observar que a cidade começou a se desenvolver de forma paralela ao surgimento da Companhia União e Indústria, sendo ela de fundamental importância para que esse desenvolvimento se efetivasse.

⁴⁸ Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, Quarta-feira, 1 de dezembro de 1852 anno XXVII. Ed. 331. Disponível em: <http://memoria.bn.br> – acessado em 11 de agosto de 2019.

⁴⁹ Théodore Flajolot nasceu no dia 22 de fevereiro de 1824 na comuna francesa de Purgerot situada no departamento de Haute-Saône, região de Bourgogne-Franche-Comté, na França. Começou sua formação na Politécnica em 10 de dezembro de 1844 e ingressou na Escola de Minas de Paris no dia 31 de outubro de 1846. Lá foi nomeado aluno de 1º classe em 26 de fevereiro de 1849 e formou-se engenheiro no dia 29 de Maio de 1950. Disponível em: <http://www.annales.org/archives/elevés2.html> Acessado em 27/10/2019 às 20:59h. Segundo o inventário-index elaborado em 2006 em Paris pela Curadora Chefe dos Arquivos Nacionais da França, Martine Illaire, Théodore Flajolot faleceu no ano de 1874. Disponível PDF em: <http://www.archivesnationales.culture.gouv.fr>; Acessado em:27/10/2019 às 20:20h.

⁵⁰ Sobre o decreto de fundação do município e aos artigos referentes às exigências do funcionamento dos órgãos públicos, ver: STEHLING, op. cit., p. 110 e 111.

⁵¹ Dentre esses notáveis que compuseram a primeira administração da Câmara, destacamos Antônio Dias Tostes, que em alguns anos mais tarde deixará suas terras por herança a seu filho. As mesmas terras pelas quais Mariano Procópio assumirá as tratativas de adquiri-las em nome da Companhia União e Indústria para estabelecer o Cemitério da Glória.

I. **II – Os Primeiros Passos do Comendador – O início da construção da Estrada União e Indústria.**

O ano seguinte, marcou o início da Construção efetiva da Estrada União e Indústria. Para Mariano Procópio, *“1854 foi o [ano] mais fértil em acontecimentos notáveis desde a fundação da Companhia”*, por ter sido o primeiro da execução de seus trabalhos.” Os Srs. Jules Vigouroux e Théodore Flajolot, engenheiros contratados na Europa, examinaram e elaboraram também a planta e o nivelamento da Estrada nova que deveria ser aberta, enquanto Mariano Procópio viajava à Capital da Província. Ela compreenderia a extensão de Barbacena até a Estação de Barbacena e começou a ser construída no dia 15 de maio daquele ano. Segundo o comendador, essa linha de estrada deveria atravessar lugares difíceis, mas, era a oportunidade que tinham os engenheiros de poder mostrar suas habilidades e ganhar a repercussão tão necessária aos seus ofícios, no cenário nacional. Para realizá-la, o comendador inicialmente encontrou dificuldades para reunir trabalhadores dispostos a assumir a empreitada. No entanto, era dali que ele

esperava concorressem trabalhadores livres e escravos, que naquela ocasião, poderiam prestar-se sob condições mais razoáveis, e de fato, tive a fortuna de ser bem sucedido; pois tendo começado por volta de 50, cheguei a ver reunidos, muitas vezes no trabalho mais de 200 desses operários, e entre eles muitos que nada tem a invejar aos Europeus.⁵²

Além dos engenheiros contratados em 1853 e o corpo de operários engajados na construção da estrada, também compunha os ofícios, o técnico francês Felix Ravix, que chegou ao Brasil em abril de 1854 a fim de conduzir os trabalhos neste trecho da estrada; o Sr. Herculano Ferreira Paes, encarregado da agência em Barbacena; e o Sr. Jayme Amer de Homar, responsável por todo o expediente e caixa da empresa. Além de acumular também a função de guarda-livros, este também substituíria o diretor-presidente em suas necessárias ausências do escritório. Para melhorar o sistema de construções, foram também contratados na França o Sr. V. Rogé Jeune, empreiteiro de obras, que trouxe consigo aos trabalhos mais oito oficiais carpinteiros e pedreiros. Esses oito profissionais não são mencionados nos relatórios por Procópio, visto que já se dispunham no conjunto dos contratos para a consulta dos sócios. Esses contratos até a presente pesquisa ainda não foram encontrados. Por fim, fora

⁵² Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia União e Indústria em 31 de agosto de 1855 pelo Diretor-Presidente da mesma. Rio de Janeiro, Typ. Episcopal de Agostinho de Freitas Guimarães & C^a. Rua do Sabão, nº 82. p. 6.

engajado de modo precipitado o inglês William Moritt. Ele se ocuparia da direção dos serviços de carros. Precipitado, pois, *“O estado, porém, em que a Companhia recebeu essa estrada fora de todas as condições para um trânsito efetivo e regular, não permitiu que os seus serviços pudessem ser aproveitados.”*⁵³ Por fim, já se encontrava concluída de todos os trabalhos de arte em agosto de 1855, faltando apenas serem instalados os cilindros sobre o Mac-Adam, que foram passados por rolo compressor entre aquele mesmo mês e o mês de setembro⁵⁴. O que retardou a chegada destes cilindros foi a demora em concluir a reparação do trecho da estrada entre Parayba e Petrópolis. Tal reparação era necessária para o trânsito dos carros adequados no transporte dos materiais que viriam da estação de veraneio do Império. Além dos terrenos onde se localizava a Estação de Juiz de Fora (Figura 7) e a Estação de Barbacena, algumas outras importantes aquisições foram feitas por Mariano Procópio em nome da Companhia União e Indústria no ano de 1854. Uma delas, do terreno da Estação de Saudade. O preço do terreno foi de 4:000\$000 réis e era localizado a duas léguas de distância de Juiz de Fora.⁵⁵

⁵³ Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia União e Indústria em 31 de agosto de 1855 pelo Diretor-Presidente da mesma. Rio de Janeiro, Typ. Episcopal de Agostinho de Freitas Guimarães & C^a. Rua do Sabão, nº 82. p. 13.

⁵⁴ Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia União e Indústria em 23 de agosto de 1856 pelo Diretor-Presidente da mesma. Rio de Janeiro, Typ. Episcopal de Agostinho de Freitas Guimarães & C^a. Rua do Sabão, nº 82. p. 10.

⁵⁵ *“Este terreno tem meia légua de extensão, banhado em todo o seu comprimento pelo rio Paraybuna e atravessado pela melhor parte da estrada atual. Tem ótimas campinas que estou reduzindo a pastos; tirando o importante de sua fatura com a colheita do milho que se planta ao mesmo tempo. É a Estação onde se faz o ensino dos animais para carros e diligências, por ser o lugar mais apropriado, e a que deverá servir no futuro para o depósito de animais de reserva. Além disso, tem a vantagem de estar próxima à esta Estação [de Juiz de Fora], o que centralizará em certos modos os meios de ação.”* Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia União e Indústria em 31 de agosto de 1855 pelo Diretor-Presidente da mesma. Rio de Janeiro, Typ. Episcopal de Agostinho de Freitas Guimarães & C^a. Rua do Sabão, nº 82. p. 10.



Figura 6: Estação da Companhia União e Indústria. Klumb, Revert Henry, ca. 1826-ca. 1886. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital>. Acessado em 16 de Dezembro de 2019.

As Estações de posse da Companhia União e Indústria configuravam-se em importantes pontos de referência. Pontos de referência tanto para os funcionários que se empenhavam na construção dos trechos da Estrada, quanto para os viajantes que fretariam seus produtos e efetuariam a troca de animais. Por isso era responsabilidade da empresa mantê-las, como também, os terrenos localizados no entorno. Para a Estação de Juiz de Fora (Figura 7), foram comprados também naquele ano, terrenos unidos e valorizados pelas construções que neles já se encontravam. As edificações chamaram a atenção do Diretor-Presidente, pois, umas das maiores necessidades da Companhia era a presença de alojamentos para os funcionários, oficinas e armazéns. O valor dessas compras incluindo uma outra pequena, feita anteriormente foi de 9:250\$000 réis.

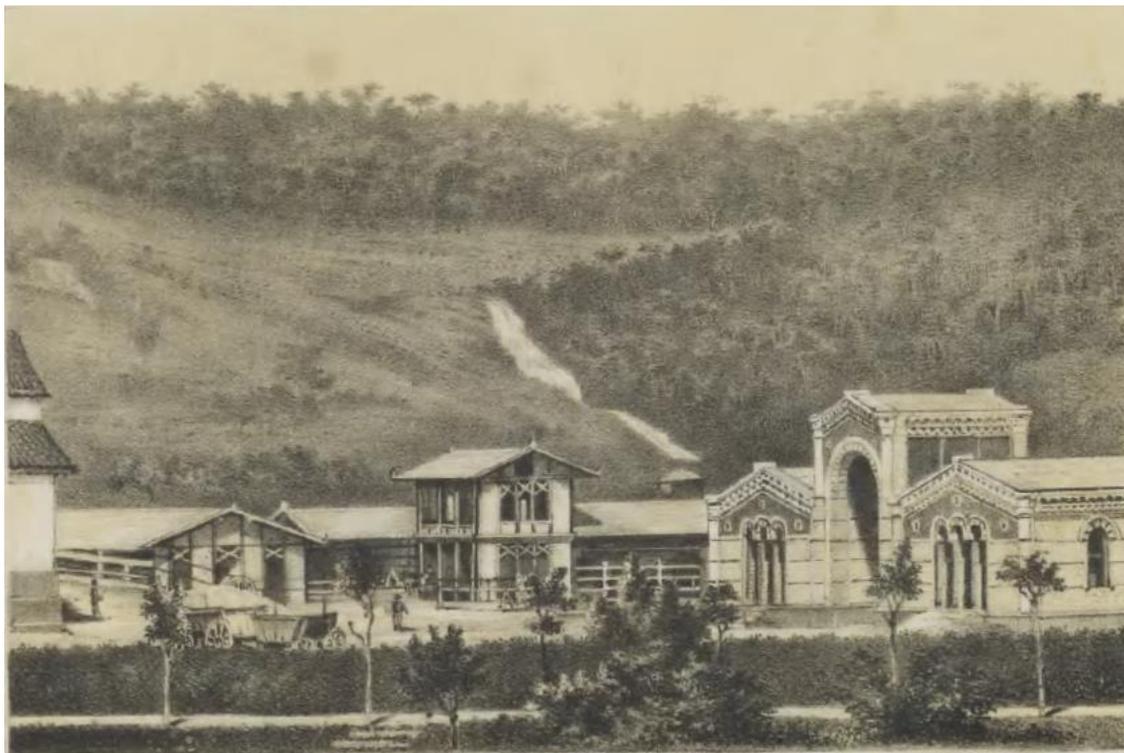


Figura 7: Estação de Juiz de Fora - 1872, por Henry Klumb Revert em “Doze Horas de Diligência. Guia do viajante de Petrópolis a Juiz de Fora”. p. 72. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br>. Acessado em 30/ 12/ 2019 às 21:14h.

A Estação de Juiz de Fora (Figura 7) era uma das mais acertadas aquisições, segundo Mariano Procópio. O bônus que ela trazia era a grande extensão de mata, que serviu para a extração de madeira. Tais madeiras foram necessárias à construção das casas para a moradia dos funcionários e um grande armazém para o depósito das cargas. Outros feitos foram realizados nessa estação como

a continuação de caminhos interiores na total distância de 2700 braças, a fim de facilitar o trânsito de animais empregados no transporte de madeiras, pedras, etc; encanamento para água na extensão de 1550 braças, preparação de trabalhos para o maquinismo de um engenho de serra, e de diversos aparelhos que, mediante uma turbina, deverão pôr em movimento o dito engenho, moinhos e mais que venha a ser necessário.⁵⁶

Feitas as aquisições, deu-se início no dia 15 de janeiro de 1855, a construção do novo trecho da Estrada que se estendia desde a Estação de Juiz de Fora (Figura 7) até a Ponte do Parahybuna⁵⁷. A Estrada inicialmente deveria agregar a rua principal aberta por Halfeld – atual Avenida Rio Branco, até Graminha, o que não aconteceu.

⁵⁶ Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia União e Indústria em 23 de agosto de 1856 pelo Diretor-Presidente da mesma. Rio de Janeiro, Typ. Episcopal de Agostinho de Freitas Guimarães & C^a. Rua do Sabão, nº 82. pp. 17, 18.

⁵⁷ Idem. p. 10

O projeto teve então que ser modificado, desviando o trecho correspondente do atual Largo do Riachuelo para a abertura da atual Avenida Getúlio Vargas.



Figura 8: Desvio do trecho da Estrada do atual Largo do Riachuelo para abertura da atual Av. Getúlio Vargas. Planta elaborada pelos engenheiros Jules Vigouroux e Théodore Flajolot em 1855. Arquivo Histórico Municipal.

A relevante alteração dos planos é equivocadamente interpretada por Luiz José Stehling ao mencionar uma divergência ocorrida entre Mariano Procópio e Henrique Halfeld após a criação da Sociedade Promotora dos Melhoramentos da Vila de Santo Antônio e seu Município. Assim escreve Stehling:

Mariano Procópio era homem de grande visão e progressista; resolveu auxiliar o progresso da então Vila de Santo Antônio do Parahybuna e, para isso, reuniu na Câmara Municipal as pessoas locais de maior projeção para fundar a Sociedade Promotora dos Melhoramentos da Vila de Santo Antônio e seu Município. Nessa reunião, foi eleita a Diretoria tendo como presidente Mariano Procópio, e primeiro secretário, o engenheiro Halfeld. Todavia, a Sociedade teve pouco tempo de vida, em consequência da divergência surgida entre os dois, pela entrada da União e Indústria na Vila. Halfeld queria que a Estrada fosse no Alto dos Passos e Mariano Procópio no Poço Rico. Contudo, por prevalecer a última, a Sociedade foi dissolvida.⁵⁸

A Estrada do Parahybuna aberta por Halfeld foi alvo de duras críticas por meio do *“Imperial Seminário, folha commercial, política, noticiosa, litterária e industrial”* de São João del Rei. Elas questionavam a capacidade da Estrada de permitir o trânsito de carros, uma vez que sua declividade comportava apenas o uso de carroças. A

⁵⁸ STEHLING, op. cit., p. 112.

proposta publicada no periódico da localidade vizinha era de harmonizar a dita estrada com a lei mineira número 78, artigo 13, que permitia o máximo de declividade longitudinal de 6 polegadas por 80 (por uma braça) de comprimento numa graduação de 1:13, 33 ou 7,5 P/C. Em resposta às críticas, Halfeld não se opôs às melhorias propostas. Ao contrário, colocou-as à disposição da Companhia União e Indústria, para que assim as realizassem e utilizasse a Estrada como a prouver:

Agora, se a Companhia União e Indústria, por seu interesse, tem em vista transformar a atual graduação longitudinal da estrada desenvolvida somente para carros puxados por animais, a qual em nenhuma parte é inferior a que apresenta a estrada na Serra da Estrella, em uma graduação quase imperceptível, como é mister nas estradas de ferro, neste caso será naturalmente preciso alterar-se em algumas partes a direção daquela estrada, e desprezando-se o atual atalho que inegavelmente existe, conseguir-se a com maiores voltas essa graduação, ou ter-se-a de praticar dispendiosos trabalhos em profundos cortes, altos aterros e grande números de pontes, etc., etc., para obter-se o mesmo fim, o que é agora por livre vontade a tarefa da dita Companhia.⁵⁹

O equívoco de Stehling se deve ao fato de que a Sociedade em questão fora fundada somente no dia 7 de setembro de 1855, ao passo que, o comendador explicara os motivos que o levaram a desviar a rota da Estrada, no relatório apresentado em 1855. Concordando com o parecer de Guilherme Fernando Halfeld, por ser oneroso à Companhia União e Indústria, Mariano Procópio assim descreve:

Esta Estrada em construção, que foi objeto de sérios estudos, deixou de passar pela rua principal da Villa de Santo Antônio do Parahybuna, por assim ser preciso, a fim de obter-se a declividade que convinha. Todavia, passou ao lado da dita Villa; e seguindo a margem do Rio Parahybuna, que atravessa em alguns lugares, espero que tocará brevemente a Ponte do Zamba. Assim ficarão removidos os maiores obstáculos que se opunham às condições de uma perfeita Estrada para o trânsito de 4 rodas; tais como os morros do Cafezal e da Graminha.⁶⁰

Além disso, o clima entre os dois notáveis era um tanto que amistoso. Na reunião de instalação da Sociedade, fora eleito Henrique Halfeld para ocupar o cargo de diretor-secretário⁶¹. Este fez conhecer, registrando em ata, seu feito de estima e

⁵⁹ Engenheiro civil Fernando Halfeld, em 6 de fevereiro de 1855, publicado no Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, Segunda-feira, 26 de fevereiro de 1855 anno XXX. Ed. 57. Disponível em: <http://memoria.bn.br> – acessado em 29 de novembro de 2019.

⁶⁰ Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia União e Indústria em 31 de agosto de 1855 pelo Diretor-Presidente da mesma. Rio de Janeiro, Typ. Episcopal de Agostinho de Freitas Guimarães & C^a. Rua do Sabão, nº 82. p. 17.

⁶¹ Além do diretor-secretário Henrique Guilherme Fernando Halfeld, foram eleitos mais 8 membros diretores da dita Sociedade. Eram eles o Comendador José Antônio da Silva Pinto, o Comendador Francisco de Paula Lima, o Tenente-Coronel José Ribeiro de Rezende (Barão de Juiz de Fora, o Padre João Marciano de Cerqueira Leite (irmão do Barão de São João Nepomuceno, Pedro de Alcântara Cerqueira Leite), o Dr. João Nogueira Penido, o Comendador José Caetano Rodrigues Horta (Visconde de Itatiaya) e Josué Antônio de Queiroz. In: BASTOS, op. cit., p. 97.

admiração por Ferreira Lage, ao contrário da relação conflituosa alegada por Stehling. Assim descreveu o engenheiro alemão:

Tendo o presidente e secretário tomado assento pediu este a palavra e propôs a todos os sócios presentes que dessem os devidos agradecimentos ao Comendador Mariano Procópio Ferreira Lage, pela feliz lembrança de criação desta sociedade e pela nobre demonstração de patriotismo que patenteou ao discurso por ele proferido o qual tendo sido pedido foi oferecido obsequiosamente pelo ilustre orador.⁶²

Segundo o editor do *Jornal do Commercio*, vários eram os fatores que contribuíram para o desenvolvimento da Villa de Santo Antônio do Parahybuna. Em nota publicada na edição de número 0037 do dia 06 de fevereiro de 1855, ele ressalta a boa qualidade do clima, a fertilidade e a natureza do solo. A construção da Estrada do Parahybuna executada por Halfeld e a presença da Companhia União e Indústria, também são descritas na publicação, corroborando com os indícios da ata antes mencionada.⁶³ Se por um lado os periódicos procuravam refletir o espírito de otimismo e esperança da população com o progresso em curso, o Comendador Ferreira Lage se mostrava se não ansioso, um tanto pessimista com o ritmo dos trabalhos. A execução deste trecho – da Estação de Juiz de Fora (Figura 7) até a ponte do Parahybuna, não se desenvolveu como o esperado. As constantes chuvas dificultaram o transporte de objetos indispensáveis. Somente após a retomada do engajamento dos escravos no serviço da Companhia, foi possível a conclusão do serviço de terra na extensão de quase duas léguas. Mariano Procópio mantinha suas atenções no presente, no que era palpável, mas sua mente também se ocupava com questões futuras como a colonização que empreenderia pouco tempo a seguir. Podemos observar no seguinte trecho, que não era intenção dele, tomar os colonos como mão de obra na construção da Estrada União e Indústria, mas sim, usufruí-la

⁶² Transcrição de um trecho da Ata de fundação da Sociedade Promotora dos Melhoramentos da Vila de Santo Antônio e seu Município. In: *Álbum do Município de Juiz de Fora* / organizado por Oscar Vidal Barbosa Lage e Albino Esteves. – 3ed. – Juiz de Fora (MG): FUNALFA Edições, 2008. p. 56.

⁶³ “...e sobretudo o elemento de união que existe entre seus habitantes, são outros tantos predicados que asseguram o engrandecimento e estabilidade daquela villa, onde só predominam a paz, o amor ao trabalho, o espírito de indústria, e não essas dissidências, esses rancores que afetam outras localidades, às quais parece não ter chegado a benéfica luz da civilização.[...] Dispostos estes elementos, proscrito o egoísmo, não serão desmentidas nossas asserções, e não estará longe o futuro de prosperidade, de florescência que aguarda aquela villa: a nossa esperança será realizada, e os fatos virão confirmar o que levamos dito, mormente se o distinto diretor da Companhia União e Indústria for continuando com a influência de trabalhadores como raiz e não desanimar o que não é de esperar, e se tirar todo o apoio dos melhores fazendeiros do termo, o que certamente terá, atenta as suas amizades e estima que logra.”

com o trabalho de exportação dos produtos que eles cultivariam. Tomado por incertezas, Mariano Procópio coloca um questionamento para seus sócios:

Queremos, desejamos e precisamos de colonização; mas como a teremos sem Estradas? É possível que um europeu industrioso e laborioso queira deixar o seu país, os seus hábitos e tudo quanto lhe possa ser caro, conhecendo o nosso Estado? Querirá ele trocar a sua miséria pela nossa? Não o acrediteis; e julgais que se avança alguma coisa de mais quando se diz que estamos em estado de miséria? Deixai o Rio de Janeiro que por circunstâncias todas excepcionais prospera e vinde percorrer o interior. Não é possível, Senhores, que possamos ter colonização como convém ao país, em quanto não tivermos vias de comunicação mais aperfeiçoadas que facilitem a importação e sobretudo a saída de todos os produtos da lavoura e da indústria; sem elas nada se poderá criar, nem promover o benefício da pátria e de todos.⁶⁴

A partir de então, em conformidade com os engenheiros e os interesses da Companhia, o Diretor-Presidente indicou aos sócios em seus relatórios, que seria necessário iniciar-se o quanto antes as obras da Estrada que viria de Petrópolis em direção à Parahyba do Sul, isto é, de encontro com a que se encontrava em construção desde Maio, referente da Ponte do Zamba à Estação de Mathias Barbosa. Esse trecho ficou conhecido como “aquém-Parahyba” (Figura 9), tomando como referência o sentido partindo do Rio de Janeiro.

⁶⁴ Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia União e Indústria em 31 de agosto de 1855 pelo Diretor-Presidente da mesma. Rio de Janeiro, Typ. Episcopal de Agostinho de Freitas Guimarães & C^a. Rua do Sabão, nº 82. p. 22.

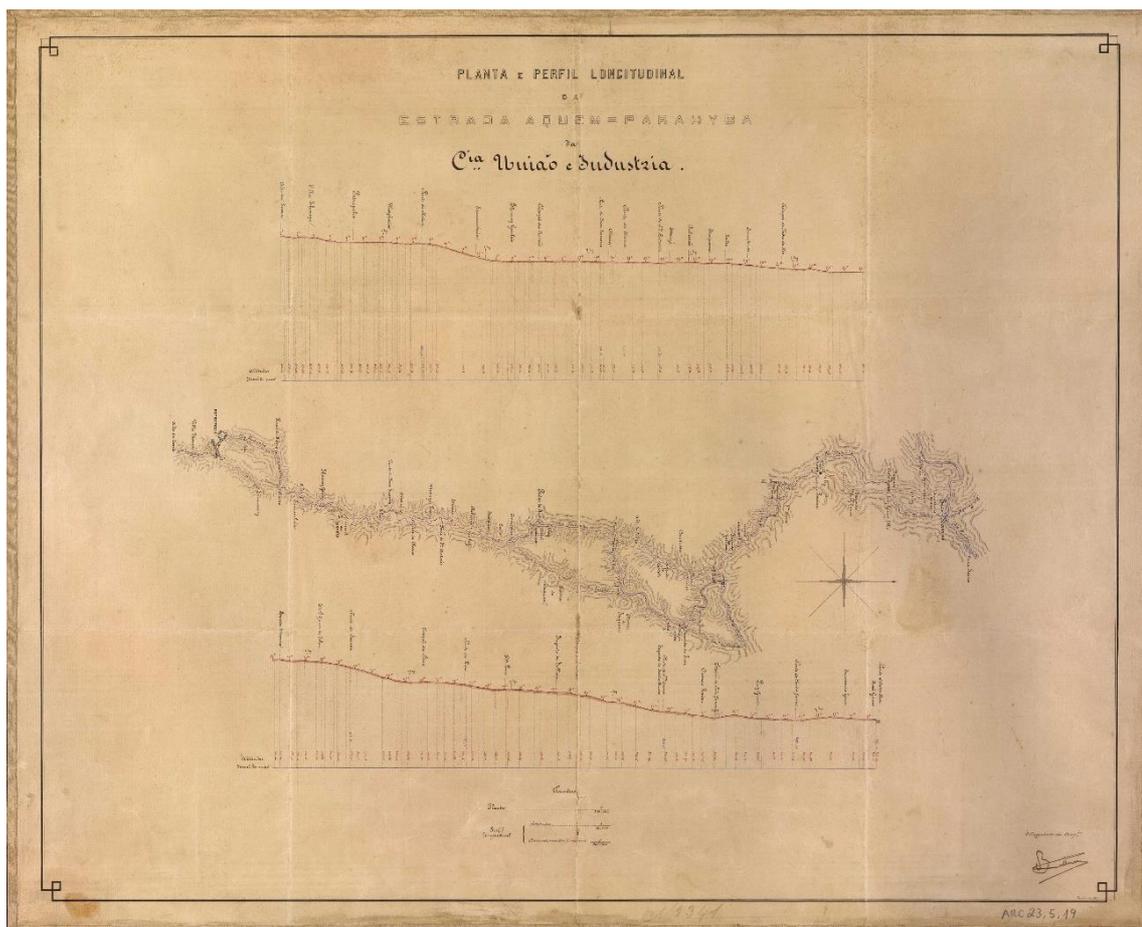


Figura 9: Planta e perfil longitudinal da estrada aquém Parahyba da Cia União e Indústria. Bulhões, Antônio Maria de Oliveira. Ano: 1861. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital>. Acessado em 16/ 12/ 2019 às 20:27h.

Para dirigir esse trabalho, foram contratados no mês de março em Paris, dois condutores: o Sr. Charles Pelatan e o Sr. A. Gros. Visando o bom andamento na produção de ferramentas, também foram contratados, em Hamburgo, diversos artífices, com previsão de chegarem no ano seguinte e ocuparem as oficinas. O comendador estava certo de que faltava, ainda no Brasil, trabalhadores em prática bem instruídos. Por isso, a intenção em contratar esse tipo de mão de obra do exterior era unir a capacidade teórica com a habilidade prática que tais serviços exigiam.

Aproveito todos os recursos de que posso lançar mão dentro do país, mas infelizmente são precários: embora porém houvesse número suficiente de oficiais disponíveis para toda espécie de obras, convencido como estou das vantagens que oferece o trabalho coadjuvado pela inteligência sobre o trabalho materialmente prático e rotineiro, não hesito em introduzir operários hábeis que possam satisfazer as necessidades da empresa e ao mesmo tempo demonstrar praticamente aquelas vantagens. Sendo ainda necessário

maior número desses artífices, e sobretudo peritos canteiros e pedreiros, já tenho providenciado o conveniente para novos engajamentos.⁶⁵

Assim, as ferramentas e os objetos vinham chegando. No dia 26 de março, o inspetor da alfândega no Rio de Janeiro recebia a ordem de despacho das encomendas vindas de Le Havre, na Alta Normandia, França. Vieram transportados no navio Nouvelle Pauline os objetos que se destinavam à construção da Estrada e dos veículos da Companhia União e Indústria.⁶⁶ Ao mesmo tempo, as oficinas iam sendo construídas no entorno da Estação. Nos arredores da Estação de Juiz de Fora (Figura 7) foram construídas oficinas de ferreiro, serralheiro, carpinteiro (para construção de carros, carroças e diligências, bem como pontes e edifícios), marceneiro, correeiro e pintores. Além delas, foi montada também a olaria que destinava produzir tijolos para a construção de aquedutos, cabeceiras, pontes e demais serviços, substituindo os trabalhos de cantaria, altamente valorizado pela durabilidade das pedras.⁶⁷ *“Sem elas os diversos ramos de serviço e com especialidade o de transporte, teriam necessariamente sofrido”*. Não apenas essas necessidades eram supridas, mas também podiam agora contar com a facilidade de redução das distâncias para a Estação central.⁶⁸

⁶⁵ Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia União e Indústria em 23 de agosto de 1856 pelo Diretor-Presidente da mesma. Rio de Janeiro, Typ. Episcopal de Agostinho de Freitas Guimarães & C^a. Rua do Sabão, nº 82. p. 13.

⁶⁶ Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, Sábado, 05 de maio de 1855 anno XXX. Ed. 123. Disponível em: <http://memoria.bn.br> – acessado em 02 de dezembro de 2019.

⁶⁷ Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia União e Indústria em 24 de agosto de 1857 pelo Diretor-Presidente da mesma. Rio de Janeiro, Empreza Nacional do Diário. Rua do Rosário, nº 84. p. 23.

⁶⁸ Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia União e Indústria em 23 de agosto de 1856 pelo Diretor-Presidente da mesma. Rio de Janeiro, Typ. Episcopal de Agostinho de Freitas Guimarães & C^a. Rua do Sabão, nº 82. p. 15.



Figura 10: Parte das oficinas da Companhia União e Indústria. Klumb, Revert Henry. Ano: ca. 1860. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital>. Acessado em 16/ 12/ 2019 às 19:34h.

Os anos de 1855 e 1856, portanto, são marcos temporais-chave para o nosso estudo. Marcados pela chegada dos imigrantes germânicos artífices mencionados anteriormente, pela emancipação da Vila de Santo Antônio do Parahybuna à categoria de cidade de Juiz de Fora, pela compra das terras direcionadas à Colônia Dom Pedro II e para o estabelecimento das Estações – em especial à Estação de Juiz de Fora (Figura 7), e sobretudo pela instalação do Cemitério da Companhia União e Indústria, tema principal de nosso estudo.

I. III – Os Artífices

Com o objetivo de fazer progredir os trabalhos nas oficinas que vinham sendo construídas, foram sendo firmados em meados de 1855 os contratos com os germânicos artífices. Até a presente pesquisa, não foi possível encontrar registros que precisassem quem eram esses artífices. Mas, durante a redação deste trabalho, conseguimos identificar pelo menos um deles.

Segundo indiquei no meu último relatório, sabeis que tinha providenciado o engajamento de diversos artífices como pedreiros, ferreiros, etc., que a empresa necessitava, e de fato foi realizado em Hamburgo, em número de vinte indivíduos, que chegaram à Estação do Juiz de Fora em novembro do ano passado.⁶⁹

⁶⁹ Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia União e Indústria em 24 de agosto de 1857 pelo Diretor-Presidente da mesma. Rio de Janeiro, Empreza Nacional do Diário. Rua do Rosário, nº 84. p. 22.

Representante da Companhia União e Indústria nos Estados Germânicos, o Sr. H. F. Eschels fora o responsável por contratar esses trabalhadores no ano de 1855. Eram vinte homens habituados com os ofícios de ferreiro, serralheiro, carpinteiro (segeiros e construtores de pontes e edifícios), marceneiro, correeiro e pintor.⁷⁰ Um deles firmou contrato no dia 11 de outubro. Trata-se de Carl Heinrich Julius Griese, mestre segeiro⁷¹ de 29 anos, nascido na cidade de Preetz, localizado no condado alemão de Holstein, atualmente norte da Alemanha. Ao embarcar, portanto, em Hamburgo, as despesas com a viagem tanto pelo mar quanto por terra, seriam custeadas pela empresa contratante, uma vez que o destino final de Griese era a Estação de Juiz de Fora (Figura 7), onde deveria se apresentar como servidor da Companhia União e Indústria. Entre suas atribuições, o holsteiner⁷² seria responsável por construir caixas de seges de correio e de carroto para o conforto e transporte dos passageiros. O contrato previa o seu pagamento mensal em moeda brasileira de dois mil réis por jornal, ou seja, por dia trabalhado, além de alimentação e alojamento por quanto tempo regesse o acordo, neste caso, firmado por dois anos a contar de sua chegada.⁷³ Para o avigoramento do contrato, se fazia necessário o atestado de ciência de das autoridades diplomáticas. Assim, o visto consular foi assinado pelo Sr. José Lúcio Corrêa, Cônsul Geral do Brasil em Hamburgo, bem como emitido pelo Barão de Auchtonn, Chanceler do Consulado Brasileiro em Hamburgo, o certificado atribuído ao contrato:

Certifico que este contrato de engajamento foi assinado perante mim pelo engajado Sr. Heinrich Julios Griese e pelas testemunhas pessoais de mim reconhecidas, do que dou fé. Certifico mais, que ele foi aceito pelo Sr. H. F. Eschels, com poderes especiais da Companhia União e Indústria, os quais declaram que cumprirão religiosamente as condições nele contidas e para constar onde convier passei o presente, que assinei, e fiz selar com selo das Imperiais Armas deste Consulado Geral do Brasil em Hamburgo, aos 11 de Outubro de 1855.

⁷⁰ Aqui o Comendador Mariano Procópio descreve em seu relatório as oficinas montadas para o trabalho diário – também conhecido no Império do Brasil como “jornais”, dos artífices contratados em 1856. Assim podemos revelar na pesquisa as especificidades do ofício daquele pequeno grupo de imigrantes germânicos. Sobre isso, ver: Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia União e Indústria em 24 de agosto de 1857 pelo Diretor-Presidente da mesma. Rio de Janeiro, Empreza Nacional do Diário. Rua do Rosário, nº 84. p. 23.

⁷¹ Segeiro, fabricante de seges. [Por extensão], fabricante de carruagens. In: Dicio Dicionário on line. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/segeiro/>. Acessado em: 04/02/2020 às 17:47h.

⁷² A palavra “holsteiner” aqui utilizada diz respeito ao patronímio em alemão daqueles que são oriundos do antigo Condado de Holstein, atual norte da Alemanha.

⁷³ O contrato na íntegra pode ser encontrado em: STEHLING, op. cit., p. 149.

Ass. Barão de Auchtonn
Chanceler do Consulado Brasileiro em Hamburgo.⁷⁴

Do Porto de Hamburgo, Griese embarcou no Veleiro Antílope, que partiu cruzando o oceano no dia 02 de Novembro de 1855 rumo ao Brasil. Foram 56 longos dias de viagem guiada pelo capitão M. E. M. Decker, transportando um total de 300 toneladas de carga, 13 equipamentos, vários gêneros além dos 12 passageiros, até o veleiro aportar no cais do Rio de Janeiro no dia 27 de Dezembro daquele ano.⁷⁵ Luiz José Stehling levanta em sua obra informações relevantes sobre o artífice Griese. Entre os documentos já mencionados, o autor também traz o registro de maioria expedido como documento comum a todos os cidadãos de Holstein. Esse documento era necessário à sua contratação e fora emitido pelo Revmo. Padre Decano A. H. C. Dahmlos⁷⁶

I. IV – O Cemitério da Companhia União e Indústria

Foi a partir de 1855 que a Companhia União e Indústria iniciou a aquisição de vastos territórios que iriam compor o seu domínio. Tais aquisições eram necessárias para o estabelecimento da Colônia Agrícola; para o alojamento dos imigrantes artífices, na porção que ficou conhecida como “Vilagen” por se tratar da proximidade com as oficinas e por fim, para a via de acesso à Estação de Juiz de Fora (Figura 7), à Colônia e à Vilagen, nas imediações da Estrada União e Indústria. Essas últimas em questão dizem respeito às terras pertencentes ao atual morro da Glória, outrora Gratidão, onde o Cemitério da Companhia fora instalado. É possível identificar no mapa a seguir os caminhos que levariam à Colônia - atuais bairros São Pedro e Borboleta **(1 e 2)**; entre eles um grande pasto **(3)**; um capinzal próximo à Estação **(4)** em confluência com a Estrada de Rio Novo **(5 e 6)**; o armazém **(7)**; a Estação propriamente dita **(8)**; a Quinta do Comendador **(9)**; as oficinas dos carpinteiros e ferreiros **(10 e 11)**; a rua do Morro da Gratidão **(12 e 16)**; o Hotel União **(15)**; a Capela da Estação **(13)**; a Estrada União e Indústria – atual rua Mariano Procópio **(14)**; o Rio

⁷⁴ STEHLING, op. cit., p. 150.

⁷⁵ Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal, Rio de Janeiro, Sexta Feira, 28 de dezembro de 1855 anno XII. Ed. 356. Disponível em: <http://memoria.bn.br> – acessado em 03 de fevereiro de 2020. Ver também a notícia da chegada de Carl Heinrich Julius Griese, onde é descrito como “dinamarquês”: Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Sexta Feira, 28 de dezembro de 1855 anno XXXIV. Ed. 81, segunda série. Disponível em: <http://memoria.bn.br> – acessado em 03 de fevereiro de 2020.

⁷⁶ STEHLING, op. cit., p. 151.

Parahybuna (17) e finalmente o caminho que levaria à Vilagen da Colônia, atual rua Bernardo Mascarenhas, bairro Fábrica (18).

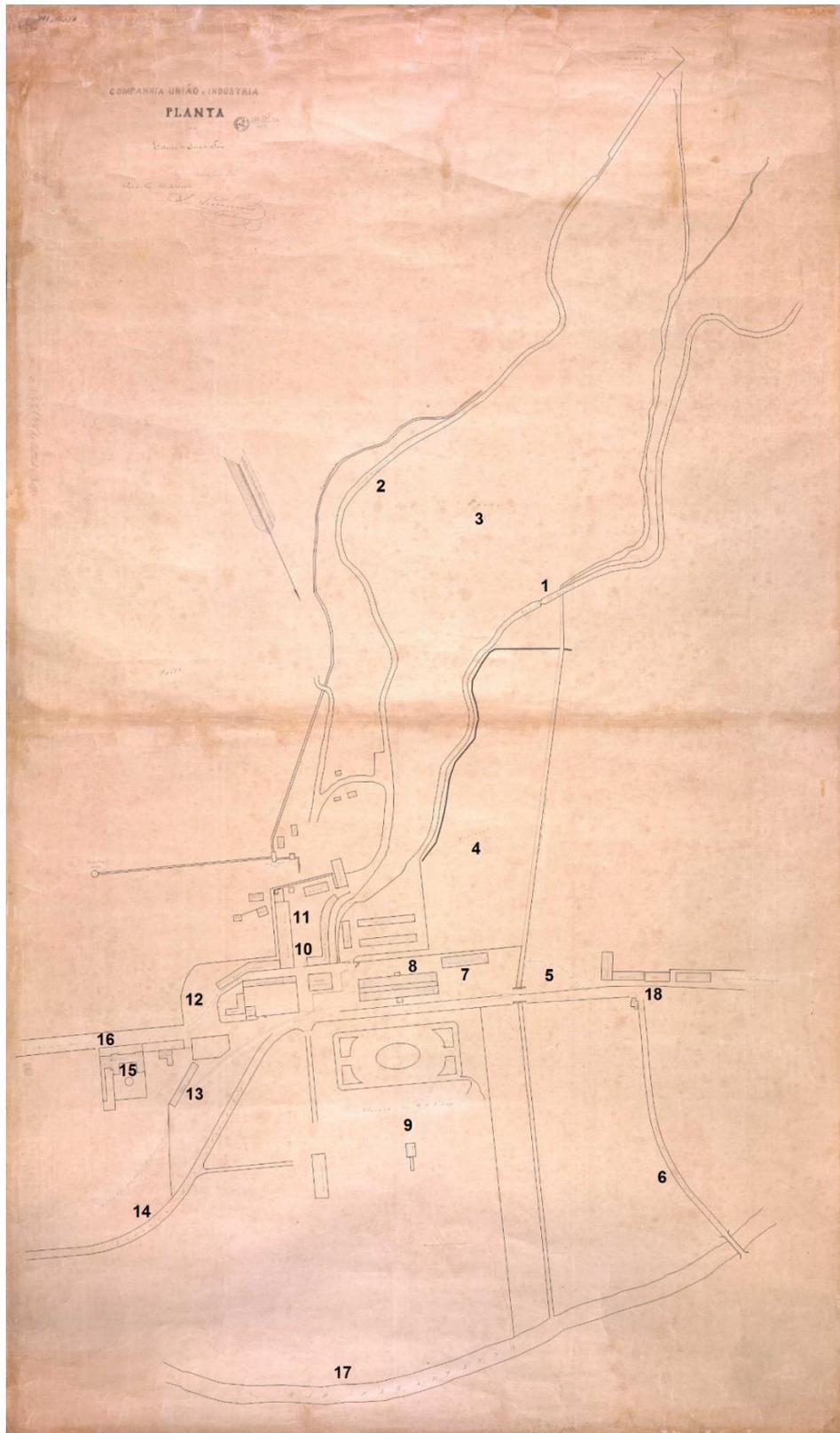


Figura 11: COMPANHIA U.I. Planta da Estação de Juiz de Fora (Figura 7). Setembro, 1874. 1 mapa ms., desenho a nanquim, 158,5 x 92,5 cm. Disponível em: <http://obidigital.bn.br>. Acesso em: 10/02/2020.

Em setembro daquele ano, deu-se início à compra do conjunto de terras pela Companhia, para o que viria a se tornar a Vilagen da Colônia. As terras compreendem desde um lugar antes denominado Tapera, no atual bairro Santa Teresinha ao bairro Fábrica, especificamente, à atual rua Bernardo Mascarenhas.

José Ribeiro de Miranda como senhor e possuidor de uma parte de terras pertencentes à Fazenda denominada Tapera, em doze de Setembro de 1855 – Estas terras constam de três grotas que dividem com o terreno da Companhia União e Indústria possui por compras feitas aos herdeiros do finado Pimentel, cujas águas se reúnem a um córrego que vem desaguar no Ribeirão da Cascata, por baixo da última caxoeira, antes de entrar no Rio Paraibuna.⁷⁷

Essas terras se estendiam à leste para os atuais bairros Borboleta e São Pedro - destinadas à Colônia Agrícola, (números 1 e 2 da figura 11); à oeste para o atual bairro Mariano Procópio (entre os números 14, 17 e 6 da figura 11) e ao norte para o atual Morro da Glória, avenida dos Andradas, outrora denominado Gratidão, até o Largo do Riachuelo (número 16 da figura 11). Esse grande terreno foi adquirido em partes por pertencer a diferentes proprietários. Cinco especificamente: o Sr. José de Andrade e sua mulher, o Sr. Silvestre Coelho dos Santos e sua mulher; o Sr. Pedro José Henriques e sua mulher e os Senhores Antônio Dias Tostes e Cassiano Dias Tostes, herdeiros de seu pai, o então falecido Capitão Antônio Dias Tostes.

Compreendendo, portanto, as partes consideradas “aquém” da Vila de Santo Antônio do Parahybuna, isto é, do atual Largo do Riachuelo à subida do “Gratidão”, a Companhia União e Indústria adquiriu as terras do Sr. José de Andrade no dia vinte e sete de outubro daquele ano. Elas tinham pertencido anteriormente ao Capitão Manoel Ribeiro Tostes e eram localizadas no lugar denominado Gratidão da Fazenda do Juiz de Fora, ao lado de cima da Fazenda do Parahybuna, sentido de quem vem da atual avenida Rio Branco.⁷⁸ A segunda parte situava-se no lugar chamado “Alto da Cruz” do lado de cima da Estrada do Paraibuna. Elas pertenceram ao Guarda-mor Pimentel que as doou por herança à mulher do Sr. Silvestre Coelho dos Santos. O terreno foi comprado pela Companhia em três de dezembro de 1855.⁷⁹ Dando prosseguimento, a compra das terras localizadas antes do início da Vila de Santo Antônio do Parahybuna, foram adquiridas em quatorze de dezembro do referido ano. Elas possuíam cinco palmos frontais na Estrada do Paraibuna e fazendo divisa por

⁷⁷ STEHLING, op. cit., p. 156.

⁷⁸ Idem.

⁷⁹ Ibidem. p. 157.

um lado com as terras que pertenceram ao Sr. Silvestre Coelho dos Santos e por outro com as terras antes pertencentes ao Sr. Justiniano José de Andrade.

Seus fundos vão até o alto do Morro do Comendador Henrique Guilherme Fernando Halfeld e sua mulher, três partes de terras sitas no alto da Gratidão do lado de cima da Estrada do Parahybuna, senhores e possuidores de uma herança do falecido Capitão Antônio Dias Tostes, e de outro por troca feita com Marcelino Dias Tostes, e da outra feita com José Antônio Henriques em trinta e um de Dezembro de mil oitocentos e cinquenta e cinco.⁸⁰

Então por fim, foram lavradas no dia 8 de janeiro de 1856 a compra das terras pertencentes à Antônio Dias Tostes e sua esposa, dona Tereza Firmina Teixeira e seu irmão Cassiano Dias Tostes, ambos filhos e herdeiros do Capitão Antônio Dias Tostes e sua finada esposa dona Anna Maria do Sacramento. A compra foi realizada no dia 5 de janeiro daquele ano, segundo consta na ata da Repartição das Terras Públicas.

As terras destas duas partes com sua correspondente largura chegam somente com os fundos até o alto do morro que verte para a Estrada do Paraibuna, e sendo este aí interrompido, tornam a partir do alto da serra com a mesma largura até o fim da Fazenda do Juiz de Fora. Esses quinhões outrora pertencentes à Severino Dias Tostes e divisam pelo lado aquém da Vila com terras vendidas à Companhia União e Indústria pelo Comendador Henrique Guilherme Fernando Halfeld e pelo lado oposto as que pertenciam à dona Guilhermina Celestina da Natividade a meação de terras sitas no lugar denominado Gratidão do lado superior da Estrada do Paraibuna, da qual era senhora e possuidora por herança do seu falecido marido (grifo meu - o capitão) Antônio Dias Tostes (grifo meu - de quem era esposa pelo segundo casamento) em 7 de janeiro de 1856.⁸¹

Esta última aquisição feita em nome da Companhia fora, segundo Mariano Procópio, “anexada” junto à Estação de Juiz de Fora (Figura 7), mediações do atual Museu Mariano Procópio. Portanto, tal dado nos leva a concluir que se tratava de um grande terreno próximo àquele local, o qual era chamado Gratidão. Desde então, ali nos arredores identificamos a existência de algumas casas e mais distante, frente à Estação de Juiz de Fora (Figura 7), onde situava-se a antiga Fábrica de tecelagem Ferreira Guimarães e os depósitos da Estação Férrea, a presença de edifícios que serviram de oficinas.⁸² Dessa forma, as necessidades dos germânicos artífices de

⁸⁰ STEHLING, op. cit., p. 157.

⁸¹ Repartição Especial de terras públicas. Microfilme: 1340. Registro nº 9. Disponível em: Arquivo Público Mineiro: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>. Acessado em: 16/12/2019 às 18:24:00.

⁸² “Nela (na Estação) se acham montados alguns maquinismos que têm sido necessários estabelecer para os diversos misteres da Empresa. Nela se acham estabelecidas as diversas oficinas, cada uma das quais na sua especialidade presta grandes serviços, coadjuvando o andamento geral dos trabalhos. Durante o ano de 1856 foram anexados à estação os seguintes terrenos por compras feitas a Antônio Dias Tostes, D. Guilhermina Celestina da Natividade, José Gomes de Sousa, Eduardo de Aguiar Costa, Domiciano Alves Garcia e Manoel José Peres, no valor total de 4:112\$800 réis, inclusive sisas; e uma propriedade de casas que existia no terreno comprado do referido Aguiar Costa, regularmente construída.” Ver: Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia União e

moradia e trabalho estavam sanadas, bem como a dos colonos que iriam compor a Colônia Agrícola Dom Pedro II em 1858.

Um dos artífices a habitar o local foi Carl Heinrich Julius Griese, logo que foi dado como terminado seu contrato de trabalho. Fixou-se mais especificamente em frente a antiga Cervejaria Americana e atual Faculdade Universo sita ao lado do terreno da Paróquia da Glória. Ali construiu sua própria oficina de segeiro e prestou serviços de transporte de mercadorias entre Juiz de Fora e Petrópolis. Segundo Stehling, após se casar com Sophia Dorothea Schröder, Griese abandonou o setor industrial para dedicar-se ao comércio, adquirindo da Companhia os prédios da antiga “Estação de Diligências” e neles montando um grande empório de artigos germânicos.⁸³

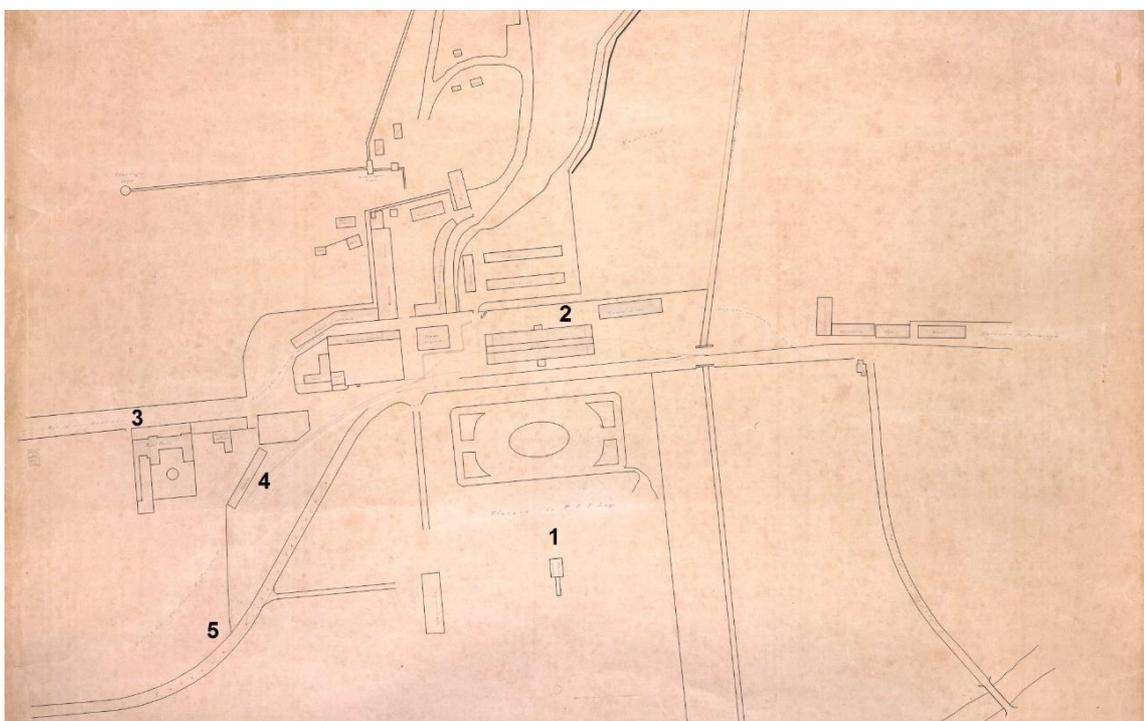


Figura 12: COMPANHIA U.I. Planta da Estação de Juiz de Fora (Figura 7). Setembro, 1874. 1 mapa ms., desenho a nanquim, 158,5 x 92,5 cm. Disponível em: <http://obidigital.bn.br>. Acesso em: 10/02/2020.

A imagem acima trata-se de um fragmento da planta elaborada em setembro de 1874 por L. Audemars. Tal planta foi cortada e editada para melhor visualização de algumas localidades antes mencionadas. Alguns pontos de referência foram estabelecidos para facilitar a identificação. O número 1 refere-se à Quinta do

Indústria em 24 de agosto de 1857 pelo Diretor-Presidente da mesma. Rio de Janeiro, Empreza Nacional do Diário. Rua do Rosário, nº 84. p. 19.

⁸³ STEHLING, op. cit., p. 152.

Comendador Lage, ponto central do mapa. Representados pelo número 2 estão os edifícios da Estação de Juiz de Fora (Figura 7), seguido do número 3 que identifica o “Morro da Gratidão”, subida da atual Avenida dos Andradas. Por fim, os números 4 e 5 faz referência à antiga capela dos colonos – sobre a qual trataremos mais adiante e à Estrada União e Indústria de fato, atual rua Mariano Procópio, bairro Mariano Procópio.

Até o presente trabalho, não foi encontrado nenhum registro documental de instalação efetiva do Cemitério. O que temos são indícios históricos que nos revela que ele foi instalado entre janeiro de 1856 e março de 1857. A pedra “U.I. 1856” mencionada no início deste capítulo nos revela o ano de compra do terreno e delimitação do espaço fúnebre por Mariano Procópio. Além disso, o registro documental mais antigo encontrado sobre o Cemitério data do ano de 1857. Trata-se do primeiro sepultamento realizado no local:

Aos treze de março de mil oitocentos e cinquenta e sete faleceu de enfermidade tendo recebido o Sacramento da Extrema Unção, Desidério Dutra, filho legítimo de Manoel Domingos Dutra e Maria Domingos de Jesus, residentes no município de Villa de Tamanduá: foi sepultado no Cemitério da Companhia União e Indústria, nesta freguesia. E para constar, fiz este assento. Vigário Tiago Mendes Ribeiro.⁸⁴

Basta-nos somente este registro para revogarmos a narrativa construída por Luiz José Stehling em seu livro *“A Companhia União e Indústria e os Alemães”*. Sem o suporte de fontes documentais, o autor afirma que o atual Cemitério da Glória surgiu posterior ao ano de 1858. Além dessa distinta impressão, não foi encontrada ao longo desta pesquisa, nenhuma evidência de que os sepultamentos dos colonos ocorreram inicialmente de forma desregrada em locais impróprios. Exploraremos mais adiante esta desinformação trazida por Stehling.

Assim nos diz:

Desde que os colonos alemães chegaram aqui, sempre reclamaram da Companhia União e Indústria um terreno para instalar um cemitério nele. Sem o devido respeito, os mortos estavam sendo sepultados em qualquer lugar na Colônia. Eles alegavam a grande distância existente entre o cemitério da matriz de Santo Antônio e a Colônia, os evangélicos enfrentavam ainda o padre Tiago com a sua intolerância que não permitia o sepultamento deles em cemitério católico. Por isto, muitos colonos de ambos os sexos e credo foram sepultados junto da Lagoa Gratidão, na área da enfermaria, (Kranckenhoff) e nos próprios prazos.[...] A Companhia União e Indústria

⁸⁴ Arquivo Arquidiocesano de Juiz de Fora - Livro de Sepultamentos da Catedral; página 13, registro 09.

reconheceu justo o pedido de seus colonos e cedeu-lhes uma área de terra para nela instalar um cemitério, que foi consagrado no ano de 1860. Cemitério N. S. da Glória.⁸⁵

De acordo com a pesquisa realizada junto aos registros de sepultamento do Arquivo Arquidiocesano de Juiz de Fora, foram analisados os dados do livro da Catedral, até então único templo religioso de caráter administrativo existente na Villa de Santo Antônio do Parahybuna. A esse tipo de centro religioso e administrativo dava-se o nome de “matriz”, como são conhecidos até os dias de hoje. Os demais templos recebiam o nome de curato ou capela e eram administrados pelas matrizes acoplando um conjunto de comunidades que recebe o nome de Paróquia. O livro que abarca o período de 1851 a 1871 soma ao todo 727 registros de sepultamento, contendo entre eles, 252 registros de pessoas sepultadas no adro da matriz de Santo Antônio do Parahybuna, dos quais 12 estavam envolvidas com a Companhia União e Indústria. O número de pessoas sepultadas no Cemitério da Companhia é de 18 registros. Os demais dados trazem os registros de pessoas sepultadas sem especificação (53), no Cemitério Público (360), Cemitério da Boiada (11), Catacumbas da Capela Senhor dos Passos - sita nas dependências da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora (3), Mathias Barbosa (20), Simão Pereira (3), e demais cemitérios e espaços fúnebres existentes nas fazendas da região e adjacências.⁸⁶ Contudo, tais registros referem-se às pessoas desprovidas de qualquer envolvimento com a dita Companhia e seu Cemitério. Abaixo um gráfico que nos revela este estudo (Figura13):

⁸⁵ STEHLING, op. cit., p. 244 e 245.

⁸⁶ A saber: Fazenda do Tenente José Joaquim Monteiro, Fazenda do Ribeirão, Fazenda de José Antônio da Silva e a Capela de São Sebastião da Chácara. Esses registros somam 1 em cada uma dessas localidades e se encontram no livro de Óbitos da Catedral de 1851 a 1871, sob a guarda do Arquivo Arquidiocesano de Juiz de Fora.

Sepultamentos de 1851 a 1871

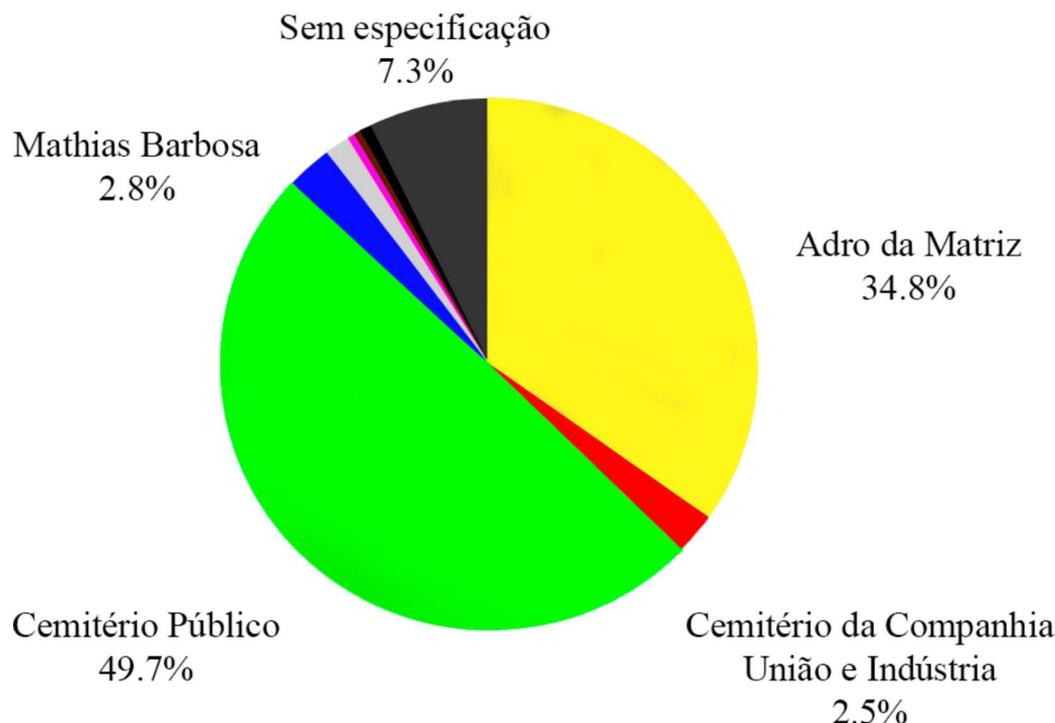


Figura 13: Gráfico elaborado mediante os dados acima através da plataforma disponível em: https://www.canva.com/pt_br/graficos/

Ainda que delimitado fisicamente no ano de 1856, sabemos através do registro d'antes exposto que o Cemitério ficou inativo até o ano seguinte quando finalmente foi inaugurado com o enterramento de Desidério Dutra. O motivo pelo qual ocorreu esse retardamento não se deve à nula ocorrência de mortes, uma vez que dos 33 registros levantados envolvendo a Companhia, 12 ocorreram antes de sua inauguração, entre julho de 1855 e janeiro de 1856. Se explica, pois, através da esfera do público e privado. Para a criação de Cemitérios regidos pela Igreja, era necessário solicitar uma espécie de licença ao bispado, autoridade eclesiástica máxima de uma determinada região. À este documento de licença dá-se o nome de “provisão”. Uma vez emitida a provisão em nome do bispo, o terreno delimitado passa a pertencer aos bens da Igreja e é consagrado de acordo com um ritual próprio em memória de alguma personalidade religiosa do catolicismo. O caráter “público” do espaço deve-se ao fato de que no período em questão, a Igreja era atrelada ao Estado⁸⁷, o que permitiu a discussão do

⁸⁷ A manutenção da unidade política e de um monarca português no Brasil após 1822, à diferença da América Espanhola, certamente facilitou o reconhecimento da Independência pelo Papae a manutenção do padroado, garantindo ao Estado o controle dos assuntos eclesiásticos e religiosos. Além disso, o Brasil não conheceu guerras civis, como na América Hispânica, que pusessem em xeque

que seria público e do que seria privado no Segundo Reinado. Atualmente essa discussão tem tomado grandes proporções nos espaços acadêmicos. Desde o ano de 1850, o Império reconheceu a necessidade de tratar de forma legislativa a questão dos espaços fúnebres no Brasil. O decreto baixado no dia 05 de setembro daquele ano, previa a regulamentação dos cemitérios no que diz respeito às gerências públicas e privadas. Concebeu-se a ideia de criação dos cemitérios públicos⁸⁸ em decorrência das precárias condições de salubridade dos enterramentos no interior das Igrejas, bem como no entorno dos templos.⁸⁹ Estes haveriam de ser administrados pelas Câmaras Municipais. Uma vez criados, incorria-se a proibição da criação desses espaços de modo privativo. As exceções à esta proibição são os sepultamentos de apenas bispos no interior de suas capelas e catedrais, religiosos em sepulturas nos mosteiros e conventos, as irmandades detentoras dos espaços mortuários, sendo permitida apenas aos membros sua utilização e espaços de uso das pessoas professas à fé diversa da do Estado.⁹⁰

Por hora, é necessário ressaltar que em sua criação, o atual Cemitério da Glória antecedeu ao referido decreto e a criação do Cemitério Municipal,⁹¹ recebendo as características para ser enquadrado dentro da esfera privada,⁹² uma vez estando ele

os bens da Igreja, a questão da liberdade religiosa, autonomia eclesiástica ou autoridade de Roma. [...] Até 1828, a Mesa de Consciência e Ordens, instituição régia transferida para o Brasil com a vinda da Família Real, em 1808, continuou a gerir por exemplo, o provimento do clero e outros assuntos eclesiásticos. Após essa data, suas funções passaram para o Ministério da Justiça e posteriormente, em 1861, para o Ministério do Império. Considerando todos os quadros eclesiásticos como funcionários públicos, nomeando párcos; negando à Santa Sé a possibilidade de receber recursos oriundos dos fiéis; limitando as funções episcopais; inibindo a criação de novas dioceses; possibilitando o recurso de apelação aos magistrados seculares sobre decisões dos tribunais eclesiásticos; proibindo as ordens religiosas de receberem noviços (1855); regulamentando seminários (1863); utilizando a paróquia como célula da vida política e civil; legislando sobre divisões eclesiásticas, conventos e associações religiosas, como as irmandades; e interferindo em construções de igrejas e capelas, devoções e festas religiosas, o Estado Imperial controlava totalmente os assuntos religiosos e eclesiásticos. VAINFAS, Ronaldo. Dicionário do Brasil Imperial – Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. Pág: 348

⁸⁸ Decreto Imperial nº 583 de 5 de setembro de 1850. Art. 1º, §1º. Disponível em: www2.camara.leg.br. Acessado em: 12 de janeiro de 2021.

⁸⁹ COSTA, Fernanda Maria Matos da. Sobre a Secularização e Morte: uma análise no âmbito da Câmara Municipal de Juiz de Fora. Artigo publicado nos anais do I Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social – LAHES da UFJF. Página: 01.

⁹⁰ Decreto Imperial nº 583 de 5 de setembro de 1850. Art. 4º, §1º, §2º, §3º e §4º. Disponível em: www2.camara.leg.br. Acessado em: 12 de janeiro de 2021.

⁹¹ Como vimos anteriormente, a Câmara Municipal de Juiz de Fora só passou a funcionar efetivamente em 1853. Neste mesmo ano, um abaixo assinado foi feito pela população local e donativos foram arrecadados para a construção do Cemitério. Dois anos após, cogitou-se na Câmara a escolha do terreno para a empreitada, mas as ideias só foram colocadas no papel em 1863, com a abertura do edital para as obras no terreno do atual cemitério. Sua conclusão se deu no ano seguinte, ocasião em que o espaço fúnebre público também foi inaugurado. Sobre isso, ver: COSTA, op. cit., p. 02 e 03.

⁹² A esfera privada compreendia a administração dos cemitérios às irmandades, corporações civis e religiosas e empresários, no caso como Mariano Procópio. Sobre isto, ver: Decreto Imperial nº 583 de

sob o domínio da Companhia União e Indústria. Assim acontecia também com os cemitérios que por vezes eram instalados nas grandes fazendas de café. O espaço fúnebre ao invés de remeter-se à algum santo ou santa da Igreja Católica, evocava o nome da empresa de Mariano Procópio, ou seja, “Cemitério da Companhia União e Indústria”, apesar dos registros serem lavrados pelo sacerdote católico local, mais especificamente pelo Vigário Tiago Mendes Ribeiro. Porém, este não exercia autoridade para permitir ou proibir enterramentos mediante segregação religiosa ou de qualquer outra classificação social. Quem detinha essa autoridade era o diretor presidente da Companhia, responsável pelo cemitério. Tal autoridade é percebida novamente pelas análises dos registros de sepultamento.

Mesmo com a inauguração do espaço em 1857, Mariano Procópio o utilizava apenas para sepultar pessoas próximas, personalidades de alguma relevância local e membros de sua família. Desidério Dutra, como podemos ver em seu registro, não era residente da Villa de Santo Antônio do Parahybuna e nem mesmo de Juiz de Fora. O município de Villa do Tamanduá onde residia com sua família corresponde atualmente ao Município de Itapeçerica, centro Oeste de Minas Gerais. Segundo o Professor Dr. Pedro Machado, aquela região também era conhecida no século XIX como “Villa de São Bento do Tamanduá”.⁹³ Além de não ser um membro da elite local e não possuir vínculos empregatícios com a empresa, a possibilidade da família Dutra se enquadrar no círculo social da família Ferreira Lage explica ter sido de Desidério, o primeiro sepultamento no “Cemitério da Companhia União e Indústria”. O segundo enterramento naquele espaço foi justamente da filha do comendador Ferreira Lage. De posse do Cemitério, naturalmente que pelo laço filial, haveria de desejar o comendador que a pequena Eugênia se mantivesse próxima à família mesmo após a morte.

Aos vinte e seis de julho de mil oitocentos e cinquenta e sete, faleceu de enfermidade Eugênia, de idade de dois anos, filha legítima do Comendador Mariano Procópio Ferreira Lage: foi sepultada aos vinte e sete do mesmo mês

5 de setembro de 1850. Art. 1º, §3º. Disponível em: www2.camara.leg.br. Acessado em: 12 de janeiro de 2021.

⁹³ “O município do Tamanduá teve em 1818 sua divisa delimitada com o município d’Oliveira por um lugar denominado Camaxo. Toda a porção que verte para o rio de Santa Anna pertenciam ao município de Tamanduá, marcada pela divisa entre os municípios em questão, o espigão que divide as águas do dito rio de S. Anna e ribeirão de Bom Sucesso, antes de se unir com o rio Jacaré, ribeirão das Mattas até as cabeceiras do ribeirão do Cavallo e seguir este abaixo até a sua confluência com o rio Jacaré.” Texto extraído do site do Arquivo Público Mineiro, página 303. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/1203.pdf.

nesta freguesia, no Cemitério da Companhia União e Indústria. E para constar fiz este assento. Vigário Tiago Mendes Ribeiro.⁹⁴

Seguido o sepultamento de Eugênia Ferreira Lage, consta os registros dos sepultamentos de três funcionários escravos da Companhia: Antônio Cabinda, Francisco Bengella e a inocente Verônica. Os três eram pertencentes à Companhia do Gongo Socco,⁹⁵ falecidos e sepultados no dia 04 de janeiro de 1858. Lavrados os três assentos, o Vigário Tiago Mendes Ribeiro não especificou neles o local onde tinham sido sepultados aqueles corpos como fizera com os dois anteriormente citados e haveria de fazer com os registros posteriores envolvendo a Companhia União e Indústria, o que nos leva a concluir que o cemitério da empresa não fora usado para tal.

Apesar de não haver nesses registros nenhum indício de distinção religiosa, também não podemos afirmar que havia por parte do comendador até 1864 uma determinada segregação de cunho social e racial dos mortos que seriam ou não sepultados no Cemitério da Companhia. Temos por base os sepultamentos dos demais escravos a serviço da Companhia, falecidos de 1855 até aquele ano. Foram doze no total, e todos sepultados no Adro da Matriz da Paróquia de Santo Antônio, atual Catedral Metropolitana de Juiz de Fora.⁹⁶ Por outro lado, no mesmo ano em que os três escravos da Companhia ligada à União e Indústria foram sepultados, em local não mencionado, dois franceses fizeram uso do Cemitério da empresa de Mariano Procópio. Eram eles: João Ganon e Alexandre Adão.

Aos vinte e três de novembro de mil oitocentos e cinquenta e oito, faleceu de enfermidade tendo recebido o sacramento da Extrema Unção, João Ganon, francês de nação, solteiro: foi sepultado no Cemitério da Companhia União e

⁹⁴ Arquivo Arquidiocesano de Juiz de Fora - Livro de Sepultamentos da Catedral; página 14, registro 05.

⁹⁵ A Companhia do Gongo Soco foi uma Companhia Inglesa de Mineração que além de engajar escravos em seus serviços, também promovia o lucro sobre esta mão de obra dispondo-a como empresa locatária. Assim serviu à Companhia União e Indústria cedendo braços cativos na construção da Estrada de mesmo nome. Sobre isso, ver: GIROLETTI, Domingos. Industrialização de Juiz de Fora (1850-1930). Juiz de Fora: EDUFJF, 1987. Página: 63.

⁹⁶ Entre esses doze assentos mencionados, desde a existência do Cemitério da Companhia em 1856, faleceram sem os sacramentos, dois escravos a seu serviço. E como os demais, foram sepultados no adro da Matriz, simplesmente porque o terreno ainda não havia sido delimitado. Eram eles: *Raimundo Crioullo*, escravo de Antônio de Souza Reis e Silvério Glz de Araújo Loureiro, falecido no dia 04 de janeiro; e *Juvêncio*, escravo de Antônio Moreira da Silva, falecido no dia 15 do mesmo mês. (Livro de Sepultamentos da Catedral, 1851-1871; Termos 6 e 7, respectivamente. Página: 10. Arquivo Arquidiocesano de Juiz de Fora).

Indústria aos vinte e quatro do mesmo mês. E para constar fiz este assento. Vigário Tiago Mendes Ribeiro.⁹⁷

Até o ano de 1864, haveriam ainda de serem enterrados, pessoas notáveis da redondeza como o filho do Barão de Pittanguí⁹⁸ e o filho do próprio Mariano Procópio⁹⁹. O primeiro falecera de enfermidade com 16 meses de idade no dia 19 de fevereiro de 1863 e o outro sucumbiu da mesma causa no dia 31 de agosto, enterrado no dia seguinte do mesmo ano. Somente no ano seguinte, temos o registro de um escravo sendo sepultado no espaço fúnebre em questão.¹⁰⁰ Após ele, outros de iguais condições sociais e raciais fizeram uso do espaço, constatando assim, o poderio de permissão e proibição sobre o Cemitério do diretor-Presidente da Companhia União e Indústria.

O motivo pelo qual se deu a fundação do Cemitério da Companhia, não se explica pela tese sustentada por Paulino de Oliveira.¹⁰¹ Nela o autor revela uma rivalidade de Mariano Procópio, que fundou seu próprio povoado fazendo frente à Vila de Santo Antônio do Parahybuna fundada por Halfeld.¹⁰² Não buscou assim, o comendador, tal melhoramento com a fundação do cemitério para rivalizar com o local de enterramentos sito no adro da Matriz. Ao contrário, segundo os indícios encontrados, após a compra das terras da Estação e da Colônia, bem como o engajamento em massa dos funcionários da Companhia, como os franceses, os engenheiros e artífices e posteriormente os colonos agrícolas de origem germânica, existia uma preocupação por parte do comendador em proporcionar à boa parte dos seus subordinados, estruturas dignas para sua subsistência. Além disso, prevendo

⁹⁷ Arquivo Arquidiocesano de Juiz de Fora - Livro de Sepultamentos da Catedral; página 20, registro 02. Ainda consta na mesma página o seguinte registro: *Aos vinte e quatro de novembro de mil oitocentos e cinquenta e oito, faleceu repentinamente Alexandre Adão. Francês de nação, casado. Foi sepultado no Cemitério da Companhia União e Indústria aos vinte e cinco do mesmo mês. E para constar, fiz este assento. Vigário Tiago Mendes Ribeiro.*

⁹⁸ Idem. p. 33, registro 02.

⁹⁹ Ibidem. p. 36, registro 04.

¹⁰⁰ *Aos 05 de Novembro de 1864 nesta Freguesia de Santo Antônio do Paraibuna, faleceu de enfermidade e sem sacramentos, Caetano, africano de 40 anos de idade, pouco mais ou menos, escravo de Vicente Pinto da Silva. Foi sepultado no Cemitério da Companhia União e Indústria aos 06 do mesmo mês. E para constar, fiz este assento. V. Tiago Mendes Ribeiro.* Arquivo Arquidiocesano de Juiz de Fora - Livro de Sepultamentos da Catedral; página 41, registro 05.

¹⁰¹ OLIVEIRA, Paulino de. Dois Povoados Distintos Constituíram a Cidade de Juiz de Fora. Artigo publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais - Volume V; Páginas: 58 e 59.

¹⁰² “[...] Mas havia encarniçado bairrismo entre os habitantes de um e de outro. A rivalidade chegou a tal ponto que o Deputado Marcelino de Assis Tostes (sessão de 17 de junho de 1864), reclamando contra o desvio da Estrada do Paraibuna para o Poço Rico, declarou na Assembleia Provincial que houve um capricho de Mariano Procópio contra a cidade do Paraibuna. Antes disso, houve atritos, que as atas registram, entre a direção da Estrada e a Câmara Municipal.” Idem, pág: 59.

que haveria problemas com a Igreja Católica para sepultar os funcionários protestantes que estavam sendo e viriam a ser contratados, a empresa necessitaria de um espaço próprio, onde ela mesma pudesse gerenciar.

Com o crescimento populacional e de infraestrutura da região, proporcionada pelo progresso da Companhia União e Indústria, fora aprovada na Câmara Provincial a Lei nº 750 de 02 de maio de 1856. Essa lei elevava a Vila de Santo Antônio do Parahybuna ao posto de cidade, o que faz do Cemitério da Glória ainda mais relevante, por ter sido o primeiro cemitério¹⁰³ surgido meses antes desse importante marco para a cidade. Segundo Luiz José Stehling, o projeto de elevação da Vila foi apresentado pelo Dr. José Feliciano Gouveia e sua sanção deve-se aos seus constantes esforços como Deputado Provincial e pelo posto de Juiz de Direito da Comarca do Parahybuna o qual já ocupava.¹⁰⁴

O crescimento de infraestrutura, então, acompanhou o boom populacional que se acentuaria nos próximos anos com a imigração europeia em massa.¹⁰⁵ Trataremos em nosso estudo, especificamente, dos imigrantes germânicos. Tal evento se refletiu no Cemitério da Companhia União e Indústria, que mesmo tomado em seus primórdios pela gerência da empresa, fora absorvendo características próprias da identidade germânica com a chegada dos colonos contratados em 1858 por Mariano Procópio. Essas características culturais foram manifestadas tanto no espaço fúnebre, quanto na trajetória histórica envolvendo o Cemitério. Sobre estes assuntos trataremos nos capítulos seguintes.

¹⁰³ Entende-se aqui por cemitério, um local exclusivo para sepultamentos fora do poderio e do ambiente eclesiástico (*intra-muros*), espaço que já existira no adro da matriz (atual Catedral Metropolitana de Juiz de Fora).

¹⁰⁴ STEHLING, Luiz José. A Companhia União e Indústria e os Alemães. Juiz de Fora: Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, 1979. p. 113 e 114.

¹⁰⁵ O desenvolvimento social e econômico de Juiz de Fora, ocorrido a partir da segunda metade do século XIX, deveu-se à agricultura cafeeira seguida dos investimentos no ramo da indústria. Nesses quesitos destacaram-se a mão-de-obra europeia – sobretudo de imigrantes alemães e italianos, consideradas de fundamental importância para que a cidade se destacasse rapidamente no cenário mineiro como grande polo-econômico da Zona da Mata. Sobre isso, ver: OLENDER, Marcos. A Contribuição da Imigração Italiana na Consolidação da Paisagem Urbana de Juiz de Fora. 3º Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto – desafios e perspectivas, Belo Horizonte, 2014. Ver também: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro – Imigração e industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1920). Dissertação (Mestrado em História) Niterói, UFF, 1991.

Cap. II – A Imigração Germânica de 1858.

Primeiramente é necessário esclarecermos sobre o termo “alemão” usado até aqui neste trabalho e que será evitado em detrimento do termo germânico para designar o todo dos colonos contratados pela Companhia União e Indústria. Com a dissolução do Sacro Império Romano Germânico em 1806, diversas regiões com autonomia política foram surgindo. O conceito de alemão foi utilizado até meados do século XIX para designar os falantes da língua alemã, com suas variações e dialetos. Portanto, tal designação era revestida de cunho puramente linguístico. Somente em 1871 com a fundação do Império Alemão que a palavra incorporou um determinado sentido político para designar a população a ele pertencente.

Diante dessa questão, uma vez que, o período o qual estamos tratando inclui também o período de transição dessas transformações na Europa, cabe-nos referir aos colonos com um adjetivo político de origem. Dessa forma, ressaltaremos as semelhanças e diferenças culturais, políticas e religiosas desses imigrantes, pertencentes a determinadas regiões autônomas derivadas do Sacro Império. Identificar o processo histórico e a constituição identitária daqueles povos é um dos nossos objetivos, apresentando o Cemitério da Companhia União e Indústria como plano de fundo de suas manifestações identitárias.

Fator importante que nos ajuda a explicar a Imigração, pelo menos do grupo de tirolezes para Juiz de Fora, foi o aumento da densidade populacional que estava acontecendo desde o início do século XIX e que resultou também, no crescimento de muitas cidades europeias. Enquanto naquele período as grades potências europeias voltavam suas atenções para o neocolonialismo, ou seja, para a busca desenfreada por matéria-prima, mercado consumidor e mão-de-obra livre e barata, a Casa d'Áustria se concentrava em explorar o seu próprio território. Essa estratégia de política externa, ou interna, melhor dizendo, buscava autodesenvolver-se pelo “*comércio, indústria e agricultura*”.¹⁰⁶ O aumento da população como evento temporal e espacial era acrescido pelo processo político incentivado pelo governo, onde concentrar a população austríaca em território austríaco se configurava em uma estratégia política de caráter prioritário.

¹⁰⁶ RAMIREZ, Ezekiel Stanley. *As Relações entre a Áustria e o Brasil, 1815-1889*. Tradução e notas de Américo Jacobina Lacombe, 1ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. Página: 182.

Esta crença, baseada nas necessidades políticas, levou o Imperador José II a expedir um Edito sobre a emigração, que de fato a proibia. O artigo IV rezava um trecho: 'A ninguém é permitido emigrar nem enviar a países estrangeiros seus filhos ou pessoas sob a sua proteção e cuidado.'¹⁰⁷

Este decreto por um lado limitava o direito de ir e vir dos súditos austríacos, mas por outro, buscava proporcionar-lhes condições favoráveis de trabalho nas terras do Império. Àqueles que tinham o intuito de trabalhar das mais variadas formas, desde o mecânico ao lavrador, rezava o documento:

O pretexto da falta de rendas é sempre uma das melhores desculpas para a emigração; portanto, todas as repartições regionais, as comunidades rurais, os proprietários de terras e prefeitos, têm a recomendação de fornecer e facilitar tanto o quanto possível a todas as pessoas que queiram trabalhar e fazer com que os vadios trabalhem, mesmo que seja pela força, se for necessário, de modo a fazer com que tenham um nível de vida digno.¹⁰⁸

Os esforços por parte do Império Austríaco não se restringiram apenas ao Edito do Imperador Joseph II. Franz I, seu sucessor e pai de Dona Leopoldina – Primeira Imperatriz Consorte do Brasil, também contribuiu ao emitir outro Edito vinte e seis anos antes da Primeira Imigração Austríaca para o Império do Brasil. Ainda que o tenha feito com o objetivo de dificultar ainda mais a emigração, o novo decreto abriu novas perspectivas de legalização do processo. Entre elas, destaca Ramirez:

Cap. II: Da emigração legal

§2: Quem quiser emigrar deve obter, através das autoridades locais, uma dispensa da cidadania austríaca.

§3: O requerimento deve conter:

A – Prova de que o requerente é independente e livre para tomar as decisões. O requerimento deve ser apresentado por um representante legal.

B – Se o requerente tem uma família que pretenda levar consigo, deve fornecer todas as informações a respeito.

C – Prova de que o requerente e os membros da família que querem acompanhá-lo cumpriram as obrigações do serviço militar.¹⁰⁹

No caso dos tirolezes que iremos tratar a seguir – vindos para o Brasil em 1858 contratados por Mariano Procópio, caracterizavam-se por serem trabalhadores com profissões específicas, como Georg Glatzl advindo de Matrei, profissional do ramo da saúde descrito como “Doktor”, na listagem de bordo do Porto de Hamburgo.¹¹⁰ A

¹⁰⁷ RAMIREZ, op. cit., 183.

¹⁰⁸ Idem.

¹⁰⁹ Ibidem. p. 184.

¹¹⁰ ZIMMERMANN, Ivone. Alemães e Austríacos em Juiz de Fora - Retratos de uma Época. Rio de Janeiro: PUBLIT, Soluções Editoriais, 2015.

maioria deles, porém, exerciam o ofício da terra. Eram lavradores, agricultores, colonos que ofereceram essa espécie de mão-de-obra à Companhia União e Indústria, e por ela foram contratados. Se o Editó do Imperador Joseph II os limitava, mais tarde o de Franz I os possibilitou emitir e apresentar toda a documentação exigida para deixarem a Áustria e cruzarem o oceano rumo ao Brasil.

Todas essas ações voltadas para o controle da emigração de seus súditos, também era motivada por fatores externos. A emigração de colonos principalmente italianos, e de língua alemã a partir de 1824, havia se mostrado experiências desanimadoras para os Habsburgo, tendo em vista o princípio de meação ou sistema de parceria com que eram exercidas. A bem de elucidação, estariam eles, sujeitos a trabalharem nas terras do contratante e entregar ao senhor delas, metade da colheita tomando a outra metade para o seu sustento e provisão de sua família. Além disso, pagariam com seu trabalho as despesas que demandavam a contratação como o sustento de sua família, estadia e passagens. Sonnleithner, substituto de Johann Benhard – o Conde Von Rechberg und Rothenlöwen, no ministério plenipotenciário dos Habsburgo no Rio de Janeiro, transparecera tal preocupação ao declarar em ofício de 14 de maio de 1856 que

[...] a colonização para o Brasil significa a obtenção de uma classe de trabalhadores que viva em cativeiro, e cujos contratos, redigidos de forma a parecerem promissores, hábeis agentes os transformará em devedores e seus senhores, a quem ficarão devendo as passagens marítimas. Significa gente que cultivará o solo dos outros, com dependência cega, e dará metade da colheita ao proprietário que lhe cedeu a terra. Significa gente cuja morte não quer dizer perda de capital para o brasileiro (como se dá com o negro, cuja vida não deve ser desperdiçada) [...]¹¹¹

No entanto, como poderemos observar nos tópicos a seguir, o Comendador Mariano Procópio adotara medida diversa, não comprometendo nenhum de seus contratados à miséria ou sujeitando-os ao pagamento de juros infundáveis que lhes garantiria uma condição de quase-escavidão. Destacamos aqui, de antemão, os gastos com as passagens e alimentação durante a viagem, por exemplo, que ficaram a cargo da Companhia União e Indústria. Esse relevante aspecto é atestado nos contratos que trataremos. Ainda segundo os contratos, Ramirez aponta 2 classes de emigrantes: os que haviam assinado contrato com os agentes de emigração no porto de embarque e os que viajaram sem tê-lo feito. Estes *“haviam pago as passagens e*

¹¹¹ RAMIREZ, op. cit., p. 193.

*chegado ao Brasil sem recursos, sem planos nem perspectivas para o futuro.*¹¹² Os tirolezes que destinavam-se à Juiz de Fora, por outro lado, pertenciam ao primeiro grupo, tendo assinado um pré-contrato ainda em Augsburg, na Baviera, antes de chegarem ao Porto de Hamburgo, onde firmaram o acordo definitivo. Desta forma, podemos observar o tamanho comprometimento que a Companhia União e Indústria na pessoa de seu Diretor-Presidente exerceu junto àquelas famílias.

II. I – O Contrato e a Importação dos Colonos

Diferentemente do contexto europeu, ou pelo menos austríaco, o contexto social juiz-forano do presente período se achava propício para a Companhia colocar em prática seu outro objetivo além da construção da Estrada: a implementação de uma colônia agrícola para o abastecimento interno e exportação de produtos. Com as terras já adquiridas¹¹³ e para a instalação efetiva da Colônia, Mariano Procópio celebrou através de seu sogro e procurador, José Machado Coelho de Castro, o contrato com o Governo Imperial visando a importação da mão de obra estrangeira. A assinatura deste contrato ocorreu no dia 25 de abril de 1857, por intermédio da “Repartição Geral de Terras Públicas.” Composto de nove cláusulas, o documento previa os direitos e deveres da Companhia para com o empreendimento da colonização. Entre eles, garantia-lhe o empréstimo por parte do Governo Imperial de *Rs. 200:000\$000*, a serem pagos em parcelas de cinco prestações, para que cada colono recebesse o empréstimo de determinado valor, conforme a idade, visando cobrir suas necessidades iniciais.¹¹⁴ Também deveria ser fornecido a venda de

¹¹² RAMIREZ, op. cit., 199.

¹¹³ *“Depois de consultadas as maiores probabilidades de vantagem a respeito dos lugares por onde conviria a dar começo ao estabelecimento dos colonos que temos de introduzir no país, convenci-me de que os terrenos imediatos à Estação de Juiz de Fora, ofereciam em todos os sentidos aquelas probabilidades; quer se atenda aos auxílios que essa estação está ao alcance de prestar pelos seus recursos, quer a facilidade com que, segundo as suas habitações, poderão coadjuvar os nossos trabalhos, quer finalmente a presunção real do imediato aumento do valor dos terrenos a distribuir pelos colonos, que reverterá sem dúvida em seu benefício. [...] Presume-se que ocupam uma superfície de dois milhões e quatrocentas mil braças quadradas, [...] espaço suficiente para situar de cem a cento e vinte famílias na forma do contrato. [...] Em relação ao país, a Companhia prestará a tempo dois grandes serviços, atendendo as mais urgentes necessidades públicas – Estradas e Colonização.”* In: Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia União e Indústria em 24 de agosto de 1857 pelo Diretor-Presidente da mesma. Rio de Janeiro, Empreza Nacional do Diário. Rua do Rosário, nº 84. p. 32-34.

¹¹⁴ *“Condição Terceira [...] Este empréstimo é concedido na razão de 50\$000 para cada colono maior de 5 anos e menor de 10, e de 100\$000 para cada um maior de 10 anos e menor de 45 ou mesmo maiores dessa idade quando serão chefes de famílias, que as acompanhem, vindos todos por conta da Companhia. Quando houver de realizar-se a quinta última prestação, fixará a sua importância de modo que a soma total de empréstimo corresponda ao número de colonos na razão acima declarada.”*

utensílios para o trabalho agrícola e alguns animais.¹¹⁵ Além disso, obrigava a empresa do Comendador Ferreira Lage a construir uma casa de oração para servir de templo para o culto dos colonos luteranos,¹¹⁶ bem como a elaboração e envio de relatórios estatísticos ao Governo, referentes à produção agrícola e aos habitantes da Colônia, em termos de nascimento, casamentos e óbitos.¹¹⁷ Por fim, a Colônia Dom Pedro II ficaria sujeita à inspeções esporádicas do Governo Imperial.¹¹⁸¹¹⁹ Com ciência das disposições legais, em Dezembro de 1857, foi enviado um agente na “Alemanha” a mando de Mariano Procópio a fim de contratar os colonos que serviriam à Companhia União e Indústria.¹²⁰ Seu trabalho, porém, foi dificultado devido “às circunstâncias extraordinárias em que os acontecimentos comerciais no fim do ano de 1857 e começo de 1858 colocaram diversas praças da Europa, e principalmente a de Hamburgo”.¹²¹ Não bastando-se, viu o agente, a necessidade de terceirizar o serviço e contratou junto ao Dr. F. Schmidt, a remessa de 800 germânicos. Mesmo excedendo o número antes previsto no contrato assinado com o Governo Imperial, a Companhia União e Indústria já havia tomado conhecimento do caso e se encontrava preparada para recebê-los. O comendador não contava, porém, que agindo por impulso ou má fé, o Dr. F. Schmidt embarcasse em Hamburgo o equivalente a 1.173 colonos, ou seja, 373 a mais do que o esperado. Graças ao adiantamento de 150:000\$ e os outros 50

¹¹⁵ “Condição Segunda: § 2º - A antecipar-lhes durante o primeiro ano pelos preços correntes os viveres usados no país, e a ferramenta indispensável, bem como um casal de porcos, três galinhas e um galo.”

¹¹⁶ “Condição Sexta: O Governo Imperial auxiliará com a quantia de Rs. 4:000\$000 (quatro contos de réis) a construção do principal estabelecimento da Companhia de uma Casa de Oração sem forma exterior de templo para os colonos que não seguirem o Culto Católico. Esse auxílio será realizado logo que haja número de religião dissidente superior a quatrocentos.”

¹¹⁷ “Condição Oitava: A Companhia se compromete a mandar ao Governo, anualmente, uma estatística dos habitantes da Colônia, casamentos, nascimentos e óbitos, assim como dos produtos das mesmas Colônias.”

¹¹⁸ “Condição Sétima: O Governo se reserva o direito de inspecionar a Colônia em qualquer tempo.”

¹¹⁹ Todas as nove cláusulas do contrato podem ser encontradas no “Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia União e Indústria em 24 de agosto de 1857 pelo Diretor-Presidente da mesma. Rio de Janeiro, Empreza Nacional do Diário. Rua do Rosário, nº 84.” p. 17-20.

¹²⁰ Segundo Stehling, em sua obra *A Companhia União e Indústria e os Alemães*, página 161, o agente enviado à Europa, responsável pela contratação dos colonos, tratava-se de Christian Gieber. Gieber, segundo o autor, havia sido contratado por Mariano Procópio para ocupar as funções de engenheiro na construção da Estrada União e Indústria. No entanto, em nenhum momento, o comendador identifica em seu relatório apresentado em 1858, o nome do agente.

¹²¹ Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia União e Indústria em 05 de outubro de 1858 pelo Diretor-Presidente da mesma. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve E. C. Rua do Ouvidor, nº 65. pp. 10 e 11.

contos de réis já recebidos do Governo Imperial, “recebi, portanto, todos os emigrantes embarcados no porto de Hamburgo”.¹²²

II. II – Ade!

“Viele kamen Meer zu und
in ein fremdes Land hinein.
Leb Heimat wohl,
vergesst nicht mich...”¹²³

Antes de saírem de suas casas, os germânicos deveriam coletar diversos tipos de documentação, necessárias, antes de emitir o passaporte junto ao órgão Central da Província que viviam. Portanto, no caso dos tirolezes (austríacos), era preciso estarem portando um atestado de boa conduta e o batistério de todos os membros de sua família que pretendiam viajar. O primeiro era emitido pela prefeitura e o segundo, pela paróquia local, como forma de identificação de pessoa física, o que hoje conhecemos como Registro Geral no Brasil.

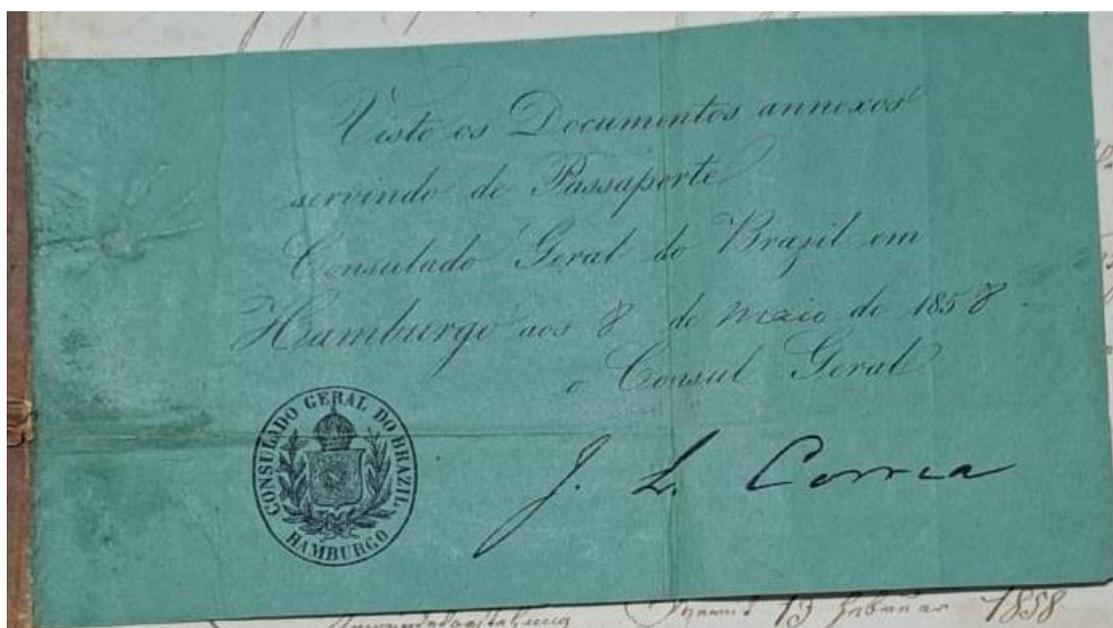


Figura 14: Visto Consular anexado à primeira página do Sittenzeugniss (atestado de boa conduta) de Sebastian Strele. Documento do acervo pessoal de Sálcio Del Duca, gentilmente cedido para fins deste trabalho.

¹²² Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia União e Indústria em 05 de outubro de 1858 pelo Diretor-Presidente da mesma. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve E. C. Rua do Ouvidor, nº 65. p. 11.

¹²³ “Parto para mares distantes, para terras estranhas... Adeus, minha pátria. Não te esqueças de mim.” Tradução de uma antiga cantiga entoada pelos imigrantes alemães ao deixarem suas casas em caravanas rumo ao Porto de Hamburgo, onde tomariam os veleiros para cruzar o oceano rumo ao Brasil. O trecho desta canção pode ser encontrado no trailer do filme “Heimat, eine deutsche Chronik”: <https://youtube.com.br/h6eS43qoHlq>.

Visto os documentos anexos servindo de Passaporte Consulado Geral do Brasil em Hamburgo aos 8 de maio de 1858.

O Consul Geral

J. L. Correa.

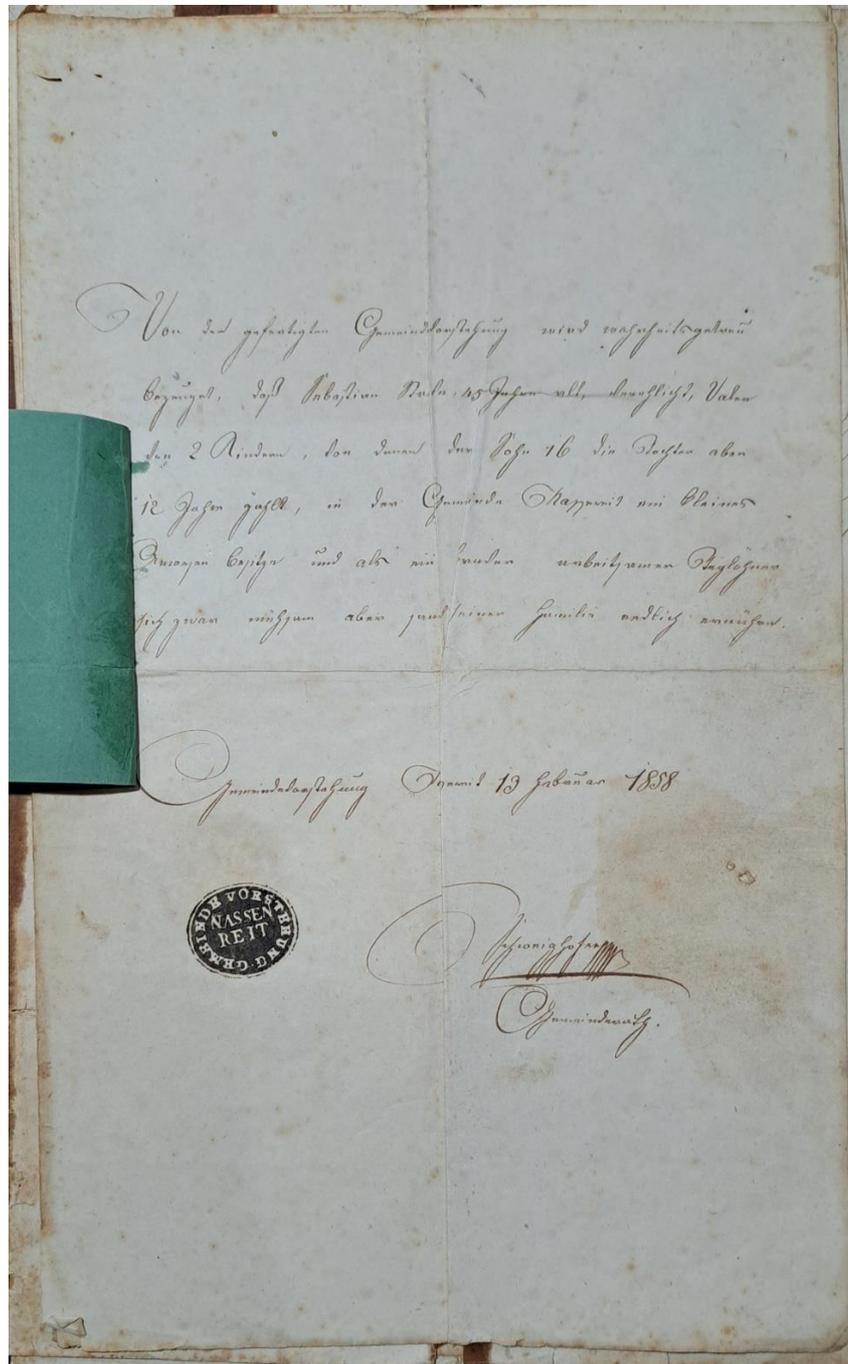


Figura 15: Atestado de boa conduta do imigrante tirolês Sebastian Strele e Família.¹²⁴ Documento do acervo pessoal de Sálcio Del Duca, cedido para fins deste trabalho.

¹²⁴ **Transcrição:** Vor dem gefertigten Gemeindevorsteherung wird wahrheitsgetreu bezeugt, dass Sebastian Strele, 45 Jahren alt entnehlicht, haben den 2 Kindern vor deinen der Sohn 16 der Tochter aber 12 Jahren gählt, in der Gemeinde Nassereit bei bleines Otesonsen besitze und als bei brater strele gählt.

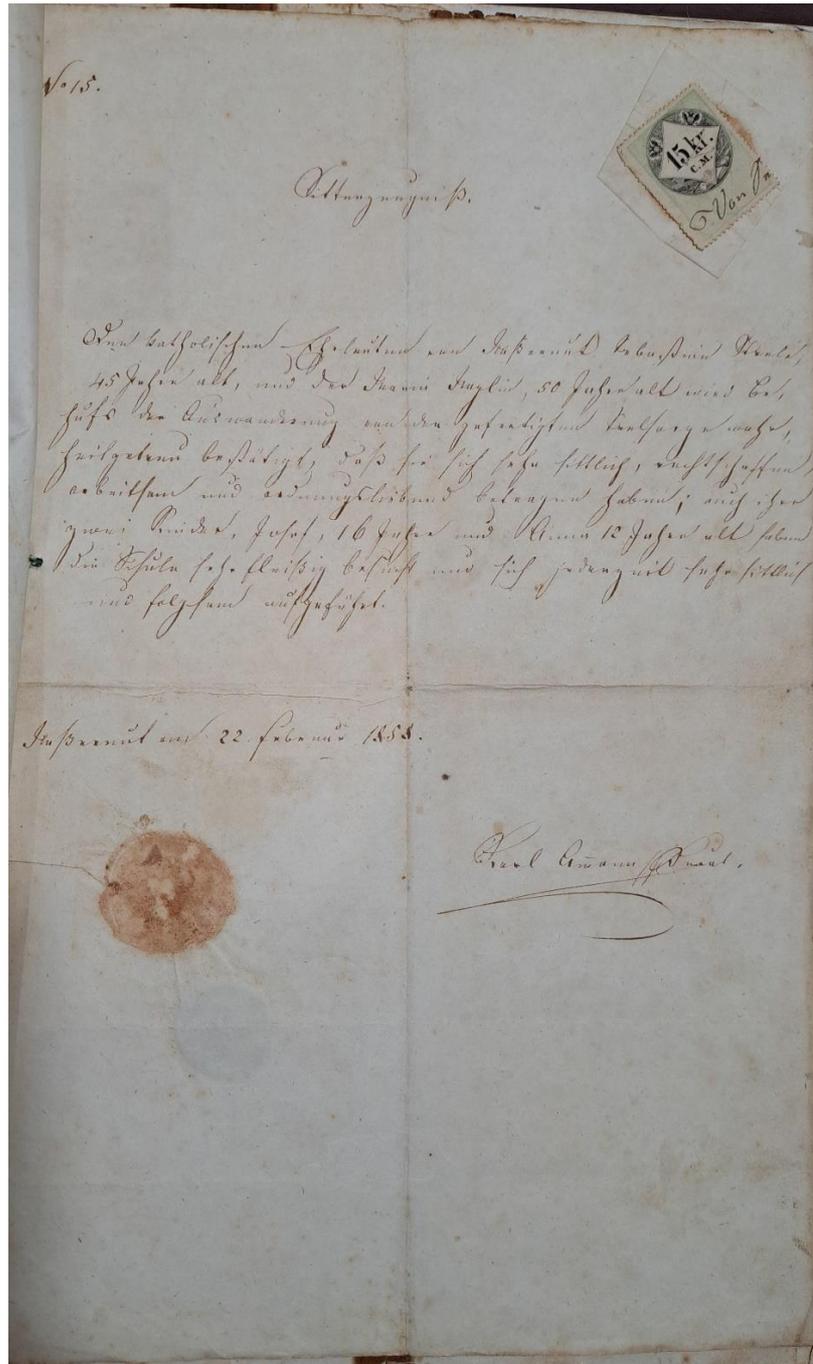


Figura 16: Sittenzeugniß (atestado de boa conduta) do imigrante tirolês Sebastian Strele e sua família.¹²⁵ Documento do acervo pessoal de Sálcio Del Duca, cedido para fins deste trabalho.

arbeitsamen Tagelöhner sich zwar wühsam aber sand seiner Familie redlich ernähen. Gemeindevorsteherung Nassereit 13 Februar 1858. Schonighofer. Gemeindevorsteher. **Tradução:** Diante do conselho paroquial concluído, é testemunhado com veracidade que Sebastian Strele, 45 anos, levou seus 2 filhos antes dela, o filho tinha 16 anos, mas a filha tinha 12 anos, era dono de Otesonsen na paróquia de Nassereit perto de Bleines e trabalhava como diarista em brater, embora árduo, mas areia para criar sua família honestamente. Liderança municipal Nassereit 13 de fevereiro de 1858. Schonighofer. líder da comunidade.

¹²⁵ **Transcrição:** Sittenzeugnis – Den Katholischen Eheleuten von Nassereith Sebastian Strele 45 Jahre alt, und der Maria Naglin, 50 Jahre alt wird in (ilegível) den Auswanderung ein den gefertigten (Senlsorge mache) heilgetreu bessütigt, dass sein sich sehe sittlich rechts schaffen arbeiten und

As famílias provenientes do Tirol, segundo Rita Couto, de posse das documentações supracitadas, se reuniram na capital Innsbruck, onde deveriam se portar à Governadoria Real Imperial do Tirol e Vorarlberg (*Kaiserlich Königliche Statthalterei für Tirol und Vorarlberg*) e emitir o passaporte para viajar. A seguir, um exemplar do passaporte de David Larcher e sua família com sua respectiva transcrição:



Figura 17: Passaporte do imigrante tirolês David Larcher e Família verso do visto em anexo. Documento do acervo de Rita Couto, cedido para fins deste trabalho.

ornungsliebend (entnagen) haben; auch ihre zwei Kinder, Jahres 16 jahre und Anna 12 Jahre alt haben bei Schule sehe fleissig besuche und sich jedenzeit sehe sittlich und solgsam aufgeführt. Nassereit um 22 Februar 1858. Karl Anann. **Tradução:** Testemunho moral – Os cônjuges católicos de Nassereith Sebastian Strele, de 45 anos, e Maria Naglin, de 50 anos, são fielmente encorajados na (ilegível) emigração para o feito (Senlsorge do) que se vêem moralmente no direito de trabalhar e ter uma boa arrumação (roer). ; Seus dois filhos, de 16 anos e Anna, de 12 anos, frequentaram a escola diligentemente e sempre se comportaram de maneira moral e obediente. Nassereit por volta de 22 de fevereiro de 1858. Karl Annan.

do século XVI até meados do século XX. Ainda hoje os caracteres são considerados em muitos lugares, manifestação de uma cultura própria daqueles povos.

Ao deixarem a capital Innsbruck com o passaporte em mãos, os tiroleses partiram para Augsburg na Baviera. Passando por ali, um trágico incidente ocorreu aos viajantes. A família Kirchmair, advinda da aldeia de Weer, era chefiada pelo patriarca Georg e sua esposa Maria Anna Lechner. Em suas companhias estavam os filhos Andreas, Maria, Franz, Johann, Martin e Georg, quando Maria Anna que viajara enferma do Tirol os deixou órfãos, às 8 horas do dia 23 de abril de 1858. Sua causa mortis foi dada como paralisia pulmonar (*Lungenlähmung*) e a matriarca da família fora sepultada no dia seguinte, no Cemitério da Paróquia de St. Georg, em Augsburg.¹²⁶ Aquela foi a primeira baixa sofrida pelo grupo de austríacos desde que deixaram suas casas no Tirol, na esperança de encontrar um futuro melhor e mais próspero. Não obstante, a viagem deveria prosseguir e era naquela mesma cidade, ao sul da atual Alemanha, que eles deveriam assinar um contrato que lhes assegurava o caminho até Hamburgo com todas as despesas pagas - incluindo os gastos nas estações intermediárias instaladas durante o trajeto que deveria ser feito por estrada de ferro ou de barco a vapor;¹²⁷ e de Hamburgo até o Porto do Rio de Janeiro. Um exemplar desse contrato de viagem que temos documentado, foi assinado pelo imigrante tirolês Sebastian Strele¹²⁸. Ele viajara com sua família, no total de quatro pessoas. A previsão da partida de Augsburg à Hamburgo, se daria no dia 28 de Abril de 1858 e a partida de Hamburgo estava prevista para acontecer no dia 05 Maio daquele ano.¹²⁹ O acordo também regulamentava o total de bagagens por peso e as

¹²⁶ COUTO, Rita. Santana: uma capela tirolesa na colônia alemã de Juiz de Fora. 1. Ed. – Juiz de Fora: Edição do Autor, 2016. pág: 31.

¹²⁷ § 1º O Sr. Jacques Donati encarrega-se da condução das pessoas constantes deste contrato, de Augsburg via Hamburg até o Rio de Janeiro, com as seguintes condições: § 2º Os viajantes recebem por sua conta “viagem livre” de Augsburg por estrada de ferro ou a barco a vapor até o porto de mar e estão isentos de despesas de transporte e gorjetas nas estações intermediárias.

¹²⁸ A casa número 90 do município de Nassereith, distrito de Imst no Tirol era o lar da família Strele. Após uma longa jornada de trabalho, Johann Paul Strele se encontrava exausto e foi-se deitar-se com sua esposa Úrsula Krißman. Ele não esperava que aquela fosse uma noite longa e que lhes ceifaria o sono, porém, marcaria para sempre suas vidas. Úrsula grávida, começou a sentir as dores da gestação pela madrugada e em trabalho de parto, deu à luz ao pequeno Sebastian às 4 horas da manhã, do dia 28 de dezembro de 1812. Seu batismo ocorreu no mesmo dia em sua residência, às 5 horas da tarde. Essa narrativa foi construída com base nas Informações retiradas do livro de Batismos nº 3 da Paróquia de Nassereith, Tirol (1804-1845), página 53, termo em anexo.

¹²⁹ § 14º A partida de Augsburg, será no dia 28 de abril de 1858 e devem os viajantes (salvo indicação especial) estar 1 dia antes com o expedidor Jacques Donati. O embarque no porto marítimo será no dia 05 de maio de 1858. Quem antes ou no tempo da partida ou durante a mesma ficar atrás por descuido, terá de suportar as consequências.

taxas cobradas a partir do excedente determinado por faixa etária.¹³⁰ Ainda por faixa etária, havia um valor a ser cobrado pela ocupação do espaço no navio.¹³¹ As condições básicas necessárias aos viajantes, como alimentação, utensílios e móveis de pernoite também era previsto no contrato, sendo estas, de responsabilidade do expedidor, como podemos observar nas cláusulas 4, 5 e 6, que se seguem:

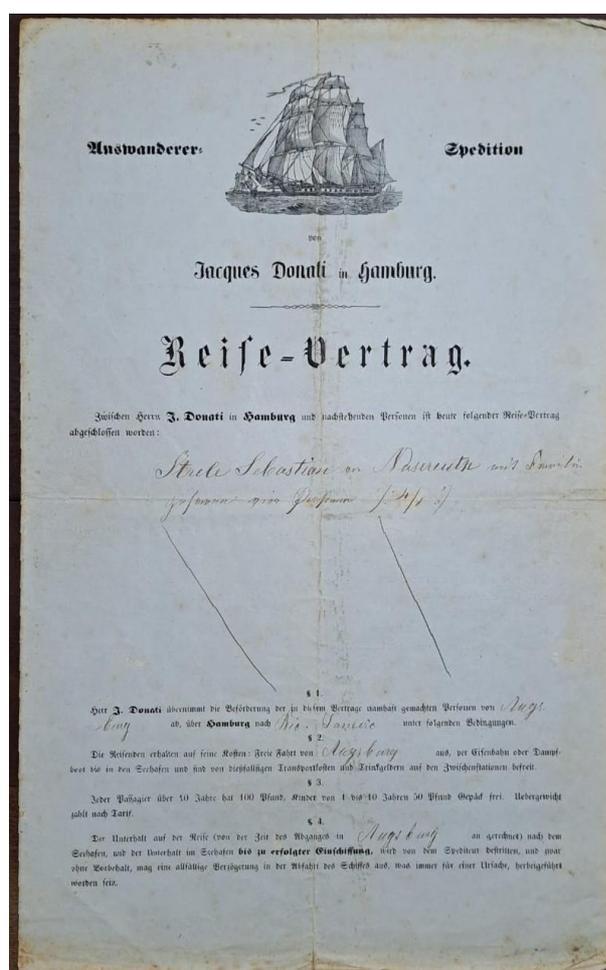


Figura 19: Contrato de viagem (Reise Vertrag) assinado por Sebastian Strele com a firma de Jacques Donati em Augsburg. Acervo de Sálcio Del Duca, cedido para fins desta pesquisa.

§ 4° O sustento durante a viagem (de saída de Augsburg) para o porto de mar, o sustento no porto até o desembarque é por conta do expedidor e sem restrições, mesmo que se atrase a saída do navio por motivo qualquer que seja.

§ 5° A comida sobre o mar está incluída no presente contrato e será fornecida pelo expedidor de acordo com a Lei de Hamburg em suficiente quantidade e ótima qualidade.”

¹³⁰ § 3° Cada passageiro acima de 10 anos, tem 50kg; crianças de 1 a 10 anos 25kg de bagagem livre. Acima destes pesos, cobra-se pela tarifa a passagem marítima.

¹³¹ § 7° Os viajantes recebem por conta do expedidor o lugar garantido por Lei na entre-coberta do referido navio e tem para bagagem das pessoas acima de 10 anos, lugar correspondente a 20 pés cúbicos e 10 pés cúbicos para cada criança de 3 a 10 anos, livre. § 8° Entretanto, obrigam-se os abaixo assinados imigrantes de pagar para 4 pessoas acima de 10 anos a Fl. 160,30 = 642 Fl.

§ 6º A cama, utensílios para cozinhar, beber, comer e lavar, assim como móveis marítimos estão igualmente incluídos neste contrato.¹³²

Segundo o contrato, Sebastian Strele pagou a importância de 642,00 florins de acordo com o parágrafo oitavo. Cumprindo com a cláusula do décimo segundo parágrafo, mais a quantia de 572,00 florins referentes ao adiantamento da viagem pelo oceano. Antes da partida desembolsou mais 70,00 e por fim, correspondendo às garantias, pagou mais 70,00 florins. Totalizando, seus investimentos com a viagem somaram a quantia de 1.354,00 florins, que equivalia aproximadamente a 1.532,96 mil réis.¹³³ Estes foram os investimentos equivalentes à sua família. Esse valor era talvez para os imigrantes, compatível com a envergadura do empreendimento, mas, considerado alto para os padrões de vida de alguns tirolezes, uma vez que Alois Eiterer descreve como caro, o preço do vinho, da cerveja e do vinagre, todos custando meio litro o equivalente à 1 florim e 20 coroas.¹³⁴

Viajavam com ele, sua esposa Maria Nagel e seus dois filhos, Joseph e Mariana. Quando se casou, Sebastian estava com 27 anos de idade. Sua esposa Maria Nagel, contava com 33 anos. Ela era filha de Joseph Nagel e Maria Janer. Segundo consta no registro, a cerimônia aconteceu no dia 22 de junho de 1839. Naquela ocasião o jovem tirolês encontrava-se morando com os pais, Johann Paul Strele e Úrsula Krisman, na casa número 90 do vilarejo de Nasserheit. As testemunhas presentes ao ato foram o Sr. Joseph Rugold e Johann Georg Schönhorn.¹³⁵ Juntos tiveram até 1858, ano em que migraram, três filhos. Porém, o primogênito Alois não sobreviveu para mudar de pátria e faleceu poucas horas após ter nascido.¹³⁶¹³⁷ Já Joseph veio

¹³² A descrição dessas, como também de todas as cláusulas do contrato de Augsburg pode ser consultada em: STEHLING, op. cit., p. 172 a 176.

¹³³ A conversão do florim austríaco para a moeda brasileira foi feita tendo em vista o valor de 1 florim equivalendo a 883,254 réis. Valores estes referentes ao século XIX e trazidos pelo Almanak Laemmert, 4º vol. Laemmert Illustrado. Avenida Rio Branco, 131, 1º. Rio de Janeiro, 1918. Página: 29. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acessado em: 07 de Outubro de 2020.

¹³⁴ A Carta na íntegra escrita por Alois Eiterer aos seus familiares no Tirol se encontra em COUTO, op. cit., p. 44-48.

¹³⁵ Livro de Casamentos da Paróquia de Nassereith 1804-1889, página 47, termo 07.

¹³⁶ "Alois Strele, batizado na igreja dos Santos Reis. † Nascido no dia 02 de outubro de 1840 às 10 horas da manhã na casa nº 90 de Nassereith. Os pais, Sebastian, trabalhador por diária (Taglöhner), e Maria 'Naglin' eram católicos." Livro de Batismos nº 3 da Paróquia de Nassereith 1804-1845, página 134, termo 07.

¹³⁷ A cruz desenhada no registro frente à data de nascimento indica o falecimento do bebê. Uma busca foi realizada no livro de óbitos da Paróquia de Nassereith (1804-1889) do ano de 1840 ao ano de 1848 e não foi encontrado o óbito de Alois, o que nos leva a entender que provavelmente a criança não chegou a completar sequer 1 dia de vida. O registro com menor tempo de vida encontrado dentre o

ao mundo no dia 19 de Setembro de 1842 às nove horas da noite, na casa da família, número 90.¹³⁸ A filha mais nova do casal, Mariana, era três anos mais nova que seu irmão Joseph. Ela nasceu no dia 18 de fevereiro de 1846, às 6 horas da noite.¹³⁹ E assim o lar dos Strele novamente foi palco de um acontecimento marcante para a família.



Figura 20: José Strele – neto de Sebastian Strele e Maria Nagel, e sua esposa Anna Franck – filha dos imigrantes badênios Matin Franck e Magdalena Götz. Acervo do Instituto Teuto-Braileiro William Dilly.

Ao seguirem para a cidade portuária no Norte do que hoje conhecemos por Alemanha, um dos membros da família, normalmente o patriarca, assinava o contrato de trabalho com a Companhia União e Indústria, representada pelo dr. F. Schmidt, e em seguida embarcavam. O contrato era firmado em alemão e em português e

período citado é de 5 dias, referente ao óbito de Aloisia Krabchler, filha de Franz Krabchler, ocorrido no dia 11 de junho de 1844, ao meio-dia.

¹³⁸ Livro de Batismos nº 3 da Paróquia de Nassereith 1804-1845, página 138, termo 06.

¹³⁹ Idem 1845-1858, p. 15, termo 01.

continha o visto do Consulado Geral do Império do Brasil em Hamburgo. Um exemplar do contrato de trabalho que temos documentado é o do lavrador tirolês Sebastian Strele e sua família. Eles viajaram no total de 4 pessoas: além de Sebastian, a matriarca Maria juntamente com os dois filhos: Josef e Anna. O acordo, assim como o firmado em Augsburg, regulamentava o preço das passagens por faixa etária, bem como o espaçamento para as bagagens, havendo a cobrança de um valor extra para aqueles passageiros que necessitassem ocupar um espaço maior do que o estipulado pelo regulamento – esses investimentos que seriam reembolsados posteriormente pela Companhia. Também fornecia o contrato, instruções importantes, as quais o imigrante e sua família deveriam adotar ao chegar no Rio de Janeiro: o transporte até a Estação de Juiz de Fora (Figura 7) e seus devidos custos ficariam a cargo da empresa; uma vez chegados ao seu destino, também estava previsto o valor dos salários correspondente à função que o imigrante deveria oferecer à firma. Além disso, a Companhia União e Indústria se obrigava a prover moradia, alimentação e cobrir outras necessidades básicas para a subsistência de seus contratados até os prazos de terra que a eles seriam vendidos, fossem devidamente demarcados. Vejamos detalhadamente estas e outras disposições a seguir:

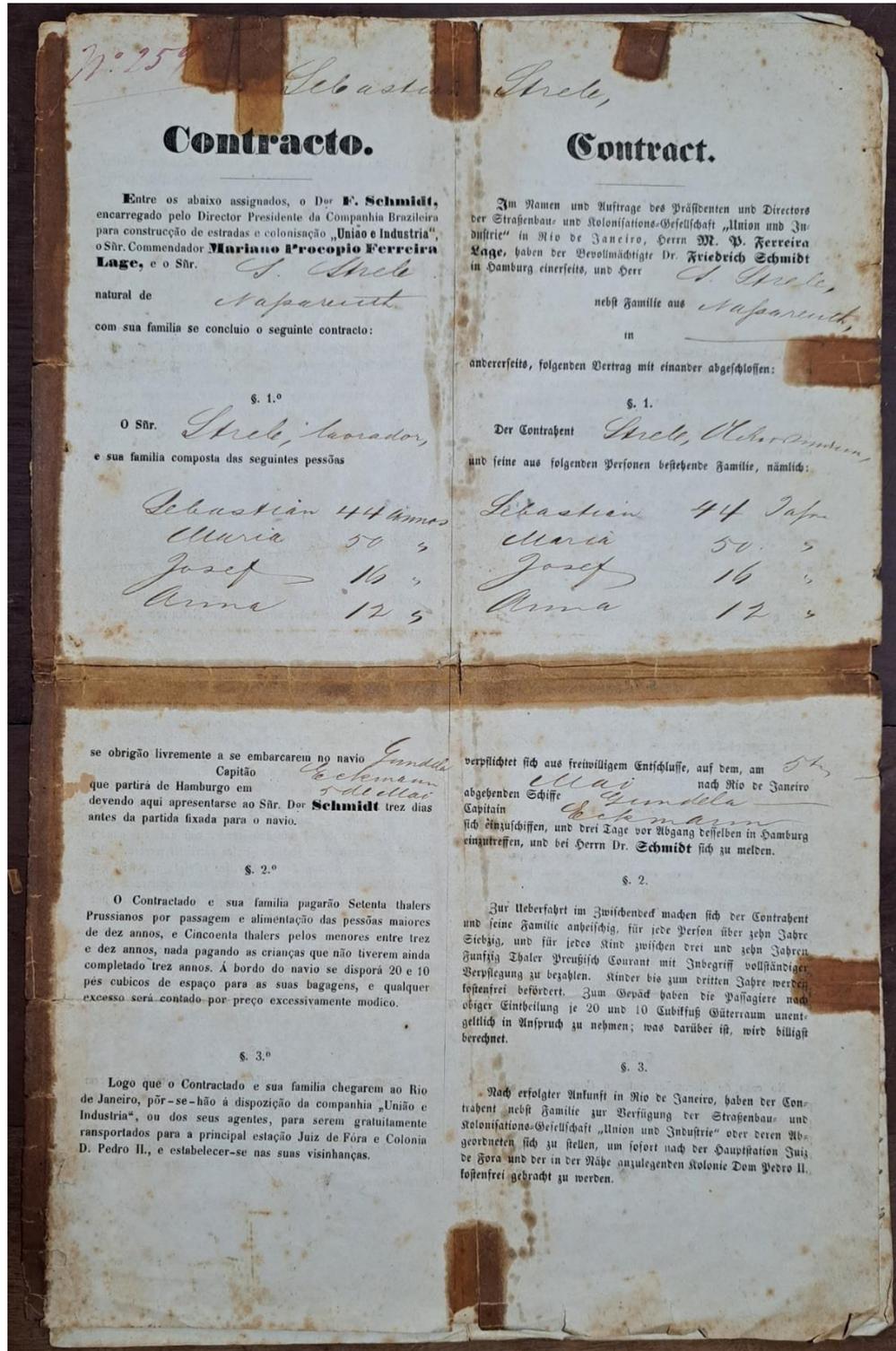


Figura 21: Contrato de trabalho do imigrante tirolês Sebastian Strele e sua família com a Companhia União e Indústria. Documento do acervo de Sálcio Del Duca, cedido para fins deste trabalho.

Contrato.

Entre os abaixo assinados, o Dr. F. Schmidt, encarregado pelo Diretor Presidente da Companhia Brasileira para construção de estradas e colonização “União e Indústria”, o Sr. Comendador Mariano Procópio Ferreira Lage, e o Sr. S. Strele, natural de Nasserreith, com sua família concluiu o seguinte contrato:

§ 1º O Sr. Strele, lavrador, e sua família composta das seguintes pessoas: Sebastian, 44 anos; Maria, 50 anos; Josef, 16 anos; Anna, 12 anos; se obrigam livremente a se embarcarem no navio Gundela, Capitão Eckmann, que partirá de Hamburgo em 5 de Maio devendo aqui apresentar-se ao Dr. Schmidt três dias antes da partida fixada para o navio.

§ 2º O contratado e sua família pagarão setenta thalers prussianos por passagem e alimentação das pessoas maiores de dez anos e cinquenta thalers pelos menores entre três e dez anos, nada pagando as crianças que ainda não tiverem completado três anos. A bordo do navio se disporá 20 e 10 pés cúbicos de espaço para suas bagagens e qualquer excesso será contado por preço excessivamente módico.

§ 3º O contratado e sua família chegarem ao Rio de Janeiro, por-se-ão à disposição da companhia “União e Indústria”, ou dos seus agentes, para serem gratuitamente transportados para a principal estação Juiz de Fora e Colônia D. Pedro II; e estabelecer-se nas suas vizinhanças.

§ 4º Chegados à esses destinos, o contratado e sua família tomarão parte nos trabalhos que lhes designar a Companhia, mediante um salário nunca menor de 1\$500 réis por dia pelos trabalhadores adultos e um salário será convencionado para os membros da família, cuja idade não permite tomar parte em todos os trabalhos.

§ 5º A Companhia União e Indústria adiantará ao contratado e sua família as despesas de viagem que tratam os parágrafos 2º e 3º, sem juro algum, debaixo da condição de reembolso num prazo que não excederá quatro anos, para o que lhes será deduzido dos jornais no fim de cada mês ou de cada trimestre as somas que se convencionar para amortização da dívida mencionados no prospecto § 4º pelos preços correntes no país, que serão embolsados igualmente por deduções feitas nos seus salários.

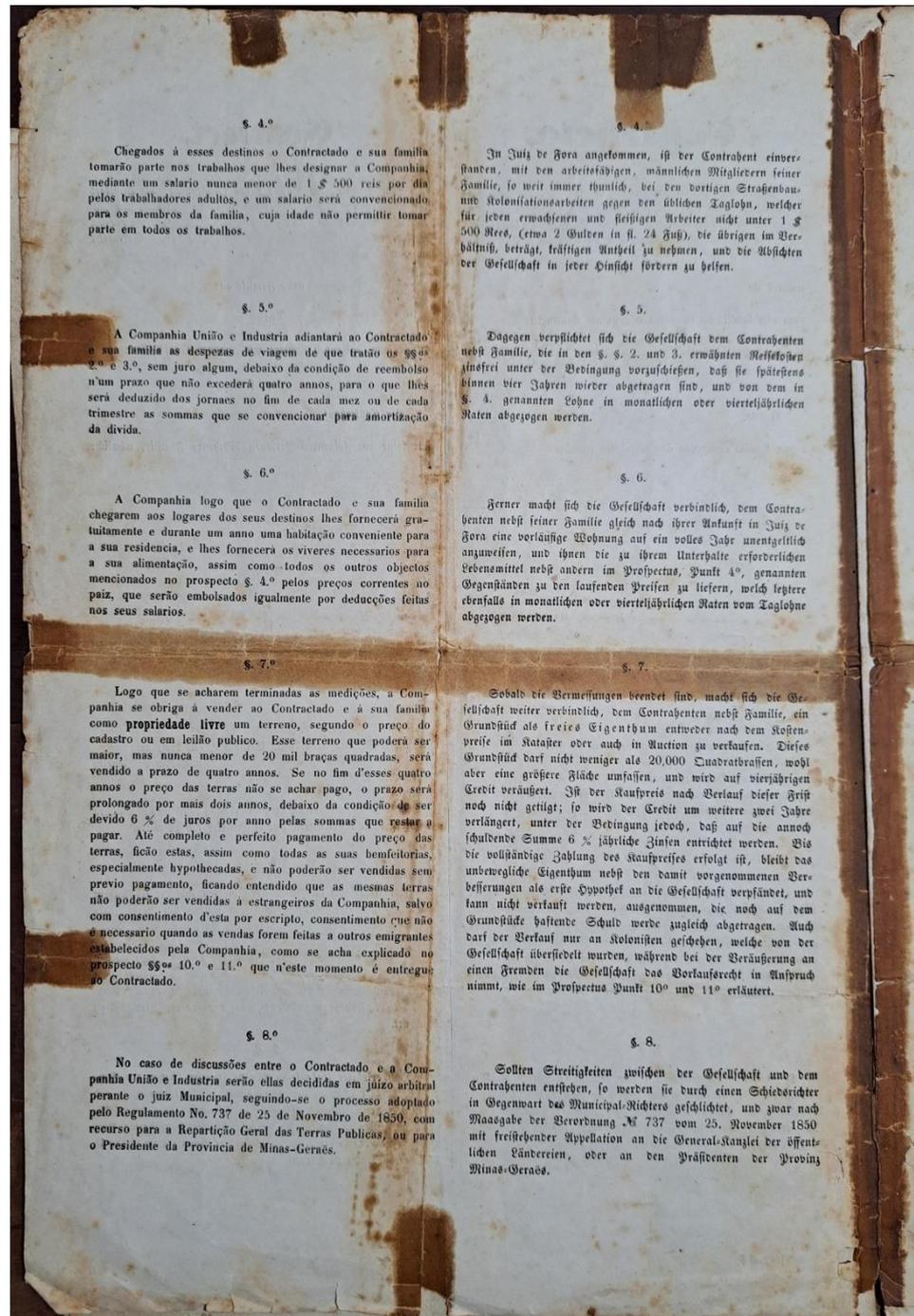


Figura 22: Contrato de trabalho do imigrante tirolês Sebastian Strele e sua família com a Companhia União e Indústria. Documento do acervo de Sálcio Del Duca, cedido para fins deste trabalho.

§ 6º A Companhia, logo que o Contratado e sua família chegarem aos lugares dos seus destinos, lhes fornecerá gratuitamente e durante um ano, uma habitação conveniente para a sua residência, e lhes fornecerá os viveres

ser maior, mas nunca menor de 20 mil braças quadradas, será vendido a prazo de quatro anos. Se no fim desses quatro anos, o preço das terras não se achar pago, o prazo será prolongado por mais dois anos, debaixo da condição de ser devido 6% de juros por ano pelas somas que restar a pagar. Até completo e perfeito pagamento do preço das terras, ficam estas, assim como todas as suas benfeitorias, especialmente hipotecadas, e não poderão ser vendidas sem prévio pagamento, ficando entendido que as mesmas terras não poderão ser vendidas à estrangeiros da Companhia, salvo com consentimento que não é necessário quando as vendas forem feitas à outros imigrantes estabelecidos pela Companhia, como se acha explicado no prospectos parágrafos 10º e 11º que neste momento é entregue ao Contratado.

§ 8º No caso de discussões entre o Contratado e a Companhia União e Indústria, serão elas decididas em juízo arbitral perante o Juiz Municipal, seguindo-se o processo adotado pelo regulamento nº 737 de 25 de Novembro de 1850, com recurso para a Repartição Geral de Terras Públicas, ou para o Presidente da Província de Minas Gerais.

§ 9º O Contratado e sua família declaram haver recebido para sua viagem do interior e passagem a bordo até o Rio de Janeiro os seguintes adiantamentos:

Pela viagem do interior: 47 thalers da Prússia
Pela Passagem até o Rio de Janeiro:

4 pessoas a 70 thalers 280

— pessoas a 50 thalers —

Total 327 thalers da Prússia

Cujo valor total de trezentos e vinte e sete thalers Prussianos depois de deduzida a subvenção concedida pelo Governo Imperial, o Contratado e sua família se obrigam solidariamente a pagar à Companhia União e Indústria, não sendo compreendidos nesta responsabilidade os menores até dez anos.

Feito tríplice

Hamburgo, aos 3 de maio de 1858.

Dr. F. Schmidt Sebastian Strele

Visto para legalização das assinaturas acima. Consulado Geral do Império do Brasil em Hamburgo, aos 8 de maio de 1858.

Pelo Cônsul Geral

Barão de Lichtons.

Os imigrantes saíram, portanto, embarcados do Porto de Hamburgo dispostos em cinco veleiros: Tell, Rhein, Gundela, Gessner e Osnabrück. Estes fretavam os contratados de Mariano Procópio de modo aleatório, isto é, não levava em consideração a região de origem dos mesmos. Ao serem comparados estruturalmente aos veleiros Clippers, pode-se conferir determinado grau de segurança às embarcações. Os Clippers tinham como base para esse parâmetro os mastros e o casco alinhado e apropriado para navegar dia e noite, com tempo bom, ou ruim. Assim podemos analisar a segurança das barcas do século XVIII, no comparativo umas com

as outras, visto que ainda não existia uma convenção internacional de segurança para transatlânticos.¹⁴⁰ O veleiro Tell construído em Carvalho e faia no ano de 1854 na Dinamarca, trazia consigo a bandeira de Hamburgo e pertencia à A. Sanders & Co. Pesava 35.700 pés cúbicos¹⁴¹ com 15 pés submersos¹⁴² e foi a primeira embarcação a zarpar. Sua volumetria conferia à embarcação, aproximadamente 45 metros de comprimento e 9,88 metros de largura. Possuía uma tripulação de 13 homens à serviço do Capitão R. N. Koch. Lançou-se ao mar no dia 07 de abril de 1858 tendo a bordo 236 colonos, originários da Prússia, Holstein e Grão Ducado de Hessen. Aportaram no Rio de Janeiro no dia 24 de maio, numa viagem que durou 48 dias.

Em seguida foi a vez do veleiro Rhein atravessar o oceano, no dia 22 de abril de 1858. A viagem durou 65 dias, chegando ao Porto do Rio de Janeiro em 25 de junho. A embarcação pesava 45.000 pés cúbicos¹⁴³ com 16 pés submersos¹⁴⁴ contando com os carregamentos. Isso corresponde uma estimativa de 48,7 metros de comprimento e 10,73 metros de largura do seu tamanho. Sua construção se deu sobre carvalho, em Hamburgo, no ano de 1848. De propriedade de B. Wencke, trouxe consigo 182 imigrantes de origem da Prússia, Mecklenburg-Schwerin, Schleswig, Holstein, Lauenburg, Braunschweig, Hannover, Saxônia, Württemberg, Grão Ducado de Hessen, Hessen e Frankfurt. Somado a eles estava uma tripulação de 15 homens sob o comando do Capitão W. Boster.

Após o veleiro Rhein, zarpar a barca Gundela, de propriedade da M. Valentin & Co. Constituída de carvalho e teca, foi construída na cidade de Grunock, na Escócia em 1840, levando a bandeira de Hamburgo em seu casco. Pesava o equivalente a

¹⁴⁰ A preocupação com a segurança marítima no século XIX se configurava em preocupações mínimas para a comunidade internacional. Verificamos uma das poucas medidas adotadas que referente à navios mercantes e não a transatlânticos. Trata-se da marca de *Plimsoll*, pintada nos cascos dos navios, indicando o limite de carga que a embarcação comportava. A primeira Convenção Internacional de Segurança a ser adotada foi a *Load Lines*, em 1930, que se baseava no princípio de flutuabilidade de reserva. Sobre isso, ver nota disponível no portal on-line da International Maritime Organization: <http://www.imo.org/en/About/Conventions/Pages/International-Convention-on-Load-Lines.aspx>.

¹⁴¹ Pés cúbicos refere-se a uma medida antiga de volumetria usada no século XIX. Atualmente a referência usada pelo sistema internacional de navegação são os metros cúbicos, na equivalência de 1 pé cúbico estar para 0,028 metros cúbicos. Na conversão da volumetria da barca Tell, seu peso equivale a 1.010,91 metros cúbicos.

¹⁴² O valor acima citado, referente ao peso, fazia com que o veleiro afundasse 15 pés sob a superfície, que equivale a 4 metros e meio tomando como referência o valor de 1 pé como 30 centímetros e meio.

¹⁴³ O peso de 45 mil pés cúbicos do veleiro Rhein, mencionado na conversão antiga do século XIX, representava a volumetria de 1.274,25 m³.

¹⁴⁴ O valor acima citado, referente ao peso, fazia com que a barca Rhein afundasse 16 pés sob a superfície, que equivale a 4 metros e 87 centímetros, tomando como referência o valor de 1 pé como 30 centímetros e meio.

42.600 pés cúbicos e 18 pés submersos¹⁴⁵ somando a carga, e possuía cerca de 54,6 metros de comprimento e 12 metros de largura. Deixou o Porto de Hamburgo no dia 09 de maio de 1858. A travessia do Atlântico durou 78 dias, antes de finalmente atracar no Porto do Rio de Janeiro no dia 25 de julho com 289 imigrantes. Estes, de origem da Prússia, do Condado de Holstein, Hamburgo, Hannover e do Condado do Tirol. Junto deles viajou o Capitão L. Eckmann e sua tripulação de 16 homens.

A quarta embarcação, Gessner, possuía estrutura de carvalho e faia e foi edificada na cidade de Wesermarsch, região da Baixa Saxônia, no ano de 1854. Era propriedade de F. Balleer Lanckenau e levava a bandeira de Bremen em seu casco, pesando o equivalente a 28.800 pés cúbicos e 12 pés submersos¹⁴⁶ contando com a carga. Essa volumetria correspondia a aproximados 36 metros de comprimento e 7,98 metros de largura do tamanho do veleiro. Cruzou o oceano numa viagem de 72 dias, partindo do Porto de Hamburgo no dia 19 de maio e chegando ao Porto do Rio de Janeiro no dia 29 de julho de 1858. Sob o comando do Capitão F. Lanckenau e sua tripulação de 11 homens, viajaram 249 imigrantes, cujas origens remetiam ao Grão-Ducado de Baden, ao Hessen, ao Grão-Ducado de Hessen, Baviera, Württemberg e Reino da Prússia.

Por fim, o último veleiro a zarpar foi o Osnabrück. De propriedade de Erste Rhederei Gesell, pesava 42.000 pés cúbicos e 16 pés submersos quando carregado.¹⁴⁷ – o que conferia ao tamanho da barca, estimados 48,7 metros de comprimento e 10,73 metros de largura. Construído em carvalho e faia na cidade de Wesermarsch, Baixa Saxônia, levava a bandeira de Hannover em seu casco. Deixou a Europa pelo Porto de Hamburgo no dia 05 de junho de 1858 numa viagem que durou 60 dias e foi conduzida pelo Capitão Lange W. G. Woolff, somada a sua tripulação de 16 homens. Atracaram, portanto, no Porto do Rio de Janeiro no dia 03 de agosto com 217 imigrantes a bordo, originários do Reino da Prússia, Grão-Ducado de Hessen,

¹⁴⁵ O valor de 42 mil e 600 pés cúbicos que pesava a barca Gundela, diz respeito à volumetria de 1.206,29 metros cúbicos, segundo a razão e metodologia da mesma conversão realizada para as duas primeiras barcas: Tell e Rhein. Esse peso submergia a embarcação em 5 metros e meio, com relação aos 18 pés acusados pela fonte no corpo do texto.

¹⁴⁶ O veleiro Gessner, por sua vez, possuía 815,52 metros cúbicos equivalentes aos 2.800 pés cúbicos. Ao sair do estaleiro, essa volumetria abaixava 3,65 metros ao mar, ao que se refere aos 12 pés registrados no século XIX.

¹⁴⁷ A Barca Osnabrück acoplava uma volumetria de 1.189,30 metros cúbicos que exercia uma pressão empurrando-o para baixo e fazendo-o medir 4 metros e 87 centímetros desde o casco à superfície.

Nassau, Weimar, Hannover, Condado de Holstein, Grão-Ducado de Baden, Frankfurt e do Condado do Tirol.¹⁴⁸¹⁴⁹¹⁵⁰

A viagem pelo mar, em todas as cinco barcas, era prescrita por um regulamento interno de bordo. Os imigrantes deveriam obedecer a instruções específicas para se alimentarem e realizarem suas higiênes pessoais e coletivas.¹⁵¹ Através desse regulamento, a figura do Capitão e do Primeiro-Piloto, respectivamente, eram ratificadas como autoridades máximas a bordo durante a viagem e estavam previstas punições para aqueles que infligisse alguma das disposições e apresentasse maus comportamentos.¹⁵² No entanto, a rigorosa legislação não representava garantia de cumprimento de suas normas. Anton Plattner, por exemplo, ao escrever para sua família na Áustria, aponta para conflitos ocorridos no interior do veleiro Gundela em pleno Atlântico: “*Os acontecimentos restantes da viagem são os seguintes: com algumas pequenas brigas e desavenças, duas vezes nós tivemos um ‘incêndio’ [briga que pega fogo] na cozinha.*”¹⁵³ Ainda assim, a fim de evitar conflitos, os imigrantes também estavam expressamente proibidos de se embriagar ou dividir suas bebidas

¹⁴⁸ Registre de Renseignements sur Navires – Registre n 31. Paris: Typographie L. Guérin. In: COUTO, Rita. São Pedro, o coração da colônia alemã de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Editar Editora Associada Ltda, 2018. Pp. 32, 34 e 35.

¹⁴⁹ Informações complementares como outros sobrenomes dos capitães e o número de tripulantes foram retiradas dos periódicos da época, a saber: Correio Mercantil, 25 de Maio de 1858, ed.: 00140, pág: 04; Correio Mercantil, 26 de Junho de 1858, ed.: 00171, pág: 04; Correio Mercantil, 26 de Julho de 1858, ed.: 00201, pág: 04; Correio Mercantil, 30 de Julho de 1858, ed.: 00205, pág: 04 e Correio Mercantil, 04 de Agosto de 1858, ed.: 00210, pág: 04. Disponível em: <http://memoria.bn.br> – acessado em 11 de março de 2020.

¹⁵⁰ Com o gentil auxílio do Físico Alex Sottani, foi possível chegar aos tamanhos aproximados dos cinco veleiros, uma vez carecendo de fontes que nos fornecessem tais informações. Seus cálculos tomaram como referência o veleiro Clipper que se configurava em um tipo de embarcação dominante na Europa do século XIX, possuindo o mesmo tipo de engenharia náutica e indicado para transporte de passageiros em rotas longas, no caso, a travessia do Atlântico. Suas dimensões correspondiam à 43 metros de comprimento (de roda a roda), 9 a 10 metros de largura (boca) e submersão de 4,3 metros (calado). Essas informações podem ser encontradas em: <http://www.brasilmergulho.com/tipos-de-navios-e-caracteristicas/>. Dividindo o valor do calado de cada uma das embarcações à submersão do referente, chegou-se ao produto que multiplicado pelo valor de comprimento e largura do mesmo referente, resultou nas dimensões aproximadas das cinco barcas.

¹⁵¹ § 4º *A máxima limpeza deve ser observada, tanto no porto quanto na viagem, na entre-coberta, a fim de evitar doenças contagiosas, cada um deve zelar pela limpeza de sua cama e do lugar defronte à mesma. Água doce só pode ser usada para cozinhar e beber e cada um evite usar água potável para lavar e limpar.*

¹⁵² § 8º *Brigas e desentendimentos entre passageiros e com a tripulação devem ser evitados. Quem tiver motivo para reclamação deve procurar imediatamente o Capitão a cuja decisão cada um deve submeter-se, assim como cumprir todas as ordens e disposições do mesmo; também do primeiro-piloto deve-se rigorosa obediência;*

¹⁵³ COUTO, 2016. op. cit. p. 42.

(alcoólicas) para os tripulantes, sob a pena de confisco.¹⁵⁴ Por fim, as orientações aparentemente mais importantes previam que os passageiros estivessem todos a bordo do veleiro duas horas antes da partida¹⁵⁵ e após zarpar, os mesmos deveriam comparecer no convés para a chamada.¹⁵⁶ Daquele modo,

O Capitão espera, pois, com razão, que ele não será obrigado de agir com energia e conta com a inteligência e amor à ordem dos passageiros, que eles obedeçam em todos os sentidos ao Regulamento Marítimo, principalmente com referência ao § 12º, porque a transgressão do mesmo poderá trazer sérias consequências para todos.¹⁵⁷

II. III. – Wer sind wir und woher kamen wir? Quem somos nós e de onde viemos?

Vindos do Reino da Prússia estavam as famílias: Braunwaldt, Hagen, Guhl, Hoehne, Gaedke, Wellmer, Witte, Anders, Lemme, Hartmann, Graebke, Voss, Schweiger, Kneip, Weiss, Strunk, Lamberti, Hees, Meyer, Saidler, Zybarth, Zatschler, Serben, Zabel, Baumgärtner, Hauck, Willich, Schubert, Pullig, Kraemer e Steinbach.

Os representantes do Condado de Holstein eram as famílias Evers, Peters, Schmidt, Ruhberg, Juels, Böttcher, Carlson, Radisky, Lohrmann, Path, Küchenmeister, Wichmann, Stieboldt, Soltan, Hagen, Sansousie, Wriedt, Bumann, Jöhnck, Hansen, Sellmer, Voss, Teesch, Einfeldt, Kreutzfeld, Kreutzfeld, Voss, Schröder, Dose, Baumann, Witthöft, Rickert, Giese, Brüggmann, Gundilach, Haack, Thielmann, Wittorf, Boormann, Vieregge, Elrich, Kähler, Koch, Wörpel, Baumgarten, Schmiedt, Meyer, Quistorf, Goos, Busch, Langhoff, Ströh, Hackert, Hass e Hagen.

Do Grão Ducado de Hessen viajaram as famílias: Metz, Gerheim, Schölg, Debussie, Scoralick, Lawall, Müller, Albert, Müller, Hill, Appel, Wendel, Feuer, Feuer, Wildmann, Jung, Grünwald, Scoralick, Scoralick, Petermann, Landau, Dore, Berg, Heinen e Götz, *Ester*, Heinemann, Stehling e Hoffmann, Lawall, Zimmermann, Weitzel, Dilly, Weitzel, Frosch, Haas, Kiefer, Krollmann, Limp, Best, Praiss, Jost,

¹⁵⁴ § 9º *É rigorosamente proibido dar à tripulação, vinhos e outras bebidas; quem fizer isto, está sujeito à apreensão de suas bebidas até a chegada na América; § 10º O mesmo acontecerá àquele que se embriagar e provocar distúrbios no navio.*

¹⁵⁵ § 11º *Cada um deve estar duas horas antes da partida fixada a bordo do navio, principalmente mulheres e crianças.*

¹⁵⁶ § 12º *Quando o navio deixar o porto, todos os passageiros devem se reunir no convés, onde serão chamados pelo nome de acordo com a lista. Cada um deve responder e em seguida descer à entre-coberta até terminar a chamada;*

¹⁵⁷ Essas e outras determinações do Regulamento Marítimo podem ser conferidas em: STEHLING, op. cit. p. 178.

Mann, Frees, Weydt, Spork, Arnold, Löwenstein, Gülcher, Glanzmann, Hangen, Espenchied, Gerwig, Rück, Schulz, Knoll, Held, Held, Stenner, Petermann, Bender, Becker, Wagner, Haber, Eggenlauf, Roth, Clemens, Kloberdanz e Munck.

O grupo de austríacos era composto por tirolezes representados pelas famílias: Huber, Schelzhorn, Kirchmair, Eiterer, Antoniazzi, Schöpf, Prugger, Prugger, Klotz, Strele, Goldner, Seiler, Prantl, Heider, Mitterhofer, Schloegel, Schönach, Schreier, Wörz, Wörz, Steinlechner, Bader, Messmer, Wanner, Saurer, Ntz, Schlaucher, Junker, Klieber, Gritsch, Gruiner, Eller, Schuchter, Posch, Schaffenrath, Beindrechsler, Lacher, Kelmer, Witting, Koell, Oefner, Lacher, Stecher, Schwingsackl, Plattner, Kössler, Flenger, Schweinghofer, Müller, Telfner, Ravensteiner, Egger, Beiser, Mairvongrastein, Keil, Walder, Kremser, Brugger, Jennewein, Danler, Kellerer, Grieser, Laner, Mair, Barth, Glatzl, Mair, Auer, Wolf, Schuler, Ott, Bork, Nössing e Hofer.

Os aventureiros badênios eram os Götz, Zink, Mechler, Frank, Kunz, Ziegler, Draxler, Berres, Galm, Strauss, Leier, Stephan, Hoffmann, Schäfer, Baumgratz, Kobold, Stoll, Schäfer, Nahm, Berberich, Blaum, Schweichert e Rhein.

As demais não somavam 10 famílias, e provinham de Mecklenburg Schwerin (Ader, Dettmann, Schmidt e Steusloff); de Schleswig: (Baasch, Baade, Frahm, Rieper e Lythje); de Hannover: (Homasin, Ostermeyer, Detterling, Lühring, Gans e Thofern); de Lauenburg (Bubert); Braunschweig (Bergmann); da Saxônia (Wolf); Württemberg (Ott e Gerlach); Frankfurt (Basse e Schneider); da Baviera (Hüfner); de Nassau: (Lang, Crass e Pistor) e Weimer (Henkel).

Esses dados contabilizados podem ser observados no gráfico a seguir:

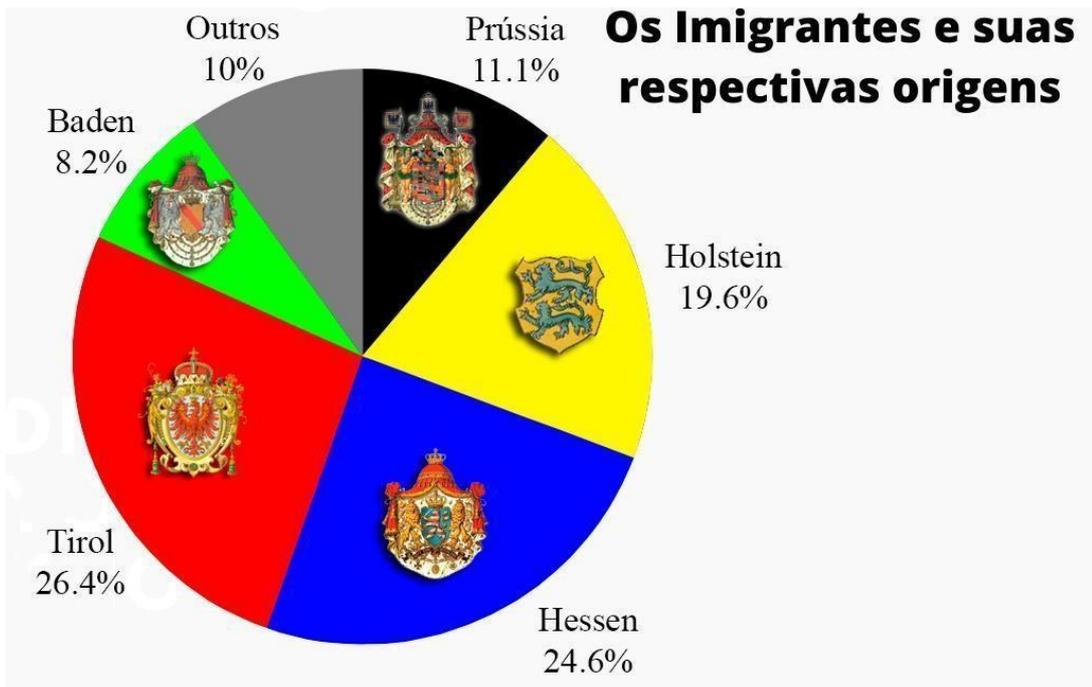


Figura 24: Gráfico elaborado mediante os dados acima através da plataforma disponível em: https://www.canva.com/pt_br/graficos/

Cabe-nos aqui, aproveitarmos os dados numéricos levantados e ressaltar informações mais precisas em relação à origem dos colonos. Para isso, apresentaremos a seguir uma análise comparativa do gráfico acima (Figura 24) com a tabela levantada por Mariano Procópio (Figura 25). Estando em anexo ao relatório apresentado por ele aos seus acionistas no ano de 1858, ela nos revela o número de famílias em cada veleiro e a origem dos colonos, ou seja, por pessoa. Observemos:

N. 2.

Quadro referente aos Colonos engajados por conta da Companhia União e Industria.

NOME DO NAVIO	NUM. DOS COLONGS	DE 10 A 45 ANNOS E MAIS, SENDO CHEFES DE FAMILIA	DE 5 A 10 ANNOS	MENORES DE 5 ANNOS	DE MAIS DE 45 ANNOS NÃO SENDO CHEFES DE FAMILIA	RELIGIÃO		MASCULINOS	FEMININOS	FAMILIAS		TYROLEZES	HOLSTEINENSES	BADENSES	PRUSSIANOS	HESSIANOS	DIVERSOS OUTROS ALLEMAES	
						Catholica	Protest.			Numero	Composta de pessoas							
																		PESSOAS SEM FAMILIA
TELL	231	139	50	35	7	87	144	116	115	42	229	2	—	21	—	92	118	—
RHEIN	182	119	31	32	—	30	152	112	70	32	143	34	—	123	—	20	12	27
GUNDELA	285	210	50	23	2	233	52	154	131	66	273	12	233	46	—	3	—	3
GESSNER	249	178	44	21	6	174	75	145	104	43	236	13	—	—	51	—	193	5
OSNABRUCK	215	154	36	18	7	131	84	114	101	42	204	11	29	21	71	4	90	—
SOMMA	1,162	800	211	129	22	655	507	641	521	225	1,090	72	262	211	122	119	413	35

Figura 25: Tabela nº 2, Assembleia Geral dos Acionistas da Cia. União e Indústria em 05 de Outubro de 1858.

Os 26,4% de austríacos eram compostos por 74 famílias tirolesas das 108 famílias presentes nos veleiros Gundela e Osnabrück. Os 24,6% de hessianos estavam compostos por 69 famílias das 159 famílias presentes nos veleiros Tell, Rhein, Gessner e Osnabrück. Os holsteinenses que compunham o terceiro grupo maioritário com 19,6%, contavam com 55 famílias das 182 famílias presentes nas barcas com exceção da Gessner. Os 11,1% de Prussianos estavam integrados em 31 famílias com a presença de 182 pessoas a bordo, sendo a mesma exceção de barca. Por fim, os badênios que somavam 8,2% do total de imigrantes, apresentavam-se em 23 famílias das 85 trazidas nos veleiros Gessner e Osnabrück.

Este estudo quantitativo teve como base o último gráfico trazido, que foi elaborado tendo em vista a relação antes mencionada sobre a origem dos imigrantes germânicos contratados pela Companhia União e Indústria.¹⁵⁸ Como podemos observar, o grupo de imigrantes originários do Tirol representavam a grande maioria dos contratados pela Companhia. Foram eles os que percorreram a maior distância para chegarem ao Brasil, uma vez que deveriam atravessar todo o território da atual Alemanha num trajeto de sul a Norte para que finalmente chegassem ao Porto de Hamburgo.

II. IV – Contabilizando Perdas

Desde que deixaram suas casas pela última vez, aqueles grupos de austríacos advindos do Tirol, os hessianos, holsteinenses, prussianos e badênios se colocaram sujeitos aos mais diversos percalços. Muitos deles custaram-lhes a vida, como no caso de Maria Anna Lechner, a matriarca da família Kirchmair. A viagem sobre o Atlântico foi o principal obstáculo que os imigrantes enfrentariam na jornada rumo ao Brasil. Não somente expunha ao risco os jovens e os adultos, mas, principalmente os idosos e as crianças. Ficando estes mais suscetíveis às doenças e ao desgaste próprio de uma travessia do oceano. Provavelmente este foi o motivo pelo qual a família Wanner, originária de Inzing, no Tirol, se separou, em abril de 1858.

¹⁵⁸ Dados específicos como a origem das famílias, foram retirados do livro dos imigrantes contratados pela Companhia, pertencente ao Instituto Teuto-Brasileiro William Dilly: Avenida Getúlio Vargas, 455 - 3º andar, 36010110, Centro, Juiz de Fora-MG.

Passados onze anos da morte do Patriarca Karl Wanner,¹⁵⁹ sua esposa Kreszenz Ruez, prestes a completar 56 anos,¹⁶⁰ resolve com os filhos, oferecerem-se ao trabalho na Companhia União e Indústria e tentar reconstruir suas vidas no Brasil. Karl e Kreszenz se casaram em 12 de Janeiro de 1824 em Inzing,¹⁶¹ e tiveram juntos onze filhos,¹⁶² dos quais seis embarcaram junto à matriarca no Veleiro Gundela: Josepha, Peter, Anna, Johann, Vinzenz e Philomena.¹⁶³ Temendo os perigos da viagem, um de seus filhos, Joseph, num primeiro momento resolve ficar em terras alpinas, uma vez que sua esposa Anna Köchl ainda se recuperava do parto de seu quinto filho, também chamado Joseph, que havia nascido no dia 13 daquele mês.¹⁶⁴ Junto deles também ficou Maria, a filha anterior à Joseph, que tinha apenas 1 ano e seis meses.¹⁶⁵ No entanto, os outros 3 filhos do casal foram acompanhando a avó e os tios e esperavam se encontrar com os pais no Brasil alguns meses depois.¹⁶⁶ Eram eles: Nothburga, Johann e Anton. Por fim, Alois, o oitavo filho de Karl e Kreszenz permanece no Tirol, uma vez que ocupava um cargo de grande patente entre os atiradores do exército Imperial Austríaco.¹⁶⁷

¹⁵⁹ Karl Wanner nasceu em Weichenofen, no distrito de Kematen no Tirol, em 19 de outubro de 1795 às 5 horas da manhã (*Taufbuch Kematen II folha. 12.*). Filho de Joannes Wanner e Agnes Heider, exercia o ofício de tecelão com o filho Peter II em Inzing, tendo falecido na Suíça aos 51 anos, no dia 9 de janeiro de 1847. Possivelmente em uma viagem, uma vez que possuía residência em Inzing.

¹⁶⁰ Kreszenz Ruez nasceu numa terça feira, 08 de junho de 1802 em Inzing. Filha de Paul Ruez e Katharina Monz, contava com a idade de 55 anos quando emigrou para o Brasil. (*Pfarramt Inzing, Taufbuch Inzing I 1767 – 1846; Tiroler Landesarchiv Innsbruck; folha: 235, verso*).

¹⁶¹ Karl Wanner e Kreszenz Ruez se casaram no dia 12 de janeiro de 1824 em Inzing, Tirol (*Pfarramt Inzing, Trauungsbuch Inzing II 1820 - 1873, Tiroler Landesarchiv Innsbruck, folha. 4*).

¹⁶² Além de Gertraud, que não foi encontrado o paradeiro, mas sabe-se mediante a documentação de imigrantes que não viajou, os outros 2 filhos falecidos de Karl Wanner e Kreszenz Ruez que compunham os 11 eram: o irmão gêmeo de Grtraud, Peter I, nascido em 08 de Agosto de 1826 (*Pfarramt Inzing, Taufbuch Inzing II 1820 - 1873, Tiroler Landesarchiv Innsbruck, folha. 17*) e falecido em 13 de agosto de 1827 com 1 ano (*Pfarramt Inzing, Totenbuch Inzing II 1820 - 1873, Tiroler Landesarchiv Innsbruck, folha. 11.*) e Anna I, nascida em 09 de julho de 1833 (*Pfarramt Inzing, Taufbuch Inzing II 1820 - 1873, Tiroler Landesarchiv Innsbruck, folha. 30*) e falecida no dia seguinte, 10 de julho de 1833 (*Pfarramt Inzing, Totenbuch Inzing II 1820 - 1873, Tiroler Landesarchiv Innsbruck, folha. 19*).

¹⁶³ A lista de imigrantes da família Wanner contendo os dados específicos dos quais foram retirados o necessário ao presente texto está contida no livro dos imigrantes contratados pela Companhia, pertencente ao Instituto Teuto-Brasileiro William Dilly: Avenida Getúlio Vargas, 455 - 3º andar, 36010110, Centro, Juiz de Fora-MG.

¹⁶⁴ *Pfarramt Inzing, Taufbuch Inzing II 1820 - 1873, Tiroler Landesarchiv Innsbruck, página: 92.*

¹⁶⁵ *Idem*, p. 89.

¹⁶⁶ Joseph Wanner e Anna Köchl viajaram acompanhados dos filhos Maria e Joseph Wanner de 1 ano e seis meses e seis meses de idade, respectivamente. Embarcaram no dia 11 de outubro de 1858 em Hamburgo a bordo da barca Caesar. Esses dados podem ser encontrados no livro dos imigrantes contratados pela Companhia, pertencente ao Instituto Teuto-Brasileiro William Dilly: Avenida Getúlio Vargas, 455 - 3º andar, 36010110, Centro, Juiz de Fora-MG.

¹⁶⁷ Em seu registro de óbito, consta a ocupação de "Kaiserjäger" (Soldado do Imperador); (*Pfarramt Inzing, Totenbuch Inzing II 1820 - 1873, Tiroler Landesarchiv Innsbruck, f. 83*).

Enquanto algumas famílias se precaviam adotando estratégias como os Wanner, outras não temiam expor-se aos perigos iminentes. Este foi o caso dos meus antepassados da família Debussi, provenientes da aldeia de Armsheim, em Darmstadt, no Grão-Ducado de Hessen. Viajaram a bordo do veleiro Tell o Patriarca Johann Christoph e sua esposa Catharina Reoss, ambos de 57 anos. Junto deles estavam os filhos: Eva, Johann, Mathias, Catharina e Therese. Matthias, de 28 anos estava acompanhado de sua noiva, Catharina Spannknebel,¹⁶⁸ natural da aldeia de Schniftenbergerhof em Kriegsfeld, na Renânia bávara.¹⁶⁹ Ela viajara grávida e prestes a dar à luz. A viagem transcorreu como o esperado, não acontecendo nenhum contratempo consigo nem com o bebê, trisavô deste pesquisador que aqui escreve - que nascera em Padre Correias, numa parada emergencial da família durante a travessia da serra de Petrópolis a caminho de Juiz de Fora. E como primeiro filho dos imigrantes nascido em solo brasileiro, recebeu o nome de Marianno Debussi, em homenagem ao comendador Mariano Procópio Ferreira Lage que o apadrinhou no batismo.¹⁷⁰¹⁷¹¹⁷²

¹⁶⁸ Esses dados relativos à Família Debussi foram encontrados no livro dos imigrantes contratados pela Companhia, pertencente ao Instituto Teuto-Brasileiro William Dilly: Avenida Getúlio Vargas, 455 - 3º andar, 36010110, Centro, Juiz de Fora-MG.

¹⁶⁹ Livro Sacramental nº 1 da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Juiz de Fora; Parte de Casamentos, folha sem numeração, termo 29.

¹⁷⁰ Todas as informações contidas no corpo deste texto foram retiradas integralmente da fonte documental contida no Livro de Sacramentos nº 1 da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Juiz de Fora; folha solta sem numeração, termo 8.

¹⁷¹ “No mesmo dia e hora, pelo Pastor Pflueger, foi feito o segundo Batizado do menor Mariann, filho de Matias Debussy e de Catarina Spanknebel.’ O menor MARIANN foi o primeiro descendente de colonos D. Pedro II que nasceu no Brasil, quando viajavam a caminho de Petrópolis à cidade do Paraibuna.” STEHLING, op. cit. p. 285.

¹⁷² “A segunda leva de imigrantes já tinha atravessado a Imperial Colônia de Petrópolis, ao longe, ouvia-se ainda as manifestações de regozijo desses alemães pela passagem dos compatriotas que se destinavam a Minas Gerais. Quando a caravana atingia a localidade de Padre Correia, ali dentro da carroça que viajava, a esposa do colono Matias Debussy deu à luz a uma criança. O pai, todo eufórico com o nascimento do primeiro brasileiro da Colônia D. Pedro II e para homenagear o presidente da Companhia União e Indústria, deu ao filho seu nome, porém generalizado para “MARIANN”. O acontecimento foi comemorado pelos imigrantes com as clássicas cantorias, salvas de espingardas. Quem não gostou do barulho foi o inocente Mariann, que pôs a boca no mundo...”. Idem, p. 295.



Figura 26: Túmulo dos meus ancestrais da Família Debussi. Ala da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana, Cemitério da Glória. Foto tirada pelo autor em: 13 de outubro de 2015.¹⁷³

A exaustiva viagem expunha, portanto, os imigrantes às doenças como o enjoo e principalmente o tifo, causado pela falta de água potável e insalubridade do ambiente. Vale ressaltar, que a esmagadora maioria daqueles germânicos ou talvez em sua totalidade, jamais havia visto o mar. Para muitos deles, aquela experiência foi a primeira e última. Ao contrário do que nos afirma Rita Couto,¹⁷⁴ de acordo com o levantamento feito através do livro de contratados da Companhia, 18 imigrantes morreram a bordo dos veleiros durante a travessia do Atlântico, e seus corpos tendo sido sepultados no mar. No veleiro Tell, faleceram 5 passageiros, entre eles, minha pentavó Catharina Reoss, a matriarca da família Debussi, no dia 21 de Maio – faltando

¹⁷³ Nota-se na arquitetura tumular a imposição da cruz com o coração ao centro, em alusão à Rosa de Lutero, símbolo da fé luterana trazida por parte dos imigrantes. Também cabe ressaltar as iniciais do nome do patriarca que ali jaz, meu pentavô J.D. Johann (Christoph) Debussi.

¹⁷⁴ (COUTO, 2018) nos afirma na página 36 o número de 17 mortes ocorridas durante a viagem pelo oceano: “quatro na barca Tell, um na Rhein, seis na Gundela, dois na Gesner e quatro na Osnabrück.”

3 dias para chegar ao Brasil, e a pequena Maria Appel de 4 anos - natural da aldeia de Wendelsheim, em Darmstadt, no Grão-Ducado de Hessen; falecida no dia seguinte.¹⁷⁵ A única morte ocorrida na barca Rhein foi do bebê Carl Berg, de apenas 8 meses. A Gundela foi a que mais enlutados tiveram: seis mortos, sem contar Andreas Larcher - filho do imigrante tirolês David Larcher antes mencionado nesta pesquisa, que falece no Porto do Rio de Janeiro, no dia da chegada.¹⁷⁶ A bordo do veleiro Gessner morreram dois imigrantes, sendo um deles o patriarca e responsável pelo contrato com a Companhia, Johann Valentim Franck de 40 anos, natural de Oberscheidenthal, no Baden.¹⁷⁷ E por fim, viajando na barca Osnabrück, 4 crianças tiveram suas vidas ceifadas, sendo duas delas irmãos: Catharina e Adam Bender de 2 e 5 anos, respectivamente.¹⁷⁸¹⁷⁹

Em seu relatório, Mariano Procópio relata aos seus acionistas o número de imigrantes falecidos desde a chegada até 31 de agosto. Trinta e um de agosto foi a data limite de chegada da última leva à Juiz de Fora, ocorrida dias antes e noticiada pelo Jornal Correio Mercantil, edição número 232 de 27 daquele mês.¹⁸⁰ Provavelmente esse recorte justifica-se por abranger a chegada de todas as cinco levadas de colonos à Juiz de Fora e o período editorial do relatório apresentado em outubro daquele ano. “*Depois de sua chegada a este porto até 31 de agosto tem falecido 20 e nascido 4.*”¹⁸¹ Porém, de acordo com os dados levantados no livro de contratados da Companhia União e Indústria, o número exato corresponde a 26

¹⁷⁵ Os outros óbitos ocorridos durante a travessia do Atlântico no veleiro Tell, referem-se aos de Margaretha Wendel, de 6 anos ocorrido no dia 21 de março; Dorothea Mundt - a matriarca da família Voss, ocorrido em 14 de maio e o do bebê Anton Scoralick, de apenas 6 meses.

¹⁷⁶ Os falecidos a bordo da barca Gundela, durante a viagem pelo mar foram as cinco crianças: Maria Anna Klotz, Engelbert Stecher, Maria Albertina Mair, Joseph Messmer e Therese Egger, cujas idades eram de 5 anos, 4 meses, 1 ano, 8 meses e 3 anos, respectivamente. Além deles, Anton Knoflach de 26 anos.

¹⁷⁷ Junto a Johann Valentin Franck, a bebê Margaretha Gülcher de 2 anos, procedente de Helmersheim, na Renânia Palatinado, também pereceu durante a viagem pelo mar.

¹⁷⁸ As outras duas crianças que faleceram a bordo do Osnabrück eram Johannette Pistor de 3 anos, oriunda de Langendernbach, no Hessen e Eugen Berberich, de 1 ano, advindo da cidade de Mudau, no Baden.

¹⁷⁹ Todos os dados mencionados neste parágrafo foram retirados do livro dos imigrantes contratados pela Companhia, pertencente ao Instituto Teuto-Brasileiro William Dilly: Avenida Getúlio Vargas, 455 - 3º andar, 36010110, Centro, Juiz de Fora-MG.

¹⁸⁰ A nota na íntegra pode ser conferida em: COUTO, 2018. op. cit. p. 40 e 41.

¹⁸¹ Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia União e Indústria em 05 de outubro de 1858 pelo Diretor-Presidente da mesma. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e C. Rua do Ouvidor, nº 65. p. 11.

falecidos, somando todos os viajantes que faleceram desde as respectivas datas de chegada dos cinco veleiros.¹⁸²

Após chegada no Porto do Rio de Janeiro, os veleiros ficavam alguns dias em quarentena e em seguida do desembarque dos passageiros, os mesmos eram conduzidos com suas bagagens a uma pequena viagem pelo rio Inhomirim, pela Baía de Guanabara até o Porto de Mauá. Os imigrantes trazidos pelo veleiro Tell fizeram este percurso a bordo de pequenas embarcações a vela. As demais levas foram servidas pelos navios da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis.¹⁸³ Dali em diante, a caravana seguia a pé – mulheres, crianças e bagagens nas carroças, pela raiz da Serra passando por Petrópolis. Os primeiros a passarem pela Cidade Imperial, foram conduzidos à noite e por isso, não houve cobertura da Imprensa. No entanto, assim foi noticiada a passagem dos imigrantes do veleiro Rhein por Petrópolis:

São Pedro abriu a porta da nossa alcantilada serrania para por ela entrarem os colonos alemães que a União e Indústria conduz para a Cidade do Paraibuna. Esta segunda remessa composta de ótimos colonos, gente robusta e alegre, fez sua entrada e atravessando a cidade no Domingo. Os viandantes seguindo carretas que conduziam mulheres e meninos, caminhavam em coluna serrada, ao canto estrondoso que entoavam todos como um hino de saudação à nova Pátria que vinham adotar, agitando no ar bandeiras de lenços, ramos e chapéus, parecendo extasiados pela encantadora perspectiva destas montanhas e destas nossas matas e pela admiração sobretudo de aqui terem encontrado tantos compatriotas seus, habitando esta linda cidade, todos vermelhos, fortes e bem trajados, que lhes pressagiava a feliz sorte que os aguardava no abençoado país que escolheram. As saudações recíprocas entre os novos imigrantes e os que aqui encontraram, produziram uma série de hurras, tão ruidosa gritaria que entou os ares fazendo saltar nosso coração.¹⁸⁴

O imigrante Alois Eiterer, de Untermieming, no Tirol, viajou a bordo do veleiro Gundela. Junto dele estava sua esposa, Maria Kreszenz Erd, de 23 anos, natural de Vils, também no Tirol.¹⁸⁵ Estando no Brasil, ao escrever para seus familiares na

¹⁸² Dos 26 falecidos no período considerado por Mariano Procópio, 4 pertenciam à primeira leva: Guilhermina Klaeschen, Guilhermina Hartmann e Christina Peters. Três da segunda: Anna Christina Jaehnck Baasch, Hermann David Robert Zybarth e Johann Friedrich Theodor Voss. Quinze compunham o terceiro grupo: Andreas Larcher, Christina Friedericke Sophia Boormann, Joseph Laner, Johann Alois Mair, Carolina Weber Kellerer, Anna Schelzhorn, Anton Wanner, Alois Kelmer, Therese Baiser, Therese Berger, Elisabeth Catharina Josephina Masschmann, Catharina Vieregge, Maria Kirchmair, Martin Klotz e Anton Goldner. Do quarto grupo, apenas Elisabeth Haas, e por fim, quatro do último grupo: Clara Josepha Stoll, Michael Wagner, Catharina Hauck e Johann Georg Schneider.

¹⁸³ STEHLING, op. cit. p. 162.

¹⁸⁴ Idem, p. 163.

¹⁸⁵ Maria Kreszenz Erd nasceu em 17 de janeiro de 1835 na região de Vils, no Tirol. Filha de Johann Georg Erd e Anna Maria Kapeller. (Vils, Taufbuch II, 1688 - 1901, Tiroler Landesarchiv Innsbruck, página: 140).

Áustria, Alois descreve como foi o percurso após o desembarque e a passagem dos imigrantes da Gundela pela Cidade Imperial:

Em 25 de Julho nós chegamos ao Porto do Rio, mas não pudemos descer na cidade. No dia 27 fomos levados ao outro lado do porto, então subimos em um trem, no qual viajamos meia hora. Aí começou a viagem por terra, mas as mulheres, crianças e bagagens foram transportadas. Nós tivemos que passar sobre uma montanha, onde nós almoçamos e tivemos vinho à mesa. Ao fim da tarde nós chegamos, sob cânticos, na cidade de Petrópolis, onde a maioria é de imigrantes alemães, franceses, ingleses e portugueses, que foram muito amigáveis conosco. Em Correia passamos nós a noite e tivemos um dia de descanso. De lá, nós viajamos diariamente de quatro a seis horas, nós cozinhamos ao ar livre e era bom para comer, mas com o local de repouso parecia pior, ele consistia de uma tina para burros, onde nós usamos as camas do barco. A viagem por terra não é tão difícil como se pensa.¹⁸⁶

De acordo com Stehling, as viagens de Petrópolis à Juiz de Fora foram feitas em seis dias. Tomando tal informação como referência, os germânicos vindos no veleiro Rhein, chegaram em Petrópolis na quinta-feira, dia 24 de junho¹⁸⁷ e despediram-se da cidade no dia 29, como antes mencionado, chegando ao seu destino no dia 05 de julho, segunda-feira. Durante esse percurso, nenhum daqueles imigrantes veio à óbito, o que explica a satisfação relatada no periódico. De acordo com Alois Eiterer¹⁸⁸, a terceira leva de imigrantes na qual ele se encontrava chegou no dia 06 de agosto, sexta-feira. Neste trecho da viagem, isto é, do Porto do Rio de Janeiro à Juiz de Fora, faleceram 3, dos quais além de Andreas Larcher, também o contratado Joseph Laner não resistiu.¹⁸⁹ Por fim, apenas 1 óbito foi constatado do dia 03 de Agosto, data da chegada do veleiro Osnabrück até 17 de Agosto, data estimada de chegada à Juiz de Fora dos imigrantes que nele viajaram. A pequena Clara Josepha Stoll de 8 meses acabou falecendo no dia 05 de agosto de 1858.

II. V – As Mortes se Multiplicam

Ao chegarem em Juiz de Fora, os colonos vieram acompanhados dos mal físicos contraídos nos navios e ou trazidos da Europa. Somente no ano de 1858, após

¹⁸⁶ Carta de Alois Eiterer publicada no jornal Bothe für Tirol und Vorarlberg nº 293, de 23 de dezembro de 1858 – pág: 1273. In: COUTO, 2016. op. cit., pág: 45.

¹⁸⁷ Esta data refere-se à seguinte informação trazida pelo jornal Correio Mercantil nº 171 de 25 de junho de 1858: “De Hamburgo chegou a Barca Rhein sob o comando do Capitão W. Bester [...] aqui chegou ontem.” In: STEHLING, op. cit., p. 162.

¹⁸⁸ “No sétimo dia após sairmos de Correia nós finalmente chegamos ao nosso destino, que se chama Juiz de Fora, 42 horas do Rio terra adentro, onde chegamos em 6 de agosto [...]” Carta de Alois Eiterer publicada no jornal Bothe für Tirol und Vorarlberg nº 293, de 23 de dezembro de 1858 – pág: 1273. In: COUTO, 2016. Op. cit., pág: 45.

¹⁸⁹ O óbito que compõe os 3 ocorridos com os imigrantes que chegaram na barca Gundela é o de Christina Friedericke Sophia Boormann, de apenas dois anos. Filha do casal Christian Friedrich Boormann e Elisabeth Catharina Josephina Masschmann, advindos de Holstein.

chegarem à cidade do Paraibuna, 58 colonos pereceram. Grande parte deles ainda sofria com o tifo, motivo pelo qual muitas famílias foram dizimadas também em terras mineiras. Alguns casos mais pungentes são os das famílias Baasch, Beiser, Danler e Wanner, mencionada anteriormente. Cabe-nos conhecê-los a seguir.

A Família Baasch oriunda da cidade de Wartelsberg, no Schleswig, norte da atual Alemanha, veio composta pelo patriarca Jürgen Detlef Baasch e sua esposa Anna Catharina Jonhuck de 44 e 43 anos, respectivamente. Junto deles estavam o enteado de Jürgen, Christian Friedrich Geertz de 22 anos e os cinco filhos do casal: Otto Jürgen de 16 anos, Claus Borend de 13, Carl Friedrich com 9 anos de idade, Elisabeth Catharina de 7 e Magdalene de 3 anos. No período de quatro anos, isto é, de 1858 a 1862, os oito integrantes que viajaram no veleiro Rhein se reduziram a apenas 3 pessoas: a matriarca e seus dois filhos: o do primeiro matrimônio e o primogênito do segundo. A primeira a falecer foi a pequena Magdalene Dorothea em 17 de setembro de 1858. Em seguida, sua mãe e seus irmãos deram adeus ao seu irmão Claus, seu pai Jürgen e sua irmã Elisabeth Catharina no mesmo mês, em 19, 22 e 30 de outubro de 1858, respectivamente. Por fim, Carl Friedrich também não chegaria à idade adulta, vindo falecer na juventude com 14 anos, no dia 27 de junho de 1862.

Certamente ao deixarem suas casas, no Tirol, os austríacos traziam consigo a esperança de encontrar melhores condições de vida no Brasil. Com Stanislau Beiser e sua família não foi diferente. Advindos de Matrei, o tirolês de 52 anos veio acompanhado de sua esposa¹⁹⁰ Judith Kerber de 41 anos, natural do vale de Ehrwald¹⁹¹ e os cinco filhos: Maria, Therese, Balbina, Johann e Joseph. Therese, com a idade de 18 anos completos,¹⁹² não resistiu e acabou morrendo em poucos dias de estadia em Juiz de Fora, no dia 18 de agosto de 1858. Logo em seguida, Stanislau e Judith deram adeus ao seu filho Johann de apenas 6 anos,¹⁹³ no dia 03 de setembro

¹⁹⁰ Stanislaus Beiser casou-se com Maria no dia 06 de novembro de 1837. (Matrei am Brenner, Traubuch IV, 1785 - 1916, Tiroler Landesarchiv Innsbruck, página: 38).

¹⁹¹ Judith ou "Juditha" como aparece no registro de seu batismo, nasceu às 9 horas da manhã do dia 22 de outubro de 1816, no vale de Ehrwald, Tirol, filha de Catharina Kerber. O nome de seu pai não aparece no registro de batismo e nem no registro de casamento, o que pode indicar o não reconhecimento paterno. (Ehrwald, Taufbuch II, Taufbuch Illeg. 1784 - 1821, Tiroler Landesarchiv Innsbruck, página: 93).

¹⁹² Therese nasceu na cidade de Matrei, no Tirol, no dia 18 de janeiro de 1843. (Matrei am Brenner, Taufbuch 1831 - 1899, Tiroler Landesarchiv Innsbruck, página: 54).

¹⁹³ Segundo consta no livro de batismos número 02 do vale de Schönberg no Tirol, Johann Beisser nasceu no dia 29 de dezembro de 1850. (Schönberg, Taufbuch II, 1846 - 1931, Tiroler Landesarchiv Innsbruck, página: 07).

de 1858. Ainda no dia 24 daquele mesmo mês, ambos veriam falecer o caçula Joseph de 2 anos de idade.¹⁹⁴ O desgosto do patriarca pelas adversidades impostas pela vida, o fez entregar-se ao vício da bebida. A profunda tristeza somou-se à revolta contra tudo e contra todos. A Companhia União e Indústria foi o alvo principal do descontentamento de Stanislaw. E a arrelia, se envolveu em uma contenda com o diretor da Colônia, o Sr. Giebert, no final daquele ano. Este episódio ficou conhecido como “O motim de São Silvestre.”¹⁹⁵

Outro grupo que viajou a bordo da barca Gundela, o fez em menor número. Era composto Mathias Danler de 43 anos,¹⁹⁶ sua esposa Nothburga Mitterer,¹⁹⁷ a filha do casal Juliana Danler com aproximadamente 9 anos e Gertraud Mitterer, irmã de Nothburga. Todos provenientes de Stans, no Tirol Austríaco. No espaço de 1 mês e 2 dias, a menina viu falecer seus pais e sua tia. Sua mãe faleceu no dia 13 de outubro de 1858 e seu pai dois dias depois. Passados exatamente 1 mês de sua orfandade, sua tia Gertraud também acaba perecendo, deixando só, a pequena Juliana, num país estranho, com língua estranha e costumes um tanto diferentes do seu. Sobre este trágico episódio, Stehling traça uma narrativa desprovida de fundamentação documental, imprescindível para o trabalho do historiador, segundo Ginzburg e Jörn Rüsen.¹⁹⁸ No entanto, graças aos dados aqui revelados, foi possível ao menos

¹⁹⁴ O relógio da casa número 112 de Ehrwald marcava as 9 e meia da noite. Era o dia 20 de novembro de 1855, quando Judith Kerber deu à luz à Joseph Beisser, de seu consórcio com Stanislaw. (Ehrwald, Taufbuch III, Taufbuch IIIg. 1822 - 1873, Tiroler Landesarchiv Innsbruck, página: 123).

¹⁹⁵ Sobre o motim, ver artigo publicado por Deivy Ferreira Carneiro: “Por uma história vista de baixo” da Imigração alemã em Juiz de Fora: um ensaio acerca da tentativa de sublevação na Colônia Dom Pedro II (1858-1859). In: À margem do Caminho novo: experiências populares em Juiz de Fora. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. Página: 154.

¹⁹⁶ Mathias Danler, nasceu na localidade de Stans, no Tirol, no dia 22 de fevereiro de 1815. Era filho de Nikolaus Danler e Maria Habtmann. (Stans, Taufbuch II, 1784 - 1877, Tiroler Landesarchiv Innsbruck, página: 66).

¹⁹⁷ Mathias casou-se com Nothburga no dia 04 de fevereiro de 1850. Segundo o registro, Mathias aparece com o nome apenas de “Alois”, diferentemente do encontrado em seu batistério. É possível que seu verdadeiro nome fosse Alois Mathias ou Mathias Alois, uma vez que seu padrinho de batismo se chamava Alois Gasse e segundo o costume, recebia o referido nome de quem o estivesse batizando. Alois, portanto, contava com 33 anos de idade e Nothburga 31. As testemunhas do consórcio foram Joseph Knapp e Joseph Räßl. (Stans, Taufbuch II, 1784 - 1880, Tiroler Landesarchiv Innsbruck, página: 47).

¹⁹⁸ Em “*Relações de Força: história, retórica e prova*”, Ginzburg discorre sobre a importância dos documentos na escrita da narrativa histórica. Segundo o historiador italiano, a crise de verossimilhança da história com os eventos do passado, deve-se em grande escala ao uso equivocado ou quicá, desvaído das fontes. Por isso, os documentos precisam estar em evidência no trabalho historiográfico. Neste sentido, Jörn Rüsen defenderá em seu trabalho intitulado “*Objetividade e Narratividade nas ciências históricas*” a presença comum da narratividade e da objetividade para a validação do conhecimento histórico. A narratividade enquanto experiência que relaciona o pensamento histórico com as práticas culturais da memória e da identidade coletiva, não subsiste. É necessário o complemento da objetividade capaz de racionalizar e estruturar essa experiência com base nos

estabelecer o vínculo de reconhecimento dos personagens trazidos por ele. Assim escreve:

[...] Entre os que morreram encontrava-se um casal que tinha uma única filha de nove anos, que ficou abandonada. Certo dia apareceu na oficina onde o artífice Griese estava construindo as diligências um preto velho vendendo duas alianças de ouro. Ao examiná-las, viu que tinham gravadas nomes alemães. Quando o interrogou como as obteve, recebeu a seguinte resposta: “Tirei dos dedos de dois alemães que ajudei enterra. A fia tá na minha casa.” Griese tomou providências para imediata retirada da menina da casa do bondoso preto, entregando-a a uma família alemã para criá-la. Anos mais tarde ela se casou com um descendente de colonos que trabalhava como carroceiro da União e Indústria entre Juiz de Fora e Petrópolis.¹⁹⁹

A família Wanner, mencionada no capítulo anterior, também não escapou do luto e do sofrimento. Foi ela uma das famílias que mais sofreram com a perda de seus membros. Logo nos primeiros dias em Juiz de Fora, o bebê Anton Wanner de 1 ano e 8 meses que esteve sob a tutela de sua avó Kreszenz e seus tios, falece no dia 17 de agosto. Seu tio Johann teve o mesmo destino, vindo a falecer poucos dias depois.²⁰⁰ Joseph Wanner e sua esposa²⁰¹ que havia permanecido no Tirol em resguardo pós parto, aportaram no Rio de Janeiro a bordo da Barca Caesar em outubro daquele mesmo ano. Junto do casal estavam sua filha Maria e Joseph de seis meses de idade. Ao chegarem no Brasil, encontraram seus familiares arrasados pela perda de seu irmão Johann. As explicações sobre a ausência de Anton, provavelmente foram inúteis. Joseph e Anna nunca mais haveriam de reencontrar seu pequeno filho. Passados alguns meses, novamente a dor do luto pairava na família de Inzing. E desta vez, potencializada em dobro. Vinzenz Wanner, irmão gêmeo do falecido Johann, veio a óbito no dia 09 de janeiro de 1859. Ao saber da notícia, sua mãe Kreszenz Ruez não resistiu e acabou falecendo no mesmo dia. Outro dos filhos, Peter Wanner, desiludido do empreendimento que fizera ao empregar-se na Companhia União e Indústria, resolve tentar a vida longe de Juiz de Fora. Levou consigo para o Sul do país apenas as tristes recordações do que se passara com sua família e lá constituiu a sua própria, ao casar-se com Rosina Wagner.²⁰² Teoricamente desamparadas pelo

procedimentos acadêmicos e metodológicos do historiador. Este exercício, por sua vez, pressupõe fundamentalmente a presença destacada dos documentos.

¹⁹⁹ STEHLING, op. cit., p. 295.

²⁰⁰ Johann Wanner, irmão gêmeo de Vinzenz, faleceu no dia 03 de setembro de 1858, segundo consta no registro retirado do livro dos imigrantes contratados pela Companhia, pertencente ao Instituto Teuto-Brasileiro William Dilly: Avenida Getúlio Vargas, 455 - 3º andar, 36010110, Centro, Juiz de Fora-MG.

²⁰¹ Joseph Wanner e Anna Köchl se casaram em Inzing, no dia 27 de fevereiro de 1854. (Pfarramt Inzing, Trauungsbuch Inzing II 1820 - 1873, Tiroler Landesarchiv Innsbruck, página: 32).

²⁰² “Aos quatorze de Outubro de mil oitocentos e sessenta e sete nesta Matriz de Santa Christina (batizei solenemente e), digo, feitas as diligências do estilo na forma do sagrado concílio tridentino e

ocorrido com sua família, às três irmãs Josepha, Anna e Philomena, restaram-lhes contrair matrimônio a fim de enfrentarem com maior facilidade os obstáculos de uma terra diferente, língua diferente e modos de vida distintos dos seus.²⁰³ Quanto à Joseph, faleceu aos 70 anos de idade, viúvo e fora dos arredores da Colônia.²⁰⁴ Assim se findou a continuidade do sobrenome Wanner em Juiz de Fora. Mas seu legado permanece vivo nos descendentes que ali ainda restam.

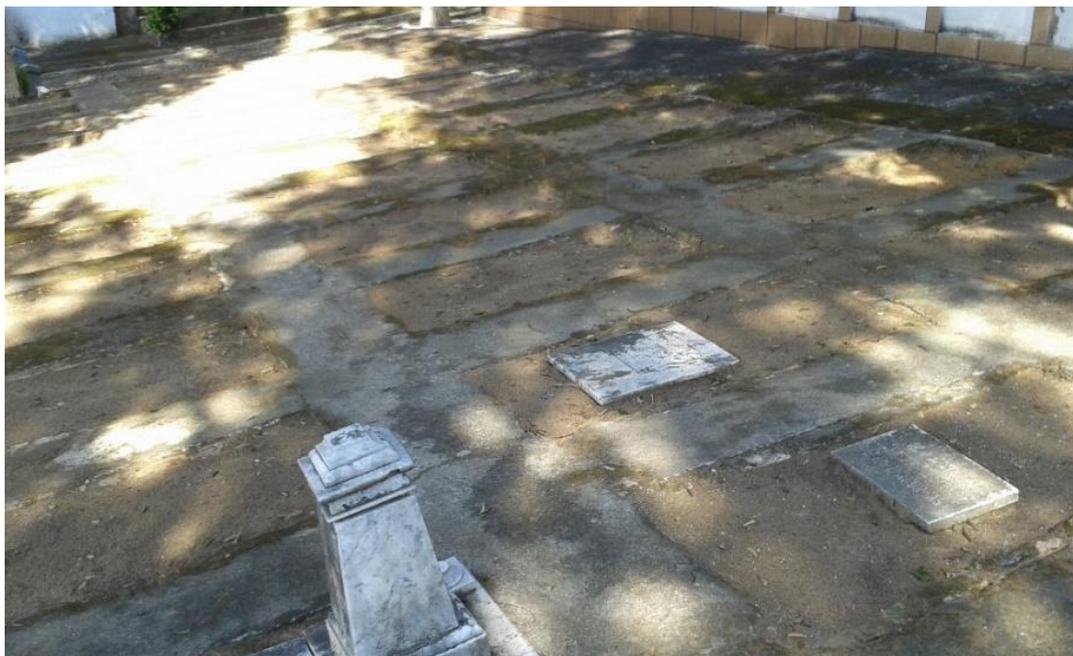


Figura 27: Área infantil da Ala Luterana. Foto tirada pelo autor em 13 de junho de 2015.

O Cemitério da Glória guardou por muito tempo uma área destinada ao enterramento de crianças, falecidas desde o século XIX. Esta ala perdurou até meados de 2018, quando a Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Juiz de Fora, detentora administrativa do espaço, o desapropriou para a construção de

constituição do bispado e sem impedimento algum na minha presença e nas testemunhas abaixo assinadas, se receberam em matrimônio com palavras de presente expressivas de seu mútuo consenso os meus paroquianos Pedro Wanner e Rosina Wagner. Ele, filho legítimo de Carlos Wanner e Crescência Ruetz, natural e batizado no Tirol, Império da Áustria; e ela, filha legítima de Philippe Wagner e Elisabeth Stein, natural e batizada em São Leopoldo. Receberam as bênçãos intra Missam. E para constar, mandei fazer este que assino. O Pad. Manuel Roiz Coelho das Neves. Mattias Mosmann e Joseph Müller.”

²⁰³ Anna Wanner casou-se em Juiz de Fora com José Benatti, católico e Philomena Wanner contraiu matrimônio aos 19 anos com o colono protestante Heinrich Gerheim, natural de Wendelsheim, em Darmstadt, no Grão-Ducado de Hessen. Ambos os consórcios foram realizados no ano de 1860, segundo os registros 43 e 44, página 03 do Livro nº 01 de Batizados e Casamentos da Paróquia Nossa Senhora da Glória (1858-1881). Este livro se encontra sob a tutela do Arquivo Histórico Arquidiocesano de Juiz de Fora.

²⁰⁴ No livro de óbitos nº 01 da Paróquia Nossa Senhora da Glória, página 41, termo 3421, consta o óbito de “José Wanner, 70 anos – alemão viúvo (Rua Fonseca Hermes). Falecido no dia 12 e sepultado no dia 13 de abril de 1896. ‘Livro de registros “Wanar.””

ossários e gavetas. Algumas lápides encontradas no local denunciavam os menores que ali jaziam como John Bruce Moore e Wilfred Arnold Molyneux.²⁰⁵

Até aqui buscamos dar seguimento à narrativa proposta sem abandonar a organização textual cronológica antes revelado na introdução deste trabalho, uma vez que ela permitirá realizar com eficácia a investigação. Porém, ao objetivarmos traçar esta narrativa, não podemos ignorar o que pesquisadores desprovidos de formação histórica escreveram anteriormente sobre o Cemitério em questão. A fim de preencher as lacunas deixadas pelo tempo, faremos uso dos vestígios coletados in loco e através deles, aproximarmo-nos de uma análise criteriosa que questione os trabalhos da produção local.

Luiz José Stehling apresenta outros equívocos (além dos já mencionados nesta pesquisa) com relação à colonização empreendida por Mariano Procópio e, mais especificamente, sobre o Cemitério da Glória. Descrevendo a chegada dos colonos germânicos e seus primeiros dias em Juiz de Fora, ele relata um possível descaso do Comendador Mariano Procópio em relação à acolhida e falta de preparo na estrutura de acomodação daqueles europeus. Este foi um fator preponderante para que erroneamente descrevesse os meios de sepultamento dos imigrantes falecidos nos primeiros meses. *“Por isto, muitos colonos de ambos os sexos e credo foram sepultados junto da Lagoa da Gratidão, na área da enfermaria (Kranckenhof) e nos próprios prazos.”*²⁰⁶ Stehling jamais poderia sustentar esta informação, uma vez que o Cemitério da Companhia já existia e ainda hoje encontramos vestígios de imigrantes sendo sepultados naquele espaço fúnebre, mesmo que passados alguns anos da chegada à Juiz de Fora.

É o caso do patriarca Georg Franz Stehling, advindo de Elters, no atual Estado de Hessen, Alemanha. Não foi possível através do registro de óbito de sua esposa, Anna Justina Draxler falecida em 1858, descobrir o local de seu sepultamento. Porém, também não encontramos através dos documentos, razão para afirmar ou sequer

²⁰⁵ Os bebês anglófonos pertenciam às famílias americanas, de origem metodista, vindas para o Brasil no final do século XIX. Na lápide de John Bruce Moore havia a seguinte inscrição em inglês: “John Moore Bruce, march 6-7.1897. The baby sleeps in Jesus.” Que significa: O bebê descansa em Jesus. Na lápide da criança da família Molyneux continha grafado: “In loving memory of Wilfred Arnold Molyneux, died August 25th 1912. Aged six weeks” que traduzindo para o português, diz: Em amável memória de Wilfred Arnold Molyneux, falecido em 25 de agosto de 1912. Seis semanas de idade.”

²⁰⁶ STEHLING, op. cit., p. 244.

especular que ela, assim como os outros, tenham sido sepultados em um dos locais indicados por Stehling.²⁰⁷ Por outro lado, seu marido Georg Franz fez uso do espaço fúnebre ao falecer sete anos mais tarde, no dia 22 de Novembro de 1866.²⁰⁸ Não só ele como seus filhos do segundo casamento. Este evento nos leva a especular que Anna Justina, assim como grande parte, senão, a totalidade dos imigrantes que pereceram desde os primeiros anos, foram auxiliados pelo Comendador Mariano Procópio em seus féretros, uma vez que estavam eles sob a tutela da Companhia.

II. VI – Os Primeiros Obstáculos

Além das mortes causadas pelo tifo, mencionadas anteriormente, os colonos tiveram que enfrentar um outro obstáculo: o atraso na demarcação dos prazos. Como consequência deste problema, ficaram impedidos de se instalarem de modo efetivo na Colônia que vinha surgindo. Este empecilho representou também uma grande preocupação para Mariano Procópio. Em seu relatório, o comendador registrou:

[...] a curteza de tempo não tem consentido ainda a finalização das divisões do terreno, da abertura de caminhos e de mil outros detalhes necessários a uma colônia que começa debaixo de um plano regular; não decorrerá, porém, muito tempo que não vejais erguida nas margens do Parahybuna, uma povoação florescente e industriosa, animando com seu movimento as solidões das planícies e grotas que só esperam a ação do homem para se transformarem em celeiros da sociedade[...].²⁰⁹

Outro equívoco cometido por Stehling deve-se à este episódio, onde o mesmo diz que os colonos ficaram acampados próximo à fétida Lagoa da Gratidão, desprovidos de quaisquer cuidados sanitários.²¹⁰ Não obstante a surpresa do Comendador em receber um grande contingente de colonos, o diretor Presidente da Companhia proveu acolhimento para a grande maioria de seus contratados. Apesar

²⁰⁷ STEHLING, 1979. op. cit., p. 273; afirma que *“Infelizmente não consegui descobrir os nomes dos colonos falecidos durante a epidemia do “TIFO”, que entre eles irrompera no acampamento instalado junto a “Lagoa da Gratidão”, então existente na subida do morro de igual nome, junto do qual foram sepultados. Não existindo dessa geração mais sobreviventes, e com o desaparecimento dos arquivos da Companhia e da Colônia, tornou-se impossível descobri-los.”* Não só nomeamos no capítulo anterior, cada imigrante falecido em 1858, como também sustentamos baseando-nos em vestígios documentais, a providência da Companhia para com estes imigrantes. A falta de documento, portanto, não deve ser pretexto para especulações. Pelo contrário, estas só subsistem pela presença das fontes, legitimando assim o legítimo ofício do historiador.

²⁰⁸ No dia 06 de Outubro de 2020 foi realizada uma pesquisa de campo em que fotografamos o túmulo de Georg Franz Stehling e os seus elementos. No entanto, apesar de devidamente autorizados pelo Pároco da Paróquia de Nossa Senhora da Glória, Pe. Lúcio Bento, C.Ss.R., lamentavelmente não recebemos a devida licença do proprietário do imóvel para publicarmos as imagens.

²⁰⁹ Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia União e Indústria em 05 de outubro de 1858 pelo Diretor-Presidente da mesma. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve E. C. Rua do Ouvidor, nº 65. p. 12.

²¹⁰ STEHLING, op. cit., p. 187.

de serem provisórios, não cedia à indignidade, não havendo, pois, suscitado nenhuma queixa por parte dos imigrantes.²¹¹ Ainda não nos cabe aqui afirmar que tal acampamento não tenha existido, uma vez que o colono Alois Eiterer o descreve em sua carta.²¹² No entanto, o mesmo não menciona uma possível insalubridade nem outras precariedades quanto às moradias temporárias. O tirolês nem mesmo descreve onde as tendas foram fixadas. Indícios que nos faz mais uma vez, questionar a informação trazida por Stueling.²¹³

Quando chegaram à Juiz de Fora, os colonos se empregaram em duas frentes de trabalho: no serviço à Companhia e na abertura dos caminhos que levavam à Colônia (atuais bairros Borboleta e São Pedro). A primeira, segundo consta no relatório apresentado em 1858, 67 colonos estavam engajados em quebrar pedras para o Mac-Adam da estrada; 146 em diversos serviços particulares; 16 se ocupavam em conduzir carros de transporte e 9 tratavam dos serviços nas oficinas da Estação do Juiz de Fora,²¹⁴ em frente ao Parque do atual museu Mariano Procópio.²¹⁵ A segunda, prioritariamente necessária. Os germânicos com auxílio de enxadas, pás, e outros utensílios se uniram em turnos diários picando o chão, ceifando a vegetação. Para Adentrar à mata virgem e derrubar as árvores, utilizaram das queimadas.²¹⁶

²¹¹ “Até o fim deste ano os colonos estiveram alojados nas seguintes localidades: 1º nas casas da Boa-Vista (10 quartos grandes e 20 pequenos): 11 famílias e 7 solteiros. 2º Nas 43 casas construídas em ambos os lados da estrada (34 grandes e 9 pequenas): 67 famílias e 13 solteiros. 3º nas 2 casas grandes ao lado esquerdo da estrada (20 quartos grandes): 20 famílias e – solteiros. 4º em várias moradas da estação: 12 famílias e 8 solteiros. 5º nas casas construídas pelos colonos em seus prazos: 81 famílias e 10 solteiros. 6º além da ponte Parahybuna onde se acham empregados em vários trabalhos: 16 famílias e 36 solteiros.” Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia União e Indústria em 02 de março de 1860 pelo Diretor-Presidente da mesma. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve E. C. Rua do Ouvidor, nº 65. Mapa nº 11 em anexo. Ver também: ESTEVES, Albino. O Centenário de Mariano Procópio. Publicado em: Revista do Arquivo Público Mineiro, Vol. 19. Página 134. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>. Acessado em: 13 de janeiro de 2020.

²¹² “Nós também construímos cabanas [de madeira] onde quase 40 vivem, porque nós ainda não pudemos ir para nossas próprias colônias, pois muita gente chegou de uma só vez, 5 barcos chegaram cheios em dois meses, e eles não estavam com o levantamento topográfico pronto, então nós temos a terra de graça por um ano.” Carta de Alois Eiterer publicada no jornal Bothe für Tirol und Vorarlberg nº 293, de 23 de dezembro de 1858 – pág: 1273. In: COUTO, 2016. op. cit., p. 48.

²¹³ Outros pesquisadores seguiram a narrativa equivocada de Stueling e produziram a partir dela. São os casos de Deivy Ferreira Carneiro em seu artigo “Por uma “história vista de baixo” da imigração alemã em Juiz de Fora: um ensaio acerca da tentativa de sublevação na Colônia D. Pedro II (1858-1859); Luiz Antônio Stephan em seu livro intitulado “Chucrute, Danças, Chope e Determinação, Cap. IV: Os alemães em Santo Antônio do Paraibuna”.

²¹⁴ Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia União e Indústria em 05 de outubro de 1858 pelo Diretor-Presidente da mesma. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve E. C. Rua do Ouvidor, nº 65. p. 11.

²¹⁵ Sobre a localização das oficinas, ver mapa do capítulo anterior.

²¹⁶ “O levantamento topográfico da nossa colônia foi concluído em janeiro de 1860 e em 06 de fevereiro eu recebi minha parte, então lá fomos nós, cortamos muita lenha (aqui a mata virgem é impenetrável)

Georg Grinauer, tirolês advindo de Ziller, assim registrou: “A maioria da gente da nossa terra está na colônia e derruba as matas, então o solo será cultivado e serão plantados milho, feijão, etc.”²¹⁷ Sendo assim, antes de assumirem a condição de colonos, aqueles imigrantes se fizeram desbravadores.²¹⁸

Não demorou muito para que os prazos fossem logo demarcados e vendidos a crédito de quatro anos, como previa o contrato assinado com a repartição das terras públicas do Império. Até março de 1860, noventa e um prazos foram demarcados e repassados às famílias, restando outros cem para serem colocados à venda. O levantamento topográfico contendo as demarcações dos terrenos feitas pela Companhia União e Indústria começou a ser elaborado em 1858,²¹⁹ alguns meses após a chegada dos imigrantes e concluído em Janeiro de 1860. Como alguns prazos já estavam sendo vendidos em 1859, acreditamos que o produto final concluído em 1860 seja resultado de esboços desenhados ao longo desses dois anos. Luiz José Stehling,²²⁰ traz em seu livro, a cópia de um desses esboços, atribuindo ao Agrimensor Adriano H. Mynssen no ano de 1859. Porém o documento final e mais completo que trazemos, foi produzido por vários engenheiros a serviço da empresa. É possível observarmos através dele, que a Colônia Dom Pedro II fora dividida em cinco quarteirões e que a Estação considerada por nós como a gênese de todo o povoado do entorno e da Colônia, se encontra fora dos limites da mesma Colônia. O Cemitério da Companhia União e Indústria, porém, é presente fazendo divisa nos fundos com um terreno do Sr. Comendador Lage de 60.000 braças quadradas, que posteriormente foram vendidas ao imigrante José Kelmer II, cujo empreendimento resultou na construção do chalé onde atualmente funciona a casa de shows Privilège, nas

e queimamos.” Carta do patriarca Joseph Cosmos Kelmer aos seus parentes em Thauer bei Hall no Tirol publicada no jornal Bothe für Tirol und Vorarlberg nº 220, de 25 de setembro de 1860 – pág: 04. In: COUTO, 2016. op. cit., p. 57.

²¹⁷ Carta de Georg Grinauer datada de 17 de setembro de 1858 e publicada no jornal Allgemeinen Auswanderung nº 49, de 03 de dezembro de 1858 – pág: 210 e 211. In: Idem, p. 45.

²¹⁸ “Queridos Amigos! Eu vou agora escrever sobre a situação em que nós estamos. Alguns estão trabalhando na estrada, alguns em suas profissões e a maior parte cultiva o solo, onde nós juntos, em turnos diários, derrubamos uma mata e eu tenho agora 11. 272 braças [de madeira] que nós colocamos no mercado da semana e plantamos outras frutas.” Carta de Alois Eiterer publicada no jornal Bothe für Tirol und Vorarlberg nº 293, de 23 de dezembro de 1858 – pág: 1273. In: Ibidem, p. 48.

²¹⁹ Em 1858 o documento já tinha começado a ser produzido, mas ainda não estava finalizado, como descreve o Comendador em seu relatório: “a curteza de tempo não tem consentido ainda a finalização das divisões do terreno, da abertura de caminhos, e de mil outros detalhes necessários a uma colônia que começa debaixo de um plano regular.” (Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia União e Indústria em 05 de outubro de 1858 pelo Diretor-Presidente da mesma. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve E. C. Rua do Ouvidor, nº 65. p. 12).

²²⁰ STEHLING, op. cit., p. 196.

mediações da Estrada Engenheiro Gentil Forn, bairro São Pedro. Algumas construções também estão presentes no entorno da Estação. Trata-se de edifícios que serviram como armazéns e oficinas da Companhia União e Indústria e podem ser comparados com os elementos presentes e descritos na Planta da Estação de Juiz de Fora, produzido em Setembro de 1874 (ver figura 12). Este documento final a que nos referimos, ou seja, a Planta Topográfica da Colônia Dom Pedro II, encontra-se em anexo desta pesquisa, por estar em uma resolução de grandes proporções. A título de conclusão, no relatório de 1861 referente ao ano anterior, o diretor da Colônia, F. Kufa, registra que 136 colonos estão estabelecidos nos seus prazos e os 31 restantes ainda se encontram nos alojamentos provisórios, porque não terminaram de construir suas casas.²²¹ Logo, os prazos já haviam sido totalmente delimitados e os caminhos abertos a picada.

²²¹ Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia União e Indústria em 15 de Junho de 1861 pelo Diretor-Presidente da mesma. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve E. C. Rua do Ouvidor, nº 65. Página: 51.

Cap. III – Da Gratidão à Senhora da Glória.

Ao adentrarmos especificamente no título do nosso objeto, cabe-nos mencionar um aspecto cultural importante para o desenvolvimento do tema. A religião - assim como fator cultural regional e étnico, permeava a mentalidade e as ações dos colonos germânicos. Nesse sentido, Etienne A Higuét nos fornece uma importante contribuição ao identificar as noções de religião e cultura concebidas pelas Ciências Sociais no exercício de imersão dos dois conceitos e suas relações no pensamento de Paul Tillich.²²² Consideremos então, a religião como

“uma estrutura de discursos e práticas comuns a um grupo social referentes a algumas forças tidas pelos crentes como anteriores e superiores ao seu ambiente natural e social, frente às quais os crentes expressam certa dependência e diante das quais se consideram obrigados a um certo comportamento em sociedade com os seus “semelhantes”.”²²³

Tais obrigações comportamentais são regidas por princípios morais e éticos. Estando indissolavelmente somados os fatores físicos e de sociabilidade devida dos fiéis, podemos caracterizar desta forma a existência de uma cultura religiosa. Mais especificamente, a cultura religiosa que absorvemos neste trabalho, é pautada sob a égide do cristianismo. Esta concepção de cultura religiosa encontra ressonância no significado de cultura do qual ela deriva, uma vez que, assim como Higuét, compreendemos a cultura como

conjunto de sentidos e significados, de valores e padrões, incorporados e subjacentes aos fenômenos perceptíveis da vida de um grupo social concreto, conjunto que, consciente ou inconscientemente, é vivido e assumido pelo grupo como expressão própria de sua realidade humana e passa de geração em geração, conservado assim como foi recebido ou transformado [...] pelo próprio grupo.²²⁴

Segundo Etienne, podemos encontrar validação em Tillich, da presente ideia de cultura religiosa. O que nos possibilita este exercício é a definição de cultura como componente da religião, pelo teólogo alemão. Compõem-se a ela o simbolismo dos ritos, as crenças e as devoções pelas quais a prática transcendental se estabelece.²²⁵ Para compreender as diversas formas de relação para com o sagrado, é necessário

²²² HIGUET, Etienne A. As relações entre religião e cultura no pensamento de Paul Tillich. Artigo publicado pela Revista Eletrônica Correlatio nº 14 - dezembro de 2008.

²²³ AZEVEDO, M. C. Modernidade e cristianismo – O desafio à enculturação. São Paulo: Loyola, 1981, 336-345. Apud.: Idem, p. 127.

²²⁴ MADURO, O. Religião e luta de classes. Petrópolis: Vozes, 1981, 31. In: HIGUET, Etienne A. As relações entre religião e cultura no pensamento de Paul Tillich. Artigo publicado pela Revista Eletrônica Correlatio nº 14 - dezembro de 2008. Pág: 127 e 128.

²²⁵ HIGUET, op. cit., p. 128.

definir previamente as experiências culturais que a religião manifesta em determinado povo, grupo ou comunidade. Desta forma, a cultura religiosa provém da religião. O propósito de conceber a cultura como produto da religião, sendo esta última elemento que integra fundamentalmente a cultura religiosa, somos imbuídos de analisar os dados históricos através desta ótica. Esse é o intuito deste capítulo.

Com a imigração germânica de 1858, tivemos, portanto, a evidência de duas diferentes vertentes de cultura religiosa: o protestantismo luterano e o catolicismo. Porém, apesar de distintas, ambas oferecem a possibilidade de se comunicarem por pertencerem à mesma matriz de relação para com o sagrado.²²⁶ Porém, essa diferença de credo dos colonos foi uma preocupação que pairou sobre Mariano Procópio e como dito anteriormente, um dos motivos que o fizera adquirir um cemitério para a empresa, antecipando possíveis problemas com a igreja local.

Segundo Luiz José Stehling, o Cemitério da Companhia foi consagrado no ano de 1860,²²⁷ isto é, após a sua inauguração e constantes usos do espaço. O ritual segundo a Igreja Católica se deu sob a invocação de Nossa Senhora da Glória, passando o então Cemitério da Companhia União e Indústria a levar seu título. A alcunha de Nossa Senhora da Glória dada à Virgem Maria pelos católicos diz respeito à um dogma proclamado pela Igreja: o dogma da Assunção de Maria.²²⁸ Este dogma foi promulgado oficialmente em 1950, mediante a Constituição Apostólica *Munificentissimus Deus*, durante o Pontificado do Papa Pio XII.²²⁹ No entanto, tal

²²⁶ Ambas as vertentes religiosas do cristianismo “são originárias de princípios judaicos os quais as recordações, segundo Le Goff, compõem parte intrínseca do imaginário coletivo de salvação da humanidade.” Ver: LIRA, Max Aurélio Mendes. Memórias Tangíveis na afirmação e desconstrução da identidade alemã entre Católicos e Luteranos no Cemitério Nossa Senhora da Glória. Artigo publicado nos Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. *Simpósio Temático: “Memórias da Cidade – O Patrimônio Cultural Urbano como Fonte para o Historiador”*, Juiz de Fora, 2017, 1556p. ISSN: 2317-0468 17 a 21 de outubro de 2016. Pág: 1099.

²²⁷ STEHLING, op. cit., p. 245.

²²⁸ Segundo o Catecismo da Igreja Católica, a palavra dogma provém do grego ‘dogma’, que significa opinião, resolução ou teorema. No conceito eclesial, trata-se de uma formulação de fé anunciada ex cathedra como divina Revelação e contida já na Sagrada Escritura e na Tradição viva. Sobre isso, ver: YouCat – Catecismo Jovem da Igreja Católica. Nihil Onstat, 3 de março de 2010. Rua Francisco Cruz, 229 – São Paulo, Brasil. PAULUS Editora, 2011. Página: 90.

²²⁹ “Pelo que, depois de termos dirigido a Deus repetidas súplicas, e de termos invocado a paz do Espírito de verdade, para glória de Deus onipotente que à virgem Maria concedeu a sua especial benevolência, para honra do seu Filho, Rei imortal dos séculos e triunfador do pecado e da morte, para aumento da glória da sua augusta mãe, e para gozo e júbilo de toda a Igreja, com a autoridade de nosso Senhor Jesus Cristo, dos bem-aventurados apóstolos s. Pedro e s. Paulo e com a nossa, pronunciamos, declaramos e definimos ser dogma divinamente revelado que: a imaculada Mãe de Deus, a sempre virgem Maria, terminado o curso da vida terrestre, foi assumta em corpo e alma à glória celestial”. Constituição Apostólica do Papa Pio XII – *Munificentissimus Deus* - sobre a definição do

verdade de fé já era tradicionalmente proclamada²³⁰ e religiosamente absorvida no dia a dia da população.²³¹ Portanto, a consagração do Cemitério da Companhia União e Indústria ao título de Cemitério Nossa Senhora da Glória, se traduz na concretude das tradições religiosas vividas no universo católico desde aproximadamente o século V. Ainda, além de ter sido consagrado antes mesmo do reconhecimento oficial da devoção pela Igreja, o espaço detém outro pioneirismo: Ele surge antes mesmo da ereção de uma capela. Comumente no Império as igrejas eram erguidas primeiro, aproveitando o entorno para servir aos enterramentos como campo santo.

III. I – A Dormição e Assunção de Maria.

A tradição oral acerca da Assunção da Virgem Maria foi constituída essencialmente em função de antigos manuscritos, textos apócrifos e por narrativas ao longo do tempo. Tais narrativas normalmente encontram fundamentos nos textos sagrados, uma vez que, de acordo com as Escrituras, o salário do pecado é a morte.²³² E ainda, pelo pecado original cometido por Adão e Eva, toda a humanidade pecou,²³³ estando sujeita, assim, à corrupção da carne. Maria, porém, sendo mãe de Deus e concebida sem a mancha do pecado original, teria sido a única criatura preservada da morte natural.²³⁴ Outro subterfúgio teológico usado para elucidar o fim da existência terrena de Maria está na crença da dormição. O sentido por trás do conceito de

Dogma da Assunção de Nossa Senhora em corpo e alma ao céu. Nº 44. Disponível em: <http://www.vatican.va>. Acessado em: 28 de outubro de 2020.

²³⁰ “Desde tempos remotíssimos, pelo decurso dos séculos, aparecem-nos testemunhos, indícios e vestígios desta fé comum da Igreja; fé que se manifesta cada vez mais claramente.” Idem, nº 13.

²³¹ “Patenteiam inequivocamente esta mesma fé os inumeráveis templos consagrados a Deus em honra da assunção de nossa Senhora, e as imagens neles expostas à veneração dos fiéis, que mostram aos olhos de todos estes singulares triunfo da santíssima Virgem. Muitas cidades, dioceses e regiões foram consagradas ao especial patrocínio e proteção da assunção da Mãe de Deus. Do mesmo modo, com aprovação da Igreja, fundaram-se Institutos religiosos com o nome deste privilégio. Nem se deve passar em silêncio que no rosário de nossa Senhora, cuja reza tanto recomenda esta Sé Apostólica, há um mistério proposto à nossa meditação, que, como todos sabem, é consagrado à assunção da santíssima Virgem ao céu.” Ibidem, nº 15.

²³² Romanos 3, 55.

²³³ Idem, 3, 23.

²³⁴ São Francisco de Sales, bispo e doutor da Igreja, faz uma distinção da morte natural com a morte de Maria, elucidando as circunstâncias pela qual ocorreu sua passagem à Glória eterna: “Assim também não se pode conceber que Maria tenha morrido, a não ser de amor: a mais nobre das mortes, devida, portanto, à mais nobre de todas as criaturas, morte que os próprios Anjos desejariam, se fossem susceptíveis de morrer. [...] Ora, se esta Mãe viveu da vida de seu Filho, também morreu da sua morte: tal vida, tal morte. [...] e por fim o fogo deste divino amor consumiu-a totalmente, como um holocausto de suavidade; de modo que, ao abandonar a Virgem a existência, já a sua alma fora arrebatada e transportada para os braços amorosos do seu Filho. SALES, São Francisco de. O Tratado do Amor de Deus. Ed. Imprensa Moderna, Ltda: Rua da Fábrica, 80 – Porto, Portugal, 1950. Livro VII – Capítulo IV. Páginas: 351, 352 e 353. Disponível em: <http://alexandriacatolica.blogspot.com.br> . Acessado em 28 de outubro de 2020.

“dormitio”, busca evitar a concepção de morte. Na presente hermenêutica, o conceito de ‘morte’ pode se apresentar incompatível com as sagradas escrituras pelos motivos acima descritos. Assim, a Santíssima Virgem por ter sido concebida sem pecado e não ter provado o sabor deste em sua vida, chegada sua hora de deixar o mundo físico, teria apenas adormecido o sono natural.²³⁵ Um estudo aprofundado das evidências históricas relativas à dormição e assunção de Maria pode ser conferido na obra de Stephen J. Shoemaker intitulada “Antigas tradições da Dormição e Assunção da Virgem Maria” (*in. Ancient Traditions of the Virgin Mary’s Dormition and Assumption*). Segundo o autor, no período anterior à conquista islâmica, os apócrifos e as homilias apresentavam-se carregadas de detalhes e elementos típicos da narrativa rüseniana. Por outro lado, a racionalidade toma forma e adota certo equilíbrio nas *homilias bizantinas que se seguiram, escritas por luminares da Igreja como João de Damasco, André de Creta e Germano de Constantinopla*.²³⁶ A racionalidade rüseniana acontece aqui uma vez que a ação desses patrísticos *esboçam muito breve e cautelosamente as narrativas das tradições antigas, substituindo seus detalhes por muita reflexão teológica e louvor retórico à Virgem*.²³⁷ A primeira menção da ausência física de Maria trazida por Shoemaker se encontra nos Atos de João.²³⁸ Diante desta passagem o autor inglês conclui que a dormição e assunção da Santíssima Virgem tenha ocorrido anteriormente à dispersão dos apóstolos. Deste modo, não levar-se-ia em consideração uma reunião miraculosa dos mesmos junto à Mãe de Deus na ocasião de sua morte.²³⁹ Outro aspecto relevante atribuído às antigas tradições da Dormição de Maria, data aproximadamente do século V ou VI. Trata-se de uma versão fragmentada do Evangelho de São Bartolomeu, onde Jesus promete à sua mãe que iria encontrá-la na hora do desprendimento de sua alma do seu imaculado corpo virginal. Segundo Shoemaker, tal promessa contribui para

²³⁵ Mais tarde, São João Paulo II no exercício de seu pontificado, teceu uma importante reflexão em torno da dicotomia morte e dormição da Santíssima Virgem. O texto, cujos parágrafos destacamos o terceiro e quarto parágrafo, pode ser acessado em: <http://www.vatican.va>. Papa João Paulo II – Audiência Geral: Quarta-Feira, 25 de junho de 1997.

²³⁶ SHOEMAKER, Stephen J. *Ancient Traditions of the Virgin Mary’s Dormition and Assumption*. Oxford early Christian studies. Ed. Oxford University Press, 2002. Pág: 26. Tradução nossa.

²³⁷ Idem, p. 26. Tradução nossa.

²³⁸ “Agora que a graça dele (Espírito Santo) caiu sobre todos nós, não nos deixe buscar por nada exceto pelo que foi comandado pelo Mestre, especialmente porque a mãe de todos nós partiu dessa vida.” Ps.-Prochorus, a. Io. (Theodor Zahn, ed., Acta Joannis (Erlangen, 1880; repr. Hildesheim, 1975), 3–4). Apud: Ibidem, p. 27. Tradução nossa.

²³⁹ Essa viagem extraordinária teria acontecido de acordo com as primeiras tradições sugeridas por determinados textos coptas e presente também na obra de São Melito de Sardes, denominada “De transitu Virginis”, datada do século V.

poupar a alma de Maria de enfrentar os poderes da morte no momento de sua passagem para a vida gloriosa no paraíso, também contida na promessa.²⁴⁰

O mistério da dormição encontra eco na narrativa das visões miraculosas da Beata Anna Katharina Emmerich. Em uma delas, a beata vestphaleana trata da estadia da Santíssima Virgem em Éfeso, na companhia do apóstolo São João.²⁴¹ Não foi possível apurar até a defesa e publicação desta pesquisa se a autora das visões aqui trazidas possuiu algum contato com os antigos manuscritos. Ou ainda, se tais textos apócrifos lhes chegaram na língua vernácula, isto é, o alemão ou Anna Katharina teria dominado a ciência das línguas da antiguidade. No entanto, além de sua narrativa confirmar as antigas tradições, detalham com minuciosidade os eventos decorridos em torno da dormição e assunção da Virgem Maria. Desta forma coincide em seus escritos, o encontro de Jesus com sua Mãe na hora da morte, apresentado por São Bartolomeu.²⁴²

²⁴⁰ “E ele disse a ela: ‘Quando você sair do corpo, eu irei até você com Miguel e Gabriel. Não permitiremos que você tenha medo diante da Morte, a quem o mundo inteiro teme. Eu a levarei aos lugares da imortalidade e você estará comigo no meu reino. E porei o teu corpo debaixo da árvore da vida, onde um querubim com uma espada de fogo velará por ele, até o dia do meu reino.’” The Gospel of Bartholomew (Lacau, *Memoires*, 58 (Copt.) and 72 (Fr.); see also the complete version in Budge, *Coptic Apocrypha*, 15 (Copt.) and 192 (Eng.)). Regarding the priority of the fragments, see Schneemelcher, *New Testament Apocrypha*, i. 537. Apud SHOEMAKER, op. cit. p. 31. Tradução nossa.

²⁴¹ Sobre a miraculosa viagem dos apóstolos até Maria, diz Anna Katharina Emmerich: “Quando a SS. Virgem implorou que os Apóstolos se reunissem em torno dela, vi, em regiões muito diferentes e opostas, chegar o chamado aos Apóstolos; [...] Vi que todos foram chamados, inclusive os que estavam nas terras mais longínquas, recebendo por aparições a ordem de ir ver a SS. Virgem. Em geral não foi sem milagroso auxílio que os Apóstolos fizeram as longuíssimas viagens. Creio que frequentemente faziam as viagens de uma maneira sobrenatural, sem eles mesmos saberem; pois muitas vezes os tenho visto passar no meio de grandes multidões de homens, sem serem vistos.” EMMERICH, Anna Catharina. *Vida, Paixão e Glorificação do Cordeiro de Deus*. MIR Editora, São Paulo, 2004. Pág: 340 e 341.

²⁴² “Vi então uma visão maravilhosa e comovedora. O teto por cima do quarto de Maria desaparecera; o candeeiro estava suspenso no ar; vi, pelo céu aberto, a Jerusalém celeste. Desciam dois planos brilhantes, como nuvens luminosas, nas quais apareciam muitos rostos de Anjos. Entre essas nuvens se derramava uma torrente de luz sobre Maria, acima da qual vi uma encosta resplandecente, que subia até a Jerusalém celeste. A Virgem estendia os braços, com infinita saudade e vi-lhe o corpo sagrado, com tudo o que o envolvia, erguer-se-lhe acima do leito, enquanto a alma, como uma puríssima forma luminosa, lhe saía do corpo, com os braços estendidos, erguendo-se na torrente de luz que, qual montanha resplandecente, se elevava céus acima. Os dois coros de Anjos, nas nuvens, se lhe uniram atrás da alma, separando-a do santo Corpo, que no momento da separação recaiu sobre o leito, cruzando os braços sobre o peito. Seguindo a alma com o olhar, vi-a entrar, pela estrada de luz, na Jerusalém celeste e chegar ao trono da Santíssima Trindade. Vi muitas almas, entre as quais reconheci muitos patriarcas: Joaquim, Ana, José. Isabel, Zacarias e João Batista, lhe vieram ao encontro, com respeito e alegria. Ela passou, porém, no meio de todos, dirigindo-se ao trono de Deus e de seu Filho que, excedendo ainda com o esplendor das chagas a luz de toda a aparição, a recebeu com amor divino e lhe entregou algo como um cetro, mostrando-lhe o globo terrestre, como para lhe confiar um poder. Assim a vi entrar na glória do céu, esquecendo-me totalmente dos que lhe rodeavam o corpo na terra.” Idem, p. 345.

III. II – Maria Himmelfahrt: Uma Devoção Tipicamente Germânica.

Em muitos territórios dos antigos Estados Germânicos, atualmente é celebrada a Festa de Maria Himmelfahrt (Maria Assunta ao Céu), seguindo o calendário universal da Igreja, isto é, no dia 15 de agosto. Um levantamento foi realizado junto à ferramenta Google Maps a fim de alavancar a localização do maior número de igrejas e mosteiros dedicados à devoção de Nossa Senhora da Glória. Os critérios utilizados neste levantamento levam em consideração não apenas as regiões específicas de origem dos antigos imigrantes contratados por Mariano Procópio, mas, dos principais países de língua alemã que compunham o Sacro Império Romano Germânico. São eles: Alemanha, Áustria e Suíça.

Na atual Alemanha, dezesseis localidades possuem pelo menos uma instituição dedicada à *traditio fidei* em questão. Destas dezesseis, oito estão situadas no Estado da Baviera. O município de Dillingen an der Donau pertencente ao distrito de Dillingen, fez parte da antiga Suábia.²⁴³ Nele encontra-se a Igreja do mosteiro de Nossa Senhora da Glória. O mosteiro trata-se na verdade de um convento feminino, que abriga atualmente as irmãs franciscanas. As construções anexadas são marcos visíveis na rua Klosterstraße, número 81. Se une à Igreja e o mosteiro, também em Dillingen, o Estudantado de Nossa Senhora da Glória, na rua Kardinal-von-Waldburg-Straße, número 5. Na região administrativa da baixa-Baviera (al. Niederbayern), mais precisamente no distrito de Regen, está localizado o município de Frauenau. Frauenau ocupa parte da Floresta Bávara e possui Maria Himmelfahrt como padroeira. A paróquia dedicada à Mãe de Jesus se encontra na rua Kirchweg, número 13. De igual modo, próximo à fronteira da Alemanha com a República Tcheca, está o distrito de Cham. Vizinho à Regen, Cham comporta a município de Furth im Wald, como parte da administração bávara de Oberpfalz. Sua paróquia dedicada à Assunção de Maria está localizada na Kirchplatz, número 1, na confluência das ruas Burgstraße, Lorenz-Zierl-Straße e Waldschmidtstraße.²⁴⁴ Em outros estados alemães a devoção é

²⁴³ A Suábia (al. Schwaben) foi uma antiga região germânica, autônoma politicamente e localizada atualmente à sudoeste da Alemanha onde se encontram as fronteiras dos Estados da Baviera e Baden-Württemberg. Com a dissolução do território, o distrito de Dilling passou a pertencer à administração bávara. A antiga administração política dessa região, compreendia quase todo o atual Estado de Baden Württemberg e detinha sua fronteira muito próxima à cidade de Mudau, localizada ao extremo norte do Estado, de onde vieram 8,2 do total de imigrantes, como vimos no capítulo anterior.

²⁴⁴ As demais construções consagradas à Maria Himmelfahrt pertencentes ao Estado da Baviera são: a Igreja paroquial do município de Fridolfing, na rua Marienstraße número 7; a Igreja da cidade de Grafenau, na Baixa-Baviera, situada na rua Hauptstraße número 17 e na antiga Suábia, na cidade de

presente também na Renânia (al. Rheinland Pfalz),²⁴⁵ na Vestfália (al. Nordheim Vestphalen),²⁴⁶ na Baixa-Saxônia (al. Niedersachsen)²⁴⁷ e no Estado de Sarre (al. Saarland).²⁴⁸

Em território alemão, a devoção à Nossa Senhora da Glória é relevantemente celebrada em algumas partes da Baviera e no Estado do Sarre, onde é decretado feriado. Já no Estado de Nordheim Vestphalen, onde apesar de haver forte devoção popular, a jornada é considerada de trabalho normal. O governo bávaro dispensa o descanso do trabalho mediante ao censo religioso realizado periodicamente. Onde há maior número de fiéis católicos, a cidade obedece a guarda religiosa. Por outro lado, onde há um maciço número de cristãos protestantes, maior que o de católicos, é então decretado como dia comum. De acordo com o último censo realizado em 2019, das 2.056 municipalidades na Baviera, 1.074 receberam o dia de folga, por conterem maior número de cristãos católicos. Estes números podem ser verificados no banco de dados e estatísticas cedido on-line pelo governo.²⁴⁹

Também se celebra o dogma da Assunção de Maria na Áustria, onde o governo decreta feriado em todo o território nacional. Em território austríaco, especificamente no Tirol, a devoção à Nossa Senhora da Glória é típica em toda a região. No entanto,

Memmingen está a Igreja de Maria Himmelfahrt, na rua Augsburgener Straße, número 14. Em Vilbsburg, não só o município possui a devoção à Nossa Senhora da Glória, mas, todo o distrito. A paróquia encontra-se na rua Kirchstraße número 15. E por fim, só na municipalidade de Landesberg am Lech existem três igrejas dedicadas à Assunção de Maria: a Matriz Paroquial, situada na rua Am Krachenberg número 11, a capela da rua Kirchenstraße número 2 e a Igreja homônima localizada na rua Ludwigstraße, número 167.

²⁴⁵ No Estado da Renânia Palatinado (al. Rheinland Pfalz), destacamos nesta pesquisa três igrejas cuja devoção à Assunção da Virgem é lembrada pelo povo católico: a paróquia sita na rua Hauptstraße, número 150 do município de Herxheim bei Landau, pertencente ao distrito homônimo; a igreja de Hachenburg, distrito de Westerwaldkreis, localizada na rua Salzgasse, número 11 e o templo situado na rua Pfarrer-Rodelstürtz Straße do município de Mülheim, distrito de Bernkastel-Wittlich. Aqui também fazemos constar a proximidade do Estado de Rheinland-Pfalz com o Estado de Hessen, com o qual guarda fronteira. Aliás, muitas das cidades de origem dos imigrantes hessianos contratados por Mariano Procópio, atualmente são pertencentes ao Estado da Renânia Palatinado. São os casos de Armsheim, Wendelsheim, Hochborn (antiga Blödesheim), Weisenau, Büdesheim, por exemplo. Os hessianos que por sua vez, somavam o segundo maior grupo de imigrantes contratados: 24,6%, como vimos no capítulo anterior.

²⁴⁶ O Estado da Renânia do Norte (al. Nordheim Vestphalen) temos a segunda maior igreja de Colônia, dedicada à Nossa Senhora da Glória, ficando atrás apenas da famosa Catedral gótica. Ela está localizada na rua Marzellenstraße, número 30.

²⁴⁷ Como exemplar da devoção à Assunção de Nossa Senhora na Baixa Saxônia (al. Niedersachsen), encontra-se a importante Catedral de Hildesheim. O templo medieval é considerado Patrimônio Mundial da UNESCO e está localizado na rua Domhof, número 31134.

²⁴⁸ Por fim, no Sarre (al. Saarland), a devoção à Nossa Senhora da Assunção é externada em festas e rituais litúrgicos da comunidade de Roden. A igreja se encontra na Donatusstraße, número 33.

²⁴⁹ Vede: https://www.statistik.bayern.de/statistik/gebiet_bevoelkerung/zensus/himmelfahrt/index.php

nos parece ainda mais latente na região administrativa de Bozen (it. Bozano), território atualmente ocupado pela Itália. O brasão da cidade de Bozen é composto de um escudo branco e uma faixa vermelha no meio. As cores representam o tingimento invertido da casa austríaca dos Habsburgo. A estrela de seis pontas está sobre a faixa vermelha e ocupa a parte central do brasão de armas. Ela simboliza a Stella Maris (estrela de Maria), onde a devoção à Assunção é o cerne da vida social e religiosa de seus habitantes.



Figura 28: Brasão atual de Bozen (esquerda)²⁵⁰ e Brasão antigo de Bozen (direita).²⁵¹

O brasão remonta ao século XIV, quando Bozen obteve certa autonomia em relação à Trento.²⁵² Foi neste período em que foi concedido pelo governo austríaco

²⁵⁰ Selo em cera vermelha remetendo ao atual brasão da cidade de Bozen, no Tirol. Nele está contido o escudo cercado por raios, com o brasão de armas da cidade representando uma banda carregada com a estrela de seis pontas. Envolto ao escudo a inscrição: "*s(igillvm) . des . rats . lant/gerichcz . statg/erichcz . ze . potzen*" que significa: "*selo do conselho, julgamento distrital e julgamento do cidadão de Bolzano*". Este selo também está presente em um documento na forma de pergaminho datado de 1488, referente ao testamento do falecido cidadão bozano Peter Rotenpuecher e firmado pelo tabelião cívico Johannes Rungkär. Sobre esse assunto, ver: PFEIFER, Gustav. 'Sanctus Vigilius' e 'stella maris'. *Sigilli e stemmi della città di Bolzano nel Medioevo*; Página: 163. Ver também: Magnifica Comunità di Fiemme. *Inventario dell'archivio (1234-1945)*, a cura di Marcello Bonazza e Rodolfo Taiani, Cavalese, Magnifica Comunità di Fiemme, página: 21.

²⁵¹ Esta imagem foi colhida através do arquivo de antigos brasões da nobreza e dos municípios do Tirol. O arquivo está digitalizado, disponível on-line através do portal: <http://wappen.tiroler-landesmuseum.at> e é um projeto da biblioteca do Tiroler Landesmuseum Ferdinandeum, em cooperação com a oficina de imagens AltNeuland, em Innsbruck.

²⁵² De 1260 até o século XIV, a região de Bozen era governada pelos Príncipes-Bispos de Trento. A partir de então, a jurisdição interna da cidade foi transferida para o duque da Áustria, sob "*dominus terrae*". Sobre isso, ver: *The Coat of Arms. The journal of the Heraldry Society. Third Series – Volume*

junto ao duque Leopoldo III o privilégio de conselho. O Privilégio de Conselho garantia aos cidadãos a livre escolha do concelho municipal. Com isso, um novo brasão foi criado, recebendo embasamento jurídico em 24 de julho de 1381. O novo selo buscava substituir o antigo, que até o século XIII trazia São Virgílio, padroeiro episcopal de Trento.²⁵³ Atualmente esta região permanece como parte integrante do território italiano devido aos desdobramentos da Primeira Guerra Mundial. No entanto, apesar de não haverem migrado austríacos oriundos da região de Bozen para Juiz de Fora, o Tirol mantém sua unidade territorial culturalmente enraizada no imaginário coletivo, tanto dos sul-tirolezes, quanto dos tirolezes do norte e centro. Esse sentimento patriótico e regionalista é motivo ainda hoje de movimentos separatistas no “tirol italiano”, para a retomada de sua histórica unidade territorial e consequente pertencimento à República da Áustria, outrora, Império dos Habsburgo.²⁵⁴



Figura 29: Co-Catedral de Nossa Senhora da Glória em Bozen, Tirol (esquerda)²⁵⁵ e altar mor da Catedral Basilica-Menor de Nossa Senhora da Glória em Brixen, Tirol (direita).²⁵⁶

VI, 2010. Part 2. Página 90. Disponível em: <https://www.theheraldrysociety.com>. Acessado em: 08 de dezembro 2020.

²⁵³ Informações extraídas do artigo disponível no portal on-line da cidade: <https://www.gemeinde.bozen.it>. Acessado em: 08 de dezembro de 2020.

²⁵⁴ Sobre isso, ver informações mais detalhadas e complementares em dois artigos escritos pelo Professor Misael Dalbosco que podem ser acessados no portal on-line “Tirolezes no Brasil”: <https://tirolezes.com.br/2016/05/16/o-trauma-da-divisao-do-tirol/> e <https://tirolezes.com.br/2017/07/27/mapas-historicos-do-tirol/>.

²⁵⁵ “Dom Maria Himmelfahrt”. Foto tirada em 11 de maio de 2015 pelo fotógrafo amador renano Tuxyso. Disponível em: <https://www.commons.wikimedia.org>. Acessado em 15 de dezembro de 2020.

²⁵⁶ “Hochaltar des Doms Mariä Himmelfahrt, Brixen, Provinz Bozen (Südtirol), Region Trentino-Südtirol, Italien”. Foto tirada em 19 de setembro de 2016, às 13:17h pelo fotógrafo Zayron. Disponível em: <https://www.commons.wikimedia.org>. Acessado em 15 de dezembro de 2020.

Outro fator interessante que nos possibilita pensar essa forte devoção tirolesa é o fato de que a administração eclesiástica daquela região se divide em dois núcleos apostólicos. São eles, a diocese de Bozen-Brixen (it. Bolzano-Bressanone). Isto significa que duas catedrais coexistem em territórios próximos: a co-Catedral de Maria Himmelfahrt em Bozen e a Catedral Basílica-Menor dedicada também à Nossa Senhora da Glória e São Cassiano em Bressanone. A construção da co-Catedral de Maria Himmelfahrt em Bozen acompanhou, por assim dizer, o desenvolvimento político e econômico da cidade. Por consequência do significativo crescimento populacional, a construção teve início nos primórdios do século XIV²⁵⁷, sendo as obras concluídas na primeira metade do século XVI com a construção da torre gótica pelo mesmo construtor da Catedral de Augsburg, o arquiteto badênio Burkhard Engelberg.²⁵⁸

III. III – As Capelas da Companhia União e Indústria.

Com a demanda parcialmente sanada, as atenções do comendador voltaram-se para a construção de um templo, onde seus contratados pudessem manter assim, seus costumes e tradições religiosas. “A edificação de um templo protestante, a criação de escolas a aquisição de um pastor espiritual são necessidades que estão em via de satisfação, havendo recebido do governo imperial a mais decidida proteção.”²⁵⁹ Aliás, este era um direito previsto na condição sexta do contrato assinado com o Governo Imperial por meio da Repartição Geral de Terras Públicas, (vede capítulo anterior). Para tanto, a Companhia providenciou duas capelas para os cultos e ofícios divinos. Como veremos a seguir, uma delas era canonicamente consagrada de acordo com as tradições católicas e provavelmente dedicada à Maria Himmelfahrt. Tratam-se da Capela da Estação e da Capela da Boa-Vista. Ambas precederam a Capela de Nossa Senhora da Glória erguida posteriormente no alto do Morro da

²⁵⁷ KLETZL, Otto. *Das Leitacher Törl an der Pfarrkirche von Bozen*. In: *Veröffentlichungen des Museums Ferdinandeum 18* (1939). Arquivos digitalizados do referido artigo gentilmente organizados e cedidos ao autor pelo Magister Christoph Ampferer, da Biblioteca do Museu Regional Tirolês Ferdinando (*Tiroler Landes Museen Ferdinand*) em 10 de dezembro de 2020.

²⁵⁸ Bischoff, Franz: Burkhard Engelberg. "der vilkunistreiche Architector und der Statt Augspurg Wercke Meister"; [Burkhard Engelberg und die süddeutsche Architektur um 1500; Anmerkungen zur sozialen Stellung und Arbeitsweise spätgotischer Steinmetzen und Werkmeister] (= Schwäbische Geschichtsquellen und Forschungen; 18), Wißner-Verlag 1999. In: Achim Timmermann, Pág: 02. Artigo disponível para download em: <https://arthist.net>. Acessado em: 09 de dezembro de 2020.

²⁵⁹ Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia União e Indústria em 02 de março de 1860 pelo Diretor-Presidente da mesma. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve E. C. Rua do Ouvidor, nº 65. Pág: 12.

Gratidão. Assim carências não eram apenas dos colonos protestantes que sofriam a falta de um templo. Também os colonos católicos careciam de um espaço mais próximo da colônia e um sacerdote oriundo da mesma matriz linguística que a deles.

Nós estamos aproximadamente a uma hora da cidade de Juiz de Fora e podemos ir lá na Igreja aos domingos. Há dois sacerdotes, um branco e um negro, mas nenhum fala alemão. [...] A missa é normalmente igual a daí, mas não se entende nada, a não ser “absolvição geral.”²⁶⁰

Na carta acima, enviada aos seus familiares na Áustria, o tirolês Alois Eiterer explicita as dificuldades que os católicos tinham no exercício de sua religião. Não só ele, mas também um conterrâneo seu, vindo na mesma barca, a Gundela, deixa claro as intenções daquele grupo de sanar o mais breve possível as necessidades espirituais daquele grupo. Trata-se de Joseph Kosmos Kelmer citado anteriormente, o patriarca natural de Thaur, advindo de Volders, no Tirol.²⁶¹

III. III. I – A Capela Provisória da Estação.

As carências dos colonos expressadas por Joseph Kosmos justificam-se, pois, de maneira primitiva, o espaço usado para os ofícios religiosos desde a chegada dos colonos era um antigo galpão onde funcionava o armazém da Companhia. Esse antigo galpão estava situado nas imediações da Estação de Juiz de Fora (Figura 7), mais precisamente de frente à atual Quarta Brigada de Infantaria Motorizada do Exército, na Rua Mariano Procópio (vede o ponto 4 identificado no mapa do Capítulo I, figura 12). Além de inapropriado o espaço, o Vigário Pe. Tiago Mendes Ribeiro era quem ministrava os sacramentos aos católicos. Apesar de canonicamente válidos, os colonos nada compreendiam das orações. Os luteranos, por sua vez, serviam-se do Sr. Julius Theodor Waltenberg, contratado pela Companhia para o ofício de professor da Escola Primária da Colônia.²⁶² Mormente esta era a configuração de ministros que atendiam religiosamente os colonos germânicos. O rotineiro caso escapou durante o

²⁶⁰ Carta de Alois Eiterer publicada no jornal *Bothe für Tirol und Vorarlberg* nº 293, de 23 de dezembro de 1858 – pág: 1273. In: COUTO, 2016. op. cit. p. 48.

²⁶¹ “*Os colonos tem apenas um desejo, conseguir um padre tirolês que fale alemão, que a eles distribuiria o Santo Sacramento e ensinaria seus filhos, eles iriam de bom grado construir uma igreja, uma casa para ele e um jardim, e também manter um animal de montaria, se ele assim desejasse.*” Carta do patriarca Joseph Cosmos Kelmer aos seus parentes em Thauer bei Hall no Tirol publicada no jornal *Bothe für Tirol und Vorarlberg* nº 220, de 25 de setembro de 1860 – pág: 04. In: COUTO, 2016. op. cit. p. 57.

²⁶² Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia União e Indústria em 15 de Junho de 1861 pelo Diretor-Presidente da mesma. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve E. C. Rua do Ouvidor, nº 65. Anexo 10.

ano de 1862. O Pastor Ströle²⁶³ de Petrópolis havia vindo à Juiz de Fora para assistir aos luteranos da Colônia Dom Pedro II e celebrar um matrimônio.²⁶⁴



Figura 30: Os primeiros pastores a prestar assistência à Colônia Dom Pedro II.²⁶⁵

As visitas esporádicas de pastores petropolitanos de língua alemã, passou a ser comum nas terras da Companhia, haja vista a chegada do Pastor Benhrard Pflüger²⁶⁶

²⁶³ “Georg ‘Gottlob’ (Gottliebe) Ströle nasceu em 19 de fevereiro de 1834 em Berlenningen, Württemberg, na Alemanha. Desde 1856, fez o curso de teologia em Basiléia, na Suíça. No dia 26 de dezembro de 1861, foi ordenado em Kircheim/Teck. Partiu em 12 de fevereiro de 1862 da Basiléia, embarcando em Le Havre a 16 de fevereiro de 1862 num veleiro, chegando ao Rio de Janeiro no dia 05 de abril. Em dezembro do mesmo ano, vieram sua noiva, Lisette Bretschert, a mãe dela e seu irmão Frederico. A bênção matrimonial realizou-se em Petrópolis, no dia 21 de dezembro de 1862, sendo celebrante o Pastor Hermann Bilroth do Rio de Janeiro. A vinda do Pastor Ströle ao Brasil, assim como a de outros, deveu-se ao enviado da Suíça, o Ministro Von Tschudi. Devido ao seu precário estado de saúde, retornou à Europa, embarcando no dia 29 de abril de 1866. Já no Velho mundo, ainda exerceu o ministério como Pároco da Comunidade de Fleurier, em Kanton Neuenburg, na Suíça e de duas Comunidades na Alemanha: a de Geisselhart e a de Warth, O. A. em Nagold, Württemberg, onde faleceu no dia 30 de novembro de 1899. Foi o incentivador da construção do templo, para o qual se dedicou de corpo e alma, sendo a quem a Comunidade de Petrópolis deve muito.” Informações retiradas do livreto comemorativo ao 1º Centenário da Inauguração da Igreja Evangélica de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro – 24 de Maio de 1963. Páginas: 07e 13.

²⁶⁴ Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia União e Indústria em 07 de maio de 1863 pelo Diretor-Presidente da mesma. Rio de Janeiro, Typ. do Correio Mercantil. Rua da Quitanda, nº 55. Página 01.

²⁶⁵ Festschrift der Deutsch-Evangelischen Gemeinde in Petropolis. Zur Erinnerung an die Einweihung der Kirche am 24. Mai. 1863. (1863-1913) Druckerei der Nachrichten – Avenida 15 de Novembro, 341. Petrópolis. Acervo pessoal de Salcio Juliano de Moraes Del Duca, cedido para esta pesquisa.

²⁶⁶ “Benhard Pflueger - Teve sua formação teológica na casa de Missão em Basiléia, Suíça. Missionário Pflueger e mais um colega foram os primeiros a serem enviados desta casa missionária para o Brasil.

²⁶⁷ no ano anterior para celebrar 8 uniões entre os contratados de Mariano Procópio.²⁶⁸ Devido a insistência daqueles germânicos protestantes, que reivindicavam a presença de um sacerdote, o Governo Geral oficializou o referido Pastor Ströle a prestar-lhes atendimento uma vez ao mês.²⁶⁹ Além disso, também proveu de que um padre exercesse a mesma atividade missionária em favor dos colonos católicos.²⁷⁰

Enquanto as pretensões de um templo próximo, de ambos os cultos, não se satisfaziam, muitos dos contratados - católicos e luteranos, batizavam seus filhos e contraíam matrimônio na Capela provisória. Foi o caso do imigrante Jacob Gerheim de 21 anos e sua noiva Henriette Christina Kähler de 16 anos. A cerimônia teve lugar no dia 14 de setembro de 1866, “na Estação de Juiz de Fora” (Figura 7).²⁷¹ Ambos professavam a fé luterana e cruzaram o oceano com suas famílias em 1858. Jacob era o quinto dos seis filhos de Heinrich Gerheim I e Christina Stumpf. Com eles, deixaram o pequeno vilarejo de Wendelsheim, na cidade de Darmstadt, Grão-Ducado de Hessen, seus irmãos: Heinrich II, Philipp, Peter, Margaretha e Johann. Jacob nascera na dita Heimat no dia 23 de maio de 1845. Sua família esteve a bordo do Veleiro Tell, o primeiro a atracar no Porto do Rio de Janeiro.

Chegaram ao Rio de Janeiro em 19 de outubro de 1861. O soldo foi garantido pelo Governo Imperial. O missionário Pflueger foi enviado para a Comunidade de Rio Novo, no Espírito Santo. Em 1866, assumiu a Comunidade de Petrópolis, retornando em 1871 (1870) para a Suíça. Trabalhou ainda até 1906, se aposentou, e no ano de 1907 veio a falecer em Thurgau.” Trecho retirado do livro: KERSTEN, Hans. *Comunidade Luterana em Petrópolis: 160 anos – 1845-2005*. Petrópolis: Gráfica Primo's, 2005.

²⁶⁷ Segundo Hans Kersten, ao assumir a Comunidade Petropolitana, sucedendo ao Pastor Georg Gottlieb Stroelle, o Pastor Benhard Pflueger retornou para a Alemanha em 21 de dezembro de 1870, motivado por desavenças com a Comunidade, a qual não conseguiu gerir. Sobre isto, ver: KERSTEN, op. cit.

²⁶⁸ Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia União e Indústria em 30 de abril de 1862 pelo Diretor-Presidente da mesma. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve E. C. Rua do Ouvidor, nº 65. Anexo 09.

²⁶⁹ E assim se deu o ministério do Pastor Ströle da comunidade Evangélica luterana de Petrópolis na Colônia Dom Pedro II. Suas visitas missionárias mensais eram subsidiadas pela gratuidade de tráfego na Estrada e uso das diligências da Companhia União e Indústria, que além disso oferecia-lhe o valor de 400\$ por ano. Sobre isto, ver: Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia União e Indústria em 03 de fevereiro de 1868 pelo Diretor-Presidente da mesma. Rio de Janeiro, Typ. do Correio Mercantil. Rua da Quitanda, nº 55. Página 16.

²⁷⁰ Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia União e Indústria em 07 de maio de 1863 pelo Diretor-Presidente da mesma. Rio de Janeiro, Typ. do Correio Mercantil. Rua da Quitanda, nº 55. Página 03.

²⁷¹ Livro de Casamentos da Paróquia Nossa Senhora da Glória 1858-1939. Arquivo Arquidiocesano de Juiz de Fora. Termo 06.



Figura 31: Henriette (Henriqueta) Christina Kähler.²⁷²

Já sua jovem noiva Henriette, provinha de Dorfgarten no Holstein, norte da atual Alemanha. Seus pais Hans Kähler e Catharina Schuster com os quais estava acompanhada, por muito tempo não tiveram residência fixa na Europa e migravam de um município a outro entre os Estados de Schleswig e Holstein, que atualmente se configuram em regiões unificadas administrativamente no Bundes alemão. Até migrarem para o Brasil, Hans e Catharina tiveram juntos seis filhos e Henriette era a terceira entre eles, nascida em 19 de outubro de 1849, na antiga vila de Elmschenhagen, na cidade de Kiel, Schleswig. Junto de seus pais, compartilhou com

²⁷² Fonte: ZIMMERMANN, op. cit., p.30. Foto digitalizada e trabalhada visualmente por Roberto Dilly e cedida gentilmente para fins deste trabalho.

os cinco irmãos a travessia do Atlântico a bordo do veleiro Rhein. Na sequência eram eles: Margaretha Dorothea, Dorothea, Anna, Claus Nicolau Heinrich e Detlef Kähler.²⁷³

Ocorreu, pois, um processo de socialização de modo semelhante ao vivido pelo cemitério da Glória. Este espelhou a vivência religiosa e a administração dessa questão pela Companhia, somando à Capela Provisória, o aspecto coletivo de uso do espaço. Este fator por si só apresentava um avanço num período da história do Brasil em que jamais cogitou-se a hipótese do diálogo ecumênico entre católicos e luteranos.

III. III. II – A Capela da Villagen.

Em 1864, mais precisamente no dia 29 de outubro, a Companhia União e Indústria assinou um contrato com o Governo Imperial visando renovar a provisão da Colônia Dom Pedro II. Esse contrato previa além de outras cláusulas, a liquidação da dívida dos colonos em seu artigo segundo, o estabelecimento de 50 famílias de colonos brasileiros a fim de sanar o número de prazos vagos e a fundação da Escola Prática de Agricultura.²⁷⁴ Para esse último objetivo, Mariano Procópio tratou de estabelecer contatos junto ao Dr. Werneck, cônsul brasileiro na Suíça, para contratar na Europa àqueles capacitados em montar e gerenciar um estabelecimento daquele porte.²⁷⁵ Em síntese, a empresa haveria de deter posse de duas instituições escolares: a Escola de Ensino Primário e a Escola Prática de Agricultura.

²⁷³ Informações obtidas através do livro dos imigrantes contratados pela Companhia, pertencente ao Instituto Teuto-Brasileiro William Dilly: Avenida Getúlio Vargas, 455 - 3º andar, 36010110, Centro, Juiz de Fora-MG.

²⁷⁴ Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia União e Indústria em 25 de janeiro de 1865 pelo Diretor-Presidente da mesma. Rio de Janeiro, Typ. do Correio Mercantil. Rua da Quitanda, nº 55. Página 04.

²⁷⁵ Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia União e Indústria em 31 de janeiro de 1866 pelo Diretor-Presidente da mesma. Rio de Janeiro, Typ. do Correio Mercantil. Rua da Quitanda, nº 55. Página 13.



Figura 32: A Capela da Villagen (à esquerda) e o sobrado (ao centro) que serviram para a Escola Primária e residência dos professores Sebastian Klaeser e sua esposa e Julius Theodor Waltenberg. À direita, o edifício de dois pavimentos da Escola Agrícola. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>. Acessado em: 12 de abril de 2021.

A Escola de Ensino Primário para os filhos dos colonos, de ambos os sexos ocupou o espaço de dois imóveis, construídos no ano de 1860. As propriedades foram planejadas e erguidas para comportarem um número esperado de 200 alunos cada. Para tanto, além do Professor Julius Theodor Waltenberg - contratado para lecionar às crianças luteranas pela importância de 600\$000 anuais, a Companhia também se viu obrigada a contratar professores que lecionassem aos menores de origem católica. Ficaram a par deste encargo o Professor Sebastian Klaeser e sua esposa, recebendo a quantia de 1:500\$000 por ano. Coube à Sra. Klaeser ensinar além do ensino primário às meninas, também “*os diversos trabalhos de agulha que tão necessários são para esse sexo.*” Os três mestres fixaram residência nos cômodos devidamente reservados para eles nos edifícios da escola e iniciaram seus trabalhos no ano de 1861.²⁷⁶ Além das escolas e residências dos professores, tomou parte o uso de ambos

²⁷⁶ Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia União e Indústria em 15 de Junho de 1861 pelo Diretor-Presidente da mesma. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve E. C. Rua do Ouvidor, nº 65. Página: 51.

como templos: um católico e outro luterano. Desta forma, as distâncias entre as igrejas iam desaparecendo e facilitando as práticas religiosas dos imigrantes. O local estava situado na antiga aldeia da Villagen da Colônia, atual Rua Bernardo Mascarenhas, bairro Fábrica.²⁷⁷

III. III. III – A Primeira Capela de Nossa Senhora da Glória.

Com os locais de cultos estabelecidos e a ocorrência dos mesmos, de ambos os credos, formou-se comissões para a gestão dos espaços e a organização das liturgias.²⁷⁸ Compostas pelos próprios imigrantes, a Comissão Para o Culto Católico e o Culto Evangélico Mariano Procópio já eram reconhecidos pela Companhia União e Indústria em 1864, quando a empresa recebeu do Governo Imperial, uma série de benesses para a liquidação de suas dívidas. Entre elas:

A continuar na direção da Colônia Dom Pedro II, mantendo-a a expensas suas, e renunciando a qualquer auxílio do Governo Geral as Escolas atuais e o Culto Católico e Protestante, enquanto não for a mesma Colônia emancipada.²⁷⁹

A composição inicial dessas comissões permanece-nos oculta por falta de documentações.²⁸⁰ No entanto, um grupo formal de colonos luteranos foi reunido para se dirigir ao Imperador que se encontrava em Juiz de Fora por ocasião da inauguração da Estrada União e Indústria, em 23 de Junho de 1861. Este grupo foi composto pelo artífice Heinrich Julius Griese, Peter Schubert, Anton Munck, Christian Lempke, Peter Gerheim e Max Engels.²⁸¹ Segundo Oscar Kappel, entre as demandas apresentadas por eles, estava a falta de um pastor que lhes instruisse na religião, o que não tardou

²⁷⁷ Sobre a localização exata da Escola Primária, residência dos professores e ambos os templos, ver quadro referente à natureza das propriedades e suas dependências da Companhia União e Indústria, anexado na página 04 do Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia União e Indústria em 31 de janeiro de 1866 pelo Diretor-Presidente da mesma. Rio de Janeiro, Typ. do Correio Mercantil. Rua da Quitanda, nº 55.

²⁷⁸ O pesquisador Wilson de Lima Bastos em sua obra faz referência ao Revmo. Padre Cornélio, C.Ss.R., o qual defendia a ideia que a primeira capelania católica teria sido instituída em 1861. Na mesma ocasião, menciona o já conhecido Luiz José Stehling contrapondo a visão de Pe. Cornélio, C.Ss.R. ao sustentar a fundação da capelania em 1869. Sobre isto, ver: BASTOS, op. cit. p. 163. Ver também: STEHLING, op. cit., p. 268.

²⁷⁹ Decreto nº 3.325 firmado pelo Governo Imperial no dia 10 de setembro de 1864, artigo 2º § 2º. In: STEHLING, op. cit., p. 238.

²⁸⁰ Segundo afirma Stehling, baseando-se na nota emitida pelo Jornal do Comércio, nº 3.707 de 23 de agosto de 1908, a primeira diretoria do Culto Católico Mariano Procópio foi formada pelos senhores “Paulo Lenz, José Kelmer, Jacob Berg, Carlos José Mechler, Jacob Hees, Balthazar Weidt e Luiz Dilly.” Porém, na mesma nota, o periódico afirma que a comissão foi fundada somente em 1869, referindo a este ano, a mencionada composição. Sabemos, pois, através da citação acima no texto, que o Culto Católico já era antes reconhecido. Ver: STEHLING, op. cit., p. 268.

²⁸¹ KAPPEL, op. cit., p. 37.

a sanar-se, como vimos anteriormente. Por sua vez, foi sob a administração do Culto Católico que se deu a organização da comunidade religiosa católica da Colônia Agrícola Dom Pedro II e da Villagen, mas, sobretudo, do povoado que florescia nas imediações do Cemitério da Glória, na extensão atual do Largo do Riachuelo, atingindo o Morro da Glória (Avenida dos Andradas) e o bairro Mariano Procópio. Logo o espaço da Capela Provisória da Estação fora devidamente consagrado pelo Ritual Romano, e assim, a capela dispôs-se mais apropriada para a realização das missas e a ministração dos sacramentos. Igualmente devido a carência de fontes, não podemos precisar o ano de sua consagração. Porém, sabemos que ela se deu no período anterior ao ano de 1878²⁸² e através da análise de retórica aristotélica, pelo *Tekmerion*,²⁸³ podemos concluir que a Capela Provisória da Estação esteve sob o patrocínio de Nossa Senhora da Glória, uma vez que tal devoção já havia se estabelecido pelos imigrantes católicos naquela região e se consolidado na sagração do antigo Cemitério da Companhia União e Indústria. Podemos considerar esta, uma eficaz contribuição para a historiografia local, uma vez que, é amplamente pressuposta de forma equivocada, a existência da primeira capela da Assunção de Maria após 1878.²⁸⁴

²⁸² Segundo o livro de tomo do antigo curato de Nossa Senhora da Glória, página 7, em maio de 1878, foi concedida aos colonos sob a orientação do Culto Católico, a autorização de erguer uma nova Capela sob a invocação de nossa Senhora da Glória. Tal ação dever-se-ia às custas de desconsagrar a antiga, existente nas imediações da Estação de Juiz de Fora (Figura 7), próxima ao atual Museu Mariano Procópio. Tratava-se da Capela Provisória da Estação, situada na atual rua Mariano Procópio. Logo, sua consagração já havia sido realizada. Sobre isso, veremos mais adiante nesta pesquisa.

²⁸³ Aqui fazemos um exercício de legitimação do caráter histórico da nossa narrativa ao invocar as contribuições de Aristóteles, buscando congrega a conformidade das fontes à um determinado ponto de vista da realidade. Em síntese, buscar através deste exercício, tornar possível o conhecimento histórico. O *Tekmerion* é uma das bases do *Entimema*, que por sua vez, corresponde à indução retórica e ao silogismo dialético. *Terkmerion* são, pois, os signos necessários capazes de fornecer conclusões irrefutáveis. Isso, visto que, pressupõem o menor número de premissas ou hipóteses. Ainda que nossa análise apenas parta do *Tekmerion*, estaríamos constituindo por si mesmo o caráter histórico de nosso epílogo. Além dos elementos supracitados no texto, o documento de concessão do terreno cedido aos imigrantes enfatiza que sua finalidade seria “*para construir à sua custa uma nova capella sob a invocação de Nossa Senhora da Glória.*”

²⁸⁴ Sobre isto, Luiz José Stheling talvez seja o único que justifica esse parecer histórico ao mencionar: “*Ao lado da Estação de Diligências Juiz de Fora, a Companhia União e Indústria contruiu uma capela em louvor à N. S. da Glória no local onde está a casa nº 871, na rua Mariano Procópio, em frente ao serviço de Rádio da 4ª Região Militar.*” Sobre isto, ver: STEHLING, op. cit., p. 267. Por outro lado, o Informativo Paroquial Novo Tempo, da Paróquia Nossa Senhora da Glória, traz em sua edição comemorativa aos 90 anos de elevação do antigo curato à Paróquia, um texto em que menciona a capela posterior do Morro da Gratidão como “*a primeira capela erguida em honra à Nossa Senhora da Glória.*” Igualmente não deixa de ser uma informação verídica, visto que a Capela anterior dedicada à Assunção de Maria não tinha sido erguida, mas improvisada de um antigo armazém. No entanto, aquela não tinha sido o primeiro templo em sua honra. Sobre isto, ver: Novo Tempo: Informativo da Paróquia Nossa Senhora da Glória – Ano 16 – nº 171 – Fevereiro de 2014. Página: 05. O mesmo equívoco é confirmado na obra de Ivone Zimmermann, que ao narrar a trajetória religiosa dos antigos imigrantes

III. IV – Identidade em Questão: Paridades e Disparidades

É importante enfatizar que essas comissões não detinham até então a posse dos bens para fins religiosos da Companhia. A doação legal das capelas e do Cemitério aos Cultos Católico e Evangélico ocorrerá somente alguns anos mais tarde, em junho de 1885. A influência de tais associações se restringia apenas na gestão dos espaços sagrados. Não obstante a devoção à Nossa Senhora da Glória, os colonos passaram a caracterizar gradativamente seu espaço, no ambiente doméstico e na vivência religiosa, transparecendo características culturais próprias de suas respectivas identidades trazidas da Europa.

A cada intervalo de dez ou doze milhas, encontra-se uma muda de animais descansados em elegantes estações em forma quase sempre de chalés suíços. Esses postos são quase todos mantidos por colonos alemães, outrora contratados no seu país de origem para a construção da Estrada. [...] Em todos os lugares que os pequeninos núcleos de colonos alemães se agrupavam, embaixo das colinas, percebem-se viçosos jardins com flores e hortas de legumes e casinhas muito limpas em que tudo indica a economia e o amor do conforto interior, virtudes que caracterizam por toda parte o bom camponês da Alemanha.²⁸⁵

De forma particular, os tirolezes contratados em 1858 para a Colônia Dom Pedro II, trouxeram consigo um traço cultural bastante específico da identidade alpina: o regionalismo que havia se consolidado como marca indissociável daqueles imigrantes. Podemos explicar este fenômeno através de três fatores: a fidelidade à Casa Imperial de Habsburgo, ao latente catolicismo e a chamada Insurreição Tirolesa de 1809 como processo de afirmação histórica de sua unidade territorial. Como expomos anteriormente, era demasiado sentida a ausência de um sacerdote católico que linguisticamente os compreendesse e assim, ministrasse a eles os sacramentos. Detendo as rédeas administrativas e sob o patrocínio da Companhia União e Indústria, o Culto Católico providenciou a contratação de um ministro ordenado para estes fins. Fazendo valer a influência regional dos tirolezes, chegou ao Brasil no ano de 1869, o Frei Capuchinho Emmerich Hofer, vindo de Prags, no Tirol. Segundo consta no livro de tombo do antigo Curato da Glória, o reverendo aparentemente apresentava parentesco com o icônico líder taberneiro de Sankt Leonhard, Capitã Barbon, Andreas

germânicos, altera palavras e ainda acrescenta uma vírgula no mesmo documento de que dispomos para constatar a existência da primeira capela de Nossa Senhora da Glória. Tal alteração no documento configurou-se num erro crasso que leva o leitor a constatar o segundo templo dedicado à Assunção de Maria como sendo o primeiro. Assim descreve: “*para construir nova igreja, sob a invocação de Nossa Senhora da Glória.*” Sobre isto, ver: ZIMMERMANN, op. cit., p. 329.

²⁸⁵ AGASSIZ, Luis e AGASSIZ, Elizabeth Cary. Viagem ao Brasil (1865-1866). Brasília, Senado Federal, 2000. Página: 82.

Hofer. Em outras oportunidades, esse patriotismo tirolês também se fez presente, como nos aponta a jornalista Rita Couto, ao destacar a presença da família Larcher no espetáculo teatral apresentado em 20 de Julho de 1884.

[...] Prova disso é a sua presença e de sua esposa no espetáculo teatral “O ‘Imperador José II e a filha do sapateiro’, apresentado pela ‘Sociedade Dramática Allemã.’ Luiz Klotz atuou como Mestre Schopfinger e Josefa Larcher como Kathi, sua filha. Mathias Larcher, irmão de Josefa, foi o ‘Krautkopf’, ou seja, o repolho. É interessante salientar que o hino nacional austríaco foi executado antes e depois da apresentação, que foi feita em língua alemã.²⁸⁶

Os luteranos, por sua vez, resguardavam seu *modus vivendi* a partir da fé, como experiência comum e priorizavam os casamentos com famílias do mesmo credo. Apesar de terem ocorrido uniões mistas, estas não se configuravam em um costume comum daqueles imigrantes. Visando manter suas raízes, esses matrimônios por eles celebrados, eram realizados por meio de um documento formal onde normalmente o noivo ou a noiva pertencente à outra denominação, abjurava de sua fé e abraçava a partir de então a fé protestante. Este foi o caso de Margaretha Wendel ao unir-se de forma conjugal à Eduardo Lawall.

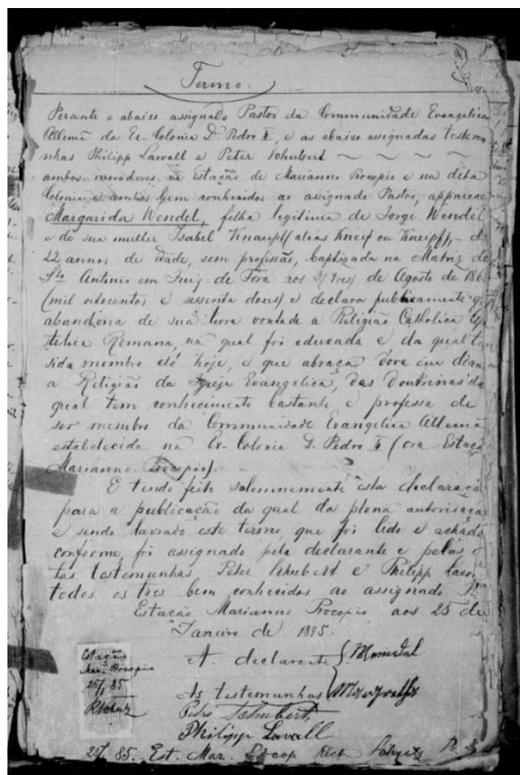


Figura 33: Termo de abjuração da fé católica por Margaretha Wendel. Livro de Sacramentos 1 da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Juiz de Fora. Página avulsa.

²⁸⁶ COUTO, 2016. Op. cit., p. 83.

Termo

Perante o abaixo assinado Pastor da Comunidade Evangélica Alemã da ex-Colônia D. Pedro II, e as abaixo assinadas testemunhas Philipp Lawall e Peter Schubert, ambos moradores na Estação de Mariano Procópio e na dita Colônia e ambos bem conhecidos ao assinado Pastor, aparece Margarida Wendel, filha legítima de Jorge Wendel e de sua mulher Isabel Knaupt (aliás, Kneip ou Kneipf), - de 22 anos de idade, sem profissão, batizada na Matriz de Santo Antônio em Juiz de Fora aos 3 (três) de Agosto de 1862 (mil oitocentos e sessenta e dois) e declara publicamente que abandona de sua dora vontade a Religião Católica Apostólica Romana, na qual foi educada e da qual tem sido membro até hoje, e que abraça dora em diante a Religião da Igreja Evangélica, das doutrinas da qual tem conhecimento bastante e professa de ser membro da Comunidade Evangélica Alemã estabelecida na ex-Colônia D. Pedro II (ora Estação Mariano Procópio). E tendo feito solenemente esta declaração para a publicação da qual da plena autorização e sendo lavrado este termo que foi lido e achado conforme foi assinado pela declarante e pelas ditas testemunhas Peter Schubert e Philipp Lawall, todos os três bem conhecidos ao assinado Pastor.

Estação Mariano Procópio, aos 25 de Janeiro de 1885.

A declarante - Margaretha Wendel

As testemunhas – Pedro Schubert / Philipp Lawall.

A família Wendel, de origem católica, chegou ao Brasil a bordo do veleiro Tell, o primeiro a aportar em 1858 no Rio de Janeiro. Era composta pelo patriarca Georg Wendel, de 36 anos e sua esposa Elisabetha Knauff, de 37. Ambos vinham de Erbes-Büdesheim, no Grão Ducado de Hessen. Estiveram a bordo junto deles, seus filhos: Ernst, de 11 anos, Barbara, Elisabeth, Margaretha e as bebes Maria e Catharina de 2 e 1 ano, respectivamente.²⁸⁷ Como vimos no Capítulo deste trabalho, Margaretha Wendel de 6 anos havia falecido durante a travessia no Atlântico, no dia 15 de Maio de 1858. Aproximadamente cinco anos mais tarde, sua mãe Elisabetha dera a luz a sua irmã homônima, a qual o registro que trazemos acima se refere.

²⁸⁷ Informações obtidas através da transcrição dos registros das listas de bordo, publicadas em: CLEMENTE, op. cit., p. 234.



Figura 34: Margaretha Wendel sentada e ladeada pelas filhas: Alice, Francisca e Philippina Alzira.²⁸⁸

Margaretha veio ao mundo no dia 03 de Agosto de 1863, casando-se com Eduardo Lawall do dia 22 de Fevereiro de 1885 na Colônia Dom Pedro II. Os proclamas já haviam corrido desde a data de sua abjuração de fé, isto é, no dia 25 de Janeiro. Em seguida, correu a Petrópolis no dia 1º de Fevereiro e por fim, no próprio dia 22 na cidade do Paraibuna. A cerimônia foi celebrada pelo Pastor Johanes Vorster, sendo padrinhos os imigrantes Johann Zimmermann e Carl Griese.²⁸⁹

²⁸⁸ ZIMMERMANN, op. cit. p. 175. Foto digitalizada e trabalhada visualmente por Roberto Dilly e cedida para fins deste trabalho.

²⁸⁹ Livro de Sacramentos 1 da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Juiz de Fora. Página: 27; termo: 69.



Figura 35: Registro de matrimônio misto entre Margaretha Wendel e Eduardo Lawall. Livro de Sacramentos nº 1 da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Juiz de Fora. Página: 27; termo: 69.

Ponderação semelhante podemos observar nos casamentos mistos realizados no âmbito católico. O intuito de comporem termos de compromisso era de preservar as famílias daqueles consórcios, das doutrinas incompatíveis com a Igreja. Desta vez, no caso que trazemos abaixo, a conversão de um dos consortes não foi pré-requisito para que a união ocorresse. No entanto, duas atas foram redigidas antes que a união fosse celebrada: uma em latim e outra em português. As atas apresentavam várias prerrogativas as quais o noivo deveria se submeter. Entre elas estavam a de morar em um lugar próximo de uma igreja católica para facilitar o exercício da religião, não interferir na educação católica dos filhos que gerarem, e impedir com todos os meios de seu alcance que sua esposa se converta ao protestantismo luterano.

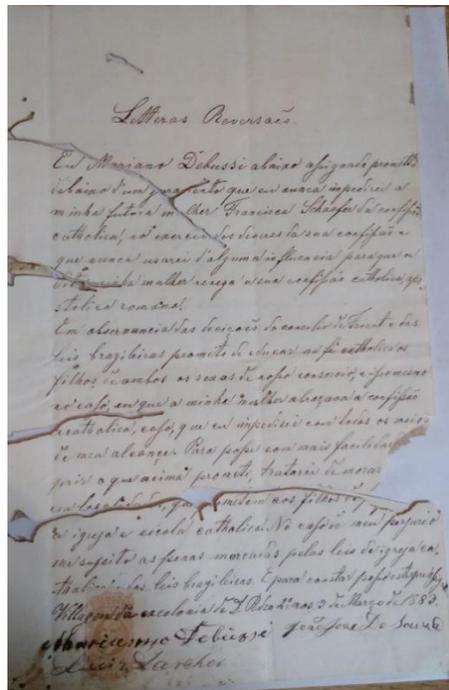


Figura 36: Termo “Letteras Reversaes” para dispensa por disparidade de culto para o matrimônio, assinado por Marianno Debussi, trisavô deste pesquisador que aqui escreve.²⁹⁰

²⁹⁰ Transcrição do Termo de Dispensa de Disparidade de Culto no Processo Matrimonial de Marianno Debussi e Franziska Schäfer, nº 121.213. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana – Cúria Metropolitana. Rua Direita, nº 102, Cidade de Mariana – MG.

Letteras Reversaes

Eu Mariano Debussi, abaixo assinado, prometo debaixo d'um juramento que eu nunca impedirei a minha futura mulher Francisca Schaefer da confissão católica, no exercício dos deveres da sua confissão e que nunca usarei d'alguma influência para que minha mulher renegue a sua confissão católica apostólica romana. Em observância das decisões do Concílio de Trento e das leis brasileiras, prometo educar na fé católica os filhos de ambos os sexos de nosso consórcio, e isso mesmo no caso em que a minha mulher abraçara a confissão acatólica, caso que eu impedirei com todos os meios de meu alcance. Para posse com mais facilidade cumprir o que acima prometi, tratarei de morar em localidades que prometem aos filhos de frequentarem a igreja e escola católica. No caso de meu perjúrio, me sujeito às penas marcadas pelas leis da Igreja Católica e das leis brasileiras. E para constar, passo este que assino.

Villagen da ex-Colônia de Dom Pedro II, aos 3 de março de 1883.

Marianno Debussi.

João José de Souza.

Luiz Larcher.

Não só o noivo, mas, a noiva católica também assinara as atas semelhantes se submetendo a todas as normas impostas ao seu noivo. Franziska Schäfer contava com a idade de 3 anos quando cruzara o oceano em 1868 acompanhada dos pais Ludwig Schäfer²⁹¹ e Elisabeth Hahn. Exatamente dez anos após a grande leva das cinco embarcações. Em uma delas estava Isidor Schäfer, irmão de Ludwig, que provavelmente o escrevera neste período enviando prósperas notícias da Colônia e convidando-o a migrar para o Brasil. Além de seus pais, Franziska estava acompanhada no veleiro de seus irmãos e irmãs: Anna de 9 anos, Wilhelm de 7, Isidor de 5 e Elisabeth de 1 ano e meio.²⁹² Ela nascera no pequeno vilarejo de Mudau, no Baden, no dia 23 de Setembro às 7 horas da noite, batizada no dia 24 do mesmo mês às 3 horas da tarde.²⁹³ Após as formalidades descritas, o casamento aconteceu no dia 15 de abril de 1883, em cerimônia fechada na residência do Frei Emmerich Hofer, onde os noivos novamente reafirmaram os propósitos dos termos assinados anteriormente. Estiveram presentes como testemunhas: Antônio Martins de Paula, a rogo do Professor Julius Waltenberg e Julio Grabke.²⁹⁴

²⁹¹ Ludwig Schäfer nasceu no ano de 1836 do dia 11 de Julho, às 3 horas da tarde no pequeno vilarejo de Mudau, Baden. Poucas horas depois, foi levado à Igreja de São Pancrácio em Mudau – localizada na atual rua Kirchbrücke 1, nº 69427; para ser batizado, às 6 horas da noite. (Landesarchiv Baden Wuerttemberg, Generallandesarchiv Karlsruhe 390, nº 792, microfilme 96, termo: 66).

²⁹² Staatsarchiv Hamburg, Auswandererlisten VIII A1 Band 22. Páginas: 1123 e 1124.

²⁹³ Landesarchiv Baden Wuerttemberg, Generallandesarchiv Karlsruhe 390, nº 795, microfilme 187, termo: 48.

²⁹⁴ Processo Matrimonial de Marianno Debussi e Franziska Schäfer, nº 121.213. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana – Cúria Metropolitana. Rua Direita, nº 102, Cidade de Mariana – MG.



Figura 37: Franziska Schäfer e Ludovico Debussi. Acervo do autor.

A fotografia acima (Figura 37) retrata minha trisavó ao lado do meu tio-bisavô. Tio Ludovico era seu filho primogênito e ao se casar ainda jovem, viajou para São Paulo em busca de trabalho e lá fixou residência com sua esposa Anna, com quem teve uma filha chamada Laurinha. Fato que desperta a atenção na imagem, é que Franziska Schäfer aparece vestindo preto. Considerando a foto por ter sido tomada entre 1950 e 1955, ano de seu falecimento, contamos aproximadamente 38 anos desde que seu esposo Mariano Debussi falecera em 1917. Filha do século XIX, Franziska mantivera desde então o costume das senhoras guardarem o luto pelo resto de sua viuvez. Esta fotografia foi encontrada em 2007 quando minha avó Amélia Debussi (casada Coelho), neta de Franziska, tomava para si, junto ao seu irmão Matheus (tio-Teuzinho), a tarefa de confiscar os pertences de sua irmã mais velha Paulina Debussi (casada Kreutzfeld) que dias antes, aos 87 anos, havia sido levada para um lar de idosos com sintomas avançados de Alzheimer. A casa era de tijolos aparentes, assoalhos por todos os cômodos, janelas de madeira com estruturas de vidro e suporte para as cortinas rendadas – típico lar germânico herdado por “tia Paula” dos seus pais Matheus Debussi e Maria Carolina Gerheim. Eu, um menino de 13 anos, me encantava com aquele ambiente – frequentado desde o nascimento, como se fosse a primeira vez em que lá estava, respirando o ar dos meus

antepassados e imaginando a vida dos meus bisavós que não cheguei a conhecer, na extinta colônia alemã. Deslumbrado em um dos cômodos, escuto vovó gritar do quarto principal: *“Filho, venha ver o que encontrei!”* Apressado, corri para lá e em suas mãos estava esta foto que ela havia retirado do bolso de um dos vestidos de “tia Paula”. De pronto exclamei: *“Nossa, se parece com a Sra.!”* Logo ela fez questão de me apresentar: *“Esta é minha avó ‘Frentz’, mãe do papai.”* Aqui ressaltamos que ao me deparar com aquele o documento histórico, registrou-se a imponência do homem frente ao tempo. Romperam-se naquele momento as fronteiras da morte, possibilitando um jovem nascido no final do século XX conhecer sua trisavó nascida em terras distantes a mais de 1 século de diferença sua. Também ocorreu o reencontro de 52 anos entre avó e neta através da fotografia. Este reencontro fora precedido por lembranças que possibilitaram uma leitura da trajetória de vida e experiências que ambas tiveram uma com a outra. A memória coletiva despertada com o reencontro fez vovó lamentar: *“Veja como era séria. Minha avó nunca deu sequer 1 sorriso para mim.”* E ao mesmo tempo, um contraponto foi observado do tempo passado no presente ao me dizer: *“Você tem muita sorte de ter uma avó como eu.”* Sobre esses sinais da memória, Myriam Barros analisa:

O tema da infância desponta como uma forma de explicação para atitudes e sentimentos experimentados como avós, em meio a um relato em que o presente está constantemente referido a um passado relatado linearmente, mas pinçado aos poucos num processo de associações entre hoje e ontem, seja este ontem distante ou não. As idas e vindas ao passado de suas vidas [...] permitem não só uma visão de suas trajetórias como também uma perspectiva de seu meio social.²⁹⁵

Dias se passaram após o achado da relíquia, escondida no obscuro bolso do vestido, no fundo de um guarda roupa antigo, de uma casa construída no início do século passado. Vovó observou novamente aquela fotografia, capaz de despertar nela outra lembrança: *“certa vez eu estava brincando na varanda quando essa minha avó apareceu na janela (ambas as casas eram lado a lado) e resmungou com tom agressivo alguma coisa em alemão. Quanto mais procurava entender, mais ela brigava. Mamãe chegou e me mandou entrar. Vovó dizia, segundo ela, que mocinhas como eu não deveriam estar à vista da rua.”* Tomamos, pois, mais uma vez, as contribuições sociológicas de Myriam Barros, ao dizer que:

²⁹⁵ BARROS, Myriam Moraes Lins de. Memória e Família. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. Página: 34.

[...] esses avós ao reconstruírem suas histórias de vida, reconstroem também a história do modelo familiar, através de caminhos já marcados por lembranças suas e de seu grupo familiar. [...] está ligada sem dúvida a uma busca na infância de um modelo de avós. A reconstrução desse caminho é necessária para estabelecer a identidade atual na família.²⁹⁶

Podemos observar até aqui o idioma como elemento constituinte da identidade teutônica e comum a todos aqueles imigrantes. Para contar com o testemunho de um brasileiro no ato de matrimônio dos meus trisavós Marianno Debussi e Franziska Schäfer, foi necessário que um dos Professores da Colônia rogasse por ele, pressupondo que a liturgia e todos os atos acordados tivessem sido celebrada e professados em alemão. Além disso, a “Sociedade Dramática Allemã” não era badênia, tirolesa, hessiana, schleswiguense ou Prussiana, mas evidenciava a língua como o elo de ligação que possuíam em terras brasileiras. Os casamentos mistos, por sua vez, realizados entre os colonos se configuravam na forma mais expressiva de manterem o que para eles era mais caro em suas respectivas culturas, que era a língua. É no processo das uniões inter-religiosas onde são dribladas as barreiras da religião e do regionalismo. Por outro lado, a língua alemã já se apresentava como potencial fator de distanciamento dos mais velhos com as novas gerações ainda na primeira metade do século XX.

III. V – A Segunda Capela de Nossa Senhora da Glória.

Frei Emmerich Hofer foi responsável por celebrar algumas delas, como vimos. Não podemos afirmar uma data precisa para sua chegada ao Brasil, devido à falta de documentações. Porém, de acordo com os relatórios apresentados por Mariano Procópio aos acionistas, foi a partir de 31 de Janeiro de 1866, que o diretor da Colônia Dom Pedro II passou a registrar a presença de um padre vivendo entre os colonos, somada a presença religiosa do vigário municipal. “*O culto é servido por um padre católico que habita na localidade, e por um ministro protestante, que reside em Petrópolis, e vai uma vez por mês à colônia, dando-lhe a Companhia passagem gratuita em suas diligências.*”²⁹⁷ Este texto se repete até 1878 nos pareceres relacionados à Colônia. Em seguida, uma ratificação desta informação nos é revelada nos documentos anuais posteriores. Além disso, o sacerdote tirolês já no ano de 1866

²⁹⁶ BARROS, 1989. op. cit. p. 35.

²⁹⁷ Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia União e Indústria em 31 de janeiro de 1866 pelo Diretor-Presidente da mesma. Rio de Janeiro, Typ. do Correio Mercantil. Rua da Quitanda, nº 55. p. 14 e 15.

aparece celebrando o batismo dos filhos dos colonos.²⁹⁸ Sendo assim, a informação de Stehling torna-se questionável, uma vez que o autor afirma a chegada do frade “*no fim de 1869*”.²⁹⁹ A bem da averiguação das fontes, Frei Emmerich já se apresentava pastoreando os imigrantes católicos pelo menos quase quatro anos antes.³⁰⁰ Seu pastoreio em Juiz de Fora foi duradouro e extremamente significativo para os imigrantes. Durante o período em questão, transcorreu-se a construção da segunda capela dedicada à Nossa Senhora da Glória.

Em 1877 se encontrava comprometida a estrutura física do antigo armazém da Estação, que passou a ser usado como Capela e posteriormente consagrado sob a invocação de Nossa Senhora da Glória. Trata-se da primeira Capela em sua honra, a qual descrevemos anteriormente. A ideia inicial apresentada pela diretoria do Culto Católico ao administrador da Colônia Dom Pedro II e levada ao Comendador, era de conseguir recursos para restauração da Capela e conseqüentemente lograr a doação da mesma. No quadro número 10 do relatório apresentado pelo Diretor da Companhia aos seus acionistas, consta o cadastro dos terrenos e propriedades com designação dos seus estabelecimentos: “*UMA CAPELLA sob a invocação de Nossa Senhora da*

²⁹⁸ “Aos onze de março de 1866/ sessenta e seis/ baptizou um Sacerdote catholico no Morro de St. Anna a inocente Margarida, filha legitima do Jacob Hackl e Maria Praxmar [Praxmann], nascida aos treze de março no mesmo anno. Padrinhos: João Huber e Anna Huber. E para constar passei este que assigno. O Padre Americo de Prags Missionário Apostólico e Capellão.” Livro de Batismos nº 1 da Igreja da Glória, página 179, termo 99. In: COUTO, 2016. Op. cit. p. 60.

²⁹⁹ STEHLING, op. cit. p. 251.

³⁰⁰ Assim como ocorreu com os pastores luteranos nos primeiros anos da chegada dos colonos em Juiz de Fora, era comum além da atuação do vigário municipal, os sacerdotes católicos de outras regiões, falantes da língua alemã visitassem a Colônia Dom Pedro II. Ao mesmo tempo, era nítida a intenção do Comendador e do Governo Imperial, emprega-los no exercício de suas funções e fazer com que residissem na localidade. Um dos primeiros padres a realizar essa espécie de visita missionária foi Padre Franz Anton Weber, de Petrópolis, em 25 de Junho de 1861, por ocasião das comemorações de inauguração da Estrada União e Indústria. Sobre isso, ver: STEHLING, op. cit. p. 250. No ano seguinte, foi a vez de Frei Adriano vindo do Espírito Santo, atender sacramentalmente os colonos de Mariano Procópio. Todavia, convidado a permanecer entre os imigrantes a serviço da Companhia, recebeu recusar e retornou à Província do Estado vizinho. Sobre isso, ver: Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1852. Ed. 00055(1); p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br> – acessado em 11 de maio de 2021. Fora os missionários teutófonos, também prestou assistência à Colônia Dom Pedro II o Padre Francisco Rodolpho de Medeiros, capelão junto ao Frei Emmerich Hofer da Capela de Nossa Senhora da Glória. O Pe. Medeiros solicitou a sua vontade, em 1868, exoneração do cargo que vinha cumprindo a mais de dois anos. Sobre isso, ver: Correio Mercantil e Instructivo, Político, Universal, Rio de Janeiro, Sábado, 19 de setembro de 1868. Ed. 00258(1); p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br> – acessado em 11 de maio de 2021.

Glória, que pertencerá à Colônia D. Pedro II, se às custas dos colonos for reconstruída e conservada, e mantido com decência o culto divino.”³⁰¹

No ano seguinte, a Diretoria do Culto Católico reuniu-se com o Capelão Frei Emmerich, para juntos estudarem os custos para suas pretensões. Após exaustivamente analisar, concluíram por fim, a inviabilidade das obras. Foi então que em maio, apresentaram uma nova proposta à Companhia, a qual foi prontamente aceita:

Deferindo o requerimento do capelão e colonos católicos, que representaram sobre a eminente ruína da Capela de Nossa Senhora da Glória e sua má situação ao lado da linha férrea, concedeu-lhes a diretoria em 11 de maio próximo passado, um terreno próximo, medindo 90 metros de frente e 120 de fundo, por onde divide com o Cemitério da Companhia, para construírem à sua custa uma nova capela sob a mesma invocação da antiga, devendo demolir esta, remover o respectivo material e promover a desconsagração do terreno desocupado.³⁰²

O “terreno próximo” em questão fazia divisa com a Fábrica de Cerveja Kremmer de Castro e o terreno usado de Cemitério Acatólico pertencente ao Cemitério da Glória. Ele estava situado no antigo Morro da Gratidão, atual morro da Glória e de frente à majestosa Igreja neogótica que ainda seria construída e hoje se encontra erguida. A concessão foi outorgada na sede da Companhia União e Indústria no Rio de Janeiro e assinada pelos senhores Honório Augusto Ribeiro (pelo diretor Presidente); M. Joaquim de Mello Franco (diretor Secretário) e Antônio Vieira da Cunha (diretor Caixa). Ainda naquele ano, se iniciaria as obras de construção daquele que seria o segundo templo em honra à Nossa Senhora da Glória, administrado pelos imigrantes germânicos.³⁰³

³⁰¹ Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia União e Indústria em 14 de fevereiro de 1878 pelo Diretor-Presidente da mesma. Rio de Janeiro, Typ. de G. Leuzinger & Filhos. Rua do Ouvidor, nº 31. Anexo 10; p. 03.

³⁰² Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia União e Indústria em 06 de março de 1879 pelo Diretor-Presidente da mesma. Rio de Janeiro, Typ. de G. Leuzinger & Filhos. Rua do Ouvidor, nº 31. p. 08.

³⁰³ Livro de tombo do antigo Curato da Glória, lavrado pelo então Cura, Pe. Vicente Zeij, C.Ss.R., em Janeiro de 1925. páginas: 06 e 07.



Figura 38: Segunda Capela em honra à Nossa Senhora da Glória.³⁰⁴

A então nova Capela, foi palco de sociabilidade e serviço religioso dos habitantes da “Gratidão”. Ela prestou abrigo a diversos grupos pastorais do laicato católico. Entre eles estavam a Conferência Vicentina,³⁰⁵ e as Pias Filhas de Maria. Além disso, prestou-se ter protagonizado as liturgias dos colonos como missas de sétimo dia³⁰⁶ e enterramentos³⁰⁷. Deste modo, atuava de forma ainda mais conjunta ao Cemitério da Glória.

Margarida Hees Mechler

Isidoro Mechler e seus filhos, Jacob Hees e sua família, e os demais parentes da finada Margarida Hees Mechler, convidam a todos os conhecidos e amigos para a missa do sétimo dia que para o repouso da alma da mesma finada, será celebrada na Igreja de N. S. da Glória, domingo, 28 do corrente, às 9 ½

³⁰⁴ Arquivo Paroquial de Nossa Senhora da Glória.

³⁰⁵ “Fizemos entrega ao Sr. Dr. Luiz Maria Andrés, tesoureiro da Conferência S. Vicente de Paulo da Capela da Glória, da quantia de 15\$, donativo feito pelo Sr. Eduardo Coelho Garcia, ficando quantia igual para a Conferência S. Vicente de Paulo da matriz desta cidade.” *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1897. Ed. 0001; p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br> – acessado em 12 de maio de 2021.

³⁰⁶ “Reza-se amanhã, na Capela da Glória, missa de 7º dia por alma de d. Magdalena Weidt.” *Jornal Diário da Tarde*, 18 de maio de 1894. Ed. 0001; p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br> – acessado em 12 de maio de 2021.

³⁰⁷ “[...] Juiz de Fora, que acaba de perder em Matim Kascher, um dedicado impulsor do progresso local. O seu enterramento terá lugar hoje às 5 horas da tarde, saindo o féretro da casa de sua residência, à rua Quinze de Novembro, para o cemitério da Glória.” *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 08 de janeiro de 1897. Ed. 0004; p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br> – acessado em 14 de maio de 2021.

da horas da manhã, e por esse ato de religião e caridade, confessam-se sumamente gratos.³⁰⁸

Os casamentos também tiveram lugar na Segunda Capela da Glória. Várias famílias de colonos realizaram seus matrimônios no espaço consagrado à Maria Himmelfahrt. Uma vez corridos os proclamas nos dias 05, 12 e 19 de maio, receberam-se mutuamente no dia 25 daquele mesmo mês, no ano de 1912, os noivos Francisco Scheffer e sua prima Christina Löwenstein.³⁰⁹ Ele tendo 23 anos, era filho do imigrante badênio Wilhelm Schäfer - irmão de Franziska que trazemos anteriormente, e Maria Löwenstein. Ela por sua vez, contava com apenas 22 anos e era filha de Friedrich Löwenstein - irmão de Maria Löwenstein, e Anna Schäfer - irmã de Wilhelm e Franziska.



Figura 39: Da esquerda para direita - Cecília Scheffer (filha do casal), Christina Löwenstein, Francisco Scheffer, Geraldo Scheffer (filho do casal) e sua esposa Maria Anna Laier com as filhas Leila e Neide Scheffer. Foto tirada na antiga residência da família: Rua Tenente Paulo Maria Delage, nº294, Borboleta.

Mesmo após a chegada dos redentoristas holandeses, a antiga capela continuava a presenciar a união das famílias germânicas. Os casamentos entre os

³⁰⁸ Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 27 de março de 1897. Ed. 0004; p. 03. Disponível em: <http://memoria.bn.br> – acessado em 14 de maio de 2021.

³⁰⁹ Livro de Casamentos da Paróquia Nossa Senhora da Glória 1858-1939. Arquivo Arquidiocesano de Juiz de Fora.

diferentes credos, também era recorrente no território do antigo curato da Glória. Noivos e noivas se convertiam ao catolicismo e se recebiam mutuamente como esposos. Foi o caso da minha bisavó Maria Carolina Gerheim,³¹⁰ filha de Jacob Gerheim com a petropolitana Anna Sabina Elisabeth Gietz. Ao unir-se em matrimônio com meu bisavô Matheus Debussi, converteu-se do luteranismo para a religião do noivo, passando a professar o credo e a doutrina da Igreja Católica.

Aos 19 dias do mês de Outubro do ano de 1918, pelas 14 horas na Igreja da Glória, depois das denúncias canônicas e mais formalidades prescritas, não aparecendo impedimento algum por palavras de presente na fórmula do ritual, em minha presença e na das testemunhas Braz Eiterer e Francisco Damaso da Costa, receberam-se em matrimônio Matheus Debussi e Maria Carolina Gerheim; ele com 25 anos de idade, filho legítimo de Marianno Debussi e Franziska Schäfer, nascido em ----- e batizado em neste Curato, morador deste Curato. E ela, com 23 anos de idade, filha legítima de Pedro Gerheim (Jacob Gerheim) e Eliza Gietz, nascida em ----- e batizada em -----, moradora deste Curato. Pe. João De Jong, C.Ss.R.³¹¹



Figura 40: O casal Matheus Debussi e Maria Carolina Gerheim e Família. Ano: 1931. Acervo do autor.

³¹⁰ Geboren und Getauf. 1884: "Marie Caroline, Tochter des Jacob Gerheim und Elisabeth Gietz; geb. d. 17. Okt, 11 Uhr vormittag; get. d. 2. Dezember. i. d. K. Paten: Karl Stiegert und Marie Gerheim." (Tauf. Register der Evangelische Gemeinde zu Juiz de Fora. Bund II. Vom Oktober. 1887. Mikrofilm: 209; Seite: 13, hinten; Begriff: 38.)

Nascidos e Batizados em 1894: "Maria Carolina, filha de Jacob Gerheim e Elisabeth Gietz. Nascida em 17 de Outubro, às 11 horas da manhã; batizada em 02 de dezembro na Colônia. Padrinhos: Carlos Stiegert e Maria Gerheim." (Registros de Batismos da Comunidade Evangélica de Juiz de Fora. Parte II. De Outubro de 1887. Mikrofilm: 209; Página: 13, verso; Termo: 38.)

³¹¹ Livro de Casamentos da Paróquia Nossa Senhora da Glória 1858-1939; página: 167; termo: 83. Arquivo Arquidiocesano de Juiz de Fora.

A fotografia acima nos revela muito da memória das famílias de imigrantes germânicos instaladas em Juiz de Fora em 1858. Trata-se de uma fotografia posada, ou seja, aquelas que são intencionalmente projetadas para apresentar à quem a observa, os aspectos relevantes do espírito de seu tempo. Nessas fotos, as fisionomias são construídas, as poses são feitas e refeitas, os trajés são cirurgicamente selecionados, os adornos são encaixados visivelmente nas vestimentas e as posições dos personagens são meticulosamente enquadradas buscando priorizar o seu membro considerado mais importante.

No próprio ato de fotografar já existe, implícito, um ritual, exacerbando os símbolos, distintivos de família. Coloca-se em evidência, no instante fotografado, elementos considerados essenciais para a caracterização seja da família em seu conjunto, ou dos diversos papéis que nela representam a mulher, o homem ou a criança.³¹²

Particularmente a foto dos meus bisavós (Figura 40), retrata os Patriarcas Matheus Debussi e Maria Carolina Gerheim ao fundo como sinal de vigilância dos seus filhos se encontram à frente, em primeiro plano. Além disso, meu bisavô Matheus carrega orgulhosamente consigo no peito a insígnia da Sociedade Alemã de Beneficência, uma associação promotora do atendimento à saúde e demais necessidades de seus associados. Este símbolo reforça ainda mais o propósito de proteção e a missão confiada ao chefe de família em uma sociedade patriarcal. Os infantes são, da esquerda para direita: Cecília Noêmia, Paulina, Matheus, Arlindo Mariano e Amélia – a bebê no centro, ao colo de sua avó.

A criança, mais que qualquer outro personagem, sintetiza na sua imagem a imagem da família. Das poses demoradas das fotos antigas as tentativas modernas de captura do instantâneo das emoções, a criança aparece sempre como um marco de referência familiar. Através dela fala-se de tradição e de renovação, de laços de sangue e de afeto.³¹³

Quando Myriam Barros aborda a criança em sua análise sociológica das antigas fotos de família, ela descreve com exatidão o papel esperado daqueles que esperam ser os depositários da história familiar e a continuação das tradições daquele grupo. Coincidentemente a bebê que aparece ao centro da foto, a caçula dos sete filhos de Matheus Debussi e Maria Carolina Gerheim se trata de minha avó Amélia, a única dos quatro avós que tive contato e dos demais filhos, aquela que de forma perspicaz, guardou consigo anedotas da família e histórias recheadas de valores éticos e morais.

³¹² BARROS, 1989. op. cit. p. 40.

³¹³ Idem.

Não apenas isso, mas costumes como o de não falar durante as refeições e não jogar fora os restos de alimentos, instigando-nos a comer até o último grão no prato. Desta forma ela apontava para a sacralidade dos momentos e conscientizava-nos contra o desperdício. Também os objetos e as antigas fotos de família que pertenceram aos nossos ancestrais germânicos foram por ela preservados. Todo esse tesouro foi guardado e legado a mim como o neto que ela se responsabilizou por criar. *“Através dela fala-se de tradição e de renovação, de laços de sangue e de afeto.”*³¹⁴ Assim como eu fui sustentado afetivamente, socialmente e culturalmente por minha avó, também ela recebeu de sua avó, Anna Sabina Elisabeth Gietz, a formação necessária para formar sua memória coletiva e estruturar sua visão de mundo. Sua avó aparece com ela no colo ao centro da foto. Ela ocupa o centro, pois, o valor moral e dignidade dada aos mais velhos era uma tônica da sociedade em que a instituição família era considerada a base de todo o sistema. Além disso, a fotografia sendo uma ocasião rara de produção das lembranças, visava garantir o destaque para aqueles que lembram a gênese familiar, uma vez que poderia ser a única ou talvez a última recordação do ente na história.

Após cumprirmos o dever de trabalhar a fotografia trazida como fonte histórica e através dela evocar as funções da memória, voltemos ao tema da segunda Igreja da Glória. É pertinente que façamos aqui uma pequena análise de suas formas a fim de contextualizar suas transformações sofridas no tempo. Construída em estilo eclético, sua estrutura fora se modificando com os anos e adequando-se às necessidades e intempéries do tempo até sua degradação integral. Em 1913, a torre flecha agulha sobre o átrio ameaçava ruir. Assim foi noticiado no periódico do dia 04 de Janeiro daquele ano:

Por estar ameaçando ruínas, vai ser demolida a torre da Igreja da Glória, desta cidade. Os padres redentoristas que administram aquele templo, reconstruí-la-ão dentro de pouco tempo.³¹⁵

Já naquele mesmo dia ocorreu a demolição. No dia seguinte, uma nota foi publicada no Pharol: *“Foi já demolida a torre da Igreja da Glória, que ameaçava ruínas, tendo ontem, começado os trabalhos de reconstrução da mesma.”*³¹⁶ A estrutura

³¹⁴ BARROS, 1989. op. cit. p. 40.

³¹⁵ Jornal O Pharol, 04 de janeiro de 1913. p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br> – acessado em 19 de maio de 2021.

³¹⁶ Idem.

comprometida, no entanto, deu lugar à um frontão com três arcos sobre um modesto pórtico com elementos românicos.



Figura 41: Segunda Capela de Nossa Senhora da Glória sem a torre. À frente, as Pias Filhas de Maria.³¹⁷

A segunda capela perdurou até o ano de 1923, quando um incêndio ocorrido na madrugada do dia 12 de abril a consumiu quase por completo. Como foi relatado no livro de tombo do antigo Curato da Glória, poucos utensílios e objetos sacros foram salvos. As investigações do ato criminoso não foram concluídas, e suas causas permaneceram inexplicáveis. As missas e demais atividades pastorais da semana passaram então a serem realizados provisoriamente na Sala São Geraldo, uma vez que a nova Igreja ainda se encontrava em fase de construção. Esta era utilizada apenas para as celebrações dominicais.

Aos 12 de Abril, de noite, de uma para duas horas, declarou-se um incêndio pavoroso na antiga Igreja da Glória, e em poucas horas o fogo devorou a Igreja toda, ficando em pé só as paredes. Qual a causa? Até hoje não se descobriu, embora haja presunções fortes, que ladrões que há dias de noite tinham entrado na Igreja e arrombado o cofre de Santo Antônio, tenham voltado e causado inconscientemente o incêndio, que principiou na capela

³¹⁷ Arquivo Paroquial de Nossa Senhora da Glória.

mor. O Santíssimo Sacramento, por causa do perigo de arrombamento, de noite ficava guardado na capela particular do convento. O prejuízo foi grande, pois, embora grande parte das mobílias e imagens e a sacristia com armário e alfaias e paramentos foram salvos; o fogo queimou o púlpito, altares, dois harmônios, o quadro de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, e todo o madeiramento da Igreja. Madeiramento que estava em bom estado e que o Cura pensava bem poder empregar na construção de escolas paroquiais.³¹⁸

Concluídas as considerações sobre as capelas desde a chegada dos colonos germânicos, não nos cabe aprofundar o assunto, desviando o foco do nosso objeto de estudo e ultrapassando os limites do recorte temporal proposto para essa pesquisa. No entanto, elas se fizeram necessárias para compreender melhor o contexto e as transformações ocorridas no âmbito religioso da comunidade que havia emergido no entorno do Cemitério da Glória. Essas transformações dizem respeito além do âmbito religioso, na esfera social. O antigo Morro da Gratidão passou a caracterizar-se pela devoção à Maria Himmelfahrt. O Cemitério, por sua vez, longe de se apresentar como espaço puramente passivo, intacto e inativo, continuava exercendo forte influência no desenvolvimento do povoado e nas ações de seus habitantes. Ele garantia a manutenção do culto católico e da devoção à Mãe de Deus, bem como sua utilização e caracterização pelos professos de ambas as vertentes do cristianismo, tema que trataremos a seguir.

³¹⁸ Livro de tomo do antigo Curato da Glória, lavrado pelo então Cura, Pe. Vicente Zeij, C.Ss.R., atos do ano de 1923. página: 161.

Cap. IV – O Cemitério da Glória.

Ao conceder o terreno para o erguimento da segunda Capela de Nossa Senhora da Glória, junto ao Cemitério de igual invocação, a Companhia União e Indústria confiava a administração do templo e do espaço fúnebre às Comissões para o Culto Católico e para o Culto Evangélico. Essa distribuição das atribuições lhe isentava gradualmente das responsabilidades para com a Colônia Dom Pedro II e prenunciava a extinção da Companhia que viria a acontecer nos anos seguintes. Junto à concessão do terreno, também foi concedida a divisão do espaço para o enterramento dos colonos protestantes, que já acontecia até então. A divisão formal aconteceu em 1878, transformando oficialmente o cemitério da Glória em duas alas da mesma área demarcada em 1856.³¹⁹



Figura 42: Divisão das alas no Cemitério da Glória, 02 de Novembro de 2018. Foto tirada pelo autor.

Podemos observar na imagem acima, a divisão que consiste em uma alameda para passagem dos visitantes. À esquerda da foto e direita do Cemitério, encontra-se

³¹⁹ “2ª Observarem em tudo quanto possa ser aplicável o regulamento em ~~favor~~ vigor para a atual capela e cemitério da companhia, do qual separar-se-á o espaço necessário para servir de cemitério acatólico, passando este a ser administrado e conservado pela Congregação Evangélica. Estas duas seções (Católica-Acatólica) do cemitério serão divididas e demarcadas pelo engenheiro da Companhia, correndo qualquer despesa por conta dos respectivos concessionários.” (Termo de concessão para a segunda Capela de N. S. da Glória – Rio de Janeiro, 11 de Maio de 1878. Livro de tombo do Curato da Glória, páginas 6 e 7).

a ala administrada pela Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Juiz de Fora; e à direita da foto e esquerda do Cemitério situa-se a ala da Comunidade Católica, administrada atualmente pela Paróquia de Nossa Senhora da Glória, junto aos Padres Redentoristas da Província de Rio, Minas e Espírito Santo. O único cemitério instalado na cidade que detém essa característica de divisória física e administrativa é o Cemitério de São Pedro, erguido no mesmo contexto local do Cemitério da Glória, porém, algumas décadas depois. O Cemitério de São Pedro surgiu na última metade do século XIX e foi fruto da organização comunitária dos colonos germânicos da chamada Cidade Alta, atual bairro São Pedro. Sua instalação deu-se no ano de 1884, a posteriori da falência da Companhia União e Indústria e extinção legal da Colônia Dom Pedro II. Ao contrário do que aponta a jornalista Rita Couto, o terreno onde foi instalado o Cemitério São Pedro não pertencia ao prazo do colono Sebastian Kunz.³²⁰ O terreno em questão, apesar de muito próximo ao terreno onde está localizado a Igreja, doado por Sebastian Kunz, na verdade integrava o prazo de Leopoldo Schefer (Schäfer), imigrante advindo de Schlossau, Grão-Ducado de Baden, que doou uma parte de suas terras para a instalação do cemitério.

Ilmo. Sr. Dr. Presidente e mais vereadores da Câmara Municipal desta cidade do Juiz de Fora.

Tendo sido os abaixo assinados encarregados por esta Câmara para marcar o Cemitério para a nova Capela de São Pedro, neste distrito, fomos à Ex-Colônia de D. P. 2º e na Colônia de Henrique Sebastião encontramos a Capela começada, tendo já alguns baldrames de pedras peito. Seguindo na Colônia vizinha, pertencente ao Sr. Leopoldo Schefer e sua mulher D^a Catharina, os quais estando presentes, ofereceram e assistiram a marcar o terreno para o cemitério, e marcamos 50 metros pela divisa acima, começando da estrada e por cima, medimos outros 50 metros e daí medimos outros 50 que terminou na mesma estrada, ficando assim 50 metros em quadro, tendo maior extensão na estrada, por ter esta, uma curva. Neste terreno marcamos 30 metros com 50 de fundos para o cemitério dos católicos e 20 metros com o mesmo fundo de 50 para protestantes; cujas divisões ficaram competentemente estacadas e bem visíveis para os tapumes, e tendo todos os moradores vizinhos ficado contentes por se acharem presentes. Demos por feita a dita marcação. E por isso firmamos o presente. Juiz de Fora, 23 de Agosto de 1884.

Victorino de S^a Braga.

³²⁰ Em seu livro intitulado “São Pedro – o coração da Colônia Alemã de Juiz de Fora”, a autora afirma ter sido o imigrante badênio, Sebastian Kunz, o responsável por doar além do terreno para a construção da Igreja, também uma parte para instalação do referido cemitério comunitário: “Além de doar as terras para a construção da nova igreja na Colônia Dom Pedro II, Sebastião Kunz destinou uma parte de seu terreno para o estabelecimento de um cemitério. Em julho de 1884, a comissão apresentou junto à Câmara Municipal de Juiz de Fora o pedido de demarcação da área e a respectiva autorização.” COUTO 2018, op. cit. p. 89.

Benjamin Anto. Corr^a.³²¹

O Cemitério de São Pedro, pois, possui algumas similaridades e sua trajetória histórica encontra ressonância com o Cemitério da Glória. Ele está localizado no interior da antiga Colônia Agrícola Dom Pedro II, e como mencionado anteriormente, assim como o Cemitério da Glória, está dividido em duas alas com administrações distintas: a ala da Comunidade Católica Paroquial Arquidiocesana de São Pedro e a ala da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Paróquia de Juiz de Fora. Além disso, possui uma gama de jazigos perpétuos, pertencentes às antigas famílias de colonos germânicos. Ao adentrarmos no espaço, podemos identificar alguns exemplares como os túmulos de João Valentin Laier e sua esposa Isabel Umbelinda³²² e o do imigrante tirolês Peter Paul Kelmer e sua esposa Josepha Prugger.³²³



Figura 43: À esq. a lápide no túmulo de Peter Paul Kelmer e Josepha Kelmer, nasc. Prugger. Foto tomada por Mayara C. de Souza Paiva, gentilmente cedida pela família para esta pesquisa. À dir., lápide de João Valentin Laier. Foto do autor, autorizada pela família.

³²¹ Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora. Fundo Câmara Municipal – Império. Segunda Parte: Administração Municipal. VI – Órgãos Municipais. 116/3 – Documentos referentes à sepultamentos no Cemitério Municipal. *Sepulte-se 1864-1878. 800 itens.

³²² Johann Valentin Franz Leier nasceu no dia 04 de outubro de 1862 em Juiz de Fora. Filho dos imigrantes badênios Johann Valentin Leier e Theresia Franck. Sobre isto, ver (ZIMMERMANN, op. cit. p.178).

³²³ Alguns anos antes de migrar para o Brasil com a família, Joseph Kelmer ainda se encontrava residindo em Thaur, no Tirol com sua esposa grávida. Foi então que no dia 23 de Junho de 1855, às 11 horas da manhã, Anna Barbara Hoppichler deu a luz ao seu caçula Peter Paul Kelmer. às 11 horas da manhã. E já no dia seguinte seus pais providenciaram seu batismo. [Informações retiradas do livro de batismos nº 14 da Paróquia de Thaur (1829-1876). Página: 18, termo 10]. Vindo com eles a bordo do veleiro Gundela, Peter Paul contraiu matrimônio anos mais tarde em Juiz de Fora, com Josepha Prugger, nascida em 05 de Agosto de 1859, filha dos imigrantes tirolezes Joseph Franz Prugger e Maria Anna Leyr. A cerimônia ocorreu no dia 15 de Julho de 1877. Ele contava com 22 anos e sua noiva com a idade de 17 anos. Sobre isto, ver: (ZIMMERMANN, op. cit. p. 2015.p.133).

IV. I – A Ala da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana.

Na imagem que trazemos na introdução deste capítulo (fig. 40), vemos a entrada do Cemitério da Glória contendo um caminho que o divide em duas alas: católica e Luterana. Ambas são portadoras de uma parcela significativa da memória dos imigrantes germânicos ao longo do tempo, sendo a Ala Evangélica de Confissão Luterana, onde esses vestígios aparecem com mais recorrência. Não somente os jazigos, mas a área arborizada, em sua totalidade encontra-se mais bem preservada em comparação com a ala vizinha. Isso pode ser explicado pelo fato de que a religião luterana era o elemento incomum em Juiz de Fora e conseqüentemente o número de fiéis se limitava às famílias dos imigrantes que ali chegaram em 1858 e nos anos seguintes. Ao contrário dos católicos, que além dos colonos, também congregavam em torno do catolicismo os habitantes locais e os colonos brasileiros integrados a partir de 1864 na Colônia Dom Pedro II pelo comendador Mariano Procópio.

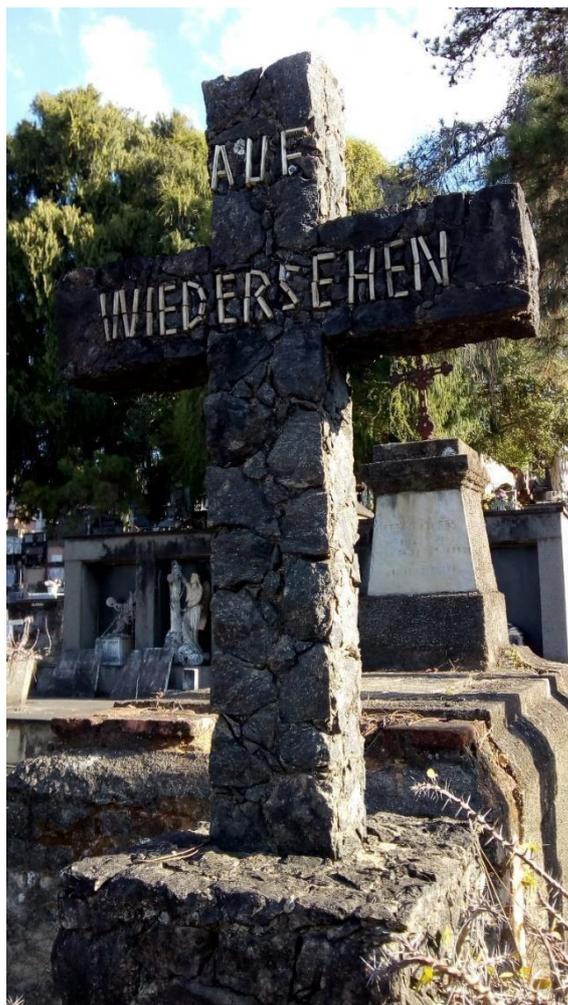


Figura 44: Cruzeiro no túmulo de Joachin Friedrich Dose. Foto tirada pelo autor em 16 de Julho de 2021.

Como primeiro exemplar daquela ala, temos o Túmulo de Joachin Friedrich Dose (Figura 44), imigrante advindo de Süssau, no antigo Ducado de Holstein. Ao vir só, o imigrante *holsteiner* contraiu matrimônio em Juiz de Fora no dia 28 de Janeiro de 1861 com Maria Gutbelert,³²⁴ natural da aldeia de Haselstein, a leste do antigo Grão-Ducado de Hessen. Sobre seu túmulo, ornado em pedras, há uma cruz petrificada com a inscrição em alemão “Auf Wiedersehen” que significa “Adeus”. Além da expressão de despedida dos seus que ficaram, consta também em seu túmulo a lápide (Figura 45) com a seguinte mensagem em alemão:



Figura 45: Túmulo de Joachin Friedrich Dose. Jazigo número 1 da Ala da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Juiz de Fora. Foto tirada pelo autor em 16 de Julho de 2021.

“Aqui descansa em Paz Joaquim Friedrich Dose. Nascido aos 05 de Maio de 1832. Falecido aos 19 de Fevereiro de 1907. Reposa suavemente a sua face. Lembranças de sua Família.”³²⁵

³²⁴ Livro de Sacramentos nº 1 da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Juiz de Fora; Sessão Casamentos, folha solta sem numeração, termo 06.

³²⁵ Tradução nossa. Por algum motivo que não foi possível precisar, o primeiro nome de Joachin fora traduzido em sua lápide para o português, com a grafia “Joaquim.” Transcrição da lápide: “*Hier ruht in Frieden Joaquim Friedrich Dose. Geboren den 5. Mai 1832. Gestorben den 19. Februar 1907. Sanft ruhe seine Ache. Andenken von seiner Familie.*”

Outros túmulos da ala luterana que permanecem exalando os sinais da presença germânica em Juiz de Fora através dos tempos, se impõem pela importância artística, simbólica e ou histórica. O mausoléu da Família Krambeck é um deles, que atrai a atenção do visitante por sua exuberância e seu estilo arquitetônico. Executado em estilo neogótico, contendo na fachada um portão de estrutura metálica que dá acesso ao interior da câmara mortuária. O portão não se encontra no centro da estrutura, mas à esquerda de quem o observa. Seu gradil é dividido por seis quadrantes, sendo cada um deles ornado em forma de uma estrela de oito pontas e uma de quatro ao centro das outras duas. Acima do portão está grafado o núcleo social ao qual estão associados os que ali jazem: “Família Krambeck”.



Figura 46: Ala da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Juiz de Fora. Fachada do Mausoléu da Família Krambeck. Foto tirada pelo autor em 10 de Dezembro de 2016.



Figura 47: Ala da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Juiz de Fora. Cobertura do Mausoléu da Família Krambeck. Foto tirada pelo autor em: 10 de Dezembro de 2016.

Na área que compreende a cobertura, é possível notar a presença de um muro de baixa altura cercando toda a área, estruturado artisticamente em formatos pontiagudos, imitando os moldes da estrela que ornamenta o portão da parte térrea (Figura 47). Sobre ele, dois grandes vasos negros. Ao centro frontal um pequeno portão igualmente de estrutura metálica que dá acesso à parte de cima e no centro posterior do mural, um ponteiro maior que o compreende estando grafado em alemão “Familie Krambeck” e sobre a inscrição, uma cruz constituída do mesmo material do letreiro.

Abaixo, a lápide em língua alemã indicando os que ali jazem: “*Andreas Nicolaus Krambeck (2. Febr. 1801 – 3. Sept. 1874); Lúcia Krambeck (20. März 1822 – 28. Dez. 1888); Detlef Krambeck (19. Mai 1850 – 27 Jan. 1912); Johanna C. E. Krambeck (13. Febr. 1850 – 25 Juni. 1929).*” Além da nomenclatura datada dos falecidos, a lápide também traz uma referência cristã como mensagem pós morte: “*o sangue de Cristo e sua justiça são minha jóia e meu manto. Com isso quero apresentar-me diante de Deus quando ascender ao céu*”³²⁶

³²⁶Transcrição da lápide: “*Christi Blut und Gerechtigkeit, das ist mein Schmuck und Ehrenkleid, damit will ich vor Gott bestehn, wenn ich zum Himmel werd eingehn.*”



Figura 48: Ala da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Juiz de Fora. Lápide do Mausoléu da Família Krambeck. Foto tirada pelo autor em 10 de Dezembro de 2016.

É interessante ressaltar que Detlef Krambeck não adveio com a grande leva de imigrantes germânicos contratados por Mariano Procópio em 1858. Este personagem aqui retratado migrou para Juiz de Fora em 1861, por ocasião da inauguração da Companhia União e Indústria. Junto dele, deixou a Fazenda Coroas - localizada entre os Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, sua mãe e seu pai, o patriarca Andreas Nicolaus, Krambeck. Após o falecimento do pai, Detlef já havia se casado no Rio de Janeiro com Johanna Catharina Elisa Krancher, filha dos imigrantes João Krancher e Maria Elisa Krancher.³²⁷ Como vimos, além de Andreas, também sua esposa também descansa naquele espaço fúnebre.

Com a estadia em Juiz de Fora, Detlef Krambeck professou a fé na doutrina luterana, onde mostrou-se participativo como membro da Comunidade Evangélica. Foi ele também o responsável junto à Comissão formada pelos senhores Heinrich Julius Griese, João Surerus e Henrique Surerus, para elaborar o projeto arquitetônico e gerenciar a construção do primeiro templo da comunidade Luterana, denominado 'Casa de Oração'. (KAPPEL, 2002)³²⁸

Além de atuante em seu meio, Detlef buscou constituir laços com os membros também influentes da comunidade luterana. Esse processo se converteu numa via de mão dupla. Enquanto a comunidade prosperava economicamente através de seus membros, as famílias adquiriam boas oportunidades de ascender socialmente. Assim podemos observar através dos casamentos contraídos pela família Krambeck.

³²⁷ ZIMMERMANN, op. cit. p. 287.

³²⁸ LIRA, op. cit. p. 18.

Wilhelmine Catharine Jakobine Krambeck, a primogênita de Detlef,³²⁹ foi a primeira dos filhos a contrair matrimônio.³³⁰ O noivo era Heinrich Surerus, filho de Valentin Surerus e Marie Faulhaber - colonos germânicos de Petrópolis erradicados em Juiz de Fora a partir da década de 70 do século XIX. Oito anos depois, transcorreu as núpcias do irmão mais novo de Wilhelmine. João Christiano Krambeck³³¹ uniu-se à Christina Sophia Griese,³³² filha do antigo artífice e então Presidente da Comunidade, Heinrich Julius Griese.³³³ Em seguida, dois outros noivos também se receberam em casamento, unindo ainda mais as famílias: Christian Detlef Griese,³³⁴ irmão de Christina Sophia e Louise Julia Krambeck,³³⁵ irmã de Wilhelmine e João Christiano.³³⁶

³²⁹ Wilhelmine Catharine Jakobine Krambeck nasceu na Colônia Dom Pedro II no dia 04 de Novembro de 1874, às 3 horas da tarde e foi batizada no dia 08 de Novembro do mesmo ano (Livro de Sacramentos nº 1 da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Juiz de Fora; folha solta sem numeração, termo 204).

³³⁰ Heinrich Surerus, filho de Valentin Surerus e sua esposa Marie nascida Faulhaber, com 36 anos e meio e Wilhelmine Krambeck, filha de Detlef Krambeck e sua esposa Elise Kancher (*Krancher*), de 22 anos, receberam-se em matrimônio no dia 21 de Novembro de 1896, após os proclamas haverem corrido uma única vez. Foram testemunhas do ato: o professor da colônia, Max Engel e sua esposa Charlotte Surerus, irmã de Heinrich. (Trau-Register der evangel. Gemeinde zu Juiz de Fora - Band II. Vom Oktober 1887. Página: Termo: 4). Transcrição e tradução nossa.

³³¹ Johann Christian Krambeck, nasceu no dia 20 de Julho de 1879 e foi batizado no dia 15 de Agosto do mesmo ano. Foram padrinhos: Johann Wriedt e Christina Kähler. (Livro de Sacramentos nº 1 da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Juiz de Fora; página 43, termo 304).

³³² Christina Sophia Griese, nasceu no dia 04 de Setembro de 1881 e foi batizada no dia 02 de Outubro do mesmo ano. Foram padrinhos: Eduard Hertel e Christina Hertel. (Livro de Sacramentos nº 1 da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Juiz de Fora; página 49, termo 347).

³³³ Johann Christian Krambeck - filho de Detlev Krambeck e de Johanna Catharina Elisa, nascida Krancher, nascido aos 20 de Julho de 1879 em Juiz de Fora; e com Christina Sophia Griese - filha de Carl Heinrich Julius Griese e de sua falecida esposa Sophia Dorothea Griese, nascida Schröder; nascida aos 04 de Setembro de 1881. Casaram-se aos 16 de Abril, às 6 horas da noite, na Igreja, após apresentarem o atestado de casamento civil. Foram testemunhas: Rudolf Neubauer e sua esposa, a Sra. Catharina nascida Griese. (Trau-Register der evangel. Gemeinde zu Juiz de Fora - Band II. Vom Oktober 1887. Página: Termo: 4). Transcrição e tradução própria do autor.

³³⁴ Christian Detlef Griese nasceu no dia 08 de Abril de 1873, às 5 horas da tarde e foi batizado no dia 21 de abril do mesmo ano. Na ocasião, foram padrinhos Christian Detlef Schröder e sua esposa Dorothea Elisabeth Schröder. (Livro de Sacramentos nº 1 da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Juiz de Fora; folha solta sem numeração, termo 175).

³³⁵ Louise Julia Krambeck, nasceu no dia 21 de Julho de 1881 e foi batizada no dia 04 de Setembro do mesmo ano. Foram padrinhos: Julio Ribeiro, Georg e Louise Maria Krambeck (Livro de Sacramentos nº 1 da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Juiz de Fora; página 48, termo 343).

³³⁶ Christian Detlef Griese - filho de Karl Heinrich Julius Griese e sua falecida esposa Sophia Dorothea nascida Schröder, nascido em 08 de Abril de 1873 em Juiz de Fora. E Luise Julia Krambeck - filha de Detlef Krambeck e sua esposa Johanna Katharina Elisa, nascida Krancher, nascida em 21 de Julho de 1881 em Juiz de Fora. Após os proclamas haverem corrido duas vezes, ambos receberam-se em matrimônio no dia 04 de Abril de 1911, às 7 horas da noite, na Igreja. Foram testemunhas do ato: Johann Christian Krambeck e Cornélio Charlier Nunes. (Trau-Register der evangel. Gemeinde zu Juiz de Fora - Band II. Vom Oktober 1887. Página: Termo: 4). Transcrição e tradução nossa.



Figura 49: Foto das Famílias Krambeck, Surerus e Faulhaber. Foto trabalhada visualmente e cedida por Roberto Dilly.³³⁷

Acima Temos uma foto da Família Krambeck e seus membros agregados das mais influentes entre a Comunidade Evangélica de Confissão Luterana. Da esquerda para a direita: Henrique Surerus; Henrique Krambeck; João Krambeck; Deolinda Krambeck; Christina Griese (esposa de João Christiano Krambeck); seu sogro Detlef Krambeck (acima); Luiza Krambeck; Pedro Krambeck; Professor Max Engels (à esquerda de Pedro); Roberto Surerus (à esquerda abaixo de Christina Griese); Alfredo Surerus (abaixo); Maria Carlota Faulhaber; Natalina Surerus; Johanna Christina Krancher Krambeck; Guilhermina Krambeck; Caroline Elise Krambeck e Paulo Surerus (abaixo de Henrique Surerus).³³⁸

Em algumas fotografias encontra-se sintetizado o sentimento de pertencimento à família ou a emoção da recordação de uma vivência passada. Algumas fotografias, mais que outras, trazem a síntese do que se pretende captar da imagem impressa no papel fotográfico. São estas as boas fotos. Na fotografia antiga do grupo de família, visualiza-se o modelo de família: a grande família, cujas relações estão estabelecidas anteriormente à existência dos indivíduos particulares que a compõem.³³⁹

Interessante notarmos que nesta foto (Figura 49) as mulheres ocupam os espaços centrais junto às crianças. Ao centro estão as senhoras mais velhas: dona Maria Carlota Faulhaber e Johanna Christina Krancher Krambeck. A relevância de ambas no grupo justifica-se pelo grau de experiência vivida na sociedade e a

³³⁷ ZIMMERMANN, op. cit. p. 289.

³³⁸ Idem, p. 289.

³³⁹ BARROS, 1989. op. cit. p. 39.

transmissão dos valores adquiridos com a idade avançada. Eis as matriarcas, que aparecem sentadas em sinal de autoridade e vestidas de preto. No século XIX e início do XX, as senhoras idosas preteriam pela referida cor ao viver o luto e para demonstrar o respeito tendo em vista sua faixa etária, ao contrário das mais jovens que trajam vestes claras. Alguns membros agregados da família aparecem ocupando segundo ou terceiro plano, ou os espaços laterais, com exceções como a de Detlef Krambeck. Geralmente os homens são relegados a este patamar em relação às mulheres, mas suas condições e o lugar que ocupam na foto parecem não ser relevantes. A importância está em tomar presença na foto e o pertencimento à “grande família” citada acima por Myriam Barros. Como posto anteriormente, as relações que precederam a existência dos indivíduos estão todas alinhavadas: matrimônios formados e laços de filiação que compunham a estrutura da civilização cristã, neste caso, protestante.

Outro não menos importante que se faz presente aqui é o jazigo do Pastor Johannes Casper Schmierer e sua esposa, a Sra. Wilhelmine Kolsch (Figura 50). Ele traz nas pedras de mármore negro os nomes e as datas de nascimento e óbito dos falecidos, escritos ainda em alemão arcaico do século XIX: *“Hier Ruht Pastor J.C.Schmierer geboren den 31. März 1848, gestorben den 9. März 1896.”* (pt. aqui descansa J. C. Schmierer, nascido aos 31 de Março de 1848, falecido aos 9 de Março de 1896); *“und seine erste Gattin Wilhelmine Kolsch – Sie ruhen sanft in Ihrem Erlösser”* (pt. e sua primeira esposa Guilhermina Kolsch – Eles descansam suavemente em Vosso Redentor). Além Dessas inscrições, há também uma pequena escultura em formato de bíblia com as seguintes frases em alemão: *“Ich habe einen guten Kampf gekämpft, ich habe den Lauf vollendet, ich habe Glauben gehalten. Hinfort ist mir beigelegt die Krone der gerechtigkeit”* (pt. Cobati o bom combate, completei a corrida, conservei a fé. Doravante me é dada a coroa da justiça). Tal inscrição faz alusão à passagem bíblica contida na segunda carta de São Paulo a

Timóteo, capítulo 4, versículos de 7 a 8a.³⁴⁰³⁴¹ Assim a vida do Pastor Schmierer foi considerada pela comunidade a qual pastoreou, como reflexo da vida do Apóstolo Paulo.



Figura 50: Túmulo do Pastor Johannes Casper Schmierer e sua esposa Wilhelmine Kolsch. Fotos tiradas pelo autor em 06 de Setembro de 2015.

Este exemplar conta por si só a história da Comunidade Luterana em Juiz de Fora dada a importância de sua presença no espaço fúnebre. O túmulo se encontra exatamente no centro da ala evangélica, e sua localização pode ser interpretada como a figura bíblica do pastor ao centro do rebanho.³⁴² Era através da liderança central do

³⁴⁰ A fim de elucidar o contexto pela qual a passagem foi escrita, convém-nos trazer aqui alguns comentários bíblicos sobre a situação de seu autor. Vejamos: “Paulo está de novo na prisão em Roma, provavelmente pelo ano 67. As condições são duras, bem diferentes da prisão domiciliar, quando ainda podia pregar livremente. O Apóstolo se sente só, ninguém o defendeu no tribunal, seus dias estão contados, e ele se prepara para o martírio. Frente ao abandono, incompreensão, torturas e próxima execução, Paulo continua firme e dá graças. [...] O tema central da carta são as considerações sobre os ‘últimos dias.’ Trata-se dos últimos tempos de Paulo, prisioneiro, doravante próximo a partir, e também dos últimos tempos da Igreja.” | “6-8: Frente à certeza do martírio, Paulo se compara a um atleta que recebe o prêmio da vitória. Ele sabe que sua vida foi inteiramente dedicada a propagar e sustentar a fé.” Bíblia Sagrada, Edição Pastoral. Sociedade Bíblica Católica Internacional e Paulus, 1990. Rua Francisco Cruz, 229 – São Paulo. Páginas: 1535 e 1538.

³⁴¹ Transcrições e traduções próprias, com auxílio do “Novo Dicionário Alemão-português e Português-Alemão de A. Apell, Aillaud & Cia. Boulevard Montparnasse, nº 96, Paris / Rua Áurea I, nº 242, Lisboa (filial). 1901.

³⁴² Evangelho de São João 10, 1-5. Bíblia Sagrada, Edição Pastoral. Sociedade Bíblica Católica Internacional e Paulus, 1990. Rua Francisco Cruz, 229 – São Paulo. Página: 1369.

Pastor que a comunidade se desenvolvia. A Comunidade juiz-forana foi formada em 1862, desmembrando-se, pastoralmente da Comunidade de Petrópolis e passando a lavrar seus próprios livros de sacramentos, isto é: batismos, casamentos e óbitos de seus confessores. Ainda que emancipados, os colonos juiz-foranos continuavam sendo assistidos periodicamente pelos Pastores petropolitanos e não dispunham de um sacerdote presente, convivendo entre eles, como os católicos tinham na presença do Frei Emmerich Hofer e posteriormente, do Pe. Adolpho Januscka. Já na década de 80 do século XIX, a Comunidade então constituída de uma diretoria e de estatutos próprios,³⁴³ priorizou a contratação de um pastor efetivo que os servissem e viu em Johannes Casper Schmierer (Figura 51), o melhor indicado para a missão. Naquela ocasião, o mesmo havia servido à Comunidade Luterana de Sapiranga, no Rio Grande do Sul. Foi então que em 30 de Agosto de 1887 chegava à cidade o primeiro reverendo a assumir definitivamente Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Juiz de Fora.³⁴⁴

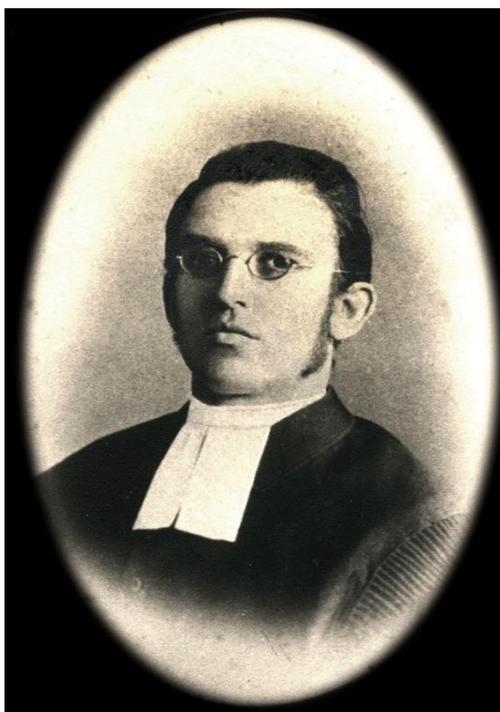


Figura 51: Pastor Johannes Casper Schmierer. Foto do Acervo do Instituto Teuto-Brasileiro William Dilly.

³⁴³ A diretoria formada em 1885 era composta pelos senhores Heinrich Julius Griese - como Presidente; Peter Schubert; Max Engel; Anton Munck; Christian Lempke e Pedro Gerheim. Sobre isso, ver: KAPPEL, op. cit. p. 39.

³⁴⁴ Idem, p. 43.

Igualmente significativo na Ala Luterana é o túmulo de Carl Heinrich Julius Griese (Figura 52). Significativo não apenas por Griese ser o único artífice que podemos identificar até a presente pesquisa, mas também por outro aspecto histórico que o compõe: o fato de Griese ter sido membro ativo na comunidade luterana, se destacando como Presidente do primeiro Presbitério da igreja em Juiz de Fora.³⁴⁵ Dá-se o nome de Presbitério na tradição luterana ao corpo administrativo da comunidade paroquial, composto por seus membros. Cabe ao Presbitério gerenciar, por exemplo, a contratação de pastores e funcionários, bem como zelar pelo seu patrimônio físico, como casas paroquiais, secretariados, templos, etc. Deste modo, podemos nos referir também ao artífice holsteiner como o primeiro administrador da Ala Luterana após a Companhia União e Indústria haver confiado a administração do espaço fúnebre aos respectivos Cultos Católico e Evangélico.



Figura 52: Túmulo do artífice, mestre segeiro Carl Heinrich Julius Griese e sua família. Foto tirada pelo autor em: 06 de Setembro de 2015.

Como podemos observar, o túmulo do mestre segeiro Carl Heinrich Julius Griese, está localizado numa área distante das demais quadras, mas próximo à

³⁴⁵ A diretoria formalmente se estabeleceu em 1885, quando a Comissão Liquidante da Companhia União e Indústria doou de maneira efetiva seus bens aos colonos que aqui tinham se estabelecido. No entanto, no período em que os colonos apenas administravam esses bens em favor da empresa, incluindo o Cemitério, podemos observar o artífice Griese liderando as comissões para o Culto Evangélico nos interesses dos colonos luteranos. Observar informações trazidas neste trabalho, no terceiro tópico do capítulo 3. Sobre a formação do Presbitério, ver: KAPPEL, op. cit. p. 39.

Capela construída em tijolos aparentes, situada quase no limite final da ala luterana. Esta capela serviu à comunidade como necrotério, visto que seu espaço não comporta o necessário à realização de cultos com a presença da assembleia. Tomemos também como simbólico o fato da última morada de Griese estar próxima do pequeno templo. Sua dedicação à comunidade como seu primeiro líder está refletido no espaço fúnebre, solidificando a memória do velho artífice. Contribui para esta memória perpetuada as diversas lápides e monumentos que adornam o túmulo. Abaixo, a lápide indicando os que ali jazem: além de Griese, também sua esposa Dorothea Sophia Schröder. Assim como as demais trazidas aqui, os dados também se apresentam em língua alemã. É o caso da lápide que trazemos abaixo (Figura: 53). Nela consta a descrição que traduzimos: “*Dorothea Sophia Griese “nascida Schröder”*. Nascida em 16 de Março de 1839. Falecida em 9 de Junho de 1892. | *Heinrich Julius Griese, nascido aos 3 de Julho de 1826. Falecido aos 2 de Agosto de 1917.*”



Figura 53: Lápide no túmulo do artífice Griese. Foto tirada por Vilmar Kelmer em 06 de Julho de 2021.



Figura 54: Um dos monumentos contidos no túmulo do artífice Griese. Foto tirada por Vilmar Kelmer em 06 de Julho de 2021.

Um dos monumentos aqui presente se encontra na parte superior do túmulo e aparentemente se trata da base de um cruzeiro que já não mais existe (Figura 54). Esta base foi produzida e instalada pelos filhos do casal e traz consigo um epitáfio também em língua alemã *“Hier ruhen unser lieben Eltern.”*, que significa *“Aqui descansam os nossos amados pais.”* Somado ao epitáfio, está a citação do versículo 12 do salmo 90, que não reflete apenas a proximidade com a língua alemã e as letras bíblicas, mas também a consciência da realidade da vida diante da morte. Assim aparece: *“Lehre uns bedenken dass wir sterben müssen auf dass wir klug werden. Ps 90/12.”*, que traduzindo, diz: *“Ensina-nos que devemos considerar que nós morremos para que nós nos tornemos sensatos. Sl 90, 12.”*

Infelizmente não foi possível localizar até a presente pesquisa, uma fotografia de Carl Heinrich Julius Grise a fim de apresentá-lo ao leitor. No entanto, encontramos uma fotografia de sua filha, Christina Sophia Griese, que entendemos por bem retratá-la (Figura 55), não apenas pelo fato de sua ligação paterna, mas por ilustrar também um dos casamentos realizados entre os membros da família Krambeck, citados anteriormente.



Figura 55: Christina Sophia Griese vestida de branco, ao lado de seu marido João Christiano Krambeck.³⁴⁶

Outro jazigo que desperta a atenção tanto do pesquisador, quanto daqueles que apenas visitam a ala da comunidade luterana é o da família Müller (Figura 56). Situado na metade da quadra próxima à entrada principal da ala, ele foi construído em formato duplo, a fim de compor dois monumentos em um. Preservando ainda as antigas lápides, denunciam os sepultados Johann Müller e ao lado, Magdalena Müller (nascida Stumpf).³⁴⁷ Tratam-se do patriarca e da matriarca da família, que cruzaram o oceano em 1858 a bordo do veleiro Tell, o primeiro a aportar no Porto do Rio de Janeiro. O casal de 40 e 31 anos, respectivamente, vinham do vilarejo de Wendelsheim, localizado na atual cidade de Darmstadt, naquela época, pertencente ao Grão-Ducado de Hessen.

³⁴⁶ ZIMMERMANN, op. cit. p. 289.

³⁴⁷ Lápide à esquerda: "Hier Ruht in Frieden Johann Müller. Geb. 29 Mai. 1918. Gest. 20 Nov. 1895." Lápide à direita: "Hier ruht in Frieden Magdalena Müller. Geb. 18 Feb. 1826. Gest. 4 Dez. 1895."



Figura 56: Túmulo duplo da Família Müller. Foto do autor, tirada em 11 de Março de 2022.

Eles viajaram acompanhados dos quatro filhos: Margaretha de 9 anos, Johann de 5, Philipp de 7 e o bebê Jacob com pouco mais de 1 ano de idade – este, falecendo poucos meses após a chegada no Brasil, no dia 29 de Outubro de 1858.³⁴⁸³⁴⁹ Na lista de bordo do Porto de Hamburgo, Johann Müller é apontado como agricultor e esta foi a função com que ele se ofereceu para servir à Companhia União e Indústria. Ou seja, a família Müller, uma vez no Brasil, se fixou como colonos no interior da Colônia Dom Pedro II e atualmente, é muito presente sobretudo no bairro São Pedro. Um dos filhos, Philipp, se casou com Christina Weitzel e deu origem a um ramo católico da família. Ambos eram pais de Anna Müller, que por sua vez casou-se com Sebastião Peters, neto de Sebastian Kunz, fundador da cervejaria Barbante e doador do terreno para a construção da Igreja de São Pedro, como vimos anteriormente. A seguir trazemos uma importante fotografia de Philipp Müller e sua família.

³⁴⁸ Informações obtidas pela transcrição da listagem de bordo do Porto de Hamburgo. N^os: 147-152. Disponível em: CLEMENTE, op. cit. p. 233.

³⁴⁹ ZIMMERMANN, op. cit. p. 54.



Figura 57: Johann Müller e Christina Weitzel com os filhos. Foto trabalhada visualmente, e cedida por Roberto Dilly.³⁵⁰

Marcar a sua identidade através da inserção em famílias consideradas importantes, seja do ponto de vista político e econômico, seja também por sua força moral, representada pelas figuras de patriarcas e matriarcas que congregam os familiares por muito tempo, estando as crônicas sempre revivendo a importância da união familiar.³⁵¹

Myriam Barros explicita o aspecto mais relevante contido na foto acima (Figura 57). Podemos extrair da imagem, a união dos familiares, no caso, dos filhos de Philipp Müller e Christina Weitzel, em seu entorno. A força simbólica presente na figura dos patriarcas revela não apenas proteção, mas o elo existencial e a referência identitária do sujeito. Esse ato de unir a família em torno de si, muitas vezes se transforma em tradição que perdura por gerações. Eles aparecem ao centro e são os únicos assentados, denotando autoridade sobre os demais presentes. E de igual modo, os filhos caçulas são aqueles que mais necessitam de cuidado, portanto, aparecem ao colo de um e de outro. A espontaneidade e agitação típica das crianças menores também exigem atenção dos pais. A eles é cabida a missão de estagnar essa euforia ao menos no instante da foto. Por fim, outro aspecto importante na foto é a divisão

³⁵⁰ Esq./dir.: Elisa, Anna, Christina, Carolina, Antônio, Benjamin, João e Felipe. Christina Witzel com Augusto em seu colo, Philipp Müller com Jacob ao seu colo e Teófilo ao seu lado. Ano: 1890. Disponível em: ZIMMERMANN, op. cit. p. 56.

³⁵¹ BARROS, 1989. op. cit. p. 35.

dos filhos. Os meninos estão posicionados ao lado direito, no entorno do pai e as meninas ao lado esquerdo, no entorno da mãe. Assim, desde a infância eram definidos os papéis destinados aos homens e às mulheres, tendo referência o pai e a mãe, respectivamente. Aqui está explícito o lugar social ocupados por ambos na sociedade.

Tão quão numerosa quanto a Família Müller, é a Família Lawall, presente em praticamente todas as regiões do extenso domínio da Companhia União e Indústria: Rua Bernardo Mascarenhas (outrora Villagen da Colônia) e na antiga Colônia Dom Pedro II, compreendendo o atual bairro São Pedro, mas sobretudo no bairro Borboleta, onde possui uma comunidade que comumente é conhecida como “Grotas dos Lawall.”³⁵² É importante ressaltar que haviam em 1858, duas famílias Lawall migradas para o Brasil: a primeira esteve a bordo do veleiro Tell tendo à sua frente Philipp Lawall e sua esposa Maria Jacobina Ruppert, oriundos de Erbes-Büdesheim, pertencente ao antigo Grão-Ducado de Hessen.³⁵³ O outro núcleo familiar que nos referimos, era chefiado pelo patriarca Georg Philipp Lawall e sua esposa Philippine Katharina Hartmann, vindos do mesmo vilarejo que Philipp e Maria Jacobina. Georg era lavrador e contava com a idade de 35 anos quando chegou ao Brasil, assim como sua esposa Philippine. Curiosamente, Georg havia aniversariado a bordo do veleiro Gessner, quando esteve acompanhado também de seu filho Jacob de 14 anos e mais três crianças que não sabemos o grau de parentesco, apenas que levavam o sobrenome Hartmann de Philippine.³⁵⁴ A seguir, o túmulo do casal na Ala Luterana do Cemitério da Glória (Figura 58).

³⁵² A conhecida “Grotas dos Lawall” compreende um pequeno vilarejo localizado no início bairro Borboleta, seguindo a Rua Antônio Fellet antes de cruzar para a Rua Júlio Menini que dá acesso ao centro do bairro. Ele ficou desde muito tempo conhecido por esse nome por provavelmente ter se fixado ali um grande número de membros de uma das ou ambas as Famílias Lawall, contratadas em 1858 por Mariano Procópio. Essa presença marcante ainda é sentida, com seus descendentes ainda habitando o local, bem como externada no nome do logradouro “Jacob Lawall”.

³⁵³ Ver: lista de bordo dos veleiros digitalizadas e publicadas em: ZIMMERMANN, op. cit., p.361.

³⁵⁴ Vieram a bordo do veleiro Gessner com Georg, Philippine e Jacob Lawall: Philippine Hartmann, de 9 anos, Philipp Hartmann de 6 anos e Maria Hartmann, de 2 anos. Idem, p. 366.



Figura 58: Túmulo de Georg Lawall e Philippine Hartmann. Foto do autor. 11 de Março de 2022.

Apesar de terem vindo aparentemente, com apenas um filho, instalados em Juiz de Fora, nasceram os demais. O primeiro a alavancar a lista foi Philipp Heinrich, que nasceu no dia 29 de Setembro de 1858,³⁵⁵ o que concluímos que Philippine havia viajado grávida como exemplo de outras mulheres que aqui citamos, contratadas com suas famílias por Mariano Procópio. Outros dois filhos do casal que também nasceram no Brasil são Eberhardt³⁵⁶ e Johann Lawall. O primeiro, citamos no capítulo anterior desta pesquisa, o qual contraiu matrimônio com Margaretha Wendel, convertida do catolicismo.³⁵⁷ O segundo gerou numerosa e tradicional família alemã, fixando-se na antiga Villagen da Colônia, atual Avenida Olavo Billac, 98, bairro Fábrica. Abaixo temos a fotografia de Frau Gertrudes Limp, esposa de Johann Lawall. Ocupando o centro, está ladeada por seus filhos: à sua direita Roberto e à sua esquerda João. Atrás, suas filhas, da esquerda para direita de quem observa: Frida, Paula e Natalina.

³⁵⁵ Philipp Heinrich Lawall foi batizado no dia 31 de Outubro de 1858, na ocasião das comemorações dos 341 anos da Reforma Luterana. Seu registro consta no Livro de Sacramentos 1 da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Juiz de Fora. Página avulsa.

³⁵⁶ Eberhardt nasceu no dia 08 de Janeiro de 1864 e foi batizado no dia 07 de Fevereiro daquele mesmo ano. Foram padrinhos: Elisabeth Wagner e Eberhardt Stilling (Stehling). (Livro de Sacramentos 1 da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Juiz de Fora. Página 05.)

³⁵⁷ Ver Página 115, capítulo terceiro desta pesquisa.



Figura 59: Família de Gertrudes Limp e Johann Lawall. Acervo de seu neto, Isaías Lawall.

O grupo familiar se destaca como referência fundamental para a reconstrução do passado, pois, é a família o objeto das recordações dos indivíduos e o espaço em que essas recordações podem ser avivadas.³⁵⁸

A referência de Myriam Barros compõe a ligação da família e sua capacidade de evocar as memórias no âmbito coletivo do indivíduo. É através do grupo familiar que Isaías Lawall, bisneto de Georg Lawall e Philippina Hartmann, recorda a infância. Infância esta permeada de vivências significativas no antigo terreno situado na atual Avenida Olavo Bilac – parte da antiga Villagen da Colônia que recebera os alemães artífices em 1856. Também estão presentes no depoimento sua relação com o pai e com a avó que não conviveu por muito tempo e são retratados na foto acima (Figura 59). Assim nos diz:

Os olhos azuizinhos de Gertrudes viram mais um neto, Isaías, filho de Roberto, nascer. Contam que ela o pegava no colo e sorria seu sorriso que durou mais dois meses, em corpo já cansado. Maio de 1949 terminava, ela nos deixava. Os pés de manacá, pitanga, café, a goiabeira em cujo galho eu fazia exercícios e artes, bem como saboreava goiabas sem bicho ou com bicho, o forno – ah, o forno! – de onde saíam os aromáticos pães alemães de que ela se orgulhava e com os quais alegrava os de casa e quem chegava, eram a memória de seus passos.³⁵⁹

³⁵⁸ BARROS, 1989. op. cit. p. 33-34.

³⁵⁹ Depoimento concedido por Isaías Lawall no dia 27 de Julho de 2022 e autorizado a publicação para os fins desta pesquisa.

Dessa forma, é retratada na referida foto, a antiga casa de seus avós Johann Lawall e Gertrudes Limp. Esta, sendo mais um importante marco na vida de Isaías, que continua:

Ali naquela casa, que os vizinhos diziam ser dos alemães, muito se conversou e cantou em família, e foi marcante nos sentidos. A alegria de um pai chegando ao final da tarde, princípio da noite, com cheiro de suor, cimento e tinta. Ali, aprendi com esse pai a ler, escrever, fazer contas, contar dinheiro e gostar de livros. Ele bem que tentou me ensinar o alemão que sabia, mas seu aluno querido foi por ele reprovado e perdeu o mestre.³⁶⁰

Myriam Barros em suas análises traça elementos capazes de evocar as lembranças. Mas aponta neste sentido, não apenas os semblantes conhecidos dos pais e avós. Também os ambientes do dia a dia cumprem esta missão e refletem a memória coletiva, porque são usufruídos, ou melhor dizendo, significados pelo grupo. *“Outras imagens têm também este dom sintético, conseguem nos levar para além daquilo que a imagem oferece. Assim são as casas, representação mais contundente do espaço familiar.”*³⁶¹

Por fim, não podemos deixar de mencionar aqui a Capela velório que fora erguida pelos luteranos em 1907 e utilizada também para a prédica do Pastor na data em que se recorda os fiéis defuntos (02 de Novembro). Tomada por seu estilo eclético, ela foi construída com tijolos aparentes assim como várias das casas dos imigrantes germânicos e se encontra preservada em sua integridade artística e histórica na parte superior da Ala, ao lado do túmulo de H. Julius Griese. Outras obras também foram realizadas pelos presbitérios como a construção do muro, chamado “paredão” em 1931, que se encontra presente até a atualidade de frente à ala Evangélica de Confissão Luterana.³⁶²

³⁶⁰ Depoimento concedido por Isaías Lawall no dia 27 de Julho de 2022 e autorizado a publicação para os fins desta pesquisa.

³⁶¹ BARROS, 1989. op. cit. p. 40.

³⁶² Inauguração das novas sacristias e do Ápside com o Vitral na Igreja do Culto Evangélico Mariano Procópio, à rua General Gomes Carneiro, 58, em Juiz de Fora. Domingo de Ramos. Página 16.



Figura 60: Capela Luterana no Cemitério da Glória. Foto cedida por Isaías Lawall – bisneto dos imigrantes Georg Lawall e Philippina Hartmann (em primeiro plano), tomada pelo autor em 21 de Março de 2022.

Assim como os túmulos aqui trazidos, há diversos outros exemplares que mereciam ser mencionados nesta parte da pesquisa. É o caso dos túmulos que na Ala Luterana se encontram absolutamente sem identificação e em ruínas. Verdadeiros achados arqueológicos que escondem pessoas, memórias e parte da história da comunidade local. Assim, a dificuldade nesta pesquisa se apresentou como uma via de mão dupla: de um lado estão os túmulos já descritos, do outro, estão as referências de passamentos trágicos protagonizado pelas famílias germânicas onde o cemitério se faz presente, ao contrário da identificação do jazigo. É o caso do passamento da jovem Catharina Landau, filha dos imigrantes alemães Georg Landau e Eliza Pullig. Georg era de origem luterana e advindo da aldeia de Wallerstädten, Grão-Ducado de Hessen. Ele viajara com sua família a bordo do veleiro Tell, a primeira barca a aportar

no Rio de Janeiro, e chegando à Juiz de Fora, se casou com Eliza Pullig, no dia 07 de Agosto de 1870.³⁶³ Ela que deixara a vila de Gemünden, no Reino da Prússia para embarcar no veleiro Osnabrück, acompanhada de sua família.

Tendo desaparecido a dias da casa de sua família, como noticiamos, Dona Catharina Landau foi encontrada ontem, às cinco horas da madrugada pelo Sr. Jacob Schimmels, o cadáver da infeliz moça no rio Parahybuna, pouco abaixo da ponte que vai à fazenda do Sr. Coronel Manoel Honório, na primeira curva do rio. Comunicado o fato aos pais de Catharina, que há dias a procuravam, na suposição de haver a infeliz se suicidado, estes levaram-no ao conhecimento do delegado de polícia, Sr. Capitão Antônio C. Horta Júnior, que compareceu ao local, acompanhado de seu escrivão e dos peritos Dr. João Martinho e Capitão Antônio Pinto Monteiro. Retirado o cadáver do rio, depositaram-no em um cômodo da casa do Sr. Tarboux e alí procederam ao exame, verificando-se que Catharina falecera de asfixia por submersão. Achava-se na praia grande massa popular, composta na sua maioria de senhoras, que curiosas, se afluíram ao lugar. O cadáver estava em adiantado estado de putrefação. O que levou a vítima a praticar o suicídio foram os fatos íntimos de vida privada. O seu enterro efetuou-se ontem mesmo, no Cemitério da Glória.³⁶⁴

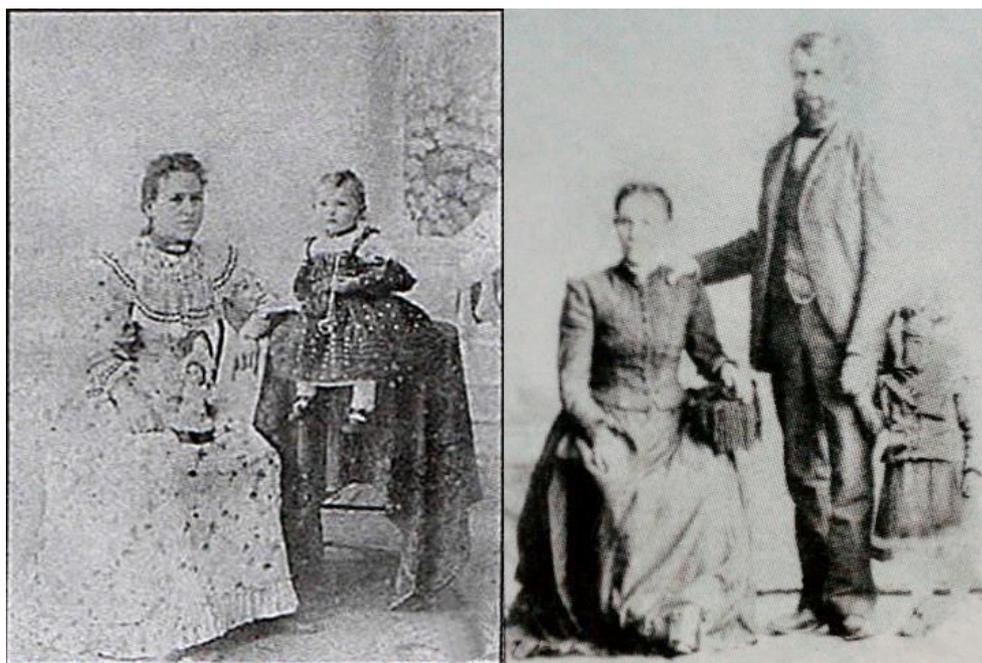


Figura 61: Catharina Landau, ainda bebê (esquerda). Seus pais: Georg Landau e Eliza Pullig. (direita).³⁶⁵

Ao noticiar o trágico acontecimento como sendo motivado por “*fatos íntimos da vida privada*”, temos um indício de que pode ter se tratado de uma relação abusiva

³⁶³ Livro de Sacramentos 1 da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Juiz de Fora. Trauregister – Anfangen im Jahr 1862. C.D.P.II den 9 Nov. Georg Gottlieb Stroele, Pastor. Página: 16 e 17; termo: 24.

³⁶⁴ Jornal O Pharol, domingo, 16 de dezembro de 1900. Ano XXXV – Nº 82. p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br> – acessado em 23 de março de 2022.

³⁶⁵ ZIMMERMANN, op. cit., p.50.

envolvendo a menor que contava com apenas doze anos completos. Em sua importância, na seleção dos túmulos da ala luterana perdidos no tempo, consideramos os fatores históricos e artísticos que nos ajudaram a contar uma parte da história da presença germânica em Juiz de Fora. Neste caso, dos germânicos professos do luteranismo. No entanto, como já vimos até aqui, também compõe o Cemitério da Glória a ala Católica, a qual a presença dos imigrantes ainda que menos expressiva, permanece até hoje. É sobre ela que vamos tratar a seguir.

IV. II – A Ala da Comunidade Católica de Nossa Senhora da Glória.

O início da ala católica é marcado por um túmulo bastante característico. É o primeiro túmulo da primeira quadra, que guarda características semelhantes ao do lado oposto presente na ala luterana. Ornado igualmente em pedra, ele pertence também à família Dose, porém, um ramo católico iniciado pelos filhos do imigrante Joachin Friedrich e Maria Gutbelert. Algumas disparidades com o túmulo de Joachin reside no fato de o cruzeiro não trazer a inscrição “Auf Wiedersehen” e seu epitáfio estar em português³⁶⁶ - reflexo de um passado que vinha sendo esquecido com o passar das gerações e que vamos tratar mais especificamente nos tópicos seguintes.

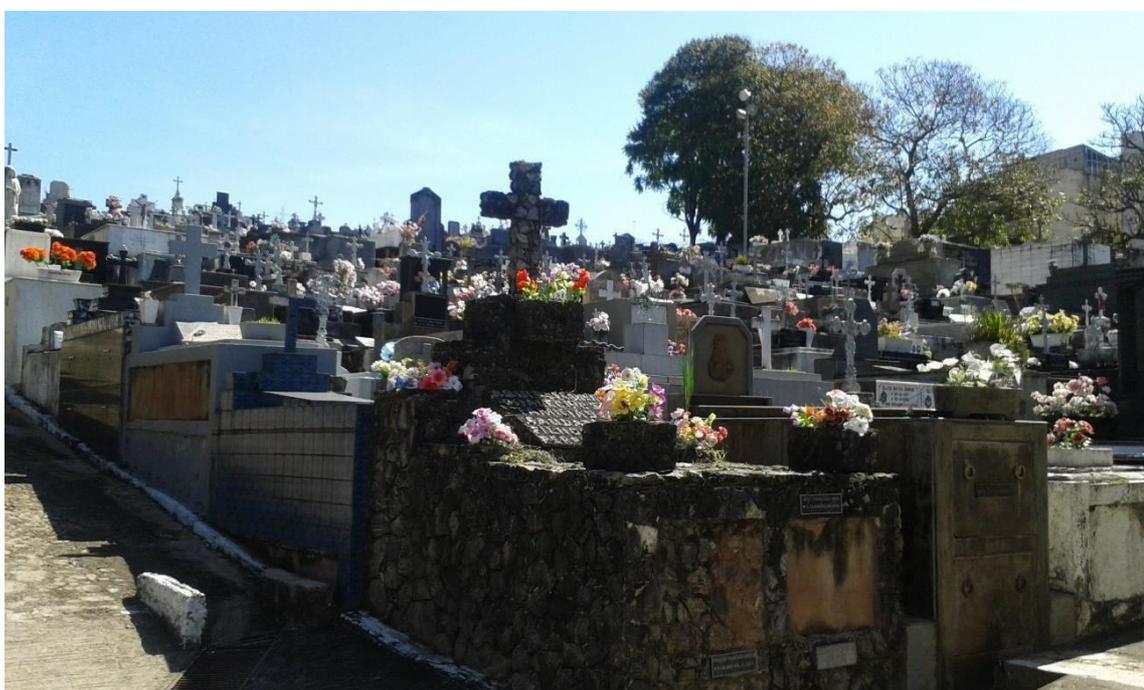


Figura 62: Vista do início da ala católica. Foto tirada pelo autor em 18 de Setembro de 2015.

³⁶⁶ “Aqui descansam os falecidos da Família Dose. Saudades dos filhos e netos. Perpétuos.”

A Ala Católica do Cemitério da Glória possui atualmente pouquíssimos exemplares de túmulos com lápides e epitáfios em língua alemã. Um dos que mantém essas características é o da família Stehling, mencionado anteriormente no capítulo II desta pesquisa. As lápides trazem as inscrições dos que ali jazem comunicando-se com a população que ainda predominantemente havia se estabelecido nos arredores da Estação. Contendo uma lápide com 6 placas em alemão,³⁶⁷ assim consta como tradução primeira delas:

Aqui descansa Georg Franz Stehling, nascido em 23 de fevereiro de 1814, falecido em 22 de novembro de 1866 e seus filhos: Jacob, nascido em 9 de março de 1886, falecido em 28 de abril de 1886; Franz, nascido em 17 de outubro de 187, falecido em 9 de março de 1866; Carl, nascido em 21 de janeiro de 1884, falecido em 31 de maio de 1887; Emanuel, nascido em 2 de novembro de 1890, falecido em 6 de janeiro de 1892 e Heinrich, nascido em 2 de agosto de 1876 e falecido em 3 de junho de 1893.³⁶⁸

Ainda há em português, uma lápide menos que traz: *“Aqui jaz J. J. Stehling, nascido em 17 de fevereiro de 1849 e falecido em 6 de janeiro de 1909. Amor Eterno”* e outra sob o cruzeiro com a inscrição: *“José Francisco Stehling, nascido em 16 de agosto de 1901 e falecido em 23 de novembro de 1960. Saudades de esposa e filhos.”* Este jazigo revela sua importância não apenas por pertencer aos familiares de Luiz José Stehling - o renomado autor utilizado neste trabalho, mas por dialogar com temporalidades distintas. Ele personifica uma comunidade em que outrora estava habituada com outros costumes, outra postura em relação à morte e outra língua e uma população de descendentes que atualmente chegam a quinta ou sexta geração e, muitas vezes, não mais mantém as antigas tradições, a vivência relativa ao morrer e a língua de seus ancestrais. Assim atestamos a importância de o Cemitério da Glória e tudo que o envolve ser considerado uma área de preservação efetiva, no âmbito da memória e do patrimônio. Para esse fim, a conscientização dos detentores dos jazigos é fundamental e esperamos despertá-la com este trabalho.

Vimos, pois, até aqui, que os tirolezes compunham o maior grupo entre os colonos católicos. Dado esse fator, encontramos também uma maciça presença dos

³⁶⁷ No dia 06 de Outubro de 2020 foi realizada uma pesquisa de campo em que fotografamos o túmulo de Georg Franz Stehling e os elementos que aqui referenciamos. No entanto, apesar de devidamente autorizado pelo Pároco da Paróquia de Nossa Senhora da Glória, Pe. Lúcio Bento, C.Ss.R., lamentavelmente não recebemos a devida licença do proprietário do imóvel para publicar as imagens.

³⁶⁸ Transcrição: Hier ruhen Georg. Franz. Stehling. geb. 23 Feb. 1814. Gest. 22 Nov. 1866. Und seine Enckel Jacob geb. 9 März 1886. Ges. 28 Apr. 1886. Franz. Geb. 17 Oct. 1879. Ges. 9 März 1887. Carl, geb. 21 Jan. 1884. Ges. 31 Mai. 1887. Emanuel, geb. 2 Nov. 1890. Ges. 6 Jan. 1892. Heinrich, geb. 2 Aug. 1876. Gest. 3 Juni. 1893.

austríacos e seus jazigos no campo santo. Talvez o mais expressivo jazigo que ainda se mantém preservado com a integridade garantida de sua lápide e seu cruzeiro é o túmulo de Joseph Kelmer, filho de Joseph Kosmos Kelmer – o patriarca da família que citamos no capítulo anterior escrevendo aos seus familiares na Áustria.



Figura 63: Imigrante tirolês Joseph Kelmer. Acervo do Instituto Teuto-Brasileiro William Dilly.

Ao embarcar no veleiro Gundela – o terceiro a aportar no Rio de Janeiro, Joseph Kelmer (Figura 63) era o mais velho de seus irmãos que vieram para o Brasil naquela ocasião.³⁶⁹ O jovem tirolês contava com a idade de 22 anos completos e uma vez no Brasil, casou-se com Maria Catharina Wolf, vinda com sua família do Vale de Ladis, no Tirol austríaco, aos 13 anos de idade.³⁷⁰ Juntos, o casal chefiou uma numerosa família de 18 filhos. Eram eles: Anna; Catharina; José; João

³⁶⁹ Além de Joseph Kelmer, vieram com seus pais - Joseph Kosmos e Anna Barbara Hoppichler, seus irmãos: Genoveva Kelmer de 19 anos, Alois Ignatz Kelmer de 9 anos, Klara Kelmer aniversariando os seus 5 anos a bordo da Gundela, no dia 5 de Julho e Peter Paul Kelmer que também aniversariou a bordo os seus 3 anos no dia 23 de Junho e que também havíamos mencionado no início deste capítulo, ao tratarmos de seu túmulo no Cemitério São Pedro.

³⁷⁰ Joseph Kelmer e Maria Catharina Wolf contraíram matrimônio no dia 30 de Fevereiro de 1862. Naquela ocasião, Joseph já contava com 25 anos e sua noiva, apenas 15 anos de idade. Sobre a data do enlace, ver: ZIMMERMANN, op. cit., p.233.

Nepomuceno;³⁷¹Philomena; Maria; Francisco; Genoveva; Margarida; Tecla; Pedro; Luiz; João Nepomuceno; Emília; Emílio; Rodolpho; Henrique e Eliza Kelmer.



Figura 64: Filhos de Joseph Kelmer e Maria Catharina Wolf. Acervo do Instituto Teuto-Brasileiro William Dilly.

Acima temos o registro de doze dos dezoito filhos de Joseph Kelmer e Maria Catharina Wolf (Figura 64). Da esquerda para a direita, na fileira de cima estão: Anna; José; Philomena; Francisco; Genoveva e Margarida Kelmer. Abaixo aparecem na mesma ordem: Pedro; João Nepomuceno; Emílio; Rodolpho; Henrique e Eliza Kelmer.

³⁷¹ O primeiro filho de Joseph e Maria Catharina que se chamou João Nepomuceno, nasceu no dia 02 de Outubro de 1871, mas acabou falecendo alguns meses depois, no dia 12 de Maio de 1872. Não obstante a dor da perda, ambos continuaram a gerar filhos, quando após o nascimento do quarto varão a partir de então, deram para a criança o mesmo nome do irmão falecido: João Nepomuceno Kelmer. Este sobreviveu, casando-se mais tarde com Maria Augusta Faier e constituindo mais um ramo da Família Kelmer, que por sinal, herdou o túmulo e dele detém a guarda até a redação da presente pesquisa.



Figura 66: Antigo chalé de Joseph Kelmer, antes da reforma para conformar à casa de shows. Acervo do Instituto Teuto-Brasileiro William Dilly.

Agora tratemos, pois, mais especificamente de sua última morada entre os vivos. O jazigo de Joseph Kelmer (Figura 67) localiza-se na primeira quadra da Ala Católica, sendo facilmente encontrado por estar acercado da alameda divisória com a Ala Luterana do Cemitério da Glória.



Figura 67: Lápide preservada no túmulo da Família Kelmer. Foto do autor, tirada em 14 de outubro de 2016 com a devida autorização para a publicação da imagem pela proprietária.

A lápide, além de trazer o seu nome, é ladeada por folhas de Oliveira que na arte mortuária simboliza a paz.³⁷³ Este ornamento dialoga diretamente com a inscrição de seu epitáfio em alemão: “Hier ruht in Frieden”, que significa: “Aqui descansa em paz.” Também em alemão se encontra as datas referentes ao seu nascimento e óbito: “Geb. Februar 1836. Gest. 18. September 1892.” Por fim, como último legado escrito em sua lápide, também um apelo de todos aqueles que herdaram ao longo da história, a tutela do imóvel desde a morte de Joseph: “Ehre seiner Asche” que quer dizer: “Honre as suas cinzas.” De certo os familiares ao manterem desde então esses elementos no túmulo, têm cumprido na prática essa súplica perpetuada no adereço fúnebre.



Figura 68: Túmulo da Família Klotz Keil. Foto do autor tirada em 18 de março de 2022 e publicada com a devida autorização da Paróquia e da Família.

³⁷³ STOCKER JR, Jorge Luís. Guia de Simbologia Cemiterial do curso “Imersão Digital – Cemitérios Patrimoniais Novo Hamburgo.” Centro Histórico de Hamburgo Velho, Abril de 2021. Edição do Autor. Pág: 05.

A presença tirolesa na ala católica permanece expressiva no maciço número de colonos e descendentes ali sepultados.³⁷⁴ Destacamos aqui a Família Keil, advinda de Mühlau, um pequeno vilarejo nos arredores da capital Innsbruck. Composta de cinco membros, registra-se a lista produzida no Porto de Hamburgo, antes do embarque no veleiro Gundela, ocupando os números 146 a 150 dos tripulantes. Chefiada pelo patriarca Joseph Michael Keil e sua esposa, Anna Maria Schatz,³⁷⁵ embarcaram também os três filhos do casal: o primogênito Jacob Keil, com a idade de 7 anos, Joseph Keil de 5 anos e o caçula Heinrich Keil, de 2 anos. O jazigo da Família Keil (Figura 68) reproduz não apenas a presença desses austríacos, mas evidencia também através de suas lápides, os sobrenomes contraídos por meio do matrimônio. Esses enlaces eram realizados, sobretudo, em grande parte, com famílias da mesma origem alpina.

Temos evidente nas lápides, o sobrenome Klotz, também de origem austríaca do Tirol. Josepha Klotz que aparece portando-o na verdade, era nascida Larcher, filha de David Larcher que retratamos no capítulo segundo desta pesquisa e mencionamos na introdução como construtor da Capela de Sant'Anna, no bairro São Pedro. Josepha que nascera em 27 de Abril de 1862 casou-se com Alois Klotz, no dia 25 de Outubro de 1882.³⁷⁶ Ele era proveniente de Seefeld, no Tirol e havia vindo a bordo do veleiro Gundela, com sua mãe Nothburga já idosa e os filhos: Martin e Anna.³⁷⁷ Estes que o acompanhou faleceram precocemente e o casamento para Alois foi a oportunidade

³⁷⁴ A Paróquia Nossa Senhora da Glória possui no arquivo da secretaria, vários livros de sepulte-se, contendo os registros de sepultados de todos os túmulos da ala católica do Cemitério. Porém, apesar da autorização do Pároco, Padre Lúcio Bento, C.Ss.R. para acessar o arquivo, os familiares dos túmulos que se seguem, lamentavelmente não forneceram a devida licença para tal exercício. Por tanto, faremos a descrição e análise dos mesmos nos valendo apenas dos nomes e sobrenomes contidos nas lápides.

³⁷⁵ O dia 23 de Setembro de 1823 seria marcante na vida da família Keill. Na casa número 36 do vilarejo de Mühlau, após um dia inteiro de expectativas, as tensões do Sr. Johann Keill e da Sra. Josepha Keillin começaram no fim daquela tarde e culminaram às 6 horas com o nascimento seu filho Joseph Michael Keill. Seguindo a tradição católica de batizar os bebês logo quando nascem, Joseph Michael foi batizado no dia seguinte, na Igreja do Curato Julian Stifler, em Mühlau. (*Livro de batismos nº 01 do Curato de Mühlau (1784-1836). Página: 106, termo 01*). A experiência do nascimento de Maria Schatz se deu no ano seguinte, no dia 16 de Dezembro ao meio dia, na casa de número 288 da vila de Obsteig, pertencente ao Sr. Sebastian Schatz e Anna Köll. (*Livro de batismos nº 02 da Paróquia de Obsteig (1817-1883). Página: 14, termo 02*). O sapateiro Joseph Michael e Anna Schatz, filha do mestre-ferreiro de Obsteig, contraíram matrimônio oito anos antes de decidirem migrar para o Brasil. O sacramento foi celebrado no dia 25 de Novembro de 1850. (*Livro de Casamentos nº 1 do Curato de Mühlau (1784-1872). Página: 61, termo 03*).

³⁷⁶ ZIMMERMANN, op. cit., p.122.

³⁷⁷ Idem, p. 364.

de recomeçar a vida em um país que ele ainda estava encontrando meios de se adaptar.



Figura 69: Josepha Klotz, nascida Larcher (6), ao lado de seus irmãos: Catharina (1), Maria (2), Mathias (3), Nothburga (4), Johanna (5) e Joseph Larcher (7).³⁷⁸

Seguimos com outro dos poucos túmulos que recebemos autorização dos familiares para publicarmos aqui. Este entendemos ter igual relevância para ilustrar a presença tirolesa no cemitério da Glória. Trata-se de outro jazigo da Família Kelmer (Figura 70). Possuindo uma imponente cruz, o imóvel traz com ela alguns importantes significados que revelam a experiência da morte para aqueles que detêm ou detinham a sua guarda. Em sua trina extremidade há ornamentos que convergem para o símbolo do coração,³⁷⁹ que mais uma vez pode estar representando o amor de Deus

³⁷⁸ ZIMMERMANN, op. cit., p.331.

³⁷⁹ Encontramos ainda alguns outros significados para a simbologia do coração na arte fúnebre. Assim definido: “O coração é muito comum em cemitérios cristãos, representativo do amor e devoção. Aparece de variadas formas: sangrando, simboliza o sofrimento e tormento de Cristo. Flamejante é o símbolo de uma alma humana que ainda vive. Quando mãos o seguram, representa amor e piedade. Coberto de hera, traz a ideia de amor e devoção duradouras. Dois corações costumam simbolizar o casamento. Rodeado de espinhos, representam o Sagrado Coração, que lembra o devoto como Jesus morreu por seus pecados. O coração perfurado por uma espada, é um símbolo católico conhecido como o Coração Imaculado de Maria, que significa devoção, tristeza e arrependimento.” (STOCKER JR, op. cit., p. 19).

Uno e Trino pela humanidade caída no pecado, que por sua vez receberia a morte como salário. Na fé cristã, é através desse amor ágape, provado na cruz pelo sofrimento de Cristo que os pecadores ao invés da morte, recebem a vida eterna como recompensa gratuita. Também um listel³⁸⁰ utilizado na arte heráldica aparece no centro, como representação das faixas de linho que usaram para embalsamar o Corpo de Jesus. Segundo o Evangelho, as mesmas foram encontradas sobre o sepulcro no domingo da Ressurreição.³⁸¹ Assim como Cristo desceu à mansão dos mortos e ressuscitou, também ressuscitará os seus que adormeceram na fé.³⁸² Por fim, destacamos a tocha que ocupa a base da cruz. Segundo o pesquisador Jorge Luís Stocker Jr., a tocha representa zelo e iluminação e o fogo que continua a queimar representa a eternidade da alma.³⁸³

³⁸⁰ Para o pesquisador Jorge Luís Stocker Jr., essa representação de panos e mortalhas assumem diferentes simbolismos dependendo de suas disposições: *“cobrindo cruces, urnas ou outras formas, expressam luto e tristeza. No caso das urnas, podem representar as roupas / túnicas do ente falecido, deixados para trás como a vida terrena. Os panos lembram as mortalhas às vezes usadas para cobrir caixões em funerais cristãos.”* (STOCKER JR, op. cit., p. 27).

³⁸¹ *“Então Pedro e o outro discípulo saíram e foram ao túmulo. Os dois corriam juntos. Mas o outro discípulo correu mais depressa que Pedro e chegou primeiro ao túmulo. Inclinando-se, viu os panos de linho no chão, mas não entrou. Então Pedro, que vinha correndo atrás, chegou também e entrou no túmulo. Viu os panos de linho estendidos no chão e o sudário que tinha sido usado para cobrir a cabeça de Jesus. Mas o sudário não estava com os panos de linho no chão; estava enrolado num lugar à parte.”* (João 20, 3-7).

³⁸² *“Animados pelo mesmo espírito de fé, sobre o qual está escrito: ‘Acreditei, por isso falei’, também nós acreditamos e por isso falamos. Pois sabemos que Aquele que ressuscitou o Senhor Jesus, também nos ressuscitará com Jesus e nos colocará ao lado d’Ele juntamente com vocês.”* (2 Coríntios 2, 13-14).

³⁸³ STOCKER JR, op. cit., p. 18.

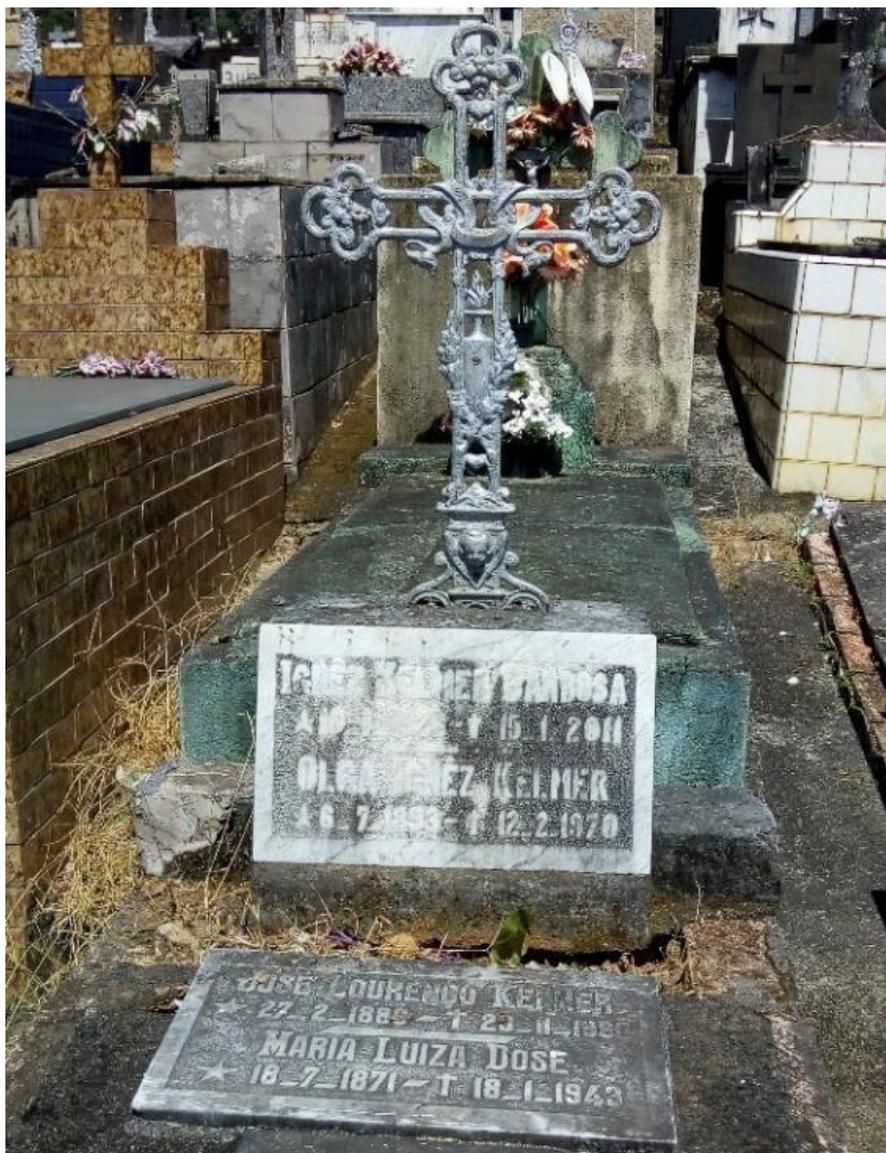


Figura 70: Túmulo da Família Dose Kelmer. Foto tirada pelo autor em 18 de Março de 2022.

Ali se encontram sepultados José Lourenço Kelmer, sua esposa Olga Ignês Dose, sua sogra Maria Luíza Dose, nascida Limp e uma das filhas do casal: Ignês Kelmer Barbosa, conhecida pelos familiares e amigos como dona “Ninha.” O patriarca da família era filho de Peter Paul Kelmer, imigrante tirolês nascido em Thaur e vindo de Volders com 3 anos e Josepha Prugger, filha de imigrantes tiroleses, nascida no Brasil – cujo casal mencionamos no início deste capítulo ao tratarmos do cemitério São Pedro.



Figura 71: José Lourenço Kelmer, sua esposa dona Olga Dose e as filhas: Cecília (bebê), Ignez, Bárbara e Isabella. Acervo do Instituto Teuto-Brasileiro William Dilly.

A cena fotográfica expõe a criança, conferindo-lhe um lugar de absoluta centralidade. [...] Nestas imagens da criança, várias óticas se cruzam. As roupas, a postura e o espaço que a criança ocupa na cena fotografada são instrumentos para a leitura do modelo familiar.³⁸⁴

Na foto que trazemos acima de José Lourenço Kelmer e sua família (Figura 71), podemos extrair informações importantes com o auxílio de Myriam Barros. Os trajes dizem de um momento celebrativo. Assim como o patriarca aparece portando terno e gravata, sua senhora, dona Olga Dose, também se apresenta com um vestido que aparenta não ser o usual do dia-a-dia. Suas filhas aparecem com roupas similares, o que denota certa despreocupação em vesti-las com roupinhas diferentes, com exceção da bebê, dona Cecília Kelmer, que se encontra no colo de sua mãe. A filha caçula do casal demanda maiores cuidados e se veste diferente de suas irmãs. Além disso, a roupinha branca das crianças pode significar a participação em alguma celebração litúrgica. Segundo Dona Cecília Kelmer, a foto foi tomada antes ou após a

³⁸⁴ BARROS, 1989. op. cit. p. 40.

família participar de uma missa, podendo ter sido feita num dia de domingo. A casa de tijolos aparentes ao fundo é o habitat da família, característico da maior parte das antigas famílias de colonos. Ela esteve situada, até ser demolida, na antiga Colônia de São Pedro, no terreno frente a atual Igreja de Nossa Senhora de Fátima, na Rua José Lourenço Kelmer.

José Lourenço exerceu com maestria seu ofício de marceneiro em Juiz de Fora. Sua oficina foi empreendida pelos padres redentoristas holandeses em 1921 visando facilitar o andamento das obras na nova matriz, atual Igreja da Glória.³⁸⁵ Ela estava localizada próxima ao Cemitério da Glória, atrás da atual Igreja, onde por algum tempo funcionou o Seminário São Clemente para os seminaristas da Filosofia. Como funcionário dos padres redentoristas da Glória, trabalhou incansavelmente nas estruturas e mobílias de madeira quando da construção do antigo Seminário Maior Redentorista, atual Seminário da Floresta, em 08 de maio de 1842. Foi também ele, o responsável pela montagem dos altares da Igreja da Glória. A saber, os altares a qual aqui nos referimos são: o altar mor de Nossa Senhora da Glória, os altares do Sagrado Coração de Jesus e da Sagrada Família (lateral ao presbitério) e o altar de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (lateral esquerda da assembleia). Esses altares foram talhados nas oficinas de Ferdinand Stuflesser em Sankt Ulrich Gröden, no Tirol e importados desmontados para o Brasil em 1924.³⁸⁶(Figura 72)

Os altares foram feitos em St. Ulrich Gröden, Tyrol, nas oficinas do Sr. Ferdinand Stuflesser, tendo custado mais de 10 contos cada um, sendo o do Sdo. Coração, doativo do Sr. Dr. José Procópio Teixeira e Senhora, e o de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro de Dona Olga Burnier e filha Irena Villaça. [...] O altar (da Sagrada Família) feito nas

³⁸⁵ Livro de tomo do antigo Curato da Glória, lavrado pelo então Cura, Pe. Vicente Zeij, C.Ss.R., em Janeiro de 1925. página: 154.

³⁸⁶ Sobre a inauguração dos 3 últimos citados, temos: Aos 26 de outubro [de 1924], o Reverendíssimo Padre Francisco Zitwing, antigo Capelão Cura da Glória e construtor da nova Igreja vem expressamente do Rio para fazer a benção dos dois novos altares, o de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e o do Sagrado Coração de Jesus. Às 7^{1/2} (horas) houve comunhão geral das Filhas de Maria, que desta maneira, festejaram as bodas de prata de sacerdócio de seu antigo Diretor, o Rvmo. Pe. Francisco: em seguida, recepção na sala do convento. 4 horas da tarde Sua Revma., o Pe. Francisco, acolitado Rvmo. Pe. Capelão Cura, Pe. Vicente Zeij e o Rvmo. Pe. Alberto Pasedeloup, diretor da Pia União fez a benção solene dos altares com alocução alusiva ao ato. No dia seguinte, ele celebrou missa no altar de N. Sra. do Perp. Socorro por intenção dos doadores dos dois altares. Aos 2 de novembro fez o mesmo o Rvmo. Pe. Capelão Cura, celebrando no altar do Sdo. Coração. [...] Aos 9 de Setembro, às 7 horas, benção solene e inauguração do novo altar da Sagrada Família pelo Rvmo. Pe. Joaquim Van Dongen, que em seguida celebrou a missa no mesmo altar havendo comunhão geral dos Sócios da Liga Católica Jesus Maria e José. Fez o sermão alusivo e a preparação para a Comunhão o Rvmo. Pe. Affonso Mathijsen. ³⁸⁶ Livro de tomo do antigo Curato da Glória, lavrado pelo então Cura, Pe. Vicente Zeij, C.Ss.R., em Janeiro de 1925. página: 171.

oficinas acima mencionadas é donativo da Liga Católica (7 contos) e de José Junqueira (2 contos).



Figura 72: Altares: Sagrado Coração de Jesus (esquerda), Sagrada Família (centro) e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (direita). Fotos: Pascom/Paróquia da Glória. Imagens autorizadas pelo Pároco Lúcio Bento, C.Ss.R.

Também é atribuído à José Lourenço Kelmer o trabalho de ornamentação dos bancos e entalhamento do altar mor da antiga Igreja São Vicente de Paulo no bairro Borboleta – imitando detalhadamente os altares tiroleses que havia montado; e que ainda permanece na atual matriz da Paróquia Santíssimo Redentor. Este projeto foi executado de forma conjunta ao seu irmão, Luiz Kelmer, que para a construção da mesma Igreja, dedicou-se como pedreiro no erguimento de sua estrutura física. (Figura 73).



Figura 73: Altar-mor de São Vicente de Paulo talhado por José Lourenço Kelmer e Inauguração da antiga Capela de São Vicente de Paulo no Bairro Borboleta. Fotos: tirada pelo autor em 14 de julho de 2022. Foto: Acervo do autor.

Por fim, retratamos aqui a memória de mais uma união das famílias tirolesas, representada pelos Larcher e pelos Kirchmayer (Kirchmair).³⁸⁷ No túmulo de parte da família (Figura 75) descansam Otília Larcher, possivelmente a matriarca de um dos ramos e também Alberto Kirchmayer e Olga Kirchmayer. Dona Otília nasceu no dia 04 de março de 1889 e era filha de José Larcher Filho e Anna Kelmer (a primeira da esquerda para direita, na figura 64). Apesar do mesmo sobrenome, dona Otília não pertencia à família de David Larcher – originária de Heiming, construtora da Capela de Sant’Anna, mas à de Joseph Larcher e Catharina Tripp – ele oriundo de Matri am Brenner, e ela de Tobadill, ambas as cidades no Tirol. Os avós de Otília deixaram a Áustria e embarcaram no veleiro Gundela, junto aos demais tiroleses trazendo consigo

³⁸⁷ Infelizmente não foi possível construir a ligação de Otília Larcher com os membros da família Kirchmayer presentes nas lápides. A pesquisa nas informações contidas nos livros de registro da Paróquia da Glória, referente a cada túmulo foi autorizada pelo Pároco, Pe. Lucio Bento, C.Ss.R., mas não pela família. Este fator impossibilitou o exercício de pesquisa, visto que as informações nas lápides são muito sucintas.

Anna Larcher, nascida Hofer, de 60 anos – mãe de Joseph; Sebastian e Maria, irmãos de Joseph; além de Johann Tripp, irmão de Catharina.³⁸⁸

“... falar de avós matriarcas ou avós patriarcas é falar em seu poder familiar, na capacidade de agregação de uma ampla rede familiar em torno de si, não apenas para festejar determinadas datas, mas também como um elemento de comunicação e de conhecimento entre membros de uma grande família.”³⁸⁹

Como bem nos elucida Myriam Barros, a figura dos patriarcas transcende qualquer data festiva. Eles independem das circunstâncias para que toda a família se reúna em torno deles. Ainda assim, as comemorações familiares representavam uma oportunidade de agregação efetiva, onde como que quase um ritual sagrado, produzia-se fotografias com todos os membros presentes. Essas fotografias se tornam instantes do passado eternizados no papel, vindo carregados de simbolismos e significados. A seguir uma fotografia (Figura 74) do ramo de Joseph Larcher II (número 1 da foto) e Anna Kelmer (número 2 da foto), pais de Otília Larcher.



Figura 74: Família Kelmer Larcher. Acervo do descendente Joerffeson Larcher, cedido para esta pesquisa.

³⁸⁸ Lista de bordo do veleiro Gundela no Porto de Hamburgo. Disponível em: ZIMMERMANN, op. cit., p.365.

³⁸⁹ BARROS, 1989. op. cit. p. 35.

Na ocasião, o casal comemorava suas bodas de ouro, em 22 de Abril de 1932. Cercados pelos filhos, noras, genros e netos, dona Otília Larcher, a retratada no túmulo que fazemos referência (Figura 75) aparece ao lado direito da menina que apoia o braço em Joseph Larcher II. Ele sendo patriarca, ocupa o centro da foto, ao lado da matriarca Anna Kelmer. O poder simbólico à eles conferido exige que ambos sejam destacados no instante de eternidade. A posteridade deverá reconhecer neles valores éticos e morais. A experiência de vida adquirida pelo casal os credita a reverência de todos os demais retratados, afinal, foram por meio deles que grande parte dos personagens devem a vida e todos os laços sociais se formaram.

A figura dos mediadores ganha uma função fundamental no processo de manutenção da identidade grupal. Apresentados como elo vivo entre gerações, os mediadores transmitem a história de um passado vivido e experimentado. No meio familiar, os avós representam a imagem da união entre seus antepassados e seus descendentes.³⁹⁰

A menina que ladeia dona Otília não passa despercebida neste sentido. Dada a sua estatura e fisionomia, a jovem Tarcília Larcher não esconde pertencer à geração dos netos de Joseph Larcher e Anna Kelmer. Em um gesto quase inconsciente de relaxamento, no momento da foto, ela apoia o braço em Joseph, modelo de todos os valores a serem transmitidos aos mais novos. Ela necessita do apoio destes valores. Ele por sua vez, também se apresenta como mediador e guardião do passado, coluna pela qual essa história sustenta a família e lhe permite conhecer sua própria identidade enquanto descendentes de imigrantes tirolezes radicados em Juiz de Fora.

Posto esta análise iconográfica e sociológica da família, voltemos ao túmulo de Otília Larcher, (Figura 75) que possui um cruzeiro ornado por lírios que convergem para a formação da flor-de-liz, outro símbolo muito usado na arte heráldica para designar nobreza. No catolicismo, o lírio é elemento alude à São José, castíssimo esposo da Santíssima Virgem Maria. Segundo Jorge Luís Stocker Jr. Ele é “*símbolo de pureza misericórdia, inocência e castidade.*”³⁹¹ A base da cruz é ornada por folhas de acanto e uma flor de papoula ocupa o centro da base. Ainda segundo Stocker Jr., as flores na arte tumular do século XIX possuíam uma extensa linguagem simbólica e cada espécie era associada a uma mensagem específica.³⁹² No caso da flor de papoula, “*por ser uma flor de vida breve, ela representa a efemeridade da vida. Com*

³⁹⁰ BARROS, 1989. op. cit. p. 33.

³⁹¹ STOCKER JR, op. cit., p. 16.

³⁹² Idem, p. 12.

*ela se produz um poderoso sedativo, o ópio, que simboliza no âmbito da arte cemiterial, a idéia de sono eterno.*³⁹³



Figura 75: Túmulo da Família Larcher Kirchmayer. Foto tirada pelo autor em 18 de março de 2022.

Após as análises tumulares e retratação da ala católica na memória dos imigrantes tirolezes, concluímos o presente tópico retomando o conceito de Lugar de Memória do historiador Pierre Nora. Se temos nesses túmulos e nessas lápides o

³⁹³ STOCKER JR, op. cit., p. 14.

enquadramento da vontade de memória e o quesito material, o componente simbólico é composto pelos ritos fúnebres que um dia eles protagonizaram e continuam protagonizando devido ao seu aspecto funcional. Tais ritos fazem deles *“lugares de refúgio, o santuário das fidelidades espontâneas e das peregrinações do silêncio.”*³⁹⁴

IV. III – A Guarda e a detenção dos espaços.

Até aqui vimos como se deu o processo de guarda do Cemitério da Glória. Ou seja, a Companhia União e Indústria confiou a administração do espaço à Comissão para o Culto Católico de Mariano Procópio e à Comissão para o Culto Evangélico de Mariano Procópio, ambos constituídos por estatuto. Porém, esta realidade haveria de ganhar contornos mais expressivos no final da década de 70 do século XIX e se alastrou até a década seguinte com o processo de falência da empresa. Nessa ocasião Companhia formou uma comissão denominada Comissão Liquidante, que de sua sede no Rio de Janeiro, baixou um decreto legando aos colonos católicos o terreno onde funcionava as escolas para as crianças do sexo masculino e feminino. Além disso, perdoou metade da dívida de cada um dos colonos, contraída desde a chegada ao Brasil. Esse valor deveria ser aplicado para o desenvolvimento das escolas e para a manutenção do cemitério. Essa liquidação não menciona a doação do cemitério para o Culto Católico que já o administrava em nome da Companhia. Portanto, compreende-se apenas a segunda capela de Nossa Senhora da Glória ter sido concedida ao referido Culto.³⁹⁵ Na ocasião da doação, a irmandade leiga era formada por: Balthazar Weydt; Jacob Hees; Carlos Mechler; Joseph Kelmer; e Luiz Dilly.³⁹⁶ Era mister a organização de festas em prol dos melhoramentos no Cemitério da Glória. Assim se efetivava o trabalho de administração dos fiéis leigos que compunham a diretoria do Culto.

Festa no Parque Weiss – O Culto Católico de Mariano Procópio realizará no aprazível Parque Weiss, no dia 14 de agosto, uma festa em benefício de seus cofres e para melhoramentos no Cemitério da Glória. Haverá ali quermesse, tombola, torneios de bolas e outros divertimentos interessantes. O Parque será ornamentado com todo o

³⁹⁴ NORA, op. cit., p. 26.

³⁹⁵ Livro de tombo do antigo Curato da Glória, lavrado pelo então Cura, Pe. Vicente Zeij, C.Ss.R., em Janeiro de 1925. páginas: 06.

³⁹⁶ STEHLING, op. cit., p. 241.

capricho. Como sempre, esta festa vai ser encantadora, atraindo grande concorrência.³⁹⁷

Mesmo sem a doação do cemitério, o Culto Católico continuou administrando-o como fez com a Capela recebida por doação. Por outro lado, os colonos protestantes receberam por doação o terreno que lhes prestavam de enterramentos, compreendendo atualmente a ala evangélica do Cemitério da Glória. Apesar do contato estabelecido por ofício junto à Igreja Luterana de Juiz de Fora, até a redação da presente pesquisa, não foi possível encontrar este documento de doação, uma vez que o contato não foi mantido com este pesquisador pelos membros do Presbitério. No entanto, sabemos que a doação lhes foi concedida entre 1878 e 1885, quando a comissão liquidante de igual forma, perdoou metade da dívida dos colonos evangélicos e os empossaram do terreno das escolas protestantes situadas na antiga Villagen da Colônia, atual rua Bernardo Mascarenhas

A Comissão Liquidante da Companhia União e Indústria, além da cessão gratuita que faz do terreno e da casa para as referidas escolas e templo, também cede e transfere gratuitamente, todo o direito e ação sobre a metade da dívida de cada um dos colonos contestantes da relação junta na importância de quinze contos oitenta e quatro mil, oitocentos e vinte e sete réis (Rs. 15:084\$827) a qual os colonos protestantes (acathólicos) poderão ser cobrados amigável ou juridicialmente, a expensas suas, devendo porém, o produto ser aplicado para a manutenção do culto religioso, das escolas e conservação da parte do cemitério que lhes pertence.³⁹⁸

A brecha deixada pela falta de uma menção à doação da ala católica do cemitério ao Culto Católico, foi possivelmente, o estopim para um grande conflito que surgiu anos mais tarde entre os colonos e os missionários redentoristas vindos da Holanda. Esse evento envolvendo o Cemitério da Glória o transformou num espaço de disputas de ambos os grupos. Assunto pelo qual trataremos logo a seguir.

IV. IV – “Mijn metgezel zei dat hij niet in het Duits zou prediken.”³⁹⁹ **- Chegam os Missionários Redentoristas Holandeses.**

A temática da chegada dos Redentoristas holandeses em Juiz de Fora pode ser interpretada com a visão mais popular entre os pesquisadores da Igreja local, tangenciada pelo aspecto da romanização, presente na mentalidade do episcopado

³⁹⁷ Jornal O Pharol, 30 de julho de 1910. Página. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br> – acessado em 23 de março 2022.

³⁹⁸ STEHLING, op. cit., p. 280.

³⁹⁹ Tradução do holandês: “*Meu companheiro disse que não pregaria em alemão.*” Frase dita por Pe. Mathias Tulkens, C.Ss.R. à Dom Silvério, bispo de Mariana, após o pedido de pregar uma missão em alemão para os colonos de Juiz de Fora.

da época. Azzi aponta o bispo de Mariana, Dom Antônio Ferreira Viçoso como sendo um nome de expressão no que diz respeito à promoção do movimento reformista. Esse movimento eclesial buscava estreitar os laços com a Sé Romana, quando da criação da Paróquia de Santo Antônio do Paraibuna, na Vila de mesmo nome, ainda durante o regime do padroado. Compreende-se por regime do padroado o período em que a Igreja se submetia ao Império e a religiosidade era marcada pela forte presença das irmandades e o devocionismo popular, pouco condizente com o modelo tridentino de Igreja almejado pelos quais Azzi chama de “bispos reformadores.”⁴⁰⁰ Buscando conter o catolicismo – caracterizado na visão romanizadora dos clérigos tridentinos pela ignorância e superstição, o episcopado buscou estimular o auxílio de fatores externos, isto é, solicitando a colaboração de ordens religiosas europeias a fim de atuarem nas áreas relativas às dioceses, mais precisamente a de Mariana, a qual se refere este estudo. Documentos registram Dom Viçoso recorrendo ao Imperador para que a presença dessas ordens religiosas europeias, entre elas os redentoristas, se efetivasse em seu território eclesiástico:

Peço a V. Majestade remédio pelo amor de Deus. Lembro um remédio que me parece eficaz e fácil a V. Majestade. Há em Nápoles uma respeitável comunidade que vem a ser os Filhos de Santo Afonso Maria de Ligório, há pouco canonizado. – 1839 – Uma palavra sua a S. Majestade o Rei de Nápoles, seu cunhado, fará vir para Minas seis Ligoristas, Teólogos, Missionários, que me ajudem no Santo Ministério, por alguns anos, ficando a meu cargo sua viagem e manutenção (ANUÁRIO IMPERIAL, 1969:261).⁴⁰¹

Ainda sob o episcopado de D. Viçoso, já em sua segunda tentativa de trazer os Redentoristas à sua diocese, o bispo direciona no ano de 1857, uma correspondência ao Superior Geral da Congregação do Santíssimo Redentor, Pe. Nicolau Mauron, C.Ss.R., ofertando suas disposições para tal empreitada. Um dos argumentos para negativar a resposta do padre Superior fora o desconhecimento da língua portuguesa.⁴⁰² O desfecho positivo dos intentos de Dom Viçoso só se daria anos mais tarde. Aqui temos o registro documental de um trecho da carta do Provincial holandês Pe. Meeuwissen, C. Ss. R. à Dom Silvério Gomes Pimenta - bispo sucessor à cátedra

⁴⁰⁰ AZZI, 2000. op. cit., p. 18.

⁴⁰¹ DUTRA, Luciano Neto. Das Terras Baixas da Holanda às Montanhas de Minas: uma contribuição à história e as missões redentoristas, durante os primeiros trinta anos de trabalho em Minas Gerais. Rio de Janeiro: Edições Galo Branco, 2007. Página: 91 e 92.

⁴⁰² “O Superior Geral e seus conselheiros recusaram a oferta alegando falta de pessoal, desconhecimento da língua e distância da fundação numa época em que a Congregação começava a se consolidar na Europa. As razões fundavam-se no pouco conhecimento da realidade brasileira e pela quase inexistente comunidade de língua portuguesa.” Idem, p. 93.

ocupada por Dom Viçoso, que não cessou de dispensar esforços para que fosse cumprida as intenções de seu predecessor.

Ao aceitar a missão não tenho nem eu nem os meus súditos outra intenção senão que o nosso instituto se estabeleça aí de acordo com as orientações da mente e do espírito de Santo Afonso, isto é, que os padres possam, sem escolas, sem seminários, sem cuidados paroquiais, ministrar ao povo as santas missões e exercer o sagrado ministério numa igreja própria.⁴⁰³

A trajetória da missão no Brasil foi marcada pelos pioneiros, Pe. Mathias Tulkens, C.Ss.R. e Pe. Francisco Lohmeijer, C.Ss.R., desde a chegada ao porto do Rio de Janeiro em 2 de Julho de 1893.

Domingo, 2 de Julho (1893) chegou o Ceará ao Rio de Janeiro. Conforme me falaram é um dos portos mais bonitos do mundo. Viajamos no mar sem problemas, 25 dias: de 8 de Junho até 2 de Julho. Graças a Deus chegamos em nossa nova pátria. Espontaneamente rezei: 'Ó Santíssimo Redentor que destes a vossa vida para todos os habitantes deste país, abençoai o nosso trabalho que vamos começar para a maior glória de Vosso Nome e para a salvação das almas imortais. Santo Afonso, bem aventurado Clemente, bem aventurado Geraldo, rogai por nós.'⁴⁰⁴



Figura 76: Pe. Mathias Tulkens, C.Ss.R. à esquerda e Pe. Francisco (Johannes Joseph) Lohmeijer, C.Ss.R. à direita. Acervo da Província do Rio.

Ao desembarcarem em solo firme, foram recebidos por um Pe. Lazarista tendo em suas mãos uma correspondência episcopal. É notória a compreensão da correspondência de Dom Silvério, então bispo de Mariana, uma vez que este dera a incumbência ao Reverendíssimo Padre Fernando Taddei de recepção-los. Este Padre lazarista – falante apenas de francês e português, que veio ao encontro dos

⁴⁰³ DUTRA, op. cit., p. 100.

⁴⁰⁴ Idem, p. 102.

dois, junto dele uma recomendação importante de Dom Silvério referindo-se ao surto de febre amarela, “Lá encontramos o dinheiro para a viagem a Mariana com uma carta do bispo pedindo-nos para viajar o quanto antes mais ainda porque no Rio havia malária e febre amarela, muito perigosas especialmente para estrangeiros.” (TULKENS1893/OOSTERON,s/d:103). Também é de igual conhecimento a seguida recepção da dupla de missionários no convento das irmãs de São Vicente de Paulo, próximo à Santa Casa de Misericórdia no Rio de Janeiro. Durante a pequena estadia, Pe. Mathias, C.Ss.R. analisa as características de funcionamento do hospital denotando certo domínio da língua portuguesa como ele próprio descreve: “*É uma pequena cidade e pode servir de exemplo.*” (TULKENS 1893 / OOSTERON, s/d: 103). Os indícios presentes até então, leva-nos a concluir que ao aceitarem a missão de embarcar em terras tupiniquins, os holandeses trouxeram consigo um conhecimento prévio da língua e a disposição de substituí-la, desfazendo-se da prática do holandês publicamente, uma vez que utilizariam o latim nas celebrações litúrgicas e o português para se comunicarem com os fiéis estando no Brasil. Esses dois aspectos são de extrema relevância para a compreensão de como esses missionários contribuíram diretamente no desaparecimento do alemão entre os colonos da Colônia Agrícola D. Pedro II, evento que se refletiu na ala católica do Cemitério da Glória. “*Mas Dom Silvério veio com mais uma proposta. Primeiro perguntou se nós poderíamos pregar uma missão em alemão para a colônia alemã em Juiz de Fora. Isso não aceitei porque meu companheiro disse que não pregaria em alemão*” (TULKENS,1893).⁴⁰⁵ Essa postura do Padre Lomeijer, C.Ss.R. reafirmava a indisposição de preservar o idioma alemão dos antigos germânicos, pelo menos, a princípio, por um dos missionários.

IV. V – Missão holandesa em Juiz de Fora.

A resposta negativa soou à Dom Silvério a necessidade de propor um trabalho diferente aos missionários que pretendiam atuar de forma mais concisa junto ao povo. Foi então que o bispo de Mariana lhes ofereceu a administração da “capela dos alemães”. Pe. Mathias Tulkens, C.Ss.R. desta vez, aceitou de pronto, deixando seu companheiro, o Pe. Francisco Lomeijer, C.Ss.R. aprimorando o português no

⁴⁰⁵ DUTRA, op. cit., p. 107.

seminário em Mariana. Partiu sozinho para Juiz de Fora com o espírito esperançoso de fazer um excelente trabalho pastoral.⁴⁰⁶

Quando cheguei a Juiz de Fora a 5 de Dezembro para tomar posse, nada de casa, nem uma nem duas. Mora na frente da Igreja uma viúva, originária do Tirol, que cozinhava para os vigários. Estava muito contente com a minha chegada e até me ofereceu a sua casinha, o que não podia aceitar.[...] No mesmo dia me veio visitar um repórter de “O PHAROL” diário neutro de Juiz de Fora [...] recebera (ele) de um amigo uma carta que afirmou que a igreja de Nossa Senhora da Glória, com mais uma parte, foram elevadas a reitorado, separado da Paróquia e que eu fora nomeado reitor.[...] Agora devia mesmo aceitar a gentil oferta da viúva. Morei na casa dela. À noite, às 7 horas ela ia para sua família para dormir e de manhã, às 5:30 horas estava de volta. Segue a cozinha alemã. E tudo vai bem.⁴⁰⁷

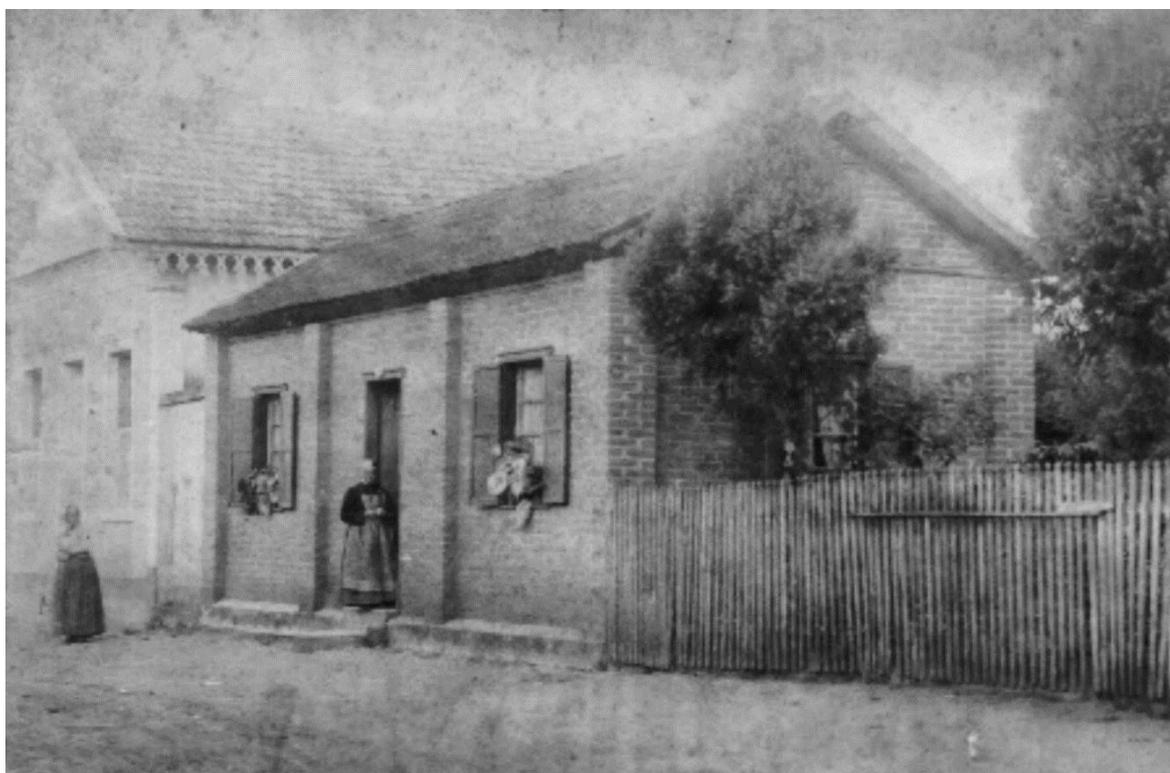


Figura 77: A viúva, dona Philomena Kelmer à porta de sua casa. Atual Rua da Glória, Morro da Glória. Acervo da Província do Rio.

Como observamos na citação acima, Pe. Mathias chegou à Juiz de Fora no dia 05 de dezembro de 1894 para assumir a região que viria a ser o curato da Glória. Em sua chegada, foi recebido com grande manifestação de alegria pelo povo. Não havendo uma casa para se instalar, foi recebido por dona Philomena Kelmer,

⁴⁰⁶ “Em Juiz de Fora vai ser tudo diferente. Parece ser a cidade mais civilizada e mais próspera do Brasil. Os alemães construíram com os próprios meios uma Igreja e tinham um vigário próprio também alemão. Faz 4 meses que ele faleceu e os alemães ficaram sem vigário.” (TULKENS, 1894. Apud: DUTRA, op. cit., p.109).

⁴⁰⁷ Idem, p. 107.

imigrante tirolesa que residia no antigo Morro da Gratidão, atual rua da Glória, transversal à Avenida dos Andradas, hoje, Morro da Glória.



Figura 78: Philomena Kelmer e seu esposo João Huber. Acervo da Província do Rio.

Dona Philomena era viúva de João Huber – também tirolês, e irmã de Joseph Kelmer, o qual retratamos o túmulo anteriormente. Nascida em Thaur, Tirol, no dia 20 de maio de 1837, às 4:30 da manhã,⁴⁰⁸ Philomena não migrou em 1858 com seus irmãos e seus pais Joseph Kosmos Kelmer e Anna Bárbara Hoppichler. No entanto, deixara a Áustria algum tempo depois para se unir à sua família no Brasil.

IV. VI – O Cemitério da Glória: Espaço de Conflitos.

O caloroso acolhimento da população à Pe. Mathias, C.Ss.R. haveria de mudar com o passar dos anos. Essa mudança vitimava seus confrades holandeses que chegariam logo depois. Especificamente ao Pe. Mathias, este foi sempre muito quisto

⁴⁰⁸ Livro de batismos nº 14 da Paróquia de Thaur (1829-1876). Página: 52, termo 09.

pelo povoado da Estação e pelos colonos da ex-Colônia Dom Pedro II e Villagen.⁴⁰⁹ Os conflitos foram motivados a partir da indisposição dos missionários em perseverarem o idioma materno e ainda predominante da população

Nos primeiros anos, havia o costume das pregações em português e alemão, mas em 1897 os redentoristas decidiram abolir os sermões em língua germânica, com protesto de muitos colonos, amparados pela comissão do Culto Católico, alegando que os mais velhos não compreendiam ainda o português.⁴¹⁰

O banimento da língua materna dos imigrantes que já estavam a 39 anos no Brasil, representou o corte com único elo afetivo que eles possuíam e que os ligavam à sua antiga Pátria. Este foi o início de uma série de conflitos envolvendo os redentoristas holandeses e o povo. Após a recusa, os holandeses na pessoa do superior Pe. Schrauwen, C.Ss.R. solicitaram ao bispo de Mariana, Dom Silvério Gomes Pimenta, a posse de todos os bens eclesiásticos do curato.

⁴⁰⁹ Um relato detalhado sobre a morte de Pe. Mathias expõe a importância que o sacerdote exerceu junto ao povo. Assim diz: “No dia 23 de novembro, faleceu na Santa Casa de Juiz de Fora, na qual foi internado para sujeitar-se a uma operação melindrosa, munido com todos os sacramentos o Reverendíssimo Padre Mathias Tulkens, que em 1894 foi o primeiro Cura do Curato da Glória e que em 1911 administrou por mais algum tempo como cura interino que sobretudo nele trabalhou incansavelmente desde a fundação do curato até o dia de hoje. O Pe. Mathias gozava da simpatia de todos, de modo que ele deixou grandes saudades. Mal tinha se espalhado a notícia de sua morte, que o luto era geral, lágrimas encheram todos os olhos. Todos queriam ver ainda o caro defunto, que todos veneravam e amavam como pai. Uma multidão enorme acompanhou o corpo levado da Santa Casa para a Glória: as Filhas de Maria rezando em voz alta; rezou junto ao corpo exposto na Igreja; assistiu o ofício que a noite foi rezado pela Comunidade da Glória junto ao corpo; assistiu no dia 24 as exéquias solenes e ao enterro, em que o Dr. Pinto de Moura fez uma sentida oração. O caixão até o cemitério do convento estava todo coberto de flores. Nas missas de 7º dia a Igreja estava repleta, fazendo o Reverendíssimo Pe. Affonso Mathijsen, C.Ss.R. breve oração. Muitos receberam a comunhão por alma do falecido e muitos mandaram celebrar missas, particularmente, as Filhas de Maria dos Passos, que o caro falecido tinha juntado e dirigido durante quase 20 anos. Elas mandaram cantar uma missa na Igreja dos Passos em que todas comungaram. Mesmas manifestações no 30º dia. O Reverendíssimo Padre Mathias vivera muitos anos na saudosa memória do povo do Curato, para cujo bem espiritual e material ele se sacrificou. RIP.” (Livro de tombo do antigo Curato da Glória, lavrado pelo então Cura, Pe. Vicente Zeij, C.Ss.R., em Janeiro de 1925. páginas: 126 e 127).

⁴¹⁰ AZZI, 2000. op. cit., p. 149.



Figura 79: Pe. Geraldo Schrauwen, C.Ss.R. Acervo Província do Rio.

No dia 04 de março de 1898, tiveram sua solicitação atendida por meio de um decreto canônico que os nomeava detentores dos bens da Igreja. Esses mesmos bens – com exceção do Cemitério, haviam sido doados anteriormente pela Companhia União e Indústria por ocasião de sua extinção e falência à Comissão Para o Culto Catholico Mariano Procópio, formado pelos antigos colonos alemães e tirolese.

A Comissão Liquidante da Companhia União e Indústria representada pelos abaixo assinados Dr. Honório Augusto Ribeiro e Comendador Joaquim de Melo Franco, competentemente autorizado pelo Conselho Fiscal, cede e transfere gratuitamente aos habitantes católicos da Colônia Dom Pedro II, estabelecidas nas proximidades da Estação denominada Mariano Procópio, freguesia de Santo Antônio do Paraibuna, Município de Juiz de Fora em Minas Gerais, representada pelos Srs. Baltazar Weydt, Jacob Hees, Carlos Mechler, José Kelmer, Luiz Dilly, membros da Comissão Diretora do Culto Católico, a casa e o terreno com quarenta metros de frente e sessenta de fundos onde vem funcionando as escolas do sexo feminino e masculino[...] sob as seguintes condições: 2º os habitantes católicos obrigam-se a conservar e a manter a sua custa estas escolas com toda a decência e ordem. A Comissão Liquidante da Companhia União e Indústria, além da cessão gratuita que faz do terreno e casa para a escola, também cede e transfere gratuitamente todo o direito e ação da Companhia sobre metade da dívida de cada um dos colonos[...] devendo, porém o produto ser aplicado para a manutenção do culto divino, das escolas e da conservação do Cemitério.⁴¹¹

⁴¹¹ STEHLING, op. cit., pp. 240, 241.

Destinados a não ceder os bens da Igreja, os colonos foram por diversas vezes persuadidos a doá-los para a administração dos redentoristas. Estes por sua vez, adotavam medidas cada vez mais autoritárias como em 1902, por ocasião das Santas Missões. Naquela oportunidade os referidos padres passaram a ministrar o sacramento da confissão apenas àqueles que reconhecessem os bens como eclesiásticos e passíveis da administração religiosa.⁴¹²



Figura 80: Pe. Santinho de luto do Pe. Adriano Wiegant, C.Ss.R. – Acervo Maurício Resgatando o Passado.

No dia 08 de setembro de 1907, o Rev. Pe. Adriano Wiegant, C.Ss.R. buscou como alternativa reunir uma Assembleia Geral do Culto Católico para tratar do assunto. A reunião aconteceu no dia 22 daquele mês, às 14 horas no salão da Cervejaria José Weiss, com unânime consenso entre os germânicos de permanecerem administrando a Igreja, as escolas e o cemitério que um dia legitimamente receberam como doação. Diante do desfecho desfavorável às suas pretensões, os missionários holandeses apertavam cada vez mais o cerco, infligindo severas punições aos colonos, como o fechamento total do cemitério e a recusa de

⁴¹² AZZI, 2000. op. cit., p. 149.

ministrar os sacramentos, bem como fazer as encomendações. Casos como este envolviam autoridades policiais e iam parar nas páginas dos jornais locais, como o ocorrido dois meses após a mencionada assembleia.

Na Igreja da Glória – A encomendação de um corpo – Intervenção da Polícia. Anteontem, amigos e parentes do finado Matheus Stenner, membro da Colônia Alemã aqui domiciliada, foram à tardinha, levar à última morada os despojos mortais do mesmo. Há tempos, porém, devido a um conflito de jurisdição envolvendo os Revmos. Da Congregação dos Redentoristas e Culto Católico, cada um dos quais desejava ter imediata intervenção na morada dos mortos, os sacerdotes que servem naquela igreja não fazem encomendações, sob o fundamento de lhes não ser dado o mando sob o cemitério. Daí o passarem sem mesmo chegar à igreja, todos os cadáveres que ultimamente são inhumados no cemitério da Glória. Anteontem, porém, os que conduziam o cadáver de Matheus Stenner, entenderam de o depositar no corpo da Igreja e exigirem a presença de um sacerdote para que fosse feita a encomendação. O sacerdote apareceu, apareceu, mas recusou-se, peremptoriamente a praticar os atos fúnebres reclamados. Isso desgostou os que estavam presentes, e que, em altas vozes, entenderam acertado entrar em discussão com o sacerdote e o sacristão, reclamando a execução do que pretendiam. Posto o caso neste pé, o superior da Congregação pediu a intervenção da polícia, para que em paz terminasse a perlanga, de vez que, quase noite, o cadáver de Stenner ainda permanecia na Igreja e os que o conduziam, não se retiravam, nem cediam passo às suas pretensões. Compareceu o Sr. Dr. José Mariano, digno delegado de polícia, que por modos persuasivos, conseguiu que o morto fosse conduzido ao cemitério, sem encomendação, visto o sacerdote não a fazer, e finalmente inhumado. E assim terminou o incidente, erguendo as pessoas que nele tomaram parte, diversos vivas ao Sr. Dr. José Mariano e morras aos padres. À noite como medida preventiva, não foram naquela Igreja celebrados os costumeiros atos religiosos.⁴¹³

No ano seguinte, por ocasião do cinquentenário da imigração, ocorreu a intensificação dos conflitos, os quais ficaram conhecidos como “A Questão Alemã”. O embate final se deu no dia 29 de outubro de 1910, quando, iniciou-se no fórum local o processo judicial para a posse e manutenção dos bens em favor dos sacerdotes religiosos. O ganho de causa veio pela segunda instância e mesmo a comunidade germânica recorrendo da sentença ao Tribunal de Relações do Estado em Belo Horizonte, viram seus bens sendo entregues aos padres redentoristas pela retificação das deliberações municipais. Restou aos sócios da Comissão Para O Culto Católico de Mariano Procópio protestar publicamente com veemência e sem nenhum efeito, contra os clérigos e ironizar a atuação de seus advogados.

Culto Católico de Mariano Procópio – Da declaração incerta nos Apedidos dos jornais locais e assinado pelo padre Vicente Zeij, depreende-se que o Arcebispo de Mariana já esteve algum tempo de posse do Cemitério da Glória e demais bens pertencentes ao Culto Católico de Mariano Procópio, o que é

⁴¹³ Jornal O Pharol, 12 de novembro de 1907. Página. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br> – acessado em 18 de março 2022.

uma inverdade, pois, que toda a população desta cidade sabe que há mais de 30 anos estão estes bens, inclusive o Cemitério, debaixo da exclusiva administração do Culto e que o Sr. Arcebispo, simples testa de ferro dos missionários redentoristas nunca se imiscuiu na administração dos referidos bens. Se hoje, embora ferindo de morte a Constituição Brasileira, estão debaixo da administração eclesiástica, o Cemitério e demais bens pertencentes ao Culto (associação de personalidade jurídica) devemos-lo unicamente ao terror da excomunhão que tiveram os advogados do Culto, Sr. Dr. Olympio Tito Ribeiro e Coronel Francisco R Almeida Novaes, que deixaram passar o prazo legal para interpor recurso para o Tribunal da Relação na sentença proferida pelo exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da 1ª vara. Parodiando o beato “Diário Mercantil” em sua edição de 29 de junho do corrente ano, damos também o nossos efusivos parabéns aos missionários redentoristas não só pela vitória, não da Igreja, sim do clericalismo, como também por ter-se realizado a predição de um de seus membros, o missionário Adriano Wiegant, relativamente à justiça do nosso país. Mariano Procópio, 8 – 9 – 913. A diretoria.⁴¹⁴

Assim a Comissão Para o Culto Católico de Mariano Procópio deixou de existir e a autoridade dos missionários holandeses se sobrepunha novamente à cultura e ao associativismo teuto-brasileiro.⁴¹⁵ Após a tomada da administração dos bens eclesiásticos, os Redentoristas passaram a dividir o trabalho com alguns teuto-descendentes. Não se tratavam, porém, de simples homens paroquianos, mas de membros do conselho administrativo que os próprios holandeses haviam indicado. Esses administradores eram chamados de “friqueiros”. Atualmente esse conselho é conhecido pela terminologia eclesiástica de Conselho de Assuntos Econômicos Paroquial – CAEP.⁴¹⁶ Aqui a administração do Cemitério da Glória se configurou numa divisão de poderes, onde os sacerdotes eram os presidentes e geriam a referida comissão.⁴¹⁷

⁴¹⁴ Jornal O Pharol, terça-feira, 9 de setembro de 1913. p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br> – acessado em 23 de março de 2022.

⁴¹⁵ “Em virtude do Sr. Dr. Juiz de Direito da primeira vara proferida na ação ordinária de força velha contra o Culto Católico de Mariano Procópio, foi no dia 21 de Julho de 1913 o Exímio e Reverendíssimo Sr. Arcebispo de Mariana, por seu advogado Coronel Alfredo Mendes, emitido na posse do Cemitério da Glória, das casas e números 1 a 11 da rua das Escolas e do prédio de números 44 e 46 da Rua Bernardo Mascarenhas pelo que doravante todos esses bens passaram à administração de Sua Excelência Reverendíssima.” (Livro de tombo do antigo Curato da Glória, lavrado pelo então Cura, Pe. Vicente Zeij, C.Ss.R., em Janeiro de 1925. página: 1.)

⁴¹⁶ Segundo prescreve o Código de Direito Canônico, através do cânone 1280, a formação deste Conselho é obrigatória quando é concebida uma paróquia. Sua finalidade é ajudar o pároco ou cura na administração dos bens da paróquia.

⁴¹⁷ “Estando o cemitério de novo debaixo da administração do Exmo. Sr. Arcebispo de Mariana, pedimos a todos que tem ou querem ter direito de serem enterrados no dito cemitério e desejam contribuir para este fim, a apresentar-se até o dia 15 depois até o dia 30 de Setembro na residência dos Padres Redentoristas, ou na dos Senhores João Weitzel, Carlos Schäfer, Carlos Barbosa Leite, Luiz Dilly Júnior e Eduardo Schlaucher, que foram nomeados membros do Conselho Administrativo pelo Exmo. Sr. Arcebispo de Mariana.” (Livro de tombo do antigo Curato da Glória, lavrado pelo então Cura, Pe. Vicente Zeij, C.Ss.R., em Janeiro de 1925. página: 1).

IV. VII – Dinamismo Missionário.



Figura 81: Pe. Adriano Wiegant, C.Ss.R. Aproximadamente 1914. Acervo Província do Rio.

Após os anos de conflito e a estabilização dos Redentoristas instalados no território do antigo Curato da Glória, a relação destes com a população local fora se desenvolvendo pacificamente. Um reflexo deste desfecho vemos acima na foto (Figura 81) de Pe. Adriano Wiegant, C.Ss.R. – o mesmo que protagonizou as querelas envolvendo a posse legal do território e dos bens eclesiásticos. Ele aparece junto às crianças alemãs e tirolesas do antigo Povoado da Estação. Ao fundo, a Segunda Capela de Nossa Senhora da Glória e à sua direita, o Cemitério da Glória, que passaram a ser propriedade legal e administrados por seus confrades holandeses.

Paralelo ao conflito com a colônia alemã, precisamos compreender a conjuntura histórica pela qual os conflitos foram sendo apaziguados e os fatores que proporcionaram esse desfecho. A vinda dos imigrantes germânicos professos do luteranismo para Juiz de Fora nunca apresentou um risco iminente para a fé católica, cujos preceitos, crenças e administração eclesiástica estavam incorporados ao Estado, que a tinha como sua religião oficial. Até os últimos anos do Império do Brasil a Igreja permaneceu como a instituição de maior influência no país. Este cenário,

porém, começou a se dissolver com a ameaça crescente das correntes filosóficas que em nada alinhavam-se ao conservadorismo católico e do protestantismo proselitista de base estadunidense.

Riolando Azzi aponta quatro elementos que demandaram certa preocupação por parte da Igreja, sobretudo dos clérigos. Eram os “adversários da Instituição Católica” os protestantes metodistas, os espíritas, os maçons e os positivistas. Dos quatro, nos atentemos para os primeiros, que se instalaram na cidade em 1884 e neste sentido, o autor aponta a ação romanizadora da chegada dos redentoristas holandeses como sendo um dos efeitos da ameaça adversária da fé católica. A estratégia dos metodistas concentrava-se em atingir as camadas medianas por meio da educação.

“uma educação a serviço de uma democracia liberal, a liberdade de expressão e de culto, a participação popular no processo político, a promoção do regime constitucional, a valorização do corpo através da educação física e a maior presença da mulher na vida social.”⁴¹⁸

Imbuídos deste espírito, fundaram em 1890 o Colégio Americano Granbery que em pouco tempo passou a ter sede no centro da cidade. Os pastores americanos não apenas visavam atingir o público urbano, mas também às localidades interioranas de Juiz de Fora e até o final da década de 60 do século XX, empreendiam verdadeiras missões catequéticas, arquitetadas pelo escopo pedagógico metodista. No bairro Borboleta, encontraram espaço para difundir o evangelho aos moradores, muitos deles, descendentes dos antigos Colonos alemães e tirolezes. Mais precisamente, começaram com a intercessão do saudoso Sr. Marcílio ao seu amigo, o também saudoso Sr. Teuzinho (Matheus Debussi Filho – tio-avô deste que escreve). Este último detinha um grande terreno frente à sua casa, resquício do antigo prazo da família Debussi – e aceitou ceder por empréstimo uma parte dele para que fosse realizada as escolinhas dominicais para as crianças. Encarregou-se logo da tarefa a Sra. Helena Clay, imigrante americana que havia chegado dos Estados Unidos com seu esposo, o Reverendo Charles Wesley Clay. Muito concorridas eram suas prédicas e com auxílio de um quadro negro, ensinava todos os preceitos metodistas e evangélicos às crianças e adolescentes. Nos dias chuvosos os encontros ocorriam na grande cozinha de sua residência. Em dias de forte calor, as aulas eram ministradas ao ar livre, como podemos observar na imagem a seguir (Figura 82).

⁴¹⁸ AZZI, 2000. op. cit., p. 181.



Figura 82: Sra. Helena Clay, catequista e educadora americana ensinando na escolinha dominical no terreno do Sr. "Teuzinho" Debussi. Ano aprox. 1967. Acervo do autor.

Em suma, a presença dos metodistas no final do século XIX corroboraram para o alerta dos padres redentoristas quanto ao perigo de apostasia dos fiéis à fé católica.⁴¹⁹ A ação deste e dos demais grupos antagônicos aos religiosos católicos começou a ganhar fortes contornos no período do conflito mencionado anteriormente, dos Padres Redentoristas com o Culto Católico de Mariano Procópio. No entanto, podemos observar em registros da época, a presença dos teuto-descendentes nos grupos e confrarias da Igreja, bem como nas comissões administradoras do curato.

No dia 25 de Junho de 1913, o Exímio Reverendíssimo Sr. Arcebispo de Mariana, D. Silvério Gomes Pimenta, já tinha nomeado Fabriqueiro da Igreja e Curato de Nossa Senhora da Glória e das suas Capelas filiais o Reverendíssimo Padre Vicente Zeij. Este, desejando criar o Conselho da Fábrica, segundo as disposições da Pastoral Coletiva de 25 de Setembro de 1910, propus ao Exímio Sr. Arcebispo os nomes dos Srs. Cidadãos: João Weitzel, Carlos Schäfer, Carlos Barbosa Leite, Luiz Dilly Júnior e Eduardo Schlaucher para Conselheiros. Sua Exímia Reverendíssima havia por bem aprovar esta indicação e instituiu este Conselho pela portaria de 29 de Agosto de 1913, que foi publicada no dia Domingo, 31 de Agosto, na missa das 10

⁴¹⁹ “Também os redentoristas holandeses se opuseram firmemente à presença dos metodistas. Em data de 8 de junho de 1895 o cronista do convento da Glória registrava: ‘informados de que algumas crianças católicas, até do nosso catecismo, iam também ao catecismo dos metodistas, e tinham aceitado os livrinhos e folhetos deles, fizemos no catecismo uma sindicância e anotação de seis nomes. Alguns já nos entregaram os livrinhos. Com certeza estará acabado este negócio.’” (AZZI, 2000. op. cit., p. 181).

horas e Domingo, 7 de Setembro nas missas de 6, 7:30 e 10 horas na Igreja de Nossa Senhora da Glória.⁴²⁰

Não podemos descrever como análise histórica este fator como fruto do acaso. Esta, sim, foi uma estratégia de retomar o bom convívio com aqueles cuja querela envolvendo os bens eclesiais tinha acontecido. Ambos os grupos envolvidos nas antigas rugas precisavam unir forças para combater os inimigos comuns da fé católica. Empregar os descendentes germânicos em grupos e administrações os munia de aura simbólica, conferindo-lhes importância e participação nas atividades e ofícios sagrados. Além disso, os mantinham sob controle contra as influências protestantes, liberais e maçônicas. Ao mesmo tempo, sem abrir mão de suas convicções, os missionários holandeses afirmavam-se como autoridade perante os fiéis e à Igreja. Tal política de distensão culminou com o advento da Liga Católica Jesus Maria e José em Juiz de Fora, que associava *“moços e homens com a finalidade de uma prática fiel da crença católica, comprometidos ao mesmo tempo com a defesa da Igreja Institucional.”*⁴²¹

A Liga Católica foi um desses grupos, talvez, o mais expressivo em participação dos germânicos na vida da Igreja em Juiz de Fora. Trazida pelos padres redentoristas, essa associação masculina foi instalada no ano de 1902 em Juiz de Fora, por ocasião das Santas Missões pregadas no território da Matriz de Santo Antônio (atual Catedral Metropolitana de Juiz de Fora) e da Capela Senhor dos Passos, situada nas imediações da Santa Casa de Misericórdia. A primeira diretoria foi formada tendo como tesoureiro, o Sr. Luiz Dilly e Jacob Krass como seu assistente. Sobre a fundação da Liga, assim nos traz o livro de tombo do antigo curato:

Fruto precioso destas missões foi a fundação d'uma associação de homens debaixo do título de Liga Catholica de Jesus, Maria e José, a mesma associação que foi fundada na Bélgica, em Liège. [...] No dia 31 de março, às 2 horas da tarde, houve na Igreja da Glória uma reunião de homens, na qual o Revmo Mestre das Missões deu a explicação do espírito e do regulamento da Liga e convidou os presentes para alistar-se na nova associação. Mais de 300 homens deram o seu nome.⁴²²

⁴²⁰ Livro de tombo do antigo Curato da Glória, lavrado pelo então Cura, Pe. Vicente Zeij, C.Ss.R., em Janeiro de 1925. página: 1.

⁴²¹ AZZI, 2000. op. cit., p. 146.

⁴²² Livro de tombo do antigo Curato da Glória, lavrado pelo então Cura, Pe. Vicente Zeij, C.Ss.R., em Janeiro de 1925. Página: 49.



Figura 83: Liga Católica Jesus, Maria e José em frente à terceira e atual Igreja de Nossa Senhora da Glória. Acervo do Instituto Teuto-Brasileiro William Dilly.

Tão logo a Liga Católica Jesus, Maria e José se espalhou por toda Juiz de Fora, sendo dividida em 14 seções. Três sessões de liguistas compunham o Morro da Glória, assim como na Rua Bernardo Mascarenhas. Para a rua Mariano Procópio, o bairro da Tapera, Manoel Honório, atrás da Fábrica dos Ingleses e no centro da cidade, foi formada 1 sessão para cada. A Colônia de Cima (atual bairro São Pedro) era composta por 2 sessões da Liga. Essas sessões, ou grupos, se reuniam periodicamente e alinhavam suas ações aos objetivos da Liga, que

Tinha, portanto, uma finalidade de introduzir os homens dentro dos parâmetros do catolicismo romanizado, com ênfase na doutrina católica e na prática sacramental, e ao mesmo tempo estimular o espírito apologético.⁴²³

⁴²³ AZZI, 2000. op. cit., p. 146.

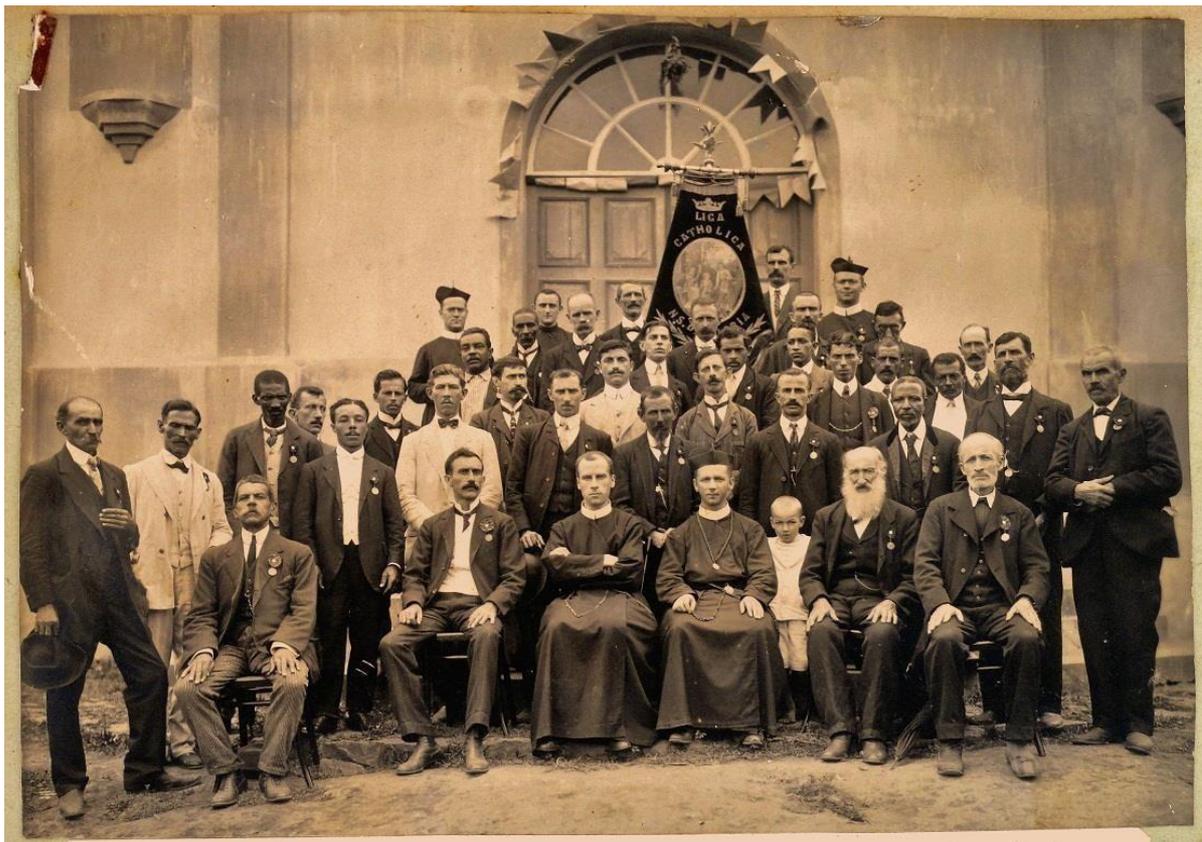


Figura 84: Liga Católica Jesus, Maria e José em frente à Igreja de São Pedro, antiga Colônia Dom Pedro II. Acervo do Instituto Teuto-Brasileiro William Dilly.

Como podemos observar na imagem acima (Figura 84), a Liga Católica Jesus, Maria e José era formada por homens da região do Curato, entre os quais, muitos afrodescendentes e teuto-brasileiros, convivendo harmonicamente através da associação fundada pelos padres holandeses. Este é um indício de que os laços rompidos no passado por ocasião da “Questão Alemã” envolvendo a posse legal da Igreja e do Cemitério da Glória foram com o tempo desaparecendo graças ao dinamismo missionário, próprio da espiritualidade e pedagogia evangelizadora dos discípulos de Santo Afonso Maria de Ligório. A nova união, o convívio pacífico foi sendo construído em prol do bem comum e do advento do Reino de Deus, interesses dos germânicos e dos religiosos. Fruto desse esforço conjunto, foi a assistência à uma nova área missionária e a fundação de uma nova comunidade pastoral, localizada na região da antiga Colônia Dom Pedro II e popularmente conhecida na época como Borboleta, atual bairro Borboleta.



Figura 85: Santas Missões pregadas pelo Reverendíssimo Padre Lucas Veerger, C.Ss.R., no centro do atual bairro Borboleta. Aproximadamente 1925. Acervo do autor.

Cap. V – Considerações Finais.

Em vista de concluir o nosso trabalho, cabe-nos reforçar que o Cemitério da Glória, trata-se de um Lugar de Memória por excelência, o que justifica a escolha do nosso objeto por nos permitir trabalhar com a memória da Imigração Germânica para Juiz de Fora em 1858 e seus desdobramentos como a Fundação da Companhia União e Indústria, a Construção da Estrada de mesmo nome, o advento da Comunidade Luterana em Juiz de Fora, as expressões culturais e religiosas trazidas pelos imigrantes, bem como o cotidiano e os obstáculos enfrentados pelos colonos dos primeiros anos no Brasil ao conflito religioso com os redentoristas holandeses. O Cemitério da Glória se enquadra, pois, em todos os quesitos conceituais de estruturação do conceito proposto por Pierre Nora. Congrega, portanto, o valor material – na delimitação do espaço em 1856 e nos elementos fúnebres que o compõe, como as lápides e as referências que tratam da relação do ente com a morte; e o valor funcional nos sepultamentos que aconteceram no local. A aura simbólica pode ser conferida por ocasião desses sepultamentos, que eram precedidos por liturgias que envolviam grande parte da comunidade que surgiu no entorno do Cemitério – o povoado da Estação. Os cortejos fúnebres seguiam a pé desde a residência do falecido(a), configurando-se em verdadeiras procissões, por vezes, concorridas. Esses eventos recebiam certo grau de importância ao ponto de serem noticiados nos periódicos da época.⁴²⁴

D. Gertrudes Gerheim – A Família de dona Gertrudes Gerheim convida a todos os seus parentes e amigos para acompanharem os restos mortais da mesma finada, hoje, às 2 horas da tarde, saindo o féretro da rua Bernardo Mascarenhas, nº 58, para o Cemitério da Glória. O acompanhamento será a pé. Não há convites especiais.⁴²⁵

⁴²⁴ “Faleceu anteontem nesta cidade, à rua Bernardo Mascarenhas, às 6 horas da tarde, o Sr. Bernardo Henrique Winter, que ocupava o lugar de mecânico da Fábrica Correia & Correia desta cidade e irmão do Sr. Luiz Winter, sócio da Tipografia Iris, também desta cidade. O finado tinha 52 anos de idade e deixa muitos filhos. Seu enterramento teve lugar ontem, às 4 horas, partindo o féretro de sua casa para o Cemitério da Glória com grande acompanhamento a pé. Pêsames à família.” Jornal O Pharol, terça-feira, 13 de abril de 1915. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br> – acessado em 23 de março de 2022.

⁴²⁵ No mesmo periódico, podemos verificar que Gertrudes Gerheim se tratava de Gertrudes Becker, casada com Peter Gerheim, membro do primeiro Presbitério da Igreja Luterana em Juiz de Fora. Assim foi noticiado o seu falecimento: “Finou-se ontem nesta cidade a exma. Sra. D. Gertrudes Gerheim, viúva de Pedro Gerheim. A finada que contava com 60 anos de idade era de nacionalidade alemã, tendo vindo para o Brasil há 45 anos. Deixa 4 filhos, todos maiores. Era muito estimada pelas suas excelentes qualidades. À sua exímia família, os nossos pêsames. O seu enterro realiza-se hoje, às 2 horas da tarde, saindo o féretro da rua Bernardo Mascarenhas, nº 58, para o Cemitério da Glória. O acompanhamento será a pé.” Jornal O Pharol, terça-feira, 29 de setembro de 1903. Ano XXXVIII – Nº 691. p. 01 e 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br> – acessado em 23 de março de 2022.



Figura 86: Túmulo de Peter Gerheim e Gertrudes Becker. Ala Luterana do Cemitério da Glória. Foto tomada pelo autor em: 06 de Setembro de 2015.

Acima temos presente a emblemática imagem do Sagrado Coração de Jesus no túmulo de Peter Gerheim e Gertrudes Becker (Figura 86). Emblemática, pois, na concepção da cristologia luterana, a Palavra, ou seja, apenas o texto bíblico pode ser usado com fins catequéticos, graças ao princípio da “*sola scriptura*” defendida por Martin Lutero. No entanto, além da simbologia tradicional da devoção católica, o Cristo que aponta para o seu coração traz na base em que o sustenta uma flor de lírio, que como já vimos, na representação tumular, alude à pureza, a misericórdia, a inocência e a castidade.⁴²⁶

⁴²⁶ STOCKER JR, op. cit., p. 16.

Traçar a trajetória histórica do Cemitério da Glória, é também dar voz às histórias que não partem do historiador como narrador. A narrativa tomada em Jörn Rüsen é cabida ao nosso próprio objeto de estudo e o historiador que a escreve exerce o papel de conferir cientificidade à essas narrativas, sistematizando-as racionalmente. Tais histórias se configuram em experiências de eventos trágicos como as mortes que acompanharam a saga dos imigrantes desde que deixaram os seus referidos vales, vilarejos e aldeias de origem. Também tratam-se as narrativas de eventos por vezes passíveis de comoção por parte da população local. As tragédias seguiam com o passar dos anos e o Cemitério da Glória protagonizava os tristes casos dos passamentos dos alemães e tirolezes. Alguns deles eram precedidos por suicídios, como o de Catharina Landau (Ver capítulo IV desta pesquisa). Assim, de igual modo aconteceu com Christina Schimmels, que não suportou a decepção amorosa e atentou contra sua própria vida.

Noiva suicida – Carta e ácido fênico – Informações – Fato anormal despertou ontem a curiosidade de quantos transitavam pela rua Mariano Procópio, tantos eram o bulício e lamentos que partiam do interior do prédio nº 16 daquela rua. Tratava-se de um triste acontecimento: do suicídio de uma senhorita que contava apenas 24 primaveras e cuja existência era alentada pelos adoráveis sonhos de noivado. Chamava-se Eva Christina Schimmels, a desditosa; era alta, magra, de cor branca e cabelos acastanhados. Vivía em companhia de sua mãe, dona Helena Schimmels (Magdalena Kloberdanz – grifo nosso) e de seus irmãos, alguns dos quais, ainda menores, e pobre que era, entregava-se ao trabalho na fiação e tecelagem de Mariano Procópio. Contratou a tempos, casamento com o Sr. Affonso A. Costa, residente nesta cidade. Foi este fato que veio agora mudar a face dos acontecimentos, pois, Christina Schimmels, que de há muito esperava a realização de seu sonho dourado, recebeu anteontem uma carta em que aquele Sr. desistia de seu compromisso. [...] Lida a carta que acima fica, a desventurada moça, acabrunhada, não mais quis ir às costumeiras ocupações na tecelagem: nascera-lhe no espírito a ideia do suicídio. Pretextando uma dor de dentes, mandou comprar certa dose de ácido fênico em uma farmácia, e ontem, pela volta de 1 hora da tarde, às ocultas ingeriu o medicamento. Os terríveis efeitos não se fizeram esperar; no meio dos mais angustiosos sofrimentos, Christina, momentos depois, entregava a alma ao Criador. Solícito, lá chegou a chamado, o Sr. Dr. José Mendonça, que nada mais pôde fazer que constatar a morte da infeliz. Comunicado o fato à polícia, para ali partiram o Sr. Dr. Delegado de Polícia, agente e ordenança, sendo tomadas as informações necessárias. Sobre o leito, em seu quarto, foi colocado o corpo da suicida, que trajava paletó de cassa vermelha com riscas brancas e saia de zefir da mesma cor, calçando meias pretas. O enterro da infeliz realiza-se hoje, ao meio dia, partindo o féretro da casa de residência para o Cemitério da Glória.⁴²⁷

⁴²⁷ “[...] A carta – era concebida nos termos seguintes, que fielmente transladamos para as colunas de nossa folha: *‘Dona Christina – respeitosos cumprimentos. Notando ultimamente uma certa divergência em nosso modo de pensar, divergência que fatalmente nos trará para o futuro completa desarmonia e, por conseguinte, infelicidade, resolvi, a bem por interesse de ambos, não efetuar o casamento que tínhamos tratado. Desligando-me do compromisso que para consigo assumi, desligo-a também de sua*

Outros casos eram frutos de crimes hediondos, resultado de querelas entre os próprios germânicos. Acostumados com o consumo da carne e banha de porco, era comum as famílias possuírem pelo menos um casal de porcos em seus prazos ou terrenos. Abaixo, uma discussão tendo em vistas boatos ventilados sobre a morte de um porco, gerou o conflito entre Frederico Willig e Henrique Rhemann na antiga Villagen da Colônia. A morte de Rhemann foi mais uma em que o Cemitério da Glória tomou parte como destino do falecido.

Vingança de alemão – Terrível desenlace – Por causa de um porco – Temos que acrescentar alguns pormenores à notícia ligeira que publicamos anteontem, sobre a sanguinolenta cena desenrolada sábado, no populoso bairro José Weiss e da qual resultou a morte de Henrique Rhemann. O autor do crime que se achava foragido apresentou-se ontem à delegacia de polícia, acompanhado de seu advogado, Sr. Dr. Antônio Augusto Teixeira. Interrogado, declarou-se chamar Frederico Willig, de 55 anos de idade, natural da Alemanha, jornalista, filho de Pedro Willig, já falecido, e morador nesta cidade, à rua Bernardo Mascarenhas. Profundamente emocionado, confessou o seu crime dizendo, porém, que não tinha a intenção de matar Henrique Rhemann. Encontrando este, apenas lhe perguntou se ele havia de fato, envenenado o seu porco, conforme dissera a algumas pessoas, residentes na vizinhança que o havia de fazer. Henrique exaltou-se, dando-lhe com a ponta de um formão na barriga. Nisto, travaram ambos, luta, recebendo Willig, diversos ferimentos, produzidos por uma foice que era sua, mas que Rhemann lhe arrebatara das mãos. Depois de ferido, quis apedrejar a Henrique e foi neste momento de raiva que supondo ter nas mãos uma pedra, atirou em seu contendor uma faca que tinha consigo, indo a mesma a cravar-se nas costas de Rhemann, produzindo-lhe a morte. Prosseguindo em suas declarações, disse Frederico que absolutamente não tinha o desejo de assassinar o outro e que depois de cometido o delito, dirigiu-se para sua residência onde permaneceu até ser intimado a comparecer à presença da autoridade. Era tamanha a comoção de que estava possuído no ato de ser interrogado que não pôde assinar as suas declarações. [...] Examinadas a profundidade e direção desse ferimento, notaram os peritos que aquela media doze centímetros e se dirigia seguramente, de baixo para cima, atingindo a metade superior do pulmão direito, tendo produzido tão abundante hemorragia que a morte teve de dar-se momentos após. Rhemann foi sepultado domingo, no Cemitério da Glória.⁴²⁸

O principal objetivo deste trabalho foi exatamente transparecer a memória e identidade dos povos germânicos através da trajetória histórica do cemitério da Glória. Em outras palavras, permitir que o Cemitério da Glória narre a história da Presença Germânica em Juiz de Fora a partir da sua própria existência. Os imigrantes que

palavra, ficando, portanto, cortado a esse respeito, as nossas relações. Um dos principais motivos que me levaram a proceder dessa forma, é estar enfermo ultimamente e assim sendo, num momento de reflexão, pensei que a faria infeliz e achei-me mesmo fraco para arcar com esta responsabilidade. Não me leve a mal e creia-me sempre admirador e criado – Affonso A. Costa.” Jornal O Pharol, sexta-feira, 07 de junho de 1907. Ano XLI – Nº 134. p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br> – acessado em 23 de março de 2022.

⁴²⁸ Jornal O Pharol, terça-feira, 13 de julho de 1909. Ano XLIII – Nº 163. p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br> – acessado em 23 de março de 2022.

vieram para a cidade em 1858 estão presentes na ausência, no espaço fúnebre. Assim, constitui o Cemitério da Glória, o mais expressivo bem cultural e patrimonial – ainda que não reconhecido pelos órgãos competentes; da antiga Colônia Dom Pedro II, Villagen da Colônia e Povoado da Estação. Através dele, os alemães e tirolezes desenvolveram-se em suas referidas comunidades, preservando suas tradições e costumes religiosos. Através dele foi mantido os laços que ligavam as primeiras gerações de brasileiros com a antiga Heimatland, seja pela devoção à Nossa Senhora da Glória, ou o apego às sagradas escrituras. Seja pelas inscrições nos epitáfios em alemão ou pelos sobrenomes presentes nas lápides.

Essa realidade transformou-se devido às depredações humanas e temporais, principalmente na Ala Católica, quando os referidos imigrantes professos comungavam da mesma fé que a população brasileira da cidade do Paraibuna e também dos colonos brasileiros que compartilhavam o espaço, uma vez fixados entre os alemães e tirolezes por Mariano Procópio em 1864. No entanto, o processo de rompimento com esse passado germânico ganharia maiores contornos com a chegada dos missionários redentoristas instalados em Juiz de Fora a partir de 1894. Esses missionários que vinham da Holanda iniciaram seus trabalhos no território do antigo curato e logo manifestaram o desprazer em perseverar com a língua alemã de grande parte dos que ali residiam. E o idioma naquele período, ainda era fator mais significativo de expressão identitária daquele povo. Mas os tempos eram outros, e o Brasil havia deixado de ser uma Monarquia Parlamentar, para se tornar uma República Federativa. O golpe de Estado que pôs fim ao Império do Brasil reorganizou não apenas as questões políticas, mas as questões institucionais da nação. A Igreja antes regida pelo regime do padroado, agora ocupava a realidade de um Estado laico. Os poderes conferidos aos bispos passaram a ter caráter absoluto e não mais estava subjogado à figura do Imperador. Isso fez com que os clérigos reclamassem o direito de posse sobre todos os bens eclesiásticos, ainda que as propriedades estivessem sob a antiga legislação e posse de entidades leigas, como a Comissão para o Culto Católico de Mariano Procópio. O Cemitério da Glória, então, passou a ser palco de disputas desses grupos. De um lado os alemães e tirolezes católicos que almejavam conservar a antiga posse dos bens e administrá-los através de sua associação. Do outro estavam os redentoristas holandeses, que baseando-se na nova realidade política, protagonizaram junto aos primeiros um conflito que ficou conhecido por eles

como “A Questão Alemã.” O desfecho deste conflito pendeu para a vitória dos holandeses, que passaram a gerir o Cemitério da Glória e a Igreja que os alemães e tirolezes haviam construído em 1874 sob o pastoreio do Frei tirolês, Emmerich Hofer. Assim o Cemitério continuou escrevendo a sua história e transparecendo esses eventos que envolviam a população germânica na cidade, desde a sua manifestação identitária no espaço fúnebre, até o apagamento dessas expressões nos túmulos, contrastando com os jazigos ainda em sua maioria, preservados, da ala luterana.

BIBLIOGRAFIA

AGASSIZ, Luis e AGASSIZ, Elizabeth Cary. Viagem ao Brasil (1865 - 1866). Brasília, Senado Federal, 2000.

ALBANO, Adriana Helena de O. Rastros de memória. Juiz de Fora: Funalfa edições, 2008.

ALMEIDA, Fabiana Aparecida de. Narrativas preservacionistas na cidade: a trajetória da defesa do patrimônio de Juiz de Fora contada através de manifestações populares. Funalfa, Juiz de Fora – 2015.

AZEVEDO, M. C. Modernidade e cristianismo – O desafio à enculturação. São Paulo: Loyola, 1981.

AZZI, Christine Ferreira (2011). O patrimônio histórico e a cultura material no Renascimento. Periódicos. Universidade Federal de Santa Maria: Instituto Brasileiro de Museus.

AZZI, Riolando. Sob o Báculo Episcopal: A Igreja Católica em Juiz de Fora, 1850 - 1950. Juiz de Fora: Centro da Memória da Igreja de Juiz de Fora, 2000.

BARROS, Myriam Moraes Lins de. Memória e Família. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

BASTOS, Wilson de Lima. Mariano Procópio Ferreira Lage - Sua Vida, Sua Obra, Descendência, Genealogia. 1991.

BRION, Ioneide Piffano. Ação Reformadora e Romanizadora na Igreja Católica de Juiz de Fora, 1890 - 1924. Juiz de Fora: DI Gráfica e Editora LTDA, 2008.

CLEMENTE, Vicente de Paulo. Os Alemães e a Borboleta. Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2008.

COSTA, Fernanda Maria Matos da. Sobre a Secularização e Morte: uma análise no âmbito da Câmara Municipal de Juiz de Fora. Artigo publicado nos anais do I Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social – LAHES da UFJF.

COUTO, Rita. Santana: uma capela tirolesa na colônia alemã de Juiz de Fora. Juiz De Fora: Edição do Autor, 2016.

COUTO, Rita. São Pedro, o coração da colônia alemã de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Editar Editora Associada Ltda, 2018.

DUTRA, Luciano Neto. Das Terras Baixas da Holanda às Montanhas de Minas: uma contribuição à história e as missões redentoristas, durante os primeiros trinta anos de trabalho em Minas Gerais. Rio de Janeiro: Edições Galo Branco, 2007.

EMMERICH, Anna Catharina. Vida, Paixão e Glorificação do Cordeiro de Deus. MIR Editora, São Paulo, 2004.

ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora / organizado por Oscar Vidal Barbosa Lage e Albino Esteves. – 3ed. – Juiz de Fora (MG): FUNALFA Edições, 2008.

ESTEVES, Albino. O Centenário de Mariano Procópio. Publicado em: Revista do Arquivo Público Mineiro, Vol. 19.

GINZBURG, Carlo. Relações de Força: história, retórica, prova / Carlo Ginzburg; tradução Jônatas Batista Neto. – São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIROLETTI, Domingos. Industrialização de Juiz de Fora (1850-1930). Juiz de Fora: EDUFJF, 1987.

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Centauro, 2004.

HIGUET, Etienne A. As relações entre religião e cultura no pensamento de Paul Tillich. Artigo publicado pela Revista Eletrônica Correlatio nº 14 - dezembro de 2008.

KAPPEL, Oscar. Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Juiz de Fora – 140 anos de História. Editar, Juiz de Fora, 2002.

KERSTEN, Hans. Comunidade Luterana em Petrópolis: 160 anos – 1845 - 2005. Petrópolis: Gráfica Primo's, 2005.

KLETZL, Otto. Das Leitacher Törl an der Pfarrkirche von Bozen. In: Veröffentlichungen des Museums Ferdinandeum 18 (1939).

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: História e Memória. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1994.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Tradução de Bernardo Leitão. 5ª ed. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LIRA, Max Aurélio Mendes. Memórias Tangíveis na afirmação e desconstrução da identidade alemã entre Católicos e Luteranos no Cemitério Nossa Senhora da Glória. Artigo publicado nos Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Simpósio Temático: “Memórias da Cidade – O Patrimônio Cultural Urbano como Fonte para o Historiador”, Juiz de Fora, 2017.

NACHBAUR, Ulrich. Der Vorarlberger Landespatron. Ein Beitrag zur Verehrung des heiligen Josef und zu den Landesfeiertagen in Österreich. In: Montfort. Vierteljahresschrift für Geschichte und Gegenwart Vorarlbergs. 56. Jahrgang, Heft 1/2, 2004.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10. Dezembro de 1993.

OLENDER, Marcos. A Contribuição da Imigração Italiana na Consolidação da Paisagem Urbana de Juiz de Fora. 3º Colóquio Ibero - Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto – desafios e perspectivas, Belo Horizonte, 2014.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro – Imigração e industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1920). Dissertação (Mestrado em História) Niterói, UFF, 1991.

OLIVEIRA, Paulino de. Dois Povoados Distintos Constituíram a Cidade de Juiz de Fora. Artigo publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais - Volume V.

OLIVEIRA, Paulino de. História de Juiz de Fora. Juiz de Fora: 2ª Edição. Gráfica Comércio e Indústria Ltda, 1966. Página: 27.

PEREIRA, Mabel Salgado. Festas do catolicismo juiz-forano: expressões de liberdade social e controle eclesiástico. In: Festa e religião: imaginário e sociedade em Minas Gerais / Mabel Salgado Pereira, Marcelo Ayres Camurça, Organizadores. - Juiz de Fora: Templo Editora, 2003.

RAMIREZ, Ezekiel Stanley. As Relações entre a Áustria e o Brasil, 1815-1889. Tradução e notas de Américo Jacobina Lacombe, 1ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

RÜSEN, Jörn. “Objetividade e narratividade nas ciências históricas”. Textos de História, v. 4, n. 1, 1996.

SALES, São Francisco de. O Tratado do Amor de Deus. Ed. Imprensa Moderna, Ltda: Rua da Fábrica, 80 – Porto, Portugal, 1950.

SHOEMAKER, Stephen J. Ancient Traditions of the Virgin Mary’s Dormition and Assumption. Oxford early Christian studies. Ed. Oxford University Press, 2002.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Dicionário de Conceitos Históricos. 2.ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2009.

STEHLLING, Luiz José. A Companhia União e Indústria e os Alemães. Juiz de Fora: Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, 1979.

STEPHAN, Luiz Antônio Caixeiro. Chucrute, Danças, Chope e Determinação. Juiz de Fora: Copyright Luiz Antônio Caixeiro Stephan, 2011.

STOCKER JR, Jorge Luís. Guia de Simbologia Cemiterial do curso “Imersão Digital – Cemitérios Patrimoniais Novo Hamburgo.” Centro Histórico de Hamburgo Velho, Abril de 2021. Edição do Autor.

VAINFAS, Ronaldo. Dicionário do Brasil Imperial – Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

ZIMMERMANN, Ivone. Alemães e Austríacos em Juiz de Fora - Retratos de uma Época. Rio de Janeiro: PUBLIT, Soluções Editoriais, 2015.

DOCUMENTOS

Almanak Laemmert, 4º vol. Laemmert Ilustrado. Avenida Rio Branco, 131, 1º. Rio de Janeiro, 1918.

Bíblia Sagrada, Edição Pastoral. Sociedade Bíblica Católica Internacional e Paulus, 1990. Rua Francisco Cruz, 229 – São Paulo.

Livreto comemorativo ao 1º Centenário da Inauguração da Igreja Evangélica de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro – 24 de Maio de 1963.

Novo Dicionario Allemão - português e Português - Allemão de A. Apell, Aillaud & Cia. Boulevard Montparnasse, nº 96, Paris / Rua Áurea I, nº 242, Lisboa (filial). 1901.

Novo Tempo: Informativo da Paróquia Nossa Senhora da Glória – Ano 16 – nº 171 – Fevereiro de 2014.

Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia União e Indústria em 31 de agosto de 1855 pelo Diretor - Presidente da mesma. Rio de Janeiro, Typ. Episcopal de Agostinho de Freitas Guimarães & C^a. Rua do Sabão, nº 82.

Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia União e Indústria em 23 de agosto de 1856 pelo Diretor - Presidente da mesma. Rio de Janeiro, Typ. Episcopal de Agostinho de Freitas Guimarães & C^a. Rua do Sabão, nº 82.

Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia União e Indústria em 24 de agosto de 1857 pelo Diretor - Presidente da mesma. Rio de Janeiro, Empreza Nacional do Diário. Rua do Rosário, nº 84.

Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia União e Indústria em 05 de outubro de 1858 pelo Diretor - Presidente da mesma. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve E. C. Rua do Ouvidor, nº 65.

Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia União e Indústria em 02 de março de 1860 pelo Diretor - Presidente da mesma. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve E. C. Rua do Ouvidor, nº 65.

Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia União e Indústria em 15 de Junho de 1861 pelo Diretor-Presidente da mesma. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve E. C. Rua do Ouvidor, nº 65.

Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia União e Indústria em 30 de abril de 1862 pelo Diretor - Presidente da mesma. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve E. C. Rua do Ouvidor, nº 65.

Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia União e Indústria em 07 de maio de 1863 pelo Diretor - Presidente da mesma. Rio de Janeiro, Typ. do Correio Mercantil. Rua da Quitanda, nº 55.

Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia União e Indústria em 31 de janeiro de 1866 pelo Diretor - Presidente da mesma. Rio de Janeiro, Typ. do Correio Mercantil. Rua da Quitanda, nº 55.

Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia União e Indústria em 03 de fevereiro de 1868 pelo Diretor - Presidente da mesma. Rio de Janeiro, Typ. do Correio Mercantil. Rua da Quitanda, nº 55.

Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia União e Indústria em 14 de fevereiro de 1878 pelo Diretor-Presidente da mesma. Rio de Janeiro, Typ. de G. Leuzinger & Filhos. Rua do Ouvidor, nº 31.

Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia União e Indústria em 06 de março de 1879 pelo Diretor-Presidente da mesma. Rio de Janeiro, Typ. de G. Leuzinger & Filhos. Rua do Ouvidor, nº 31.

YouCat – Catecismo Jovem da Igreja Católica. Nihil Onstat, 3 de março de 2010. Rua Francisco Cruz, 229 – São Paulo, Brasil. PAULUS Editora, 2011.

ARQUIVOS

Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana – Cúria Metropolitana de Mariana – MG.

Arquivo Histórico Arquidiocesano de Juiz de Fora – Cúria Metropolitana de Juiz de Fora – MG.

Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora. Fundo Câmara Municipal – Império.

Arquivo da Província do Rio – Redentoristas.

Igreja Evangélica de Confissão Luterana em Juiz de Fora

Instituto Teuto - Brasileiro William Dilly.

Landesarchiv Baden Wuerttemberg, Generallandesarchiv Karlsruhe 390, nº 792.

Tiroler Landesarchiv Innsbruck.

PORTAIS WEB

<https://alemparaibahistoria.blogspot.com>

<http://alexandriacatolica.blogspot.com.br>

<http://www.annales.org>

<http://apps.vorarlberg.at/>

<http://www.archivesnationales.culture.gouv.fr>

<https://arthist.net>

<https://www.bdpoppen.nl>

<http://bndigital.bn.gov.br/>

<http://www.brasilmergulho.com>

www.camara.leg.br

<https://www.canva.com>

<https://www.commonswikimedia.org>

<https://www.dicio.com.br/segeiro>

<http://ftp.editora.ufrn.br>

<https://www.gemeinde.bozen.it>

<http://instagram.com/provinciadorio>

<http://www.imo.org>

<http://memoria.bn.br>

<http://objdigital.bn.br>

<http://portal.iphan.gov.br/>

<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>

<http://sian.an.gov.br>

<https://www.statistik.bayern.de>

<https://www.theheraldrysociety.com>

<http://tirolese.com.br>

<http://www.vatican.va>

<http://wappen.tiroler-landesmuseen.at>